unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 44

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PROCESSOS GLOBAIS, RESISTÊNCIAS E EMANCIPAÇÃO
Lorena Izá Pereira, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Camila Ferracini Origuéla

A FACE E MÚLTIPLAS FACETAS DA BARBÁRIE SOCIETAL NO CAMPO BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Suzane Tosta Souza e Jânio Diniz Santos

LA REFORMA AGRARIA EN EL URUGUAY DEL SIGLO XXI: ¿BANDERA CAÍDA Y FÁBRICA DE POBRES?
Pablo Díaz Estévez

CICLOS DE EXTRANJERIZACIÓN Y CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA EN PARAGUAY
Lorena Izá Pereira

O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL FINANCEIRO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM SAPÉ - PB
Rômulo Luiz Silva Panta e Ivan Targino Moreira

JUVENTUDES CAMPONESAS: PROTAGONIZANDO ESPERANÇAS, EMANCIPANDO SUJEITOS
Alexandre Eduardo de Araujo, Luana Fernandes de Melo e Luana Patrícia Costa Silva

AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DA ITCP/UNIFAL-MG E O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO SABOR & SAÚDE, VARGINHA, MINAS GERAIS
Mariana Martins e Fernanda Onuma

O SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL E O PAPEL DAS COOPERATIVAS EM GOIÁS
Rodrigo Gonçalves de Souza

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: ESTUDO DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Eliana Menossi Silva Floriano e Sedeval Nardoque

RESENHA: TERRITÓRIO E TEORIA CAMPONESA: AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TERRITORIAL
Débora Assumpção e Lima

QUESTÕES RURAIS E CAMPESINATO: UMA ENTREVISTA COM TEODOR SHANIN
Vicente Eudes Lemos Alves e Débora Assumpção e Lima

RURAL QUESTIONS AND THE PEASANTRY: AN INTERVIEW WITH TEODOR SHANIN
Vicente Eudes Lemos Alves e Débora Assumpção e Lima

Set./Dez.
2018

Revista NERA nº. 44

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2018

Revista NERA (RNERA) nº. 44

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

EQUIPE DE EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Michele Lindner – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)

Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

Indexada por

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – v. 1, nº. 1, nº. 2	2013 – v. 16, nº. 23
1999 – interrompida	2014 – v. 17, nº. 24
2000 – v. 3, nº. 3	2014 – v. 17, nº. 25
2001 – interrompida	2015 – v. 18, nº 26, Dossiê
2002 – interrompida	2015 – v. 18, nº 27
2003 – interrompida	2015 – v. 18, nº 28, Dossiê
2004 – v. 7, nº. 4	2015 – v. 18, nº 29
2004 – v. 7, nº. 5	2016 – v. 19, nº 30
2005 – v. 8, nº. 6	2016 – v. 19, nº31
2005 – v. 8, nº. 7	2016 – v. 19, nº32, Dossiê
2006 – v. 9, nº. 8	2016 – v. 19, nº33
2006 – v. 9, nº. 9	2017 – v. 20, nº34, Dossiê
2007 – v. 10, nº. 10	2017 – v. 20, nº35
2007 – v. 10, nº. 11	2017 – v. 20, nº36, Dossiê
2008 – v. 11, nº. 12	2017 – v. 20, nº37
2008 – v. 11, nº. 13	2017 – v. 20, nº38, Dossiê
2009 – v. 12, nº. 14	2017 – v. 20, nº39, Dossiê
2009 – v. 12, n°. 15	2017 – v. 20, nº 40
2010 – v. 13, nº. 16	2018 – v. 21, nº 41
2010 – v. 13, nº. 17	2018 – v. 21, nº 42, Dossiê
2011 – v. 14, nº. 18	2018 – v. 21, nº 43
2011 – v. 14, nº. 19	2018 – v. 21, nº 44
2012 – v. 15, nº. 20	
2012 – v. 15, Dossiê	Quadrimestral
2012 – v. 15, nº. 21	ISSN 1806-6755
2013 – v. 16, nº. 22	

1. Geografia - Periódicos - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO
Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

08 **PROCESSOS GLOBAIS, RESISTÊNCIAS E EMANCIPAÇÃO**

GLOBAL PROCESSES, RESISTANCE AND EMANCIPATION

PROCESOS GLOBALES, RESISTENCIAS Y EMANCIPACIÓN

Lorena Izá Pereira, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Camila Ferracini Origuéla

14 **A FACE E MÚLTIPLAS FACETAS DA BARBÁRIE SOCIETAL NO CAMPO BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

THE FACE AND THE MULTIPLE FACETS OF SOCIETAL BARBARISM IN THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE: SOME CONSIDERATIONS

EL ROSTRO Y LAS MÚLTIPLES FACETAS DE LA BARBARIE SOCIETAL EN EL CAMPO BRASILEÑO: ALGUNAS CONSIDERACIONES

Suzane Tosta Souza e Jânio Diniz Santos

39 **LA REFORMA AGRARIA EN EL URUGUAY DEL SIGLO XXI: ¿BANDERA CAÍDA Y FÁBRICA DE POBRES?**

A REFORMA AGRÁRIA NO URUGUAI NO SÉCULO XXI: BANDEIRA CAÍDA E FÁBRICA DE POBRES?

THE AGRARIAN REFORM IN URUGUAY OF THE 21ST CENTURY: IS IT A FALLEN FLAG AND A FACTORY TO MAKE POOR?

Pablo Díaz Estévez

64 **CICLOS DE EXTRANJERIZACIÓN Y CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA EN PARAGUAY**

CICLOS DE ESTRANGEIRIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO PARAGUAI

CYCLES OF LAND FOREIGNIZATION AND LAND CONCENTRATION IN PARAGUAY

Lorena Izá Pereira

90 **O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL FINANCEIRO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM SAPÉ - PB**

THE PROCESS OF MONOPOLIZATION OF THE TERRITORY BY FINANCE CAPITAL IN RURAL AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN SAPÉ - PB

EL PROCESO DE MONOPOLIZACIÓN DEL TERRITORIO POR EL CAPITAL FINANCIERO EN LOS ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA RURALES EN SAPÉ - PB

Rômulo Luiz Silva Panta e Ivan Targino Moreira

116	**JUVENTUDES CAMPONESAS: PROTAGONIZANDO ESPERANÇAS, EMANCIPANDO SUJEITOS** PEASANT YOUTH: LEADING HOPES, EMANCIPATING SUBJECTS JUVENTUDES CAMPESINAS: PROTAGONIZANDO ESPERANZAS, EMANCIPANDO SUJETOS **Alexandre Eduardo de Araujo, Luana Fernandes de Melo e Luana Patrícia Costa Silva**
134	**AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DA ITCP/UNIFAL-MG E O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO SABOR & SAÚDE, VARGINHA, MINAS GERAIS** THE CONTRIBUTIONS OF SOLIDARITY ECONOMY THROUGH ITCP/UNIFAL-MG AND THE ROLE OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) TO LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF ASSOCITATION FLAVOR & HEALTH, VARGINHA – MINAS GERAIS LAS CONTRIBUCIONES DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA A TRAVÉS DE LA ITCP/UNIFAL-MG Y EL PAPEL DEL PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA EL DESARROLLO LOCAL: EL CASO DE LA ASSOCIAÇÃO SABOR & SAÚDE, VARGINHA – MINAS GERAIS **Mariana Martins e Fernanda Onuma**
159	**O SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL E O PAPEL DAS COOPERATIVAS EM GOIÁS** THE SOCIAL FUEL SEAL AND THE ROLE OF COOPERATIVES IN GOIÁS EL SELLO COMBUSTIBLE SOCIAL Y EL PAPEL DE LAS COOPERATIVAS EN GOIÁS **Rodrigo Gonçalves de Souza**
184	**TERRITORIALIDADES E UMA “PRÁXIS LIBERTADORA” NA DINÂMICA MERCANTIL GLOBALIZADA: O CASO DO ARTESANATO EM CAÇAPAVA DO SUL/RS** TERRITORIALITY AND A "LIBERATING PRAXIS" IN THE DYNAMIC GLOBAL MARKET: THE CASE OF THE CRAFT IN CAÇAPAVA DO SUL/RS TERRITORIALIDAD Y UNA "PRAXIS LIBERADORA" EN EL DINÁMICO MERCADO GLOBAL: EL CASO DE LA ARTESANÍA EN CAÇAPAVA DO SUL/RS **Henrique Rudolfo Hettwer e Daiane Loreto de Vargas**
205	**A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: ESTUDO DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO** THE COUNTRYSIDE-CITY RELATIONSHIP IN TEACHING GEOGRAPHY:

GEOGRAPHY CURRICULUM STUDY OF THE STATE OF SÃO PAULO

LA RELACIÓN CAMPO-CIUDAD EN LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA: ESTUDIO DEL CURRÍCULO DE GEOGRAFÍA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

Eliana Menossi Silva Floriano e Sedeval Nardoque

230 **RESENHA: TERRITÓRIO E TEORIA CAMPONESA: AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TERRITORIAL**

REVIEW: TERRITORY AND PEASANT THEORY: THE EXPERIENCES OF THE GRADUATE PROGRAM TERRITORIAL

RESEÑA: TERRITORIO Y TEORÍA CAMPESINA: LAS EXPERIENCIAS DEL PROGRAMA DE POSTGRADO TERRITORIAL

Débora Assumpção e Lima

236 **QUESTÕES RURAIS E CAMPESINATO: UMA ENTREVISTA COM TEODOR SHANIN**

Vicente Eudes Lemos Alves e Débora Assumpção e Lima

245 **RURAL QUESTIONS AND THE PEASANTRY: AN INTERVIEW WITH TEODOR SHANIN**

Vicente Eudes Lemos Alves e Débora Assumpção e Lima

354 **COMPÊNDIO DE AUTORES**

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

281 **COMPÊNDIO DE EDIÇÕES**

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Processos globais, resistências e emancipação

Lorena Izá Pereira
Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: lorena.izap@gmail.com

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil
e-mail: estevanleopoldo@yahoo.com.br

Camila Ferracini Origuéla
Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Em um contexto de globalização neoliberal e discursos de homogeneização do espaço, o debate multi e interescalar torna-se ainda mais necessário (MARSTON, 2000; SNEDDON, 2003; VAINER, 2001; BRENNER, 1998). Nesse caso, urge levar em consideração não apenas a escala em sua perspectiva cartográfica, ou seja, a representação do real, mas principalmente a sua produção no bojo das relações sociais (SMITH, 2002). As dinâmicas capitalistas são globais, contudo, a sua materialização nos territórios são moldadas por processos locais e globais em interação, que variam de acordo com a formação socioespacial, aspectos naturais, sociais e culturais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2002). Ademais, há diferentes formas de resistências (ALLEN; MASSEY; COCHRANE, 1998). Embora haja movimentos socioterritoriais transnacionais, como a Via Campesina (EDELMAN e BORRAS JR., 2016), essas resistências ainda são majoritariamente materializadas na escala local. Nem sempre elas possuem caráter progressista, podendo também estar relacionadas às estratégias de manutenção de tradicionais relações de poder. Isso denota que o contexto atual se caracteriza por uma série de conflitos e contradições, envolvendo uma grande diversidade de sujeitos, espaços e ideologias.

O número 44 da Revista NERA oferece uma interessante aproximação entre dinâmicas globais e locais e como estas (re)constroem diferentes territórios, seja através de tendências globais, como a financeirização da agricultura ou por meio da emancipação de sujeitos, da economia solidária, do cooperativismos e associativismos. Por isso, nesse artigo introdutório visamos problematizar os artigos aqui contidos com base em alguns dos principais processos socioespaciais nas escalas global e local.

É inegável que a complexidade socioespacial hodierna denota que elementos culturais, identidários e até mesmo ambientais, se tornam de grande relevância na orientação das lutas por emancipação (AGNEW, 2001; PAASI, 2002). São exemplos disso, grupos e movimentos que possuem como temática central lutas por igualdade racial, direitos dos

imigrantes, combate ao aquecimento global, etc. Contudo, a principal característica das conflitualidades que caracterizam a Questão Agrária atual é a contradição capital x trabalho.

Por esse motivo, iniciamos o presente número da Revista NERA com o artigo *A face e múltiplas facetas da barbárie societal no campo brasileiro: algumas considerações*, no qual os autores Suzane Tosta Souza e Jânio Diniz Santos, a partir da análise do estado da Bahia, nos fazem refletir a respeito das investidas do capital sobre o trabalho no campo brasileiro, especialmente no que tange ao processo de concentração fundiária, representando os interesses diretos da expansão do agronegócio, que resulta na intensificação da luta pela terra, criminalização dos camponeses e acirramento de conflitos territoriais. Souza e Santos trazem uma contribuição importante ao evidenciar as formas de atuação do capital no campo por meio dos "Sete pecados do capital no campo", sendo avareza; o ecocídio e o biocídio; a exploração; o fetichismo; a fome; o roubo do tempo e o latifúndio.

Historicamente, uma das estratégias para a superação dessas contradições entre o capital e o trabalho no campo tem sido a implementação de políticas de reforma agrária, pois essas, quando implementadas de modo emancipatório, vão além da perspectiva de distribuição fundiária, remetendo também a outros fatores como a produção de alimentos na escala local e o combate ao êxodo rural (BORRAS JR., 2008; ROSSET, 2013). Entretanto, faz-se importante levantar algumas questões: a reforma agrária ainda tem sentido como política capaz de contribuir com a manutenção do modo de vida e trabalho do campesinato? Se sim, qual o modelo de reforma agrária a ser implementado, a que se baseia no protagonismo do Estado ou a que se dá por meio do mercado? Quais são os sujeitos que possuem a reforma agrária como bandeira de luta?

Assim, partindo para uma análise da questão agrária na escala latino-americana, Pablo Díaz Estévez, através do artigo *La reforma agraria en el Uruguay del siglo XXI: ¿Bandera caída y fábrica de pobres?,* identifica uma diversidade de concepções sobre a reforma agrária no Uruguai no início do século XXI. Estévez demonstra como o conceito de reforma agrária é substituído atualmente por dirigentes políticos da Frente Amplia, que corresponde a uma coalização eleitoral de esquerda do país, pelo termo *desenvolvimento rural*, como as políticas diferenciais para a produção familiar e o acesso à terra por meio do Instituto Nacional de Colonización do Uruguai. O autor concluí nos alertando para a necessidade de aprofundar e debater acerca das diferentes reformas agrárias na América Latina, que embora estejam no mesmo continente, apresentam características singulares em cada país.

Seguindo com questão agrária na América Latina, o artigo intitulado *Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay*, de autoria de Lorena Izá Pereira tem como objetivo debater acerca do processo histórico de apropriação do território paraguaio por estrangeiros desde 1870 até o período atual, evidenciando as estratégias, papel do

Estado, relações geopolíticas e impactos na estrutura fundiária do país, que se acentua de acordo com o aumento da presença do capital estrangeiro no país, resultado de um processo histórico, mas que assume novas características em um contexto de convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira. Segundo Pereira, a novidade do atual período é a intensificação do capital portador de juros na agricultura, embora a presença desta agente ainda seja incipiente no Paraguai.

Na mesma perspectiva da financeirização, os autores Rômulo Luiz Panta e Ivan Targino Moreira abordam no artigo *O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB*, os assentamentos de reforma agrária como experiências de luta e resistências, porém que envolve processos contraditórios, especialmente no que se refere as reais condições de infraestrutura, desenvolvimento e reprodução, na qual é possível perceber a essência do problema da subordinação produtiva e territorial ao capital. O objetivo de Panta e Moreira é analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa nos assentamentos rurais do município paraibano de Sapé a partir do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), considerando a ação territorial do capital financeiro. Os autores nos permite concluir que o programa em questão realmente promove a reprodução camponesa, contudo, de forma subordinada aos diversos setores do capital, considerando que toda estrutura organizacional do PRONAF está direcionada para a acumulação de capital.

Ao contrário do preconizado por entusiastas da globalização neoliberal, esse processo não se dá de modo linear e isento de contradições (MASSEY, 2000). O principal motivo disso é que diversos tipos de resistência têm sido produzidas por grupos com interesses variados, indo desde a defesa contra a expropriação dos seus territórios (ARMITAGE, 2007) até a construção de mercados alternativos com base em princípios de solidariedade entre produtores e consumidores (VAN DER PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Assim, as dinâmicas escalares da contemporaneidade se caracterizam por uma grande complexidade, o que exige a interpretação da relação global x local por meio de uma perspectiva dialética.

Essas acepções se destacam, por exemplo, na perspectiva da resistência local por meio da emancipação de jovens do campo, como consta no artigo intitulado *Juventudes camponesas: protagonizando esperanças, emancipando sujeitos*, os autores Alexandre Eduardo de Araujo, Luana Fernandes de Melo e Luana Patrícia Costa Silva. Com base na primeira turma do curso Residência Agrária Jovem, ocorrido no Projeto intitulado “Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano”, são abordadas questões referentes ao protagonismo e percepções dos jovens camponeses nos processos de desenvolvimento rural na Zona da Mata e Brejo Paraibano. Araujo, Melo e Silva enfatizam a importância do Residência Agrária para o fortalecimento da luta pela terra, especialmente

em um contexto de intensa criminalização da luta e no qual a juventude rural cada vez mais se desloca em direção a centros urbanos.

Seguindo o prisma dos projetos emancipatórios em escala local, no artigo *As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: o caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha, Minas Gerais*, as autoras Mariana Martins e Fernanda Onuma objetivam, por meio da prática de princípios da economia solidária, analisar a evolução na gestão e produção de relações associativistas. Martins e Onuma também debatem acerca de como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) beneficiou a agricultura familiar por meio do desenvolvimento local. O artigo é um ótimo exemplo de como projetos de extensão universitários promovem e contribuem para ações coletivas de produção e gestão.

Continuando na abordagem de associações e cooperativas, o artigo com o título *O selo combustível social e o papel das cooperativas em Goiás*, de autoria de Rodrigo Gonçalves de Souza, com base na análise do estado de Goiás, tem como objetivo debater sobre o papel do cooperativismo da agricultura familiar na ação de compra de matérias-primas oleaginosas para no âmbito do Selo de Combustível Social do Programa Nacional para Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) que, por sua vez, tem como intuito apoiar a participação da agricultura familiar na cadeia de produção de agrocombustíveis. Souza conclui que cooperativas fazem diferença significativa em aumentar poder de mercado, escala e valor adicionado para os agricultores.

Outro exemplo de resistência local frente a processos globais que visam a monopolização do território é evidenciado no artigo intitulado *Territorialidades de uma 'práxis libertadora' na dinâmica mercantil globalizada: o caso do artesanato em Caçapava do Sul/RS*. Os autores Henrique Rudolfo Hettwer e Daiane Loreto de Vargas, a partir da pesquisa em comunidades locais do município de Caçapava do Sul, no Pampa do Rio Grande do Sul, analisam as dinâmicas dos saberes tradicionais e como a atividade artesanal de couro e lã, além de expressarem a cultura gaúcha, contribuem para a formação de territorialidades e para o desenvolvimento territorial, por meio de geração de empregos. Hettwer e Vargas reconhecem que o movimento da globalização neoliberal impõe novas práticas e dinâmicas as comunidades tradicionais, desafiando o patrimônio imaterial.

Finalizando o número 44 da Revista NERA, os autores Eliana Menossi Silva Floriano e Sedeval Nardoque, através do artigo intitulado *A relação campo-cidade no ensino de Geografia: estudo do Currículo de Geografia do estado de São Paulo*, analisam as dimensões da relação campo-cidade no Currículo Oficial para a disciplina de Geografia, do estado de São Paulo. Os autores partem de uma abordagem do debate paradigmático – Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária – por meio da vertente campesinista deste último, defendendo que a questão agrária também é expressa no território imaterial e,

no neste caso, no ambiente escolar, apontando as críticas à difusão da ideologia capitalista por meio da agricultura moderna, projetada no Currículo escolar do estado de São Paulo por meio do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Ademais, este número também conta com a resenha crítica intitulada *Território e teoria camponesa: as experiências do programa de pós-graduação TerritoriAL,* na qual a autora Débora Assumpção e Lima apresenta uma análise do livro *Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe* que, por sua vez, caminha no sentido do eixo condutor deste número, ressaltando a experiência do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, resultada da relação entre pesquisa e extensão em Geografia Agrária, se constituindo através de um convênio entre a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Via Campesina e Conselho Latino-americano de Ciência Sociais (CLACSO).

O número 44 da Revista NERA é finalizado com a entrevista inédita de Teodor Shanin, presidente da Escola de Ciências Sociais e Econômicas de Moscou, realizada por Vicente Eudes Lemos Alves e Débora Assumpção e Lima em 2017 na cidade de Moscou, Rússia. A entrevista, também publicada no idioma inglês neste mesmo número, aborda questões referentes ao pensamento agrário clássico, campesinato russo e transformações agrárias.

Os ensaios, pesquisas e resenha contidos nesse número da Revista NERA trazem importantes elementos para que possamos discutir alguns dos principais processos globais e locais atrelados à Questão Agrária contemporânea. Percebe-se que apesar de existir um massivo processo de articulação das forças capitalistas obedecendo a dinâmicas globais, a exemplo da financeirização, dos grandes negócios por terras e do controle sobre o fluxo de alimentos no espaço; também têm emergido ações de resistência, especialmente na escala local.

Finalizamos informando algumas renovações na Revista NERA, a começar pela alteração do nosso *layout*, que incluí o logo comemorativo de vinte anos de nossas publicações e mudança da informação ano para volume, visando sempre a nossa melhoria. Desejamos a todos (as) uma excelente leitura!

Referências

AGNEW, J. Regions in revolt. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 1, p. 103–110, 2001.

ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A. **Rethinking the region**. Londres: Psychology Press, 1998.

ARMITAGE, D. Governance and the commons in a multi-level world. **International Journal of the Commons**, v. 2, n. 1, p. 7–32, 2007.

BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning, Society and Space**, v. 19, p. 459-481, 1998.

BORRAS JR., S. M. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2–3, p. 258–289, 2008.

EDELMAN, M.; BORRAS JR., S. M. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Rugby: Pratical Action Publishing, 2016.

MARSTON, S. A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219–242, 2000.

MASSEY, D. O sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Ed.). . **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176–185.

PAASI, A. Bounded spaces in the mobile world: Deconstructing “regional identity”. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 93, n. 2, p. 137–148, 2002.

ROSSET, P. Re-thinking agrarian reform, land and territory in La Via Campesina. **Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 4, 2013.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. DE; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SMITH, N. Geografía, diferencia y políticas de descala. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, p. 127–146, 2002.

SNEDDON, C. Reconfiguring scale and power: The Khong-Chi-Mun project in northeast Thailand. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 12, p. 2229–2250, 2003.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pod o poder local? **Cadernos IPPUR**, n. 2, p. 140–151, 2001.

VAN DER PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 133–173, 2012.

A face e as múltiplas facetas da barbárie societal no campo brasileiro: algumas considerações[1]

Suzane Tosta Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
e-mail: suzanetosta@gmail.com

Jânio Roberto Diniz Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
e-mail: jandiniz@yahoo.com.br

Aos camponeses de Colniza (MT) e Pau D'Arco (PA), que tombaram na luta pela terra!
Aos cem anos da Revolução Russa!

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre as investidas do capital sobre o trabalho no campo brasileiro, enfatizando a sua face mais bárbara que se concretiza, por um lado, em um processo de significativa concentração da propriedade fundiária nas mãos de poucos grupos econômicos e, por outro, no aumento exacerbado da violência e mesmo extermínio de trabalhadores rurais e camponeses que lutam pelo acesso à terra ou para nessas permanecerem como condição para a reprodução da vida. Nesse processo, reflete sobre as formas de intensificação da barbárie societal no campo imposta pelo processo de acumulação do capital, que ora denominamos "os 7 pecados do capital" no campo brasileiro, que, contraditoriamente, levam ao reacender da luta de classes, que se consolida nas diversas ações implementadas pelos camponeses pela conquista ou permanência na terra de trabalho.

Palavras-chave: Capital; trabalho; questão agrária; luta de classes; campesinato.

The face and the multiple facets of societal barbarism in the Brazilian countryside: some considerations

Abstract

This article aims to reflect on the attack of capital on labor in the Brazilian countryside, emphasizing its most barbaric face that materializes, on one hand, in a process of significant concentration of land ownership in the hands of a few economic groups and, on the other hand, in the exacerbated increase of violence and even extermination of rural laborers and peasants who struggle for access to land or for remaining as a condition for the reproduction of life. In this process, reflects on the forms of intensification of societal barbarism in the field imposed by the process of capital accumulation, which we now called "the 7 sins of capital" in the Brazilian countryside, which, paradoxically, lead to incite the class struggle, which is rooted in the various actions implemented by the peasants to the conquest or stay on land of labor.

Keywords: Capital; labor; agrarian question; class struggle; peasantry.

El rostro y las múltiples facetas de la barbarie societal en el campo brasileño: algunas consideraciones

[1]O presente artigo resulta de parte das reflexões elaboradas para a Mesa Redonda: Trajetórias e desafios da Geografia Agrária na Bahia, ocorrida durante o II Simpósio Baiano de Geografia Agrária, na Universidade Federal da Bahia entre os dias 03 a 05 de julho de 2017.

Resumen

El presente artículo busca reflexionar sobre las concesiones del capital sobre el trabajo en el campo brasileño, enfatizando su lado más bárbaro que se concreta, por un lado, en un proceso de significativa concentración de la propiedades territoriales agrarias en manos de pocos grupos económicos y, por otro, en el aumento exacerbado de la violencia y también el exterminio de los trabajadores rurales y campesinos que luchan por el acceso a la tierra o para que puedan permanecer en ellas como condición para la reproducción de vida. En ese proceso de acumulación capital, que ora lo denominamos "los 7 pecados del capital" en el campo brasileño, que, contradictoriamente, llevan a reavivar la lucha de clases, que se consolida en las diversas acciones implementadas por los campesinos por la conquista o permanencia en la tierra de trabajo.

Palabras-clave: Capital; trabajo; cuestión agraria; lucha de clases; campesinado.

Introdução

A expansão do capital no campo brasileiro, e seus reflexos sobre o mundo do trabalho e no universo da reprodução camponesa, tem se intensificado nas últimas décadas. Neste artigo, busca-se refletir sobre o processo de concentração fundiária ocorrido nos últimos anos, representando os interesses diretos da expansão de uma produção tipicamente capitalista e ligada, portanto, ao agronegócio, que traz, no seu revés, a intensificação da luta pela terra, aumento dos conflitos fundiários e ameaças e mortes violentas de trabalhadores que lutam por um pedaço de terra no Brasil, e mais especificamente no estado da Bahia.

A barbárie existente no campo brasileiro e baiano pode ser assim, compreendida, como expressão concreta das contradições capital *versus* trabalho e se consolida nas diversas formas de apropriação da renda da terra e extração do lucro, quanto na tentativa de expulsão dos camponeses de suas terras e na precarização das condições de trabalho no campo, cuja expressão mais evidente é o trabalho escravo. Essa realidade, diferente de representar o discurso do “atraso” ideologicamente divulgado pelas classes dominantes é a própria condição para a produção da riqueza no campo, evidenciando o pressuposto básico defendido por Karl Marx (1984) através do qual a produção da pobreza, ou seja, da exploração do trabalho não pago, é a condição para a extração maior da riqueza.

Referenda-se ainda na leitura apresentada por Rosa de Luxemburgo (1985) através da qual a produção do capital se efetiva por outras relações de trabalho que não as eminentemente capitalistas, ou assalariadas, realidade que permite explicar tanto a reprodução de relações de trabalho análogas à escravidão[2] quanto às relações camponesas que se reproduzem no campo brasileiro. No caso dessas últimas, acata-se que ao passo que os camponeses sujeitam parte de sua renda ao capital, também se reproduzem através de

[2] Termo utilizado pelo Ministério do Trabalho no Brasil, uma vez que se reconhece a escravidão como legalmente abolida.

sua luta histórica, portanto, se constituem classe, intensificando o caráter político de sua existência, e se expressando na atualidade da luta entre classes antagônicas que caracteriza o campo brasileiro (SOUZA, 2008); (SANTOS, 2009).

É partindo dessa realidade que busca-se compreender as diferentes formas de intervenção do capital no campo brasileiro, que se efetiva desde o controle da propriedade privada e a concentração fundiária sobre/da terra nas mãos das classes proprietárias, até as ações mais atuais do agronegócio brasileiro, que em seu objetivo de aumentar suas margens de lucro intensifica tanto as formas pretéritas de exploração do trabalho, a exemplo do trabalho escravo, quanto investe na desagregação e subordinação das unidades de produção camponesas.

A fim de evidenciar as formas de atuação do capital no campo, será desenvolvido, ao longo deste texto, algumas questões que denominados: “Os 7 pecados do capital no campo”, tomando por referência o título da obra publicada pela Editora Record, no ano de 2000, sob a Organização de Emir Sader, na qual definiu-se: a avareza; o ecocídio e o biocídio; a exploração; o fetichismo; a fome; o roubo do tempo; e o latifúndio como: “Os 7 Pecados do Capital”. Embora se possa concordar, com base no texto escrito por João Pedro Stédile, que o latifúndio constitui-se no pecado agrário brasileiro[3], pode-se considerar que o capital possui outras formas de atuar no campo brasileiro, portanto “outros pecados”[4] que precisam ser encarados e debatidos.

Por isso, o presente artigo busca analisar o que compreendemos por “7 pecados do capital no campo”, englobando além da apropriação privada da terra e a concentração fundiária questões como: a escravidão, a violência e os assassinatos no campo, o agronegócio, o uso exacerbado dos agrotóxicos, a degradação da natureza e a expropriação camponesa. Pensar o campo brasileiro e baiano requer considerar como essas questões evidenciam a barbárie, mas, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, traz a cena à centralidade da luta de classes, em que a luta camponesa para continuar existindo adquire todo o sentido.

Os sete “pecados” do capital no campo brasileiro

Tomando por base os estudos e reflexões realizadas no intuito de compreender o campo brasileiro, busca-se discutir algumas das estratégias do capital sobre esse espaço, ou como denominado anteriormente, “Os 7 pecados do capital no campo”. A opção por esses não significa que não existam “outros pecados”, apenas julga-se esses sete indispensáveis

[3] Texto também publicado individualmente pela Editora Expressão Popular, no ano de 2003.
[4] Ao referirmos a expressão “pecado” ressalta-se que o apelo ao termo não se constitui enquanto expressão religiosa, mas enquanto formas concretas e perversas de intervenção do capital sobre o trabalho no campo.

de serem apontados. Enfatiza-se que, em outros momentos, os temas elencados foram tratados de modo mais detalhado, a exemplo da apropriação privada da terra; o agronegócio, a agricultura familiar e a pluriatividade (enquanto ideologias do capital para o campo); o trabalho escravo nos centros do agronegócio; a violência e criminalização dos movimentos sociais; a expropriação, reprodução e sujeição camponesa, dentre outros assuntos, que resultaram em artigos científicos que deram base para a discussão aqui realizada. Retomando o título do referido item, define-se os “7 Pecados do capital no campo” como:

A propriedade privada sobre a terra e a concentração fundiária no Brasil e na Bahia

Esse pode ser considerado “o pecado original”, a essência dos sérios problemas sociais existentes no campo brasileiro, em que para se compreendê-lo, torna-se necessário buscar sua estrutura e desenvolvimento, historicamente. A apropriação privada da terra, definida a partir de um determinado contexto histórico de desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, e legitimada pelo aparato estatal, sob a forma da lei, garantiu a apropriação das terras pela classe dos proprietários, sejam esses fundiários ou capitalistas, e impossibilitou o acesso à terra a centenas de trabalhadores sem terra, que, inicialmente, deveriam se converter em força de trabalho a produzir o valor. Ao transformar a terra em “mercadoria”, o capital intensificou um processo de valorização das mesmas, a expropriação de diversas famílias camponesas de suas terras de trabalho e a precarização das condições de trabalho no campo.

A concentração das terras, nas mãos das classes proprietárias, permite formas concretas de apropriação da renda da terra, de todo o trabalho e riqueza social nessa produzida, de forma individual. Por isso, reforça o caráter rentista da terra e referenda o latifúndio.

Ao associar a questão da apropriação privada da terra à realidade brasileira, acrescenta-se ainda o fato desse país apresentar uma absurda concentração fundiária, fazendo com que poucos sujeitos/classes controlem a quase totalidade das terras agricultáveis, intensificando os conflitos referentes a luta dos camponeses por um pedaço de terra.

Os dados apresentados por Oliveira (2015) em Cadernos Conflitos no Campo, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontam essa realidade. Eles dão conta de que nos últimos 10 anos do governo petista houve a maior concentração fundiária do país, superando o ocorrido no período da Ditadura Militar – quando o país se preparava para a consolidação da expansão capitalista que no campo ficou conhecida como modernização da agricultura. De acordo com o autor, no período de 1967 a 1972, as grandes propriedades

incorporaram 17,6 milhões de hectares e no período de 1972-1978 mais 52,2 milhões de hectares, alcançando um crescimento de 69,9 milhões de hectares incorporados e obtendo sobre seu controle 57% das terras do país ao final desse período. Aponta ainda que entre os governos de Itamar Franco e primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1993-1998), os latifúndios aumentaram 51 milhões de hectares. Entre os anos de 2000 a 2003 – a área total dos latifúndios no país voltou a crescer 60,2 milhões de hectares. Já entre o período de 2003 a 2010, portanto durante os governos de Lula e Dilma, a área dos latifúndios continuaram a crescer 62,8%. No período de 2010-2014 os latifúndios aumentaram 5,8 milhões de hectares, controlando uma área de 244,7 milhões de hectares. Ao longo dos governos petistas aos latifúndios foram acrescentados 97,9 milhões de hectares, caracterizando uma concentração fundiária sem precedentes na História do país.

Tal realidade vai se concretizar, por outro lado, na intensificação da violência no campo, seja por conta da necessidade de controle da terra como forma de expandir os investimentos de capital, seja pelas ações praticadas pelas classes dominantes para expulsar os camponeses de suas terras de trabalho, ou ainda pela necessidade desses em obter um pedaço de terra para plantar e viver. O controle fundiário das classes dominantes no Brasil tem sido marcado a ferro e a fogo. O aumento dos casos de violência e mortes no campo, conforme evidenciam dados da Comissão Pastoral da Terra são expressões concretas desse processo.

A grilagem de terra como possibilidade de reprodução de uma classe no campo

Ao tratarmos de assuntos referentes à apropriação privada da terra, vinculando a história do país, torna-se impensável que esse processo se efetivou, exclusivamente, através da compra legal.

Diversos autores e pesquisas sobre o campo brasileiro, a exemplo de Martins (1998), Oliveira (2005), Souza (2008), bem como publicações da Comissão Pastoral da Terra, apontam a grilagem de terra como um dos fortes responsáveis pela concentração fundiária no país, reforçando o poder da classe dos proprietários fundiários e empresas capitalistas que atuam no campo e se valem desse expediente para extrair maior renda e lucro. Nesse processo, destaca-se a conivência do Estado que assume, completamente, seu papel de instrumento de uma classe, reforçando o apontado por Mészáros (2002) ao definir o Estado como força política do capital.

A grilagem de terras no Brasil, enquanto estratégia de expansão dos interesses de uma classe se consolida, assim, na impossibilidade de muitas famílias camponesas se apropriarem dessas terras, pela via da reforma agrária, como meio de reproduzirem a vida – pelo trabalho. Ao se observar a história da distribuição e controle sobre as terras no Brasil,

verifica-se certa imprecisão nesses dados, ora por conta da ampla extensão do país, ora pelo fosso deixado entre o período que imperou o sistema de Capitanias Hereditárias e a promulgação da Lei de Terras (Lei 601/1850), ora pela falta de controle e ação política do Estado, deixando os latifundiários muito à vontade para se apropriarem de amplas porções de terras pela via da grilagem.

Em O cativeiro da Terra (1998), Martins aponta que no período anterior à Lei de Terras, que definiu a apropriação privada sobre a terra, imperou o sistema de terras livres, em que as classes dominantes atuantes no campo se apropriaram de grandes frações de terras, e mesmo depois da Lei 601, tais registros não eram confiáveis, levando a possibilidade de novas formas de grilagem. Contudo, não se deve pensar que esse processo é coisa do passado, mas uma realidade bem atual no campo brasileiro, conforme apontam os dados que destacaremos em seguida.

A grilagem de terra constitui-se um processo de falsificação de documentos, em que, em princípio, a utilização de pequenos insetos – os grilos, e uma substância amarelada deixada por esses, dava a impressão de que tais documentos eram antigos. Essa e outras estratégias, aliadas ao poder exercido pela classe proprietária, em sua relação direta com o Estado e o capital, assegurou a permanência desse processo ao longo dos anos.

De acordo com Oliveira, tomando por base os dados do Censo Agropecuário de 2006, o IBGE aponta que do total da área territorial do país (850.201.546 ha), cerca de 308.509.731 hectares são definidos como “outras ocupações”, o que representa, uma área ‘gigantesca’ que o INCRA não consegue definir como está sendo ocupada. Em um país do latifúndio, em que o controle sobre a terra é instrumento de poder e riqueza e onde as disputas territoriais por essas originam tantos conflitos, é impossível se pensar na existência de tantas terras sem ocupação. Onde estão essas terras atualmente? O Estado tem ou não como identificá-las e colocá-las a disposição para fins de reforma agrária? Caso isso ocorresse, a mesma resolveria o problema dos conflitos de luta pela terra? As respostas para tais perguntas seriam demasiadamente ingênuas se não se considerasse o conteúdo de classe existente no campo brasileiro, e o papel político do Estado enquanto agente da classe dominante.

O estado da Bahia pode ser também considerado como parte desse processo de apropriação de amplas porções de terras, por meio da grilagem, através da qual proprietários fundiários expandem as possibilidades de extrair maior renda da terra. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 evidenciam que na Bahia, do total de 56.415.242 ha, apenas 25.328.029 ha são terras cadastradas (o equivalente a 45% do total), no entanto 31.087.213 ha são consideradas por Oliveira (2005) como terras devolutas, o equivalente a 55% do total das terras desse estado. Essas terras se concentram, principalmente, em áreas do Norte do estado, Vale do São Francisco e alguns municípios do Oeste Baiano, locais em que grandes

projetos do agronegócio vêm sendo desenvolvidos, em que a terra adquire um valor fenomenal para garantir a expansão do capital no campo e são controladas por grandes proprietários e empresas do meio rural.

A fim de reforçar esse caráter da concentração fundiária no estado da Bahia, o Projeto de Pesquisa GeografAR[5], da Universidade Federal da Bahia, com base em dados dos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE, dão conta que o Índice de Gini do estado, que era de 0,734 no ano de 1920, passou para 0,838 no ano de 2006, evidenciando uma maior concentração das terras nas mãos de poucos proprietários, fato que intensifica os conflitos fundiários no estado.

Pelos dados apresentados, verifica-se que a prática da grilagem de terra é uma atualidade no campo brasileiro e no estado da Bahia, evidenciando o poder das classes proprietárias em sua relação direta com o Estado. Essa realidade da grilagem de terra foi evidenciada em recente pesquisa, no Sudoeste da Bahia (SOUZA, 2008), sobretudo no período pós década de 1970, quando a expansão das relações capitalistas se fez mais evidente, dadas necessidades de integrá-la a "dinâmica região produtora de café" do Sudeste Brasileiro. A valorização das terras despertou os interesses das empresas capitalistas e aguçou a ganância dos senhores proprietários das terras, resultando em diversos conflitos com comunidades camponesas que historicamente se reproduziam em diversos locais dessa região, com destaque para os processos ocorridos nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, que tiveram maior valorização de suas terras.

O agronegócio que se consolida nos "resultados";

Tradução do *agrobussiness* norte americano, o agronegócio apresenta-se como o "novo" modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, pautado na ideologia de superação do atraso do campo, ao torná-lo totalmente produtivo com a expansão do capital industrial, financeiro e agrário, consolidando um processo de "integração" de setores econômicos necessários ao processo expansivo e acumulativo do capital no campo. Cabe ao agronegócio a quase totalidade dos recursos públicos e as políticas agrícolas desenvolvidas para o campo brasileiro. A justificativa para tanto é um pouco duvidosa, na medida em que esse "modelo" coloca-se como o grande responsável pela produção agrícola e a criação de animais no campo brasileiro (Quadro 01).

Em contraposição à lógica da produção e da produtividade do agronegócio brasileiro, autores como Oliveira (2003), Marques (2002), Fernandes (2002) e Souza (2008) apontam, inclusive se ancorando em dados oficiais como os Censos da Agricultura Familiar, que estão

[5] Ver sobre isso: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br

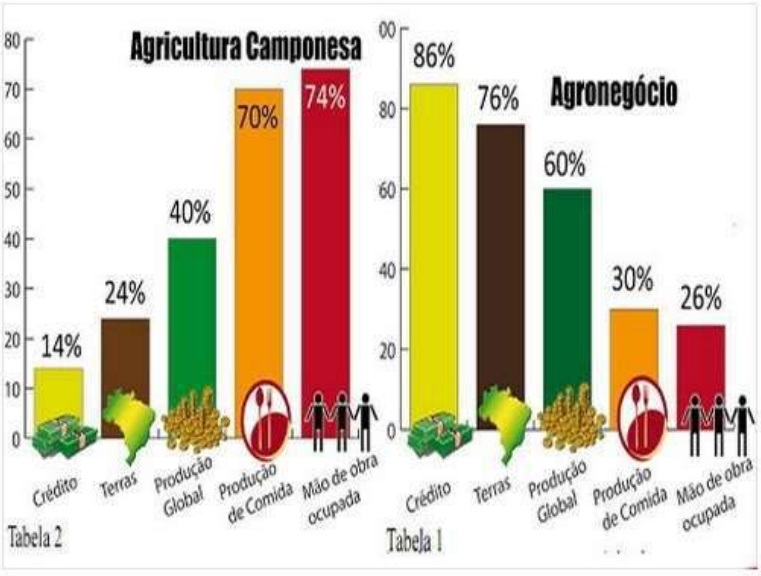
nas médias e pequenas propriedades a maior parte da produção de alimentos e criação de animais do país (Figura 01). São essas quem produzem para abastecer o mercado interno, sendo a produção do agronegócio destinada ao mercado externo, referendando a política de dependência do país frente à economia capitalista em nível mundial[6].

Quadro 01: Produção e Exportação Brasileira do Agronegócio – Ranking Mundial – 2012.

Produtos	Produção	Exportação	Número de Países	Principal Comprador
Açúcar	1º	1º	126	Rússia
Café	1º	1º	133	EUA
Suco de Laranja	1º	1º	68	Bélgica
Soja e seus produtos	2º	2º	95	China
Carne Bovina	2º	2º	135	Rússia
Etanol	2º	1º	34	EUA
Carne de aves	3º	1º	145	Japão
Milho	4º	4º	48	Irã
Carne Suína	4º	4º	74	Rússia

Fonte: SRI/Mapa

Figura 01: Comparação entre dados da Agricultura Camponesa *versus* Agronegócio.



Fonte: Dados do IBGE/2000. DABRA.

A consolidação do modelo do agronegócio, alertam os movimentos sociais, se estabelece no aumento da concentração fundiária, na relação de total dependência da

[6] Em artigo anterior (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008) publicado na Revista Pegada Eletrônica – Dossiê Agronegócio –, junto com diversos outros autores estudiosos do campo brasileiro, pôde-se discutir melhor a questão.

produção agrícola com o capital industrial (utilização de maquinarias e produtos químicos) e financeiro (garantia dos juros via financiamentos da lavoura), no uso abusivo dos agrotóxicos – inferindo diretamente na saúde da população, na degradação dos recursos naturais pela sede do lucro e da extração da renda, no aumento dos conflitos no campo – dada expansão desse modelo em direção às terras camponesas, e na expansão de relações escravas no campo. Em nome da racionalidade do capital, a barbárie no campo se consolida através de sua face mais perversa – a violência generalizada e os assassinatos de trabalhadores[7].

A escravidão no campo – o "moderno" que se reproduz no "atraso", a violência e os assassinatos de camponeses e trabalhadores: o estopim da barbárie

Ao analisar o capitalismo no século 21, o filósofo István Mészáros (2003), retomando a célebre frase de Rosa de Luxemburgo, aponta duas possibilidades para a humanidade: o socialismo ou a barbárie. Sobre o campo brasileiro, Oliveira (2003) escreve um artigo intitulado Modernidade e Barbárie, no qual aponta que a condição de ser moderno, consequente e dialeticamente, conduz a reprodução da barbárie, que se consolida, sobretudo, exacerbação das contradições capital *versus trabalho* no campo brasileiro, no qual a produção da riqueza, a exemplo da produção do agronegócio, se consolida a custas do atraso – a exemplo da expansão do trabalho escravo. Também o Caderno Conflitos no Campo, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, tem evidenciado as constantes apreensões de trabalho escravo e semiescravo nos cultivos destinados ao agronegócio (Tabela 01): soja, cana de açúcar, fazendas de gado, dentre outros, vinculando o que se apresenta como moderno com o que há de mais atrasado: à escravidão, a peonagem, o trabalho cativo, nos centros da produção do agronegócio brasileiro.

Tabela 01: Conflitos trabalhistas no Campo – 2007-2016.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Trabalho Escravo	265	280	240	204	230	168	141	131	80	68
Assassinatos	1	1		1			1			
Pessoas envolvidas	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751
Superexploração	151	93	45	38	30	14	13	10	4	1
Assassinatos			1							

[7] Ainda no processo de elaboração do referido texto, foi noticiado mais um assassinato no campo, dessa vez o camponês quilombola José Raimundo Mota de Souza Junior, vinculado ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ocorrido no dia 13/07/2017, no Povoado Quilombo de Jiboia, município de Antonio Gonçalves/BA.

Pessoas envolvidas	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2
Total	416	373	285	242	260	182	154	141	84	69

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016.

Embora se possa considerar os dados apontados no quadro 01, cabe realizar algumas ressalvas nos números apresentados, correndo-se o risco de se fazer uma análise apenas aparente do que a realidade efetivamente demonstra. Apesar de se ter uma diminuição nos números apresentados nos últimos anos, cabe considerar duas principais questões: a primeira a própria dificuldade em se levantar, efetivamente, esses dados, uma vez que muitos dos casos de trabalho cativo ocorrem em locais distantes e de difícil acesso, bem como pelo medo difundido entre os trabalhadores em realizar tais denúncias e registros. Quanto a diminuição nos dados apontados nos últimos anos, cabe considerar ainda todo o processo de desmonte do Ministério Público do Trabalho, a redução efetiva de fiscais, bem como os constantes casos de ameaças e mortes a que esses estão sujeitos no exercício de seu trabalho. Acrescenta-se ainda, a força exercida pelos grandes proprietários fundiários, e suas articulações políticas, inclusive no sentido de minimizar o trabalho escravo e afrouxar a fiscalização, em uma clara tentativa de naturalizar a exploração do trabalho no campo[8].

Ressalta-se ainda os casos de violência, ameaças de mortes e assassinatos de trabalhadores e camponeses, concretizando a barbárie no campo brasileiro, conforme demonstra o Tabela 02 a seguir.

Tabela 02: Comparação dos Conflitos no Campo Brasil 2007-2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conflitos por Terra										
N. de ocorrências[9]	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
Total	**1.027**	**751**	**854**	**853**	**1.035**	**1.067**	**1.007**	**1.018**	**998**	**1.295**
Assassinatos	**25**	**27**	**25**	**30**	**29**	**34**	**29**	**36**	**47**	**58**
Pessoas envolvidas	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
N. de Conflitos	**1.538**	**1.170**	**1.184**	**1.186**	**1.363**	**1.364**	**1.266**	**1.286**	**1.217**	**1.536**
Assassinatos	**28**	**28**	**26**	**34**	**29**	**36**	**34**	**36**	**50**	**61**
Pessoas envolvidas	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843

[8] Veja-se, por exemplo, a reforma trabalhista aprovada recentemente pelo governo golpista de Michel Temer e seus asseclas.

[9] Os dados do n. de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças e despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019

Fonte: Com base em dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Cadernos Conflitos no Campo, 2016.

Observa-se o aumento significativo de assassinatos no campo no ano de 2016, quando a CPT registrou um total de 61 assassinatos, dados só maior no ano de 2003 quando foram registrados 73 assassinatos de trabalhadores rurais e camponeses[10]. Infelizmente tal quadro está muito distante de ser revertido, e os dados coletados até maio de 2017 já apontavam a triste estatística de 36 trabalhadores assassinatos no campo brasileiro. Ressalta-se, nesse processo, a ocorrência de duas chacinas em um curto intervalo de um mês, a primeira no município de Colniza/MT, em abril, no qual 9 camponeses foram torturados e covardemente assassinados, e a segunda no município de Pau D'Arco/PA, no mês de maio, onde 10 trabalhadores foram brutalmente executados pela polícia[11], vindo um outro trabalhador a ser assassinado poucos dias após a chacina[12].No estado da Bahia, a CPT registrou no ano de 2016 o total de 4 trabalhadores assassinados, sendo 2 quilombolas, 1 ambientalista e 1 indígena.

Os dados apontam ainda o aumento significativo do número de conflitos no campo brasileiro, que no ano de 2016 registrou 1.536 conflitos, sendo esses, em sua maioria, conflitos pela terra (1.295) evidenciando a concentração fundiária, o poder dos senhores proprietários e as necessidades concretas de centenas de famílias envolvidas em conflitos por terra no país. Longe de expressar uma realidade unilateral imposta pelo capital, os dados demonstram que no campo a luta de classes é pulsante e se expressa em uma média de 4,2 conflitos ocorridos a cada dia, muito embora esses não sejam evidenciados pela grande mídia. Os camponeses continuam sua marcha em luta pela terra, ou para nessas permanecerem.

No estado da Bahia foi onde se registrou um dos maiores índices de conflitos no campo no ano de 2016, totalizando 164 conflitos, envolvendo 103.963 pessoas, ficando atrás apenas dos estados do Maranhão, 196 conflitos, envolvendo 100.219 pessoas e Rondônia, com 172 conflitos, envolvendo 78.672 pessoas. Considerando-se o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo nesse ano, verifica-se que o estado da Bahia ocupa a triste estatística de primeiro lugar no Brasil. Tratando mais especificamente de conflitos por terra, no estado da Bahia, em 2016, foram registrados 102 conflitos, envolvendo 13.343 pessoas, número só superado no Brasil pelos estados do Maranhão (178 conflitos com 18.264 pessoas envolvidas), Rondônia (143 conflitos e 6.954 pessoas envolvidas) e Pará (com 110 conflitos

[10] Considera-se trabalhadores rurais aqueles sujeitos já totalmente expropriados e detentor única e exclusivamente de sua força de trabalho. Já os camponeses são considerados aqueles que vivem em pequenas frações de terra junto com a família.

[11] Sobre o assunto, tem-se até o momento intensa polêmica. A polícia declara que se dirigiram a fazenda para retirar os trabalhadores e que os mesmos os receberam à bala. A perícia até o momento aponta que não houve nenhuma reação dos camponeses, levando a entender que os trabalhadores foram executados. Testemunhas confirmam a versão.

[12] Após o Massacre na Fazenda Santa Luzia, município de Pau D'Arco/PA, os trabalhadores reocuparam a fazenda, o que repercutiu em mais um assassinato, dessa vez o trabalhador Rosenilton Pereira de Almeida, no mês de julho de 2017.

registrados e 18.109 pessoas envolvidas). (CPT, 2016). Em número de pessoas envolvidas em conflitos por terra no ano de 2016, o estado da Bahia ocupou a triste posição de terceiro lugar.

Além dos 102 conflitos por terra registrados pela CPT, no ano de 2016, no estado do Bahia foram registrados ainda 30 conflitos de ocupações e retomadas, envolvendo 3.591 pessoas. A grande maioria dessas ocupações ocorreram sob organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 8 ocorrências de apreensão de trabalho escravo, envolvendo 38 trabalhadores nas denúncias (sendo 37 libertados), e 24 conflitos por água, envolvendo 3.851 pessoas. Oito desses conflitos ocorreram no município de Caetité e envolveram comunidades camponesas em conflito com as minas de Urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

A destrutividade da natureza como condição à produção da mercadoria

Como condição a expansão do capital no campo pode-se destacar o processo de apropriação constante da natureza como fundamental para a produção de novas e crescentes mercadorias. Portanto, em uma sociedade que prima pela produção e consumo exacerbado, e compreendendo que as mercadorias são resultados do trabalho e advêm dos objetos retirados da natureza, considera-se que seu processo expansivo e acumulativo requer a destrutividade da natureza, desmistificando o discurso da sustentabilidade desse modo de produção que, em concordância com Mészáros (2002), pode ser definido como “totalizante, incontrolável e destrutivo”.

O pressuposto básico que utilizamos nesse artigo é o de pensar a relação indissociável entre sociedade, trabalho e natureza, fundamentando-se nas reflexões estabelecidas por Lessa e Tonet (2011) e Tonet (2013), que partindo das reflexões de Georges Lukács apontam o trabalho como condição ontológica humana, forma indispensável de metabolismo entre a sociedade e a natureza e fundamento para a existência de toda e qualquer sociabilidade. Assim, ao transformar a natureza a sociedade também transforma as suas condições de existência. Ao buscar em Marx a explicação para essas formas concretas de trabalhos úteis, necessidades humanas, para a produção de valores de uso, os autores acrescentam que na sociedade capitalista esse trabalho encontra-se inteiramente subsumido a produção de valores de troca, Nesse processo, a lógica expansiva do capital, leva a intensificação de sua intervenção na natureza, de onde provêm os objetos e os meios de trabalho, inicialmente, e os próprios meios de produção posteriormente. A lógica crescente da extração do mais-valor sobrepõe-se aos ciclos naturais e vem a representar a degradação de diversos biomas, em nome da racionalidade destrutiva do lucro.

De acordo com o pensamento de Mészáros (2002), aponta-se a necessária reflexão sobre os sistemas de mediações de primeira e segunda ordem, nas quais se pode entender as formas definidoras predominantes nas sociedades anteriores a exacerbação da sociedade capitalista e as transformações dessas mediações após a ascensão desse modo de produção. Ressalta-se que a preocupação com a forma destrutiva de uma sociedade capitalista que "aparece como uma enorme coleção de mercadorias", já se encontrava posta no primeiro capítulo do vol. I de O capital, por Karl Marx (1984), bem como em diversas passagens de suas obras. Ainda em O capital, certamente sua obra mais completa, também se encontra posta a necessidade de preservação dos recursos para as gerações futuras, discurso apropriado e empobrecido pelos pressupostos atuais do desenvolvimento sustentável, que sem ir à raiz das contradições entre capital *versus* trabalho, apontam uma 'fórmula mágica' de preservação voltada a garantia da reserva e valorização dos recursos naturais para o processo de acumulação mundial do capital.

Para Mészáros (2002) a história da humanidade pode ser compreendida através de dois principais sistemas de mediações – que difere a realidade da sociedade capitalista de qualquer outra realidade social existente anteriormente. Nesse processo, o que denomina sistema de mediação de primeira ordem pressupõe uma relação sociedade-natureza na qual prevalece a finalidade de preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. Nesse processo, os seres humanos são compreendidos como parte da natureza, não se operando na fragmentação que ocorre sob a égide da produção do capital, são vistos como determinação ontológica fundamental a reprodução da existência, no qual prevalece: a regulação da atividade biológica reprodutiva em vinculação com os recursos existentes, um sistema de trocas compatível as necessidades requeridas, alocação racional dos recursos naturais e humanos disponíveis, lutando contra a escassez, com a utilização viável dos meios de produção em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes, dentre outras questões (ANTUNES, 2002). A essa predominante forma de sociabilidade ao longo da história humana, erige o sistema de mediações de segunda ordem, que corresponde a "um período específico da história humana" (p. 20), no qual, segundo Mészáros (2002), são introduzidos os elementos fetichizadores e alienantes do controle social metabólico do capital, sob a forma de uma estrutura de mando vertical. Assim, o capital se torna o meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva que subordina "todas as funções reprodutivas sociais" (ANTUNES, 2002, p. 21), com a finalidade de expandir o valor de troca.

Esse sistema de mediações de segunda ordem, ou "advento do sistema de capital" sustenta-se em determinados elementos, como: a total separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção, a imposição dessas condições objetivadas sobre o conjunto dos trabalhadores, a personificação do capital enquanto valor egoísta, assim como

a personificação dos operários como trabalho (estruturado na separação entre aqueles que produzem e aqueles que controlam a produção), dentre outras características. Nesse sistema, a relação de conjunção entre sociedade e natureza é totalmente rompida e essa passa a ser o meio e a fornecer os objetos necessários à generalização da produção de valores de troca. Nesse fundamento, a destrutibilidade da natureza (e da própria sociedade – enquanto relação ontológica) torna-se inevitável.

Isso não quer dizer, em absoluto, que não haja tentativas do capital de burlar a sua condição de destrutividade, a fim de garantir os patamares da acumulação. Sobre isso, ressalta-se os teóricos liberais que funcionam como verdadeiros ideólogos do sistema produtor de mercadorias, fazendo da própria natureza mercadoria, reserva de mercado, em que o discurso do "ambientalmente correto' e de um 'possível' desenvolvimento sustentável, nas bases da sociedade do capital passa a ser difundido e, ideologicamente, mascarando as condições estruturais desse sistema expansivo, acumulativo e, necessariamente, destrutivo (MÉSZÁROS, 2002). Essa realidade é posta por Fontenele (2015) ao apontar o discurso da escassez dos recursos naturais como resultado da forma capitalista de produzir a partir de um modelo hegemônico mundial, que se sustenta na prioridade dada ao crescimento econômico, e a suposta "saída" do capital no sentido de buscar 'inovações tecnológicas' para servir ao mercado e ao capital, sem mexer nas estruturas da produção propriamente dita, em que o discurso do desenvolvimento sustentável adquire relevância. Entretanto, aponta a autora que:

> A mercantilização generalizada gera problemas sociais e destruição dos recursos naturais, que ultrapassam as fronteiras nacionais, em escala mundializada: aquecimento global, contaminação de rios, extinção de espécies, perda de biodiversidade, poluição, desertificação dentre outros, colocando em risco a vida na Terra. A inserção dos países latino-americanos em processos de globalização econômica nas últimas décadas tem representado uma nova onda de investimentos na construção de megaprojetos, os quais têm sido fonte de diversos conflitos socioambientais. (FONTENELE, 2015, p. 434).

A construção de grandes usinas, a exemplo de Tucurui e, mais recentemente, Belo Monte, no Norte do país, os projetos de transposição do Rio São Francisco, a instalação de grandes parques eólicos no Sertão Baiano e a construção de vias de circulação para escoar, de forma mais eficiente, a produção, a exemplo da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) podem ser considerados exemplos desse processo. Longe de apontarem "soluções" para crise estrutural do capital a agudiza, destruindo não apenas ambientes naturais como comunidades inteiras, deixando um rastro de expropriação, conflitos e violência, conforme registram as estatísticas disponibilizadas nos Cadernos Conflitos no Campo, publicados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Por outro lado, os discursos de “compensação ambiental e econômica” se refletem de novas estratégias de travestir o caráter destrutivo da produção capitalista, levando as grandes corporações “a descobrirem que esse novo espaço pode render altos dividendos de imagem pública, agregando valor a sua marca” (FONTENELE, 2015, p. 435), encobrindo os legítimos interesses das mesmas – que é o lucro. É assim que se pode analisar o discurso do desenvolvimento sustentável, construído enquanto crítica ao modelo de esgotamento,e que não altera a dominação mundial estabelecida pelo capital. Critica ainda as ações pontuais dos movimentos ambientalistas, considerados por Meszáros (2002) como movimentos de causas únicas, dadas ações pontuais que reforçam o caráter reformista e em nada toca na questão essencial da destruição impulsionada pelo modelo de acumulação do capital.

Exemplos do caráter destrutivo da produção de mercadorias do sistema mundial do capital não nos faltam. Fontenele (2015) destaca a construção de grandes obras voltadas a geração de energia elétrica, ‘que transforma os rios brasileiros em *megawats*’, e que embora se concentrem no Norte do país, se fazem presente nas demais regiões brasileiras, inclusive no Nordeste. Nesse contexto, destaca a construção da Usina de Xingó, no Rio São Francisco, o mais importante rio da região, na divisa entre os estados de Sergipe e Alagoas, e inaugurada no ano de 1994, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

A esse processo, somam-se centenas de outras situações de apropriação e degradação da natureza pela sede do lucro das empresas capitalistas, no entanto, ao se considerar a condição humana enquanto natureza, constata-se que a destruição dessa representa também a destruição da própria humanidade, evidenciando o caráter não sustentável desse modo de produção, bem como a imediata necessidade de sua superação. Não se pode desconsiderar, sobre isso, a catástrofe ocorrida com o rompimento de Barragem de rejeitos das empresas Samarco, que destruiu o Distrito de Bento Rodrigues, em Mariana-MG e afetou dezenas de outras comunidades do campo e das cidades, atingindo o Oceano Atlântico e centenas de formas de vida animal, no que se configurou no maior desastre ambiental já ocorrido no país.

> (...) Destinada ao armazenamento de rejeitos de mineração das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, a tragédia ceifou 19 vidas humanas e despejou sobre o Rio Doce e seus afluentes dezenas de milhões de toneladas de rejeitos, com dimensões devastadoras incalculáveis para a natureza e toda forma de existência de vida. (CPT, 2016, p.125-126).

Ao se analisar a realidade do campo pode-se concluir que a expansão do agronegócio, a conversão da terra em mercadoria, as necessidades de produzir mais, a destruição descontrolada de matas e florestas para dar origem às grandes fazendas, dentre outras realidades, evidenciam, claramente, o caráter destrutivo do capital que atua no campo. O crescimento da concentração fundiária das grandes propriedades, que só nos últimos 10

anos incorporaram quase 100 milhões de hectares à produção do agronegócio (OLIVEIRA, 2015) pode ser considerado um exemplo inconteste dessa destrutividade da natureza, como condição à acumulação de capital no campo brasileiro. Alia-se a esse, o uso exacerbado de produtos tóxicos (tratado no próximo item deste texto) nas lavouras, que além de repercutir na vida e na saúde dos trabalhadores e da sociedade como um todo, degrada os elementos físicos da natureza, como o solo e os recursos hídricos, bem como toda fauna e flora, direta ou indiretamente, atingidos por esses produtos.

O caráter destrutivo da lógica hegemônica do capital se impõe ao campo, representando desafios concretos para os movimentos sociais e a toda sociedade brasileira, de enfrentamento a esse padrão produtivo, posto que, pensando a natureza em seu caráter ontológico, portanto em sua relação indissociável com a sociedade, mediada pelo trabalho, ao apontarmos a destruição da natureza, esta representa, dialeticamente, a própria destruição da sociedade, daí a necessidade premente de superação dessa realidade.

O uso exacerbado de agrotóxicos e seus rebatimentos na saúde dos trabalhadores e da população

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) o Brasil é o país campeão em utilização de agrotóxicos desde 2008. Os dados apontam que no ano de 2008 foram utilizadas 673 toneladas de agrotóxicos na lavoura brasileira, dados que passaram para mais de um milhão no ano de 2010. Dentre os cultivos que mais utilizam tais produtos destacam-se aqueles voltados à produção de *commodities* como: a soja, o milho e a cana de açúcar para a produção do etanol.

Dados do IBGE apontados por Almeida e Carneiro (2010) denotavam uma grande contradição no modelo agrícola adotado no país, posto que, ao mesmo tempo em que bateu recordes de produtividade, contribuindo com cerca de 30% das exportações brasileiras, permitiu que 40% da população convivesse com a insegurança alimentar.

Conforme apontava a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), no ano de 2013, o mercado mundial de agrotóxico era dominado por 6 empresas: Syngenta, Bayer, Monsanto, Dow e Dupont, no entanto, atualmente, novas fusões – a exemplo da compra da Monsanto pela Bayer, representa um monopólio ainda maior na produção e comercialização desses produtos. Essas controlavam, em 2013, 68% do mercado que movimentava cerca de US$ 48 bilhões por ano no mundo. O Brasil consome 16% dos agrotóxicos do mundo, apresentando crescimento de 176% no uso desses produtos entre os anos de 2000 a 2008, aumento 3,9% vezes acima da média mundial, que foi de 45,4% (Conforme dados apresentados pelo professor Victor Pelaez, do Departamento de Economia da UFPR).

Essa realidade, altamente rentável para as empresas produtoras dos agrotóxicos, leva Bombardi (2011) a afirmar a nova versão do capitalismo oligopolizado no campo brasileiro, enfatizando os rebatimentos desse processo de expansão capitalista no campo na saúde da população – dado os crescentes casos de intoxicação e mortes de pessoas por tais produtos. A autora aponta que as indústrias produtoras do agronegócio obtiveram receita líquida de 15 bilhões de reais (Anuário do Agronegócio, 2010). Desses produtos 92% são produzidos por empresas de capital estrangeiro, na seguinte ordem: Syngenta (Suiça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos)[13], Bayer (Alemanha), Novartis (Suiça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel). Alerta ainda Bombardi (2011) que nesses números não está inclusa a Monsanto, fabricante do glifosato "round up"[14], herbicida bastante utilizado na lavoura brasileira. Embora a utilização de tais produtos seja generalizada nas grandes empresas do agronegócio brasileiro, a autora aponta ainda o uso crescente desses produtos químicos em pequenas e médias propriedades. Tomando por base dados do Censo Agropecuário de 2006, demonstra que: 27% das propriedades entre 0 a 10 ha utilizavam agrotóxicos no Brasil, e 36% das propriedades entre 10 a 100 ha se utilizavam de tais produtos, evidenciando uma situação crescente de subordinação da renda camponesa ao capital.

Ainda com base na leitura de Bombardi (2011) essa difusão do uso de agrotóxico no Brasil apresenta como face mais perversa os crescentes casos de intoxicação e mortes de pessoas. Para tanto aponta dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (SINITOX) em que, nas últimas décadas, os agrotóxicos foram responsáveis por milhares de mortes. Que entre 1999 a 2009 foram registradas 1.900 mortes por contaminação por agrotóxicos e mais de 62 mil notificações de intoxicações. Aponta ainda dados do Sistema Nacional de Agravos e Notificação (SINAN), em que durante os anos de 2010 a 2011 foram registrados 1.500 casos de intoxicação por agrotóxico. Considerando que muitos desses casos não vêm à tona, pode-se estimar que esse número é muito maior.

Por conta desse uso desenfreado de agrotóxicos no campo brasileiro, em que ao mesmo tempo representa negócios "fabulosos" para o capital e riscos concretos a vida da população, a Via Campesina, reunindo centenas de Movimentos e entidades sociais que atuam no campo, lança a Campanha Permanente contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida, em que um dos instrumentos utilizados para conscientizar a população dos riscos advindos

[13] Empresas que anunciaram a fusão de suas atividades no ano de 2015, conforme dados disponibilizados no Portal G1, se consolidando como um gigante na produção e comercialização de agrotóxicos em nível mundial.
[14] Adquirida pela Bayer em setembro de 2016, reforçando ainda mais o controle efetivo dessa produção nas mãos de poucas corporações. Ressalta-se ainda a relação direta entre as diversas formas de capital se reproduzindo no campo brasileiro que se estabelece para além da produção agrária przopriamente dita, com destaque a produção industrial de agrotóxicos e incrementos tecnológicos "poupadores de força de trabalho" e da suposta dependência de recursos financeiros para se produzir no campo, o canto da sereia do capital que, no geral, prende a produção camponesa ao capital financeiro, portador de juros.

do uso indiscriminado dos agrotóxicos é o Documentário: O veneno está na mesa. Aponta a campanha que muitos desses produtos já foram proibidos de serem usados em diversos países do mundo, dada capacidade lesiva dos mesmos à saúde humana, mas que no Brasil é utilizado de forma crescente[15]. Utilizando-se dados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) destacam que cada brasileiro consome, em média, 5,2 litros de agrotóxicos por ano, número inexistente em qualquer outro país do mundo[16]. Em virtude dessa realidade, Almeida e Carneiro (2010, p. 2) apontam que:

> Com 70 milhões de brasileiros em estado de insegurança alimentar, segundo o IBGE, e com o consumo de apenas 1/3 de frutas, verduras e legumes necessárias a uma alimentação saudável, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a solução para o país passa pela reforma agrária e pela conversão do modelo agroquímico e mercantil para um modelo de base agroecológica, com controle social e popular.

Esses dados alarmantes tem levado tanto a ANVISA, quanto o Instituto Nacional do Câncer (INCA) a emitir o alerta a toda população brasileira, dado, sobretudo, a relação direta entre o aumento do consumo de agrotóxicos com o aumento dos casos de câncer no país, sobretudo os relacionados ao uso exacerbado do glifosato *round up*, proibido na maior parte dos países do mundo, mas que nas lavouras brasileiras possui trânsito livre, evidenciando, mais uma vez as alianças entre as classes dominantes e o Estado, na manutenção dos interesses do mercado, em contraposição aos interesses de saúde e bem estar da população.

A expropriação camponesa e a negação da terra para o sujeito social que trabalha

Aponta-se o "sétimo pecado do capital no campo" brasileiro como o processo crescente de expropriação dos camponeses de suas terras de trabalho, dada expansão das relações capitalistas de produção, mais especificamente do agronegócio, o processo de valorização e grilagem das terras, a morosidade na demarcação das terras de comunidades tradicionais, e o resfriamento da luta pela terra, assim como a criminalização dos movimentos campesinos, que têm garantido não apenas a manutenção, mas o agravamento da concentração fundiária e de terras pouco ou não utilizadas, que servem como "reserva de valor" (OLIVEIRA, 2005).

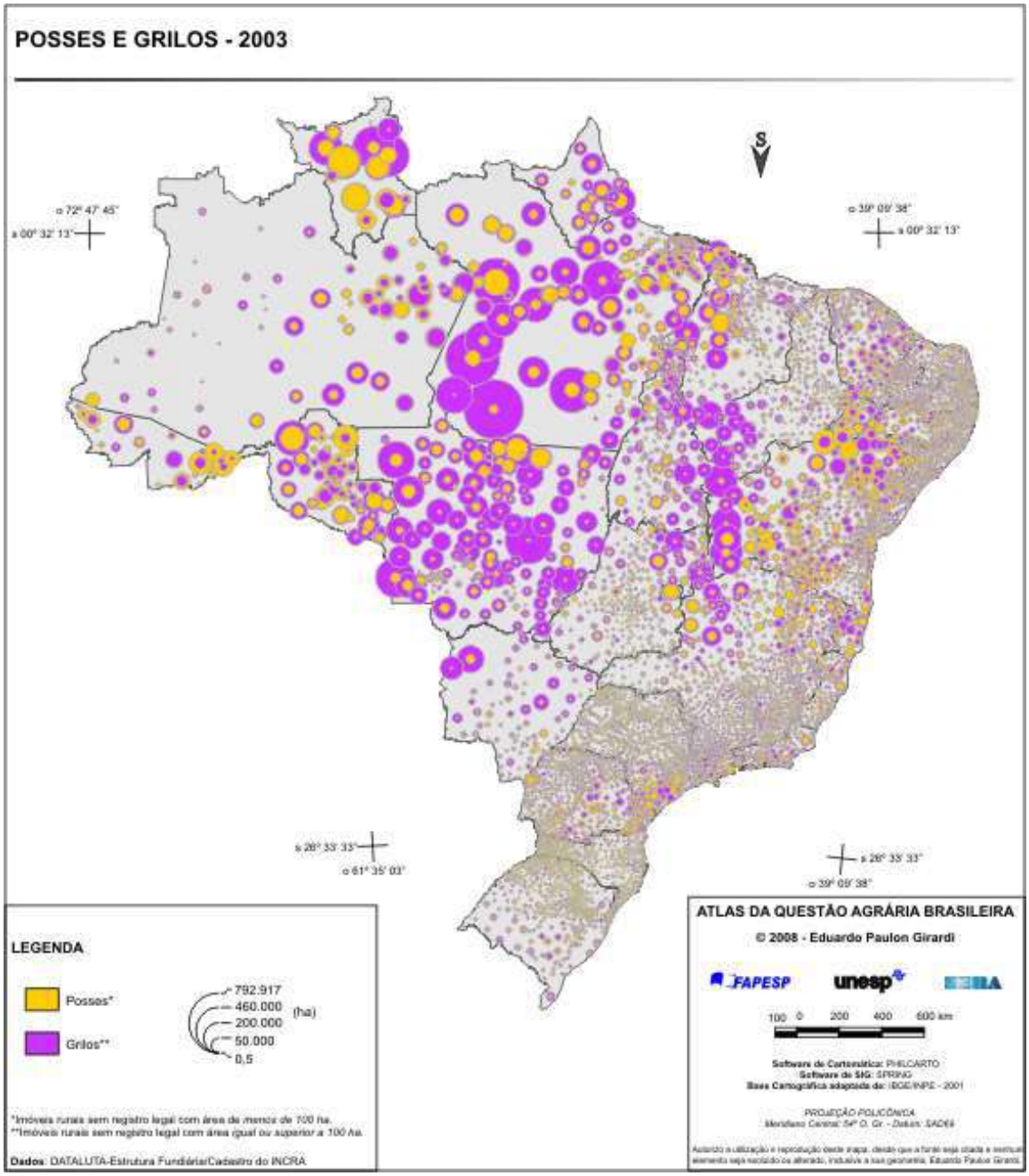
[15] Acrescenta-se sobre o assunto a tramitação do PL 6299/2012 cujo objetivo é modificar a lei de agrotóxicos para facilitar sua liberação e mudar sua denominação para o controverso e ideológico termo "defensivos fitossanitários", mascarando, suas reais ações à saúde humana, em nome dos interesses do mercado.

[16] Entretanto, mais recentemente, os Movimentos Sociais alertam que a média de consumo de agrotóxicos por pessoa no país já passa de 7 litros por ano. Ao se considerar que trata-se de uma média, ressalta-se cultivos que utilizam muito mais que isso, evidenciando um consumo ainda maior de tais produtos.

Em pesquisas realizadas nos anos de 2008 e 2009 apontou-se diversos processos de expulsão de famílias de suas terras no Sudoeste e Norte do Estado da Bahia e no Centro-Sul de Sergipe. São famílias camponesas que possuem pouca ou nenhuma terra, sendo obrigadas a sujeitarem suas rendas às empresas que atuam no campo, muitas dessas por meio de relações não-capitalistas de produção, cedendo parte significativa de seu trabalho as classes proprietárias. Em outros casos, as dificuldades na reprodução social dessas famílias levam os mesmos a venda da terra ou a permanência nessas com grandes dificuldades, em que parte da família se encontra na mobilidade de sua força de trabalho, em busca de atividades remuneradas fora da terra. Mas, tal processo não se estabelece sem a evidência dos conflitos entre as classes que atuam no campo.

Em âmbito nacional, a pesquisa realiza por Girardi (2008) intitulada Atlas da Questão Agrária Brasileira, dá conta de que as empresas capitalistas direcionam seu processo de expansão, com destaque para os processos de grilagem, sobretudo, sobre áreas de reprodução predominante de comunidades de posseiros (Ver mapa 01). Tal realidade nos faz compreender que os interesses do capital se intensificam no campo, mas esses reproduzem conflitos por todos os lados. Esses conflitos não se dão, em sua maioria, pelo aumento dos casos de ocupação de novas terras, via movimentos sociais, mas dada a necessidade daqueles que já estão no campo lutarem para permanecerem em suas terras de trabalho. A evidência do campo enquanto contradição viva se reflete no aumento significativo de conflitos registrados pela CPT que foram mais de 4 por dia no ano de 2016.

Mapa 01: Brasil – Posses e grilos.



Nesse processo, vê-se, claramente, o embate entre classes sociais antagônicas, no qual as classes proprietárias ampliam suas terras, seu poder sobre o campo brasileiro, buscando possibilidade de aumentar a extração da renda e do lucro, em detrimento dos camponeses que sobrevivem com maiores dificuldades. A alternativa do capital para esses sujeitos é a integração, a profissionalização desses, torná-los agricultores “produtivos”, conforme a lógica hegemônica em que o discurso da agricultura familiar se consolida. Assim, o conteúdo de classes, de enfatizar a necessidade de se promover, por meio dessa luta, outro projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro, em que se pese as reais necessidades

dos sujeitos sociais que trabalham, é deixado de lado. No entanto, contraditoriamente, não se pode imaginar que não haja resistência desse campesinato, em que se considere as ações concretas dos movimentos sociais, apesar dos constantes ataques e tentativas de criminalização de suas ações pelo legislativo e executivo federal (MITIDIERO JUNIOR, et. al. 2016).

Assim, o campesinato pode ser compreendido por essa unidade dialética: reprodução/subordinação, fato que garante a permanência desses sujeitos/classe ao longo da história do campo brasileiro.

Considerações finais

O referido artigo buscou discutir as diferentes formas de atuação do capital no campo brasileiro e os diversos meios de transformação da terra em “mercadoria”, que garante a permanência e reprodução das classes proprietárias.

Para tanto, tomando por referência a obra “7 Pecados do Capital”, desenvolveu-se a compreensão de que o capital, ao se expandir no campo, o faz por meio da reprodução de “7 principais pecados”, dentre os quais: a apropriação privada sobre a terra e sobre o trabalho; a grilagem de terra – como estratégia de permanência de uma classe; a violência no campo – que se evidencia tanto através das investidas sobre as terras camponesas quanto pela via do extermínio da população que luta pela terra como condição de sua reprodução social; a expansão do agronegócio e do trabalho escravo – evidenciando as contradições entre produção e concentração da riqueza nas mãos das classes proprietárias e generalização da miséria imposta, sobretudo, pela escravidão moderna que se efetiva, principalmente na produção cada vez mais maior do agronegócio brasileiro; a degradação da natureza, que também torna-se mercadoria, dentre outros.

Tais realidades se expressam, concretamente, na materialização da barbárie societal que se constitui o campo brasileiro, em que se pese as dificuldades de reprodução dos camponeses, cuja produção se efetiva, principalmente, para garantir a alimentação da sociedade brasileira. O campo é a expressão concreta da luta de classes e assim, representa um grande desafio não apenas para os que vivem no campo, mas para toda a sociedade brasileira, no sentido da superação de tais contradições.

Para tanto, aponta-se a conivência e, mais que isso, o papel de classe do Estado brasileiro:1) na legitimação do processo de grilagem – que tem repercutido na concentração das terras nas mãos de grandes grupos econômicos e dificultado o acesso a essas para aqueles sujeitos sociais que vivem do trabalho na terra – os camponeses; 2) Na manutenção e expansão do poder exercido pelas classes proprietárias, viabilizado, sobretudo, pelas políticas públicas para a agricultura, direcionadas a produção para o grande mercado, em

detrimento da produção para o mercado interno. Nesse processo, ressalta-se que as pequenas unidades produtivas só têm vez, se alinhadas ao mercado, em que o camponês só é reconhecido enquanto força de trabalho – o agricultor familiar, integrado as demandas do mercado. O conteúdo de ser classe em luta é colocado de lado e, mais do que isso, reprimido pelo Estado, cuja expressão mais recente é o processo de criminalização dos movimentos sociais; 3) Ao legitimar, senão promover, a violência no campo – que se consolida desde as tentativas de intimidação dos sujeitos em luta pela terra de trabalho, até a concretização do extermínio de trabalhadores, sendo esse promovido diretamente pelo braço armado do Estado, ou pelas milícias privadas utilizadas pelas classes proprietárias; 4) Ao permitir, em sua aliança com o capital agrário, industrial e financeiro, a exacerbação do uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, responsáveis pela contaminação e mortes de trabalhadores no campo, bem como a expansão de diversas doenças que exterminam e levam ao sofrimento significativa parcela da população brasileira, em nome do aumento exorbitante das taxas de lucro das empresas; 5) Ao permitir a degradação da natureza, e com ela da própria natureza humana, na destruição dos diversos ecossistemas, patrimônio do povo brasileiro, em nome da inviolabilidade da propriedade privada e dos lucros e rendas crescentes das classes detentoras dos meios de produção, dentre outras excrescências. Assim, a barbárie é a evidência concreta da insustentabilidade dessa forma de sociabilidade sobre a égide do capital, superá-la é a única alternativa que se apresenta as classes proletária e camponesa.

Referências

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. **Ecodebate Cidadania e Meio Ambiente**, Mangaratiba, 08 jul. 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/07/08/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-agrotoxicosno-mundo-artigo-de-fernando-ferreira-carneiro-e-vicente-eduardo-soares-e-almeida>.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. Ed., Boitempo Editorial, 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo Oligopolizado. In: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês de Setembro de 2011. ISSN 2177-4463.

BRASIL. **Censo Agropecuário**. IBGE, 2006.

CANUTO, Antônio. Escravos do Progresso. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2006**. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006, 236p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil, 2016. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2016, 232p.

COLARES, Gustavo. **Brasil é a nação que mais consome agrotóxicos**. 22 de Agosto de 2011. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 04 de Outubro de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. AGB. João Pessoa/PB, 2002. (ISSN 0103-0883).

FONTENELE, Ana Consuelo Ferreira. A via das máscaras: a escassez da natureza na ordem capitalista. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. (Org.). **A Natureza Imperialista do Capital e a falácia do fim da crise**. Editora UFS: São Cristóvão, 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2008. http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_cat/creditos

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 18, nº. 19, Jul-dez, 2002. p. 95-112.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 7ªed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI – Socialismo ou Barbárie**. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

____. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MITIDIERO JUNIOR, Marco (et. al.). Ataques aos direitos dos povos do campo: as ações do legislativo e executivo federal. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**, 2016. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2016, 232p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense:** Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. (Tese de Livre Docente).

____. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil; In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, juldez, 2003, p. 113-156.

____. Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2005**. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005, 264p.

SADER, Emir. (Org.). **7 Pecados do Capital**. 3ª Ed. Editora Record: Rio de janeiro – São Paulo, 2000.

SANTOS, J. R. D. dos. **A Territorialização dos Conflitos e das Contradições:** o Capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos. (Tese). Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes.** Camponeses em luta pela terra no Sudoeste da Bahia. (Tese). Doutorado em Geografia. Departamento de geografia. NPGEO/Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2008.

SOUZA, S. T; CONCEIÇÃO, A. L. As "novas" estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente: vol. 9, n. 1, 2008.

STÉDILE, João Pedro. **Latifúndio:** o pecado agrário brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

TONET, Ivo. **Método Científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Sobre os autores

Suzane Tosta Souza – Graduação Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (1996); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2001); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (2008); Atualmente é professora da Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia. **OrcID**: http://orcid.org/0000-0001-8658-0189

Jânio Roberto Diniz Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (1984); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2004); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (2009); Atualmente é professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia; **OrcID**: https//orcid 0000-0003-4972-7684

Como citar este artigo

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz. A face e as múltiplas facetas da barbárie societal no campo brasileiro: algumas considerações. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 14-38, set.-dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Suzane Tosta Souza** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor Jânio **Roberto Diniz dos Santos**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e ambos, **Suzane Tosta Souza** e **Jânio Roberto Diniz dos Santos**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 10 de janeiro de 2018.
Devolvido para a revisão em 01 de março de 2018.
Aceito para a publicação em 30 de março de 2018.

La reforma agraria en el Uruguay del siglo XXI: ¿bandera caída y fábrica de pobres?

Pablo Díaz Estévez
Universidad de la República (UdelaR) – Montevideo, Montevideo, Uruguai.
e-mail: diazpablouruguay@gmail.com

Resumen

El objetivo del artículo es identificar una serie de concepciones sobre reforma agraria en el Uruguay progresista de comienzos del siglo XXI, plantear interpretaciones en relación a determinadas claves históricas de las relaciones de clases en el medio rural y analizarlas a la luz de algunos planteamientos teóricos relativos a los procesos agrarios de América Latina. A partir de la selección de documentos de organismos sindicales y políticos, de los Programas de Gobierno del Frente Amplio y de declaraciones públicas de los ex ministros del sector agropecuario del gobierno del Frente Amplio (FA), se analizan comparativamente las principales conceptualizaciones identificadas. Por una parte se destaca la centralidad que otorgan los Programas de Gobierno del FA a la idea de “desarrollo rural” y se presenta la perspectiva de tres ex-ministros que consideran que el concepto de reforma agraria debe ser sustituido por el de “desarrollo rural”. Por otra parte se analizan los documentos del movimiento sindical referidos a la “reforma agraria integral” que tensionan las visiones de los ministros del Frente Amplio en el gobierno. El artículo no pretende agotar ni desconocer la diversidad de concepciones que puedan existir en el Frente Amplio como partido de coalición, ni en la diversidad de organizaciones que componen el movimiento sindical.

Palabras claves: Reforma agraria; Uruguay; Frente Amplio.

A reforma agrária no Uruguai no século XXI: bandeira caída e fábrica de pobres?

Resumo

O objetivo do artigo é identificar uma série de concepções sobre a reforma agrária no Uruguai no início do século XXI, para compreendê-las em relação a determinadas fases históricas das relações de classes no meio rural e analisá-las a luz de algumas abordagens teóricas a respeito dos processos agrícolas na América Latina que ampliam as perspectivas locais sobre a reforma agrária. A partir da seleção de documentos de organizações sindicais e políticas e de declarações públicas de dirigentes políticos do governo Frente Amplio, se analisam comparativamente as conceituações identificadas. Por um lado, demonstra-se como o conceito de reforma agrária é substituído atualmente por dirigentes políticos frenteamplistas pelo termo "desenvolvimento rural", as políticas diferenciais para a produção familiar e o acesso à terra por meio do Instituto Nacional de Colonização. Por outro lado, apresenta-se e analisa-se o único documento no início do século XXI onde o movimento sindical tenta estimular um amplo debate sobre a "reforma agrária integral" durante a crise econômica prevalecente no ano de 2003.

Palavras-chave: Reforma agrária; Uruguai; Frente Amplio.

The agrarian reform in Uruguay of the 21st century: Is it a fallen flag and a factory to make poor?

Abstract

The objective of this article is to identify a series of concepts on agrarian reform in progressive Uruguay at the beginning of the 21st century, to understand them in relation to certain historical keys of class relations in rural areas and to analyze them in the light of some theoretical approaches concerning The agricultural processes of Latin America that expand the local perspectives on agrarian reform. From the selection of documents of union and political bodies, and public statements of political leaders of the Frente Amplio government, the identified conceptualizations are comparatively analyzed. On the one hand, it is demonstrated how the concept of agrarian reform is replaced by current political leaders of the present day by the one of "rural development", the differential policies for the family production and the access to the land by the National Institute of Colonization. On the other hand, it presents and analyzes the only document of the XXI century where the trade union movement tries to stimulate a broad debate on "integral agrarian reform" during the economic crisis prevailing in 2003.

Keywords: Agrarian reform; Uruguay; Frente Amplio.

Introducción

El objetivo del artículo es identificar una serie de concepciones sobre reforma agraria en el Uruguay “progresista” de comienzos del siglo XXI, comprenderlas en relación a determinadas claves históricas de las relaciones de clases en el medio rural y analizarlas a la luz de algunas perspectivas teóricas relativas a los procesos agrarios de América Latina que amplían las perspectivas locales sobre reforma agraria de las principales expresiones sociales y políticas de la izquierda nacional: el movimiento obrero y el Frente Amplio.

La metodología utilizada para la elaboración de este artículo consiste en utilizar fuentes documentales y archivos de la prensa nacional (escrita, radial y digital) donde recogemos concepciones nacionales sobre reforma agraria en lo que transcurre del siglo actual, las que son analizadas de forma comparativa. Se analizan los Programas del Frente Amplio para los sucesivos gobiernos (2005-2009, 2010-2014 y 2015-2020), las declaraciones a la prensa de los ex-ministros del sector agropecuario del Frente Amplio, recogidas en un período acotado, breve y actual, las que son consideradas significativas hasta cumplir con el criterio de saturación de la información. También se analizan los principales documentos del movimiento sindical expresado en el Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (en adelante PIT-CNT), que constituye históricamente la principal organización social del país.

Las perspectivas seleccionadas son contextualizadas en la historia social y política nacional utilizando fuentes secundarias (propias y elaboradas por otros autores), así como en la coyuntura agraria, y son analizadas a partir de un marco de referencia de autores de las ciencias sociales, políticas, jurídicas y agrarias de notoria referencia en América Latina y Uruguay.

El movimiento obrero planteaba la necesidad de una reforma agraria ya en 1966 cuando se unificaron “las diversas corrientes del sindicalismo” en la Convención Nacional de

Trabajadores (CNT). En “1982 los sindicatos se reorganizaron en el marco del Plenario Intersindical de Trabajadores (PIT)”, cambiando en 1984 “su denominación a PIT-CNT marcando su continuidad histórica con la CNT.” (SENATORE, YAFFÉ, 2006, p. 99). También plantea la reforma agraria el “acuerdo programático” de creación del Frente Amplio constituyó en 1971, que constituyó un hito fundamental de “coalición” “entre los dos viejos partidos marxistas (el Partido Comunista y el Partido Socialista), la democracia cristiana, algunas fracciones escindidas de los partidos tradicionales (Nacional y Colorado)” entre “otros grupos de izquierda” (SENATORE, YAFFÉ, 2006, p. 98).

En la coyuntura actual, cuando el Frente Amplio accedió por tercera vez el gobierno, ¿qué dicen o qué no dicen los Programas del Frente Amplio y sus ex- ministros del sector agropecuario sobre las posibilidades de implementar una reforma agraria en Uruguay? ¿Qué dice el movimiento sindical, con el que históricamente el Frente Amplio estuvo “hermanado” (SENATORE, YAFFÉ, 2006)? En definitiva ¿quiénes levantan o no la propuesta de la reforma agraria en el ciclo progresista del Uruguay actual? Y ¿qué concepciones de reforma agraria se plantean?

Para abordar tales preguntas proponemos como hipótesis de trabajo que las concepciones de los procesos de reforma agraria en Uruguay se relacionan con determinados fundamentos económicos, políticos e ideológicos de la política de tierra en el siglo XXI. Dichas concepciones se expresan tanto en documentos, como en declaraciones públicas en las vísperas de la etapa de gobiernos “progresistas” o durante su transcurso, y se hace necesario develar sus fundamentos para contribuir a la comprensión de la política de tierra y sus perspectivas, así como para plantear nuevas hipótesis para futuras investigaciones.

Para comprender y comparar las perspectivas seleccionadas presentamos en primer lugar algunos rasgos generales de la estructura agraria de la actualidad y la contextualización histórica de la dinámica de las clases rurales en torno al tema. Luego exponemos una de las perspectivas seleccionadas, presentando a continuación un breve relevamiento de los principales documentos sindicales y políticos del Frente Amplio en el ciclo progresista. A continuación se presenta la perspectiva de los ex-ministros de ganadería y agricultura del Frente Amplio, para luego arribar al análisis comparativo de las perspectivas, explorando sus posibles fundamentos políticos, técnicos e ideológicos. Finalmente en el apartado sobre “Consideraciones finales” se presentan algunas conclusiones sobre la posibilidad de continuidad de estos estudios.

La dinámica de las clases rurales y la estructura agraria

Para poder comprender la intervención estatal en materia de política de tierra en relación a la dinámica de clases, es necesario distinguir tres clases sociales en el campo uruguayo:

-los productores empresariales capitalistas (grandes, medianos y pequeños);

-los “productores familiares” que trabajan la tierra sin contratar asalariados (y que en el resto de América Latina se consideran “campesinos”) y;

-los asalariados rurales.

Dos de estas tres clases rurales tuvieron históricamente expresiones organizativas clasistas, tales como la Asociación Rural del Uruguay (ARU) principal representante de la burguesía que promovió el alambramiento de los campos (a fines del siglo XIX) o el histórico sindicato de asalariados rurales: la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA) que proponía “desalambrar” los latifundios improductivos que podían cumplir una función social (décadas del '60 y '70 del siglo XX). Pero generalmente también existieron expresiones orgánicas policlasistas, donde se fundieron y confundieron los intereses de la patronal agraria, la pequeño burguesía y la producción familiar, como la Mesa Coordinadora de Gremiales Agropecuarias (MCGA) que condujo temporalmente el ciclo de protesta rural iniciado el 13 de abril de 1999 (PIÑEIRO, 2004) o el Movimiento Un Solo Uruguay de los actualmente llamados “autoconvocados” (UN SOLO URUGUAY, 2018).

Cabe aclarar que lo que hoy en día se registra oficialmente ante el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca- MGAP como “productor familiar” para focalizar determinadas “políticas diferenciadas” cubre un amplio abanico de fracciones de clase que van desde empleadores capitalizados hasta empleados transitorios que tienen algún medio de producción (como los productores de ganado sin campo), por lo que un análisis de clases debería deslindarse de la mera consideración de los “productores familiares registrados” y profundizar en el estudio de los productores familiares o campesinos uruguayos (ROSSI, 2013).

Como observamos a continuación (Tabla I), los datos oficiales del MGAP indican que la burguesía concentra más del 60% del territorio productivo (si nos basamos en los establecimientos mayores a 1.000 hectáreas) y el 33% la gran burguesía, es poseedora de los establecimientos mayores a 2.500 hectáreas.

Mientras que estudios internacionales (RULLIA *et all*, 2012) ubican a Uruguay entre los países con mayor porcentaje de extranjerización de la tierra del continente, con al rededor de 19% de acaparamiento. Otros datos oficiales señalan que mediante “Sociedades Anónimas”, contratos y tratados de inversión los capitales globales obtienen “excepciones” para primero acceder al 40% de la superficie productiva (MGAP, 2011), en un dinámico mercado donde el 48% de la tierra productiva se compró/vendió entre los años 2000 y 2015 (DIEA, 2016) y como efecto de que durante ese período la inversión extranjera directa aumentó 20 veces su valor anual según lo declaran algunos analistas (EL ESPECTADOR, 2015).

Tabla I
Número de explotaciones y superficie explotada, según tamaño de la explotación.

Tamaño de la explotación (hectáreas)	Explotaciones		Superficie explotada		
	Total	%	Total (há)	%	Hectáreas por explotación
Total	**44.890**	**100,00**	**16.227.088**	**100,00**	**361**
1 a 19	12.274	27,3	104.696	0,6	9
20 a 99	12.657	28,3	632.564	3,9	50
100 a 199	5.540	12,3	790.426	4,9	143
200 a 499	6.473	14,4	2.078.220	12,8	321
500 a 999	3.808	8,5	2.680.466	16,5	704
1000 a 2499	2.970	6,6	4.493.059	27,7	1.513
2500 y más	1.168	2,6	5.447.657	33,6	4.664

Fuente: Censo General Agropecuario 2011, DIEA -OPYPA, MGAP (2011).

Ante la falta de estudios específicos, la presencia de la producción familiar a partir de su concepción como “clase” se puede rastrear (en la Tabla presentada) en los 24.931 de predios (55% del total) menores a 100 ha que apenas controlan un 4,5% de la superficie productiva del país. El Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca o MGAP (2015) considera que existen 25.285 establecimientos de productores familiares “registrados” que ocupan un 13,7 % de superficie productiva, sin embargo reiteramos que esta definición no es una definición de clase sino de la política pública que apela a focalizar en un estrato menor a 500 hectáreas (con una productividad promedio del país) entre otras características requeridas para “registrarse”, lo que desde el análisis de las clases sociales lleva a una confusión entre la producción familiar y la pequeño burguesía.

El Instituto Nacional de Colonización (o INC) ha colaborado en el arraigo de la producción familiar y la pequeño burguesía desde 1948, afectando apenas el 4% de la superficie productiva del país, pero sin modificar la estructura de tenencia de la tierra (SUSTITUIR, 20015b). A partir del primer período de gobierno frenteamplista, desde el año 2005, es concebida la colonización como “política diferenciada” y focalizada en la producción familiar más vulnerable y en los asalariados rurales, ofreciendo al usuario una renta subsidiada, más accesible que los precios de arrendamiento en el mercado.

En general la colonización histórica o la colonización-parcelación (GARCIA, 1967) de tierras carece del “núcleo básico” de una reforma agraria esto es de las “intervenciones públicas tendientes a la redistribución de la propiedad de la tierra”, a partir de “la expropiación o confiscación de tierras a quienes se estima que la tienen en exceso o no la explotan, o la

hacen de modo inadecuado", ya que "una reforma agraria en *strictu senso"* sería una "reforma fundiaria" (SAAVEDRA, 2012, p. 9). Esta conceptualización de reforma agraria no la reduce a la mera distribución de tierras, dejando de lado una serie amplia de necesidades de los trabajadores que acceden a la tierra. Por el contrario definir este "núcleo básico" nos permite evitar caer en la idea de que "todo podría ser reforma agraria" (por ejemplo la atención a otras necesidades productivas o de carácter social sin re-distribuir singificativamente la tierra) y en definitiva se evitaría el debate sobre la necesidad o no de una reforma fundiaria. La reforma fundiaria sería necesaria para considerar la existencia de una reforma agraria, si bien no sería suficiente.

En este sentido, en Uruguay se consideró como un proceso de reforma agraria (una de las primeras en América Latina, junto con la ocurrida en Haití) al iniciado por el Reglamento de Tierras de José Artigas de septiembre de 1815 de re- distribución de campos que estaban en manos de los latifundistas a los trabajadores y sectores populares (LATORRE, RODRIGUEZ, SALA, 1971). Sin embargo este intento fue derrotado a poco de comenzar la re-distribución y las confiscaciones, mientras que se re-concentró el latifundio y se consagró su propiedad privada con la Constitución de 1830, y ya mencionado temprano alambramiento de los establecimientos hacia fines del siglo XIX, promovido por la fracción "pionera" de la burguesía agraria.

Los impactos sociales de esta modernización agraria (desocupación tecnológica, éxodo y pobreza rural extendida, etc.) llevaron -entre otras respuestas del adelantado estado de bienestar- a la aprobación de la Ley del Instituto Nacional de Colonización en 1948 por parte de todo el espectro político. Una interpretación posible consideraría que la sanción de dicha ley desarrollista, deja implícita una "solución transaccional" (GONZALEZ SIERRA, 1994), una tregua entre las clases en torno a la cuestión de la democratización de la tenencia de la tierra, la cual se rompió en la convulsionada década de los '60 a raíz de las fuertes movilizaciones de los asalariados rurales que reclamaban expropiar latifundios improductivos, con el respaldo de la unificación nacional de los sindicatos y acciones militares del Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros. Sin embargo, ni siquiera en aquel entonces la izquierda nacional descartó la potencialidad de la Ley de colonización o reclamó su anulación, por el contrario las organizaciones políticas y sociales de la izquierda han exigido históricamente su cumplimiento cabal, lo que implicaba afectar los intereses de las clases propietarias mediante la "expropiación". Tampoco fue un impedimento para que fracciones progresistas de los partidos no identificados con la izquierda histórica (socialistas y comunistas) del país presentaran en el parlamento al menos 10 proyectos de reforma agraria entre 1943 y 1964 (GONZALEZ SIERRA, 1994, p. 46).

Del ascenso de masas emergió un "programa popular" expresado en el Congreso del Pueblo de 1965, que reunió a "1376 delegados de organizaciones populares" del país donde

se planteaba la “reforma agraria” como primer medida, junto a la “Reforma industrial, del comercio exterior, Inversiones públicas, Reforma tributaria” entre otras (GONZALEZ SIERRA, 1994, p.66). El movimiento obrero unificado (en la Convención Nacional de Trabajadores o CNT, de 1966) aprobó como propio el “Programa de soluciones” elaborado por el Congreso del Pueblo, que incluía la reforma agraria.

También el programa político emanado de la unificación de la izquierda nacional la incorporaba en el año 1971. O sea que transcurrieron 25 años de creación del Instituto Nacional de Colonización, antes que el Frente Amplio levantara la propuesta de reforma agraria en un programa anti-oligárquico y anti-imperialista que incluía el no pago de la deuda externa, la nacionalización de la banca y del comercio exterior (CARDEILLAC, PIÑEIRO, 2016, p.367).

La colonización de tierras en Uruguay era estudiada en la década del '60 como uno de los casos del “conservatismo agrario” (GARCÍA, 1967), y en la década de los '80 como un caso de “reforma agraria marginal o contra-reforma agraria” que apuntaba a la reparación y preservación histórica de la estructura latifundista y del *status quo* (VASALLO, 1987, p.16). Bajo los gobiernos “progresistas” (2005-2017) la política de acceso a la tierra se mantuvo regulada por la Ley N.º 11.029 de creación del Instituto Nacional de Colonización que “en sus sesenta años de existencia no ha logrado modificar el patrón de distribución de la tierra” (PIÑEIRO, 2011, p.524).

La reforma agraria, el movimiento obrero y la crisis económica

A partir de la década del ‘90 la “reforma agraria” no formó parte de las plataformas del Partido Nacional (que gobernó el país entre 1990 y 1995) ni del Frente Amplio (que gobierna el país desde el año 2005). Incluso el último gobierno del Partido Colorado (2000-2005) intentó cerrar el Instituto Nacional de Colonización, resistido por los partidos de izquierda, los asalariados y los productores familiares nucleados en torno a la Asociación de Colonos del Uruguay y de la Comisión Nacional de Fomento Rural.

En el marco de una importante crisis económica que tuvo lugar entre 1999 y 2002 (donde el PIB cayó más del 17%) el tema re-ingresó en la agenda de debates del movimiento obrero, antes de que asumiera el gobierno el Frente Amplio en 2005 (con las expectativas que generaba su probable inicio) pero sin solución de continuidad.

Fué así, que en mayo de 2003 se dio a conocer uno de los pocos documentos públicos de la izquierda nacional sobre reforma agraria en lo que va del siglo XXI: el de la Comisión de Reforma Agraria del PIT CNT, que funcionó como comisión asesora creada por el Departamento de Industria y Agroindustria de la central sindical, junto a otras organizaciones sociales. El documento se titula **“Bases para la discusión de un proyecto**

de reforma agraria" y en el mismo se asumen dos antecedentes del crítico año 2002: "la plataforma emergente del Encuentro de Trabajadores Asalariados Rurales" (ARBULO, SUSTITUIR, 2015) y los documentos de la llamada "Mesa de Colonización" (SUSTITUIR, 2009) que se convocó con la participación de legisladores (principalmente del Frente Amplio), sindicatos de asalariados rurales, los colonos y la principal gremial de los productores familiares (la Comisión Nacional de Fomento Rural).

La **"Mesa de Colonización"** sesionó desde el año 2002 hasta octubre de 2003 con el fin de "analizar la situación y las perspectivas de la colonización en el Uruguay". En tal oportunidad (bajo el gobierno del Partido Colorado) se buscaba por una parte incidir en la propuesta que el Poder Ejecutivo enviaría al Legislativo buscando generar alternativas al déficit presupuestario y compromisos con el mantenimiento del INC, así como "una acción más activa, eficiente y moderna de la colonización en el país", y se definían determinadas prioridades políticas para la adjudicación de tierras que fueron finalmente asumidas como parte del Plan Político del Directorio del INC bajo el primer gobierno del Frente Amplio. (SUSTITUIR, 2009).

Los sindicatos rurales, en el Encuentro de Trabajadores Asalariados Rurales realizaban en el año 2002 la **"Propuesta de reforma agraria de sindicatos de trabajadores asalariados rurales"**, donde se exigía un proceso que asegurara "que la tierra, el agua y la semilla son bienes pertenecientes a toda la sociedad" definiendo **"los instrumentos políticos a desarrollar en el proceso de reforma agraria"** comenzando por el "mantenimiento y fortalecimiento del INC, instrumento creado por la ley 11.029 de 1948", los que son retomados en el Congreso fundacional de la Unión Nacional de Asalariados Trabajadores Rurales y Afines - UNATRA (UNATRA, 2005, p. 01).

Acaudalando tales antecedentes (originados desde el año 2002), la Comisión de Reforma Agraria (o CRA) del Departamento de Industria y Agroindustria del PIT CNT junto a diversas organizaciones sociales en el 2003, consideraban que "plantearse la necesidad de una REFORMA AGRARIA" implicaba "modificar la estructura del aparato productivo" y que "la ganadería extensiva pierda peso relativo" (CRA, 2003, p.10) . Sin embargo se valoraba que en aquellas condiciones eso no era posible la reforma agraria porque no se disponía de "fuerza política" ni existía "la fuerza social, el agente impulsor que la hiciera posible. También se reiteraba el corriente argumento de que "no existe en Uruguay una clase campesina en el sentido tradicional, con peso demográfico que presione por una reforma agraria como ocurre en otros países (citando el caso de Brasil)" mientras que los asalariados rurales "son pocos y con niveles de organización ínfimos o inexistentes" (CRA, 2003, p.10). En tanto que "los pequeños productores, desde que se sienten 'propietarios', corrientemente acompañan las consignas gremiales y políticas de los grandes terratenientes." (CRA, 2003, p.10).

En síntesis, “la transformación de las relaciones de producción que sirven de base al latifundio ganadero solo pueden modificarse de forma paulatina y en el largo plazo” y “en el marco de una estrategia de complementación productiva intra-industrial” (CRA, 2003, p.12).

De acuerdo a esta perspectiva lo primero sería desencadenar la “fuerza social que organice y dinamice el reclamo...el primer motor de la Reforma Agraria deben ser quienes resultarían ser sus principales beneficiarios” (CRA, 2003, p.13). Para la CRA (2003) el INC era un “instrumento legal” que permitiría “adquirir tierra con los destinos propuestos, como primer paso a dar en el camino de una reforma agraria integral” (CRA, 2003, p. 20). Si bien se exigía “una adaptación, actualización y dinamización del proceso colonizador acorde a los nuevos requerimientos” de manera que “el modelo colonizador deberá concebirse como múltiple y flexible”. En definitiva la “colonización” sería el “primer paso” de la reforma agraria, donde “los primeros grupos de beneficiarios” serían la “'punta de lanza' del proyecto integral de Reforma Agraria” (CRA, 2003, p. 20).

Finalmente, en el “marco de un proyecto alternativo, nacional y popular” la CRA proponía “incrementar, diversificar la producción exportable y destinada al consumo interno, sobre la base de tres ejes maestros interrelacionados: incremento del valor agregado, desarrollo de la agroindustria y en el marco de una integración regional” (CRA, 2003, p.14).

El Frente Amplio en el gobierno y el movimiento sindical

La Comisión de Reforma Agraria dejó de funcionar a partir del IX Congreso del PIT CNT del año 2006, cuando se crea en el seno del Departamento de Industria y Agroindustria, la Comisión de Asuntos Agrarios. De acuerdo a los estatutos vigentes del PIT-CNT, los “Congresos” son su “autoridad máxima y soberana”, por lo tanto su principal “organismo de dirección” a la hora de “determinar el programa y plan de acción” (PIT CNT, 2018). En pleno ciclo progresista, entre los años 2003 y 2015 se realizaron cinco congresos ordinarios del PIT CNT y el Segundo Congreso del Pueblo (año 2008).

Dentro de las resoluciones de los diferentes Congresos ordinarios de 2003, 2006, 2008 y 2015 estuvo ausente la idea de “reforma agraria”. El X Congreso del PIT CNT (del año 2008) se hizo eco de las definiciones emanadas de las sesiones del Segundo Congreso del Pueblo (con la participación entre setiembre de 2007 y 2008 de 575 organizaciones sociales) donde la idea de “reforma agraria” no hizo parte del documento final, pero sí la necesidad de “reivindicar la tierra como propiedad social” y su nacionalización, lo que se establecería de acuerdo a un Plan Agrario Nacional (PIT-CNT, 2008).

El único de los Congresos sindicales que retoma la propuesta de la “reforma agraria”, es el XI Congreso del PIT CNT (del año 2011) que la enuncia dentro de las “Tareas de la etapa” y propuestas para la “transformación de la matriz productiva”. Allí se señala que una

Ley de “reforma agraria integral” colaboraría en superar la primarización de la economía, y “el carácter dependiente de la estructura productiva”. En la misma línea del Segundo Congreso del Pueblo se subraya la necesidad de promover Leyes que “limiten el actual proceso de extranjerización de la tierra”, respeten el medio ambiente, desestimulen los monocultivos y consoliden el ordenamiento territorial (PIT CNT, 2011).

En definitiva los planteos de la Comisión de Reforma Agraria del año 2003, no obtienen una respuesta significativa de los organismos de dirección superiores a las Comisiones (los Congresos y las Mesas Representativas). Tampoco en el documento del único Congreso que se enuncia la necesidad de una Ley de “Reforma Agraria integral” (del año 2011) se desarrollan los argumentos ideológicos, políticos, estratégicos ni se explicita qué concepción de reforma agraria integral se promueve, como sí lo hizo la mencionada Comisión en el año 2003.

Por su parte, si bien el Frente Amplio a nivel estatutario se define como una “organización con el carácter de coalición movimiento” (FRENTE AMPLIO, 2011), la ciencia política nacional ha tomado distancia de la vigencia de dicha definición. Bottinelli (2016), por ejemplo, considera que el Frente Amplio presenta una “nítida formalización legal, programas claros de gobierno extensamente detallados y como tal no cumple función de intermediación entre grupos sociales (o de presión) y un partido político” (BOTINELLI, 2016). También Lanzaro (2001) considera que en su transformación en un *catch all party*, ya en la década de los ‘90 se puede evidenciar el desdibujamiento del concepto “movimiento” dentro del Frente Amplio, en dos aspectos: en la dinámica de representación de las bases en la orgánica política, como en su debilitamiento como “animador y partícipe de un frente social” (LANZARO, 2001, p. 10). Y con respecto al término “coalición”, considera que más que una “coalición de partidos” el Frente Amplio se presenta como un “partido de coalición unificado en el que el conjunto pesa más que las partes” (LANZARO, 2001, p. 45). Por otra parte el crecimiento electoral del Frente Amplio entre fines de los ‘90 y comienzos del siglo XXI, coincide con su “moderación programática” (GARCÉ, 2011; GARCÉ, YAFFÉ, 2004). Transformarse en “partido *catch-all”*, “de tipo electoral marcado” “implica perder el espesor de partido de masas y adoptar una ideología ‘blanda’, dejando de poner énfasis en una *classe gardée*, a cambio de una audiencia más amplia y diversificada, en pos del éxito electoral y la conquista del gobierno.” (LANZARO, 2004, p.9).

En los Grandes lineamientos programáticos para el gobierno 2005 – 2010, el Frente Amplio (2004) no utiliza la idea de “reforma agraria” si bien considera que la “tierra es un bien social” y que “la transformación de la Estructura Agraria del País constituye un pilar fundamental del nuevo modelo” (FRENTE AMPLIO, 2004, p.10). Propone “la redistribución de la tierra”, “impedir la extranjerización y concentración” y derogar “la ley que habilita la

propiedad y explotación de la tierra a las Sociedades Anónimas" (FRENTE AMPLIO, 2004, p.10).

En su V Congreso Extraordinario (celebrado en diciembre de 2008) se presenta el Programa para un segundo gobierno del Frente Amplio (2010-2014), donde tampoco se encuentran menciones a la idea de "reforma agraria". Con respecto a la política de tierras se apunta a la concepción de la tierra como "bien social" lo que implicaría seguir promoviendo el acceso a la tierra de productores familiares y jóvenes, y fortalecer al Instituto Nacional de Colonización. En tanto la tierra es también un "factor de producción primordial" se deben establecer "reglas de juego" para aprovechar el recurso (a través de inversiones nacionales, o de inversión extranjera directa, entre otras) y al mismo tiempo hacerlo de manera sustentable, controlando su concentración y extranjerización (FRENTE AMPLIO, 2008).

El programa de gobierno vigente "para el tercer gobierno del Frente Amplio (2015-2020)" tampoco propone la "reforma agraria", pero sí reafirma la opción por la política de "desarrollo rural". Por ello considera dentro de "los principales logros acontecidos en el sector durante los últimos dos períodos de gobierno" que se han establecido políticas de "desarrollo rural inclusivo", "mediante la colonización, el fortalecimiento de las organizaciones sociales y facilitando el ingreso a las cadenas de valor" (FRENTE AMPLIO, 2014, p. 36).

También se considera necesaria una "estrategia productiva" con "crecimiento sostenido y sustentable", diversificando la matriz tradicional con "nuevas actividades que están en condiciones de crecer con una perspectiva exportadora y de innovación". Aunque existe "el riesgo de la llamada 'primarización´ de la estructura productiva" por el exponencial crecimiento agroexportador, se defiende el modelo actual porque trae un "efecto difusión" para los otros sectores de la economía. Exigiendo "una estructura agraria que combine, de la manera más armónica posible, diferentes formas de organización de la producción" (FRENTE AMPLIO, 2014, p. 38). En esa dirección se mantiene la apuesta por el desarrollo rural para 2015-2020, promoviendo "el accionar del Instituto Nacional de Colonización" (FRENTE AMPLIO, 2014, p.38).

En síntesis, los programas del Frente Amplio (entre el 2004 y la actualidad) no consideran la noción de reforma agraria en sus propuestas de gobierno, si bien incluyen la limitación a la concentración y extranjerización de la tierra, el acceso a la tierra para sectores populares y las políticas de desarrollo rural.

Esto no significa que en el Comité de Base, Coordinadoras zonales o Departamentales, o en los 28 sectores políticos con participación en el Plenario y la Mesa Nacional del Frente Amplio no existan diferentes concepciones sobre la eventualidad de una reforma agraria, lo que podría ser abordado en futuras investigaciones.

La perspectiva de los Ministros de Ganadería y Agricultura del Frente Amplio

Las declaraciones a la prensa del entonces Ministro del agro y los tres ex-ministros del Frente Amplio en torno a la "reforma agraria" se dan en el segundo período de gobierno (siendo presidente José Mujica) a partir de que se conocen públicamente los datos del Censo General Agropecuario y que se implementa un impuesto a los inmuebles rurales de grandes superficies (Leyes 18.876 y 19.088). A fines del año 2012 varios dirigentes y legisladores políticos del sector político de José Mujica (del Movimiento de Participación Popular que integra el Frente Amplio) denuncian la alarmante pérdida de pequeños productores que revela el Censo, a la vez el bajo impacto del impuesto a la tierra que efectivamente se implementó y la necesidad de realizar una reforma agraria (EL OBSERVADOR, 2012).

El entonces Ministro de Ganadería, el Ingeniero agrónomo Tabaré Aguerre (autodefinido como frenteamplista independiente, por lo que no pertenece a ningún sector), fue el único Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca que se mantuvo en el gabinete en dos períodos de gobierno del Frente Amplio desde marzo de 2010 hasta diciembre de 2017. Sus declaraciones a la prensa, en relación a la posibilidad de realizar una reforma agraria en Uruguay, se reducen a negarla a finales de 2012, considerando incluso que "el Frente Amplio desconoce la realidad agraria" (LA PRENSA, 2012).

En cambio los principales argumentos para desechar el concepto de reforma agraria y a favor de sustituirlo por el concepto de "desarrollo rural" se pueden rastrear en posteriores declaraciones a la prensa entre los años 2013 y 2016, de los tres ex- ministros del MGAP del primer período de gobierno del Frente Amplio. Los tres ex-ministros a su vez son ex-integrantes del Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros, y también pertenecen al Movimiento de Participación Popular (o MPP), sector político liderado por el ex-presidente de la República José Mujica (quién fuera ministro del MGAP desde el 1 de marzo de 2005 hasta el 2008). Se trata de los Ingenieros Agrónomos: Ernesto Agazzi (ministro del MGAP entre 2008 y 2009) y Andrés Berterreche (ministro entre 2009 y 2010), referentes del mismo sector político, que sostuvieron argumentos similares en las declaraciones a la prensa realizadas durante el período de José Mujica (quien bien podría ser considerado un productor familiar) al frente de la Presidencia de la República (2010-2015).

En tales perspectivas, acotadas en el tiempo y seleccionadas entre otras (en función del criterio de saturación ya mencionado), se pueden identificar las concepciones de reforma agraria que se asumen o se descartan por parte de los ex-ministros.

Sus declaraciones a la prensa son tomadas de diferentes medios de comunicación, y surgen como respuesta a las preguntas de distintos periodistas sobre la vigencia de la histórica consigna de la reforma agraria en los partidos de izquierda y en función de los cuestionamientos públicos de dirigentes y legisladores del mismo sector político del entonces

Presidente de la República. Frente al tema, el ex-ministro Ernesto Agazzi (2013) en tanto dirigente político "del Movimiento de Participación Popular" (MPP- Frente Amplio), consideró que "la idea de reforma agraria es una idea vieja" asociada a "desalambrar los campos, distribuir tierra" sin embargo "solamente con la tierra poco se puede hacer", si no se dispone de "conocimiento", "financiamiento", "asesoramiento", "comercialización", y agrega:

> "está demostrado además por trabajos internacionales: si usted a una persona le da una superficie de tierra mediana o pequeña, solo eso, puede estar fabricando un pobre. Así que hoy más que hablar de reforma agraria en las políticas públicas, la idea que se viene imponiendo es la de desarrollo rural. […] Creo que esta es una moderna y que la idea de reforma agraria como se veía hace 50 años, en todos los países que se hizo reforma dió malos resultados (AGAZZI, 2013, p.1).

Lo cual es refrendado por el también ex-ministro y ex presidente del Instituto Nacional de Colonización (2010-2013), Andrés Berterreche, en una Entrevista publicada en octubre de 2013 en el semanario Voces:

> La reforma agraria es un *cliché*. Lo que se hace en el Instituto (Nacional de Colonización) es una realidad […] Por eso están buenas no solamente las políticas del Instituto en relación a la agricultura familiar sino todas las políticas del Estado en relación a la producción familiar, porque establecen sociedad, desarrollo rural, que es mucho más importante que el cliché de la Reforma Agraria. La reforma agraria también la proponía la Alianza para el Progreso. No me dice nada (BERTERRECHE, 2013).

Argumento similar esgrimido por el Presidente y ex-ministro José Mujica (2014) en el año 2014 quién señaló que "eso que se puede llamar reforma agraria se llama Instituto Nacional de Colonización", y que "una política de protección a la agricultura familiar se llama fortificar el INC". Considerando principalmente que en el Uruguay existen "unas 20 mil familias" "pequeños ganaderos, que tienen hambre de tierra, tienen inseguridad del fenómeno de la tierra" a los que el mercado no le "va a dar jamás oportunidad." (MUJICA, 2014, no paginado). Así como en la entrevista publicada en setiembre de 2016 cuando el periodista pregunta: "*¿Qué pasó con la reforma agraria en Uruguay?",* Mujica responde: "existe. Los uruguayos no se dan cuenta de que hay algo que se llama Instituto de Colonización, que es el mayor propietario de tierras que tiene el país no se dieron cuenta los uruguayos." (MUJICA, 2016, no paginado).

La coincidencia de las declaraciones de los ex-ministros y del presidente Mujica expresan posiblemente la concepción hegemónica dentro de uno de los sectores políticos que integran el Frente Amplio: el Movimiento de Participación Popular (o MPP), sector que ha sido mayoritario dentro del Frente Amplio en las tres elecciones que llevaron al Frente Amplio al

gobierno y cuyas diferencias internas (EL OBSERVADOR, 2012) sobre la “reforma agraria” tomaron estado público en las declaraciones a la prensa presentadas.

Cardeillac y Piñeiro (2016) consideran que este sector representa una de las tres corrientes de pensamiento agrario que coexisten dentro del Frente Amplio, y la única que “intentó frenar el proceso de concentración y extranjerización de la tierra, mediante la promulgación de una ley que aumentó los impuestos sobre las grandes propiedades rurales de más de 2.000 hectáreas.” (CARDEILLAC, PIÑEIRO, 2016, p.376). Contando con poco apoyo dentro del Frente Amplio y los partidos de oposición, quienes argumentaron que desalentaría la inversión extranjera. Una segunda corriente dentro del Frente Amplio estaría integrada por el Partido Comunista y el Partido Socialista, que presentan “profundas raíces urbanas e industriales, y como tales no simpatizan con los agricultores familiares”, vinculados históricamente al movimiento obrero, “la organización de los trabajadores rurales, y el mejoramiento de las condiciones de trabajo y salarios.” Y finalmente la tercer tendencia sería la respaldada por el equipo económico de gobierno, que apunta a garantizar condiciones macroeconómicas para la inversión extranjera directa y la mayor productividad de las grandes empresas, con intención de realizar acciones redistributivas. (CARDEILLAC, PIÑEIRO, 2016, p.376)

Análisis de algunos fundamentos políticos, técnicos e ideológicos

Tras el recorrido exploratorio de los principales documentos de los organismos de dirección del PIT CNT y del Frente Amplio, podemos notar que desde el año 2003 hasta la actualidad no se debate en tales espacios la necesidad de una Reforma Agraria. Tal como hemos revisado en los Programas de gobierno del Frente Amplio del siglo XXI dicha idea no se incorpora, mientras que el único documento del PIT CNT que fundamenta ampliamente el tema es el de la Comisión que funcionó entre los años 2003 y 2006. Siendo las declaraciones (realizadas entre 2013-2016) de los ex-ministros de ganadería y agricultura las referencias públicas casi únicas sobre “reforma agraria” de quienes integraron el Poder Ejecutivo en los últimos años. Por esta razón comparamos ambas perspectivas, considerando que nuevas investigaciones puedan explorar referencias recientes a la idea de “reforma agraria” en los sectores políticos, organismos y legisladores que integran el Frente Amplio, o en otros partidos políticos de izquierda (como en la Unidad Popular) o en los sindicatos de base que integran el PIT CNT e incluso en el próximo Congreso donde varios sindicatos plantean la reforma agraria (LA DIARIA, 2018; PIT CNT, 2018).

A continuación analizamos de forma comparativa algunas dimensiones de las perspectivas planteadas que nos permitirán explorar posibles fundamentos políticos, técnicos e ideológicos de la opción por la reforma agraria o de su negación.

Para ello tomando como marco de referencia diversos estudios de colonización y reforma agraria en América Latina, identificamos el papel del Estado y los actores sociales ante las modificaciones agrarias, exploramos las consecuencias que acarrearía la distribución de tierras para al gran latifundio en las diferentes perspectivas, y en particular explicitamos algunas consideraciones sobre la ganadería como rubro estratégico de la producción nacional.

Lo primero que se evidencia, es que desde el punto de vista conceptual estamos ante dos perspectivas nacionales diferentes. En el movimiento sindical del momento de la crisis la Comisión de Reforma Agraria cifraba sus expectativas en la generación de un “fenómeno de masas” que levantara la bandera de la demanda de tierra, donde el motor serían los “asalariados rurales y sus aliados” para “democratizar la propiedad de la tierra” y “terminar con el latifundio”; por lo que la dinamización o actualización del INC sería un “primer paso” en el proceso integral de reforma agraria.

Los diversos Programas de gobierno del Frente Amplio, si bien no utilizan la idea de reforma agraria pasan de considerar la “transformación de la estructura agraria” (2005-2010), a la convivencia armónica de las “diversas formas de producción” (2015-2020).

En las declaraciones de los ex-ministros del agro puede destacarse que la apuesta principal no es a la modificación de la estructura agraria sino al “desarrollo rural” que permita atender las necesidades de los trabajadores rurales y productores familiares desde políticas diferenciadas. Dentro de tales instrumentos el papel del acceso a la tierra del Instituto Nacional de Colonización sería el de desmercantilizar “fajas” de territorio para retener a la población rural, mejorando su calidad de vida.

Pero ¿de qué hablamos en América Latina cuando hablamos de “procesos de reformas agrarias”?. Hablamos de una serie de procesos de políticas (principalmente aplicadas durante el siglo XX) “que se orientaron a redistribuir tierras excesivamente concentradas en manos de grandes propietarios” en un régimen capitalista (SAMPAIO, 2005). En este sentido la ausencia de reforma agraria en Uruguay aparece como como una constatación de los estudios nacionales desde el punto de vista jurídico (SAAVEDRA, 2012), político (CÓRDOBA, 2005), sociológico (FERNANDEZ, 2002) y agronómico (VASALLO, 1987), pero también de estudios internacionales clásicos (GARCÍA, 1967) y actuales (SAMPAIO, 2005; CHONCHOL, 2003; CARVALHO, 2004; CARDEILLAC, PIÑEIRO, 2016).

Esto lo podemos observar, por ejemplo, en las “Tipologías de reformas agrarias latinoamericanas” de Antonio García (1967) donde el caso uruguayo era considerado como “colonización histórica”. O más recientemente en los estudios de Jaques Chonchol (2003) y Plinio Arruda Sampaio (2005) quienes coinciden en que ni en Argentina ni en Uruguay se dieron procesos de reforma agraria.

El papel del Estado y de los actores sociales

La conceptualización y la resignificación de la reforma agraria, contribuye en la comprensión y explicación de la política de tierra efectivamente implementada. Carvalho (2004) señala para el caso brasilero de la actualidad, que la reforma agraria pasó en la agenda política y de los movimientos sociales de ser considerada "a passagem da apropriação da terra de uma classe social para outra" a una política pública "compensantórica" (CARVALHO, 2004, p.11).

Por su parte Ruy Mauro Marini (1975) señalaba que en el Siglo XX en América Latina las "reformas agrarias nacieron siempre de la dinámica de las clases explotadas [...] no se hicieron por iniciativa de la burguesía, ni reflejaron primariamente una contradicción importante entre ésta y los terratenientes, sino que fueron el fruto de las luchas de masas, campesinas y/o obreras. (MARINI, 1975, p.7).

En esta misma perspectiva de clases el Documento de la CRA del sindicalismo uruguayo apostaba a una reforma agraria integral encabezada por los trabajadores rurales, cuyas demandas "no pueden, ni deberían dejar de vinculárseles a la lucha general de la clase trabajadora que implica soluciones más profundas", porque "lo que está en discusión es la cuestión del poder" (CRA, 2003, p. 25).

Por otra parte, es necesario considerar que algunos autores valoran que el factor determinante para desencadenar un proceso de reforma agraria no es la constatación sociológica de un campesinado extenso al interior de una formación social, sino la intensidad de los hechos políticos que generan las clases desposeídas articuladas (STEVENHAGEN, 1975; CHONCHOL, 2003).

En cambio para el caso uruguayo, los ex-ministros de ganadería y agricultura citados consideraron que lo determinante en este tema sería el papel del Estado en la implementación de políticas de desarrollo rural (sin referencias a movilizaciones sociales), de las cuales los trabajadores rurales serían beneficiarios. Así mismo en el programa para el tercer gobierno del Frente Amplio no existen pronunciamientos de cómo se generaría un proceso de transformación agraria de carácter masivo que acompañe el decisivo cambio político ocurrido con la llegada del progresismo al gobierno nacional, o con los sucesivos gobiernos de "profundización" de los cambios.

Si bien diversos estudios demuestran que durante los gobiernos frenteamplistas el Estado no interviene en las diferentes cadenas productivas para habilitar mayor participación y control obrero (como lo reclaman los sindicatos obreros históricamente), sí esperan los dirigentes políticos del gobierno que el rol del Estado sea el de desmercantilizar "fajas" de tierra para la población rural más demandante: los "pequeños ganaderos" y otros sectores con tenencia precaria de la tierra. Conservando el Estado la propiedad de la tierra se evitaría caer

en el error cometido por varias reformas agrarias (a juicio de los ex-ministros) donde se instaló una “fábrica de pobres”: una distribución de tierra sin condiciones para vivir y trabajar en ella.

La distribución de tierras y el latifundio

La Constitución de la República Oriental del Uruguay (ROU, 1997) habilita la generación de leyes que tiendan a la expropiación (en sus artículos 32, 231 y 232). y también la ley N.º 11.029 de colonización presenta la facultad de expropiación, (en su artículo 39) utilizada a fines de la década del ’60 a partir de las reivindicaciones de sectores trabajadores de la tierra mencionadas (PARDIÑAS, 2006) que generaron la implantación del Impuesto a la PROductividad Mínima Exigible conocido como IMPROME (que se implantó con Ley número 13.695 vigente entre 1968 y 1979) para financiar la adquisición de inmuebles a favor de la colonización, sin desencadenar un proceso de reforma agraria.

Los problemas de financiamiento para la incorporación de nuevas tierras estuvieron presentes desde la fundación del INC en la década del '40, por lo que varios analistas han considerado que se votó una obra magistral de legislación (la Ley N.º 11.029) que logró el consenso en todo el espectro político representado en el Poder Legislativo de la década del '40, pero sin asignarle fondos para concretar el proyecto “colonizador” (PIT-CNT et al., 2006).

A partir del cambio político operado en el país desde el año 2005, el Frente Amplio en el gobierno dinamizó el proceso colonizador en términos relativos sin apelar a movilizaciones masivas en torno al problema de la tierra, ni expresar una voluntad “expropiatoria”. En el documento sindical del año 2003 (anterior a la asunción del gobierno del Frente Amplio) también se planteaba la actualización del INC como una tarea pendiente pero que era concebida como una “primera instancia” para luego seguir con la transformación de la estructura agraria. En tanto en la perspectiva de los ex-ministros la “colonización” aparece como la opción principal a la que debe apostar la política de acceso a la tierra del progresismo. Siendo mejor valorada que la “vieja idea” o “*cliché*” de la reforma agraria de la década de los '60, o considerando a la colonización como sinónimo de la reforma agraria.

La reactivación del Instituto Nacional de Colonización realizada por los gobiernos del Frente Amplio, distribuye tierras principalmente adquiridas en el mercado (por lo que tampoco se las sustrae al latifundio) sin renunciar el Estado a su propiedad, por lo que el actual gobierno se plantea cumplir una “eficaz planificación de la colonización” sin tentar una transformación agraria.

Por otra parte, antes de que asumiera el primer gobierno frenteamplista, en el documento de la Comisión de Reforma Agraria se identificaba como el principal factor de la desigual distribución de la tierra al “latifundio ganadero” mientras que una vez que asume el gobierno del Frente Amplio, el latifundio ganadero es modificado por el latifundio forestal y

agrícola que se continúa expandiendo restando tierras a la ganadería (PIÑEIRO, 2O11), sin necesidad de presiones de la clase trabajadora para que esto ocurra. En cuanto a la discusión sobre el agente fundamental del proceso de reforma agraria, para la Comisión de Reforma Agraria lo constituye la organización de los asalariados rurales (de todos los rubros), para José Mujica son los “pequeños ganaderos” el sector más demandante de tierras, aunque no se apela a que sean ellos quienes levanten la “bandera caída” de la reforma agraria que sí era asumida como “responsabilidad del movimiento obrero” (CRA, 2003, p.11), en un sector ganadero donde el “policlasismo” ha sido la principal expresión organizativa.

Para la Comisión de Reforma Agraria se trataría de que la “ganadería extensiva pierda peso relativo” “sea porque otros rubros productivos la sustituyan o porque se logre pasar a un modo intensivo de esa misma producción” (CRA, 2003, p.13), sin destacar el estratégico papel que podría jugar el “pequeño ganadero” (o pecuarista familiar) en presentar alternativas a la gran escala. Mientras que para para Mujica la intervención del Estado se basa principalmente en darles estabilidad en el acceso a la tierra a los “pequeños ganaderos”, porque “el libre mercado” no va a darle una “oportunidad” a este sector que requiere una “política social distributiva”.

Si tomamos en cuenta que el promedio anual de incorporación de tierra bajo los gobiernos actuales (del Frente Amplio entre los años 2005 – 2017) es evidentemente superior al del período de redemocratización entre 1985 – 2005 también debemos considerar es que aún menor que el del período pre y dictatorial, entre 1968-1978, (SUSTITUIR, 2015b) en que las movilizaciones sociales por la expropiación de latifundios improductivos llevaron a una respuesta de entrega de tierras, que luego serían seguidas de medidas represivas del levantamiento de los asalariados en torno a la implementación de la dictadura cívico militar (1973-1985). (GONZALEZ SIERRA, 1994). En todos estos períodos, la ley de colonización de la década de los '40 fue lo suficientemente amplia para regular la pacífica adquisición de tierras en el mercado como para contemplar la disruptiva expropiación forzosa (con indemnización), si la movilización social lo exigía y si las respuestas estatales complementaban los instrumentos de financiación para la adquisición de tierras (mediante impuestos, asignaciones especiales, etc.), reflejando el peso de las fuerzas sociales demandantes.

Por esta razón la perspectiva sindical analizada y la histórica dinámica de las clases sociales en el campo uruguayo abogan por la utilización de la ley de colonización como puerta de entrada a una movilización social significativa en pro de una transformación de las estructuras agrarias que afecte los intereses del latifundio, si bien poco se dice en el documento sindical de las características del sector más demandante de tierras y de las particularidades de la problemática de la tierra de la ganadería o pecuaria familiar.

Consideraciones finales

Es necesario profundizar en las consecuencias de los diferentes procesos de reformas agrarias en Latinoamérica (CHONCHOL, 1996; GROPPO, 1997; CHONCHOL, 2003; SAMPAIO, 2005), ya que los fracasos de las reformas agrarias latinoamericanas tienen diferentes explicaciones, desde las más técnicas a las más políticas. A diferencia de países desarrollados, donde la industrialización se basó en la agricultura familiar, en América Latina "el impacto de la reforma agraria" en el siglo XX "ha sido pobre, porque la decisión de realizarla no significó la alteración substancial de un modelo de desarrollo sesgado en contra de la agricultura familiar" en un contexto de industrialización tardía para la sustitución de importaciones, dependiente de divisas y políticas cambiarias (GROPPO, 1997).

La legislación uruguaya sobre la distribución de tierras refleja la institucionalización histórica de la relación entre las clases sociales (CARVALHO, 2004), donde el latifundio cuenta con mecanismos legales para detentar la propiedad privada, garantizada en la Constitución de la República como "derecho inviolable", mientras que los sujetos populares estarían facultados a generar mecanismos legales para afectar "por razones de interés general" dicho derecho. La ley de colonización (N°11.029) sería uno de esos mecanismos legales que apenas tiene la potestad de expropiar tierras, sin embargo dicha Ley no obliga al Estado a generar una significativa re-distribución de la tierra, y por lo tanto ha requerido históricamente la movilización y presión de los trabajadores para obtener recursos económicos para la colonización.

La toma de posición predominante del Estado (O'DONELL Y OSZLAK, 1984) ante el dinamismo actual del mercado de tierras, motorizado por la inversión extranjera directa, es expresión de la fuerza del capital (MOREIRA, 2006) y sus conquistas en el acaparamiento de tierras, teniendo como base el Estado de derecho, la estabilidad en el cumplimiento de los contratos y la seguridad jurídica.

Ante el interrogante generado en la prensa y en la opinión pública sobre la valoración actual de la tradición de la izquierda nacional en promover procesos de reforma agraria, las perspectivas de los ex-ministros analizadas son coincidentes en la opción sustitutiva por el concepto de "desarrollo rural". Las políticas de desarrollo rural en la actualidad apuntan a la coexistencia armoniosa de las tres clases sociales en la estructura agraria uruguaya. Por ello la política de colonización no re-distribuye porcentajes significativos de tierras, sino que asigna tierras en arrendamiento, adquiridas en el mercado como política social hacia la población rural "vulnerable", sin afectar los intereses del latifundio, nacional o extranjero, a cuenta de redistribuir ingresos a través de políticas sociales (CARDEILLAC, PIÑEIRO,2016).

Quizás sea dentro de las organizaciones sociales y sindicales del movimiento popular que han considerado este tema, donde los estudios sobre perspectivas de reforma agraria

despierten mayor interés, en la medida en que “la reforma agraria” no está en la agenda programática del gobierno. Futuras investigaciones deberían profundizar en las experiencias internacionales consideradas “fábrica de pobres”, o en los “fracasos” de las reformas agrarias (AGAZZI, 2016) o en las razones de “la bandera caída” de la reforma agraria dentro de las perspectivas y los actores sociales y políticos aquí abordados.

La recuperación de las propuestas, fundamentaciones y procesos históricos colaboraría en la actualización del análisis de la estructura agraria concentrada y extranjerizada, y de sus posibles rutas de superación. Pero también el estudio sistemático de las ruralidades del Uruguay, principalmente del sector más demandante de tierras: los ganaderos familiares, un sector donde la izquierda no ha demostrado demasiado interés históricamente ya que se lo consideraba ideológicamente hostil a los cambios sociales y tecnológicamente reproductores del latifundismo.

En este sentido consideramos que a nivel nacional sigue vigente la preocupación planteada por pensadores clásicos de la izquierda nacional de la década del '60 (QUIJANO, 1986; SALVADOR PORTA, 1961; TRIAS 1965) de que “nuestra reforma agraria debe ser, en buena parte, un plan dirigido a estimular y desarrollar, como prioridad y no como exclusividad, la producción ganadera” (TRÍAS, 1965, p. 252), a lo que agregaríamos el desafío de pensar la promoción de un tipo de ganadería alternativa a la ganadería patronal.

Referencias

AGAZZI, E. **Entrevista televisiva en Canal 8 del Departamento de Rocha**, publicada el 2 de febrero del 2013 por Señal Digital Regional del “Programa Punto de Mira”, realizada por el periodista Ricardo Méndez Molina (Transcripción SUSTITUIR). Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=BiuKc8luG7k>. Acceso en: 10 diciembre de 2016.

BERTERRECHE, A. Semanario Voces, **Entrevista del 24 de octubre de 2013**, realizada por los periodistas Jorge Lauro y Alfredo García, Montevideo. Disponible en: <http://mpp.org.uy/2011-12-07-22-57-14/todas-las-noticias/930-entrevista-a-andres-berterreche-en-semanario-voces>. Acceso en: 07 febrero de 2017.

BOTTINELLI, O., **Frente Amplio**: partido, movimiento, o qué. FACTUM, Montevideo, 31 de enero de 2016. Disponible en: <http://factum.uy/analisis/2016/ana160131.php>, Acceso: mayo de 2018.

CARDEILLAC, J., PIÑEIRO, D. The Frente Amplio and the agrarian policy in Uruguay, en: KAY, C., VERGARA-CAMUS, L., **Journal of Agrarian Change** (E).Número especial: Campesinos, agronegocios, gobiernos de izquierda y neodesarrollo en América Latina: Explorando las contradicciones, Wiley, Oxford, 2016. (Traducción nuestra.)

CARVALHO, H. MARTINS de, **Reforma agrária e o bloco no poder**, *Lutas Sociais* Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/Sao Paulo, 2003, n. 9-10, 2003, pp. 105-114. Disponible: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18980/14140>. Acceso: mayo de 2018.

CHONCHOL, J., **Sistemas agrarios en América Latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora**, Fondo de Cultura Económica, Santiago de Chile, 1996.

_____. **La reforma agraria en América Latina**. CIDES-UMSA, en: John D. Vargas Vega, Miguel Urioste Fernández de Córdova: Proceso agrario en Bolivia y América Latina, Posgrado en Ciencias del Desarrollo PLURAL editores, La Paz, 2003.

COMISIÓN DE REFORMA AGRARIA – CRA del PIT-CNT- Plenario Intersindical de Trabajadores- Convención Nacional de Trabajadores. **Bases para la discusion de un proyecto de reforma agraria**. Mimeo., Montevideo, 2003.

CÓRDOBA, L. (Comp.). **Colonización y Reforma Agraria.** Ed. CADESYC. Montevideo, 2005.

DE LA TORRE, N.; RODRIGUEZ, N.; SALA, L. **Artigas: tierra y revolución**. Ed. Por Uruguay, Montevideo, 1971.

DIEA - Dirección de Estadísticas Agropecuarias – MGAP. **Serie "precio de la tierra" Compraventas Año 2015**. Montevideo, 2016.

EL ESPECTADOR. **Desde el 2000 Uruguay multiplicó por 20 la inversión extranjera directa.** 2015. Disponible en: <http://www.espectador.tv/videos/810Vivo/324915/economia-para-armar-y-desarmar/desde-el-2000-uruguay-multiplico-por-20-la-inversion-extranjera-directa>. Acceso en: 17 febrero de 2017.

EL OBSERVADOR, **"MPP reivindica reforma agraria"**, diciembre de 2014. Disponible en: <https://www.elobservador.com.uy/mpp-reivindica-la-reforma-agraria-n238970> Acceso: mayo de 2018.

FERNANDEZ, T. Cambios en la estructura agraria del Uruguay entre 1951 y el 2000: una aproximación descriptiva desde la distribución de la tierra, **Estudios Sociológicos**, México, El Colegio de México, vol. XX, núm. 2, 2002.

FERREIRA ALDUNATE, W. **Estadista y parlamentario.** La Cámara, Cámara de Senadores de la República Oriental del Uruguay, Montevideo, 1993.

FRENTE AMPLIO, **Grandes lineamientos programáticos para el gobierno 2005 – 2010** del Frente Amplio, 2004, Disponible en: <https://frenteamplio.uy/nuestra-voz/declaraciones-y-documentos/item/download/182_1c4cd23a669d80fcb96a9f03f112f164>, Acceso: mayo de 2018.

_____. **V Congreso Extraordinario Zelmar Michelini**, Montevideo, 2008

_____. **Bases programáticas. Tercer gobierno nacional del Frente Amplio 2015-2020.** Comisión Nacional de Programa del Frente Amplio, Montevideo, 2014.

_____. Estatuto 2011, **Frente Amplio**, Montevideo, 2018. Acceso: <https://frenteamplio.uy/nuestra-voz/estatuto>. Acceso: mayo 2018.

GARCÉ, A. Uruguay: el Frente amplio como partido de gobierno. En: IGLESIAS, E., CONDE, SUAREA (Editores): El **momento político de América Latina**. Fundación Carolina/ Siglo XXI, España, 2011.

_____. YAFFÉ, J. **La era progresista**. Fin de Siglo, Montevideo, 2004.

GARCÍA, A. **Tipologías de las reformas agrarias latinoamericanas**. Santiago de Chile, 1967. Disponible en: <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/739/7/RCE7.pdf.>. Acceso en: 10 febrero de 2017.

GONZÁLEZ SIERRA, Y. **Los olvidados de la tierra. Vida, organización y luchas de los sindicatos rurales del Uruguay**. Nordan, Montevideo, 1994.

GROPPO, P., **La FAO y la Reforma Agraria en América Latina: hacia una nueva visión**, Roma, 1997. SD Dimensions. FAO, Roma. Disponible en: <http://ecaths1.s3.amazonaws.com/geografiadelosespaciosurbanosrurales/276449195.Groppo.docx>. Acceso: Mayo de 2018.

LA DIARIA, **Pocas posibilidades" de evitar elecciones en el próximo congreso del PIT-CNT**, Montevideo, 16 de mayo de 2018, Disponible en: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2018/5/pocas-posibilidades-de-evitar-elecciones-en-el-proximo-congreso-del-pit-cnt/> Último acceso: mayo de 2018

LA PRENSA, **"Para el Ministro Aguerre, el Frente Amplio 'desconoce la realidad agraria"**, 14 de diciembre 2012, Disponible en: <http://www.laprensa.com.uy/index.php/nacionales/35520-para-el-ministro-aguerre-el-frente-amplio-desconoce-la-realidad-agraria>, Último acceso: mayo de 2018.

LANZARO, J. El Frente Amplio: un partido coalición, entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno, **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Instituto de Ciencia Política, Montevideo, Diciembre de 2001.

_____. La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. **Cahiers des Amériques latines**, París, Número 46, 2004, p. 21-32. Dipsonible en: <https://journals.openedition.org/cal/7625> Último acceso: Mayo, 2018

LÓPEZ, L. El tercer gobierno del frente amplio en Uruguay: supremacía electoral de la izquierda y perspectiva de reformas institucionales. **POSTData 21**, No 1, Buenos Aires, 2016.

MARINI, R. M. La reforma agraria en América Latina (Comentarios a la intervención de Michel Gutelman). **Cuadernos Agrarios** México, Número 4, 1976.

MOREIRA, C., Partido, Gobierno y Movimientos Sociales en el "Giro a la izquierda" de América Latina: El caso Uruguayo, en: SOARES DE LIMA, M.,(ORG.) **Desempenho de fovernos progressistas no Cone Sul. Agendas alternativas ao neoliberalismo**, Edições IUPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

MGAP - MINISTERIO DE GANADERÍA AGRICULTURA Y PESCA. **Censo General Agropecuario** – CGA. Montevideo, 2011. Disponible en: <http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,diea,diea-censo-2011-resultados-definitivos,O,es,0,>. Acceso en: 10 diciembre de 2015.

_____. Producción Familiar Agropecuaria uruguaya y sus Productores Familiares a partir de los datos del Censo General Agropecuario y el Registro de Productores Familiares. Montevideo, 2015. Disponible en: <https://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/multimedia/pptpafregistros2015.pdf>. Acceso en: 21 febrero de 2017.

MUJICA, J. **En este país, reforma agraria es fortalecer el Instituto Nacional de Colonización**, Diálogo Regional de Planificación y Movilización por el Año Internacional de la Agricultura Familiar, Presidencia de la República, 25 de marzo de 2014. (Transcripción: SUSTITUIR). Disponible en: <https://www.presidencia.gub.uy/sala-de-medios/audios/audios-completos/audio-mujica-produccion-familiar>. Acceso en: 18 enero de 2017.

_____.**José Mujica afirma que Reforma Agraria en Uruguay es una adaptación de un concepto Inca y que la ha llevado por el mundo como modelo**, Entrevista de los periodistas Fredy Fasano y Mauricio Cavallo, publicada el 4 de septiembre de 2016, por la LARED21.TV. Disponible en: <http://www.lr21.com.uy/politica/1303224-jose-pepe-mujica-reforma-agraria-uruguay-entrevista-fasano-cavallo>. Acceso en: 12 febrero de 2017.

O'DONELL, G.; OSZLAK, O. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. En: KLIKSBERG, B. Y SULBRANDT, J. (comp.). **Para investigar la Administración Pública**. INAP, Madrid, 1984.

PARDIÑAS, Y. Presentación en: **Seminario de Colonización para el desarrollo productivo y social**. PIT-CNT, UDELAR, MGAP. Instituto Nacional de Colonización, Montevideo, 2006.

PIÑEIRO, D. **En busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina**. CLACSO, Buenos Aires, 2004.

_____. **Dinámicas en el Mercado de la Tierra en América Latina**. El caso de Uruguay. FAO, Roma, 2011.

PIT-CNT, UDELAR, MGAP. Instituto Nacional de Colonización, **Seminario de Colonización para el desarrollo productivo y social**. PIT-CNT, UDELAR, MGAP. Instituto Nacional de Colonización. Montevideo, 2006.

PIT CNT- Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores, Trabajo &Utopía, **X Congreso del PIT CNT**, Año IX, No. 84, Montevideo, 2008, pp.2-7.

_____. **XI Congreso "Jorgelina Martínez y Calixto Gonzalez"**, PIT-CNT, Montevideo, 2011.

_____. Estatutos, Montevideo, 2018, Disponible en: <http://www.pitcnt.uy/el-pit-cnt/estatutos> Último Acceso: mayo de 2018.

PORTA, E. S. **Uruguay Realidad Y Reforma Agraria**. Ediciones de Banda Oriental, Montevideo, 1961.

QUIJANO, C. **La Reforma Agraria en el Uruguay**. Cuadernos de Marcha-Nuevo Mundo, Montevideo, 1986.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY- ROU **Constitución de la República**. Parlamento del Uruguay, 1997. Disponible en: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion>.Acceso en: 25 febrero de 2017.

_____. **Ley Número 11.029 Instituto Nacional Colonización. Ente autónomo. Carta orgánica. Creación**. Disponible en: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=11029&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=>. Acceso en: 25 febrero de 2017.

ROSSI, V. La cuestión agraria uruguaya en dialogo con Pierre Bourdieu y Bernardo Mançano Fernandes. **Boletim DATALUTA**, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2013. Disponible en: <www.fct.unesp.br/nera>. Acceso en: 12 enero de 2017.

RULLIA, M. C., et al. **Global land and water grabbing.** Departamento de Ciencias Ambientales de la Universidad de Virginia, Charlottesville, Editado por BL Turner (Arizona State University), EUA, 2012.

SAAVEDRA, J. P. M. **Colonización y derecho agrario**. Fondo de Cultura Universitaria, Montevideo, 2012.

SAMPAIO, P. A. Reforma Agraria y Lucha por la Tierra en América Latina. Territorio y movimientos sociales. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Año VI, Nº 16, Buenos Aires, 2005. p. 14-22.

SENATORE, L., YAFFÉ, J., Los sindicatos uruguayos ante el primer gobierno de izquierda. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Año VI, Nº 16, Buenos Aires, 2005. p. 91-99.

STEVENHAGEN, R., Siete Tesis equivocadas Sobre América Latina, en: FEDER, E. (ED.), **La lucha de clases en el campo. Análisis estructural de la economía agrícola latinoamericana,** Fondo de Cultura Económica, México, 1975.

SUSTITUIR. **Sociología de las ocupaciones de tierra. La acción colectiva de los trabajadores rurales de Artigas.** Nordan, Montevideo, 2009.

_____. **Legislación sobre acceso a la tierra en el Uruguay**, Movimiento Regional Por la tierra, Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica (IPDRS), Organización Inter-eclesiástica para la Cooperación al Desarrollo (ICCO), La Paz, 2015. Disponible en: <http://www.porlatierra.org/documentos/intro>. Acceso en: 10 de diciembre de 2015.

_____. **Políticas públicas y el problema de la tierra en el Uruguay actual**, Movimiento Regional Por la tierra, Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica (IPDRS), Organización Inter-eclesiástica para la Cooperación al Desarrollo (ICCO), La Paz, 2015b Disponible en: <http://www.porlatierra.org/documentos/intro>. Acceso en: 10 diciembre de 2015.

_____.ARBULO, A. **Demanda de tierras en Uruguay**. Movimiento Regional Por la tierra. Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica (IPDRS), Organización Inter-eclesiástica para la Cooperación al Desarrollo (ICCO), Santa Cruz de la Sierra, 2015. Disponible en: <http://www.porlatierra.org/documentos/intro> Acceso en: 10 de diciembre de 2015.

TRIAS, V. **Reforma Agraria en el Uruguay.** Ediciones el sol, Montevideo, 1965.

UN SOLO URUGUAY, **Definición de la identidad de Un Solo Uruguay**, 2018. Disponible en: <http://unsolouruguay.uy/definicion-de-la-identidad-de-un-solo-uruguay/>. Acceso: mayo 2018.

UNATRA - Unión Nacional de Asalariados Trabajadores Rurales y Afines. **Plataforma de la UNATRA- Primer Congreso de la UNATRA**, Mimeo., Salto, Uruguay, 2005.

VASALLO, M. **Reforma Agraria. Una estrategia de desarrollo rural.** CLAEH-EBO-Montevideo, 1987.

Sobre o autor

Pablo Díaz Estévez – Graduação em Licenciatura em Ciencias de la Educación pela Univerisdad de la República (2002); Mestrado em Ciencias Sociales pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina) (2007); Doutorado em Ciencia Política pela Universidad Nacional de San Martín – Argentina (2011). Atualmente é professor adjunto da Universidad de la República, sede

Tacuarembó, Uruguai e coordenador do Núcleo de Estudios Rurales y del Observatorio de Política de Tierra; **OrcID –** http://orcid.org/0000-0001-8091-0036

Como citar este artigo

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. La reforma agraria en el Uruguay del siglo XXI: ¿bandera caída o fabrica de pobres? **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 39-63, set.-dez. 2018.

Recebido para publicação em 27 de julho de 2017.
Devolvido para a revisão em 16 de abril de 2018.
Aceito para a publicação em 20 de maio de 2018.

Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay

Lorena Izá Pereira
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumen

Paraguay posee la mayor concentración de tierras del mundo, con el índice de Gini de 0,93. Con el consiguiente, el 19% del territorio paraguayo estaba (2008) en posesión de extranjeros (CAN, 2008) y está clasificado como tercer mayor exportador y sexto mayor productor de soja del globo (CAPECO, 2018). A pesar de esta coyuntura, la concentración y extranjerización de la tierra en Paraguay se configuran como procesos históricos, desde el final de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) y que con el paso del tiempo se vuelven más complejos, interactuando aún más con procesos económicos y políticos globales (ARRIGHI, 2008). En este escenario, el objetivo de este artículo es debatir sobre el proceso de apropiación del territorio paraguayo por extranjeros desde 1870 hasta el período actual, evidenciando las estrategias, papel del Estado, relaciones geopolíticas e impactos en la estructura agraria del país. Entender este proceso histórico es esencial para comprender las raíces de la actual concentración de la tierra, la extranjerización del territorio y las transformaciones agrarias ocurridas en Paraguay. Para alcanzar este objetivo, además de revisión bibliográfica, utilizaremos datos de diferentes agencias de investigación y entrevistas construidas durante trabajo de campo en diferentes departamentos paraguayos entre los años 2015 y 2018, que nos permite reflexionar acerca de las contradicciones del agronegocio y de los impactos resultantes de esta apropiación de tierras por extranjeros, tales como desterritorialización de campesinos e indígenas, inseguridad y pérdida de la soberanía alimentaria, aumento de la población en favelas y acentuación de la pobreza rural y urbana, lo que evidencia que los impactos desde modelo están más allá del espacio rural.

Palabras-clave: Extranjerización de la tierra; concentración de tierra; disputa territorial; geopolítica de la cuestión agraria.

Ciclos de estrangeirização e concentração da terra no Paraguai

Resumo

O Paraguai possuí a maior concentração fundiária do mundo, com o índice de Gini de 0,93. Concomitantemente, 19% do território paraguaio estava (2008) em posse de estrangeiros (CAN, 2008) e está classificado como terceiro maior exportador e sexto maior produtor de soja do globo (CAPECO, 2018). Apesar desta conjuntura atual, a concentração e estrangeirização da terra no Paraguai se configuram como processos históricos, desde o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e que com o passar do tempo tornam-se mais complexos, interagindo ainda mais com processos econômicos e políticos globais (ARRIGHI, 2008). Neste cenário, o objetivo deste trabalho é debater acerca do processo histórico de apropriação do território paraguaio por estrangeiros desde 1870 até o período atual, evidenciando as estratégias, papel do Estado, relações geopolíticas e impactos na estrutura fundiária do país. Entender este processo histórico é essencial para compreender as raízes da atual concentração da terra, estrangeirização do território e transformações agrárias ocorrentes no Paraguai. Para atingir este objetivo, para além de revisão bibliográfica, utilizaremos dados de diferentes agências de pesquisas e entrevistas construídas durante trabalho de campo em diferentes departamentos paraguaios entre os anos de 2015 e 2018, que nos permite refletir acerca das contradições do agronegócio e dos impactos resultantes desta apropriação de

terras por estrangeiros, tais como desterritorialização de camponeses e indígenas, insegurança e perda da soberania alimentar, aumento da população em favelas e acentuação da pobreza rural e urbana, o que evidencia que os impactos desde modelo estão para além do espaço rural.

Palavras-chave: Estrangeirização da terra; concentração fundiária; disputa territorial; geopolítica da questão agrária.

Cycles of land foreignization and land concentration in Paraguay

Abstract

Paraguay has the largest land concentration in the world, with the Gini index of 0.93. Concurrently, 19% of Paraguayan territory was (2008) in the possession of foreigners (CAN, 2008) and is ranked third largest exporter and sixth largest soybean producer in the world (CAPECO, 2018). In spite of this current situation, the concentration and foreignization of the land in Paraguay are configured as historical processes, since the end of the Triple Alliance War (1864-1870) and over time they become more complex, interacting even more with processes economic and political issues (ARRIGHI, 2008). In this scenario, the objective of this work is to discuss the historical process of appropriation of Paraguayan territory by foreigners from 1870 to the current period, highlighting the strategies, role of the State, geopolitical relations and impacts on the land structure of the country. Understanding this historical process is essential to understand the roots of the current concentration of land, the foreignization of the territory and the agrarian transformations that occurred in Paraguay. In order to reach this objective, in addition to a bibliographical review, we will use data from different research agencies and interviews built during fieldwork in Paraguay between the years 2015 and 2018, which allows us to reflect on the contradictions of agribusiness and the resulting impacts of land appropriation by foreigners, such as deterritorialization of peasants and indigenous peoples, insecurity and loss of food sovereignty, population increase in slums and accentuation of rural and urban poverty, which shows that the impacts from the model are beyond the rural space.

Keywords: Land foreignization; land concentration; territorial dispute; geopolitics of the agrarian question.

Introdución

A partir de 2008 se acentúa el interés global en tierras, impulsado, en parte, por procesos actuales de convergencia de múltiples crisis: alimentar, ambiental, climática, energética y financiera; la necesidad de ampliar la cartera de inversiones del capital financiero para superar la crisis de sobreacumulación (HARVEY, 2003) – y el ascenso de los Middle Income Countries (MICs), es decir, los países de ingreso medio y los bloques económicos como BRICS (Brasil, Rusia, China y Sudáfrica) (McKAY, 2017). Sin embargo, a pesar de que muchas investigaciones abordan el interés global en tierras – *land rush*, *land grabbing* o *acaparamiento* – a como inédito, éste es histórico, porque también es resultado de la necesidad de acumulación interminable del capital. Es decir, es un proceso estructural en el movimiento del capital en el espacio y el tiempo.

Este interés en tierras resulta en diferentes impactos. El principal es que las tierras involucradas en tales transacciones son tierras marginales desde el punto de vista del capital (NALEPA, 2011), pero no en lo que se refiere al uso y ocupación, esto significa que hay población habitando y reproduciendo en las tierras, pero con otro modelo de desarrollo, donde el objetivo es su reproducción y no la acumulación, como el capital. Esto genera una disputa por territorios. La forma como el capital avanza en tierras es convencionalmente llamada por la academia internacional de *land grabbing* y acaparamiento de tierras. Hay una diversidad de definiciones y entendimientos para este proceso, cambiando de acuerdo con el área del conocimiento, recortes de análisis y paradigmas.

Hay un *literatura rush* (SAUER y BORRAS JR., 2016) y el único consenso entre las investigaciones sobre la temática es la intensificación desenfrenada del acaparamiento de tierras en el siglo XXI (EDELMAN, OYA y BORRAS JR, 2013). Acerca del uso del territorio, hay investigaciones agro-céntricas, o sea, que argumentan que el proceso se refiere exclusivamente a tierras destinadas a la agricultura; otros abordan el acaparamiento a través de inversiones en infraestructuras y logística (PEDLOWSKI, 2013); minería (KINUTHIA, 2013); turismo (GARDNER, 2012) y acaparamiento verde (FAIRHEAD, LEACH y SCOONES, 2012; HOLMES, 2014; LANDÍVAR y LLAMBÍ, 2016).

Hay investigaciones que defienden la utilización de la historia para entender la actual dinámica agraria (WILY, 2012; SASSEN, 2013; EDELMAN, 2016); otros que defienden la relación entre acaparamiento de tierras y acumulación primitiva (ADNAN, 2013; INCE, 2013) y con la financiarización de la agricultura (DANIEL, 2012; FAIRBAIRN, 2014; VISSER, 2015). Hay investigaciones orientadas al dimensionamiento de los impactos (GILBERT, 2017; BUSCIOLI, 2017; CUNHA, 2017) y otras con foco en las resistencias (BORRAS JR y FRANCO, 2013; BRENT, 2015; MOREDA, 2015). Hay aquellos que explicitan la necesidad del capital extranjero en el proceso (ZOOMERS, 2010) y otros que critican el término extranjerización como sinónimo de acaparamiento (FAIRBAIRN, 2015).

Aunque se configura como un proceso que afecta todo el globo, incluso Europa (PLOEG, FRANCO y BORRAS JR., 2015; KAY, 2016), cada país tiene sus particularidades y las naciones del Sur global siguen siendo los principales objetivos del capital. Según la iniciativa *LandMatrix*, sólo los continentes americano y africano poseen 26.946.703 hectáreas[1] de tierras transaccionadas, correspondiendo al 65% de toda la superficie involucrada en el acaparamiento desde el inicio del siglo XXI. En los países del Sur global, la cuestión de la presencia del capital extranjero asume un carácter relevante, ya que los agentes extranjeros se configuran como los principales apropiadores de tierras, comprendiendo desde empresas hasta propietarios individuales.

[1]Datos colectados en el 12 jul. 2018. Disponible en: http://www.landmatrix.org/.

Este breve debate nos muestra que la definición de acaparamiento de la tierra está en disputa por académicos, instituciones, movimientos sociales y gobiernos. En la academia internacional no hay consenso sobre el papel del capital extranjero en este proceso de disputa por territorio, aunque los enfoques de extranjerización son bastante criticados (BORRAS JR, KAY, GÓMEZ y WILKINSON, 2012; OYA, 2013; FAIRBAIRN, 2015), bajo la justificación de escamotear los agentes nacionales involucrados en el proceso. En Brasil la situación es aún más complicada, pues no hay una traducción del término *land grabbing*/acaparamiento y se ha convenido para utilizar el término extranjerización para referirse a tal proceso.

Ante esta discusión defendemos que el acaparamiento y la extranjerización del territorio no son sinónimos, ya que el primero se refiere a un proceso amplio de apropiación de tierras y la extranjerización es un elemento de este proceso más amplio, o sea, es la apropiación de tierras por el proceso capital extranjero. Nuestra principal crítica al acaparamiento, es que éste, a veces, es utilizado de manera restringida, pues es diseminada la idea de tierra como superficie territorial y no concibe la tierra como territorio, que involucra otros recursos (agua, biodiversidad, subsuelo, fertilidad, entre otros) y las relaciones sociales de producción y de vida. Muchas veces las tierras son transaccionadas para que el capital pueda tener acceso a estos recursos y no sólo a la tierra en sí. En este sentido, proponemos que una traducción adecuada para el acaparamiento es el *control del territorio*, pues el objetivo del capital es control para promover la acumulación y la extranjerización de la tierra representa un elemento desde proceso, corresponde al control del territorio por el capital extranjero.

En el Sur Global, la cuestión que sobresale como elemento del control del territorio y la extranjerización es la concentración de la tierra y, en algunas regiones, como es el caso de América Latina, es un pilar para entender el avance del capital extranjero (BORRAS JR, KAY, GÓMEZ y WILKINSON, 2012). En este contexto de profundización de la extranjerización y concentración de la tierra que se ubica el Paraguay, país que posee la mayor concentración agraria del mundo, con el índice de Gini de 0,94. Al mismo tiempo, el 19% del territorio paraguayo estaba (en 2008) bajo el control de extranjeros (GLAUSER, 2009) y que se configura como el tercer mayor exportador y sexto mayor productor de soja del globo (CAPECO, 2018), componiendo la regionalización de la Syngenta de la República Unida de la Soja.

A pesar de esta coyuntura actual, la concentración y extranjerización de la tierra en Paraguay se configuran como procesos históricos, pues la situación actual de Paraguay es reflejo del histórico proceso de apropiación de su territorio por el capital extranjero desde el final de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) y que con el paso del tiempo se vuelven más complejos, interactuando aún más con procesos económicos y políticos globales (ARRIGHI, 2008). Galeano (1990, p. 07) argumenta que “las grandes alternativas y los más importantes problemas o desafíos estuvieron – y continúan estando – directamente

relacionados con las consecuencias de los modos de apropiación y uso de la tierra". Así, defendemos que el Paraguay actual es fruto de los diversos territorios y territorialidades del control y extranjerización de la tierra en los diferentes períodos a lo largo de su proceso de formación socioespacial.

En Paraguay es posible identificar tres ciclos de extranjerización del territorio, todos éstos marcados por la concentración de la tierra y de la renta. El primero de 1870 hasta 1950, caracterizado por la venta de tierras públicas y la presencia del capital argentino para la explotación del Quebracho. Un segundo ciclo de 1950 a 1990, con reorientación de las relaciones internacionales de Paraguay hacia Brasil y marcado por el inicio del cultivo de soja en el país en la década de 1970 y, finalmente, el tercer ciclo, iniciado en la década de 1990 y que perdura hasta la actualidad, en la que hay la transnacionalización definitiva del territorio paraguayo (VILLAGRA, 2014), intensificación de la concentración y extranjerización de la tierra y agrietamiento de los conflictos por el territorio entre el agronegocio y la agricultura campesina.

El objetivo de este artículo es debatir sobre el proceso histórico de apropiación del territorio paraguayo por extranjeros desde 1870 hasta el período actual, evidenciando su relación con la concentración de la estructura agraria en el país. Para alcanzar este objetivo, además de revisión bibliográfica, utilizamos datos de diferentes instituciones de investigación También utilizamos entrevistas construidas durante trabajos de campo realizados en Paraguay entre los años 2015 y 2018, que nos permite reflexionar acerca de las contradicciones del agronegocio y de los impactos resultantes la apropiación de tierras por extranjeros, tales como despojo de campesinos e indígenas, inseguridad y pérdida de la soberanía alimentaria, aumento de la población en favelas y acentuación de la pobreza rural y urbana, lo que evidencia que los impactos desde modelo están más allá del espacio rural. Sobre los datos de concentración y extranjerización de la tierra, los registros oficiales son del Censo Agropecuario Nacional de 2008[2], pero la tendencia es que los procesos se hayan acentuado, como evidencia algunas informaciones presentadas en el transcurso de este artículo.

El artículo está organizado en tres sesiones, una para cada ciclo de extranjerización del territorio, enumerando las características, el papel del Estado, las estrategias del capital y los impactos territoriales, especialmente en lo que se refiere a la concentración de la tierra en cada período. Es necesario entender que la extranjerización del territorio paraguayo es resultado de procesos globales y regionales en interacción con procesos locales, o sea, las interacciones espaciales multiescalares en diferentes contextos. No es posible comprender

[2] Los datos presentados en este artículo fueron levantados durante trabajo de campo en la Biblioteca Nacional de Agricultura (BINA), del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG). Los datos fueron organizados y sistematizados exclusivamente por la autora.

las transformaciones agrarias en Paraguay sin considerar procesos regionales, pues la cuestión agraria sobrepasa fronteras políticas, indicando una Geopolítica de la Cuestión Agraria.

Primer ciclo de la extranjerización del territorio: 1870-1950

De 1811 a 1870, Paraguay vivió un período independiente no sólo de la Corona Española, sino también de Inglaterra, potencia hegemónica de la época (ARRIGHI, 2008; VILLAGRA, 2012). Esta fase de la economía y política paraguaya puede separarse en dos momentos: el primero entre 1814 y 1840 en que el Dr. Gaspar Rodríguez de Francia gobernó el país y el segundo entre 1842 y 1870 en que Paraguay fue comandado por Carlos Antônio López y posteriormente su hijo, Francisco Solano López, que fue ejecutado al final de la Guerra de la Triple Alianza. La política de Francia se dio a través de un modelo autónomo de desarrollo estatal, afirmando que Paraguay podría desarrollarse sin relacionarse con los países vecinos, en el caso Argentina y Brasil.

Con la política de Francia, Paraguay se hizo autosuficiente en la producción agrícola y ganadera, erradicando la economía de monocultivos para la explotación, práctica heredada del período colonial y fortaleció al campesinado, que se estableció como clase social más numerosa del país (GALEANO, 2011; BOFILL, 2012). Según Villagra (2012) prácticamente toda la población paraguaya estaba inclusa en este modelo de desarrollo, no había el hambre ni el desempleo, “desde que el Paraguay no necesitaba de ellos (los países vecinos) y se bastaba a sí mismo” (VILLAGRA, 2012, p. 10). Este modelo de desarrollo autónomo y economía poco permeable, impidiendo la apropiación del territorio por el capital extranjero, culminaron en la intervención en Paraguay a través de la Guerra de la Triple Alianza, en la que Argentina, Brasil y Uruguay con el total apoyo de Inglaterra lucharon contra Paraguay entre 1864 y 1870. Hay diferentes interpretaciones sobre lo que culminó de hecho en la guerra, la más diseminada es que a las naciones de la Triple Alianza e Inglaterra, temían el expansionismo paraguayo en la región y por eso impulsaron la Guerra (MOTA, 1995). En las palabras de Hobsbawn (1988), Paraguay intentó salir de la esfera del mercado, pero fue masacrado y obligado a reingresar.

Con el final de la guerra en 1870, Paraguay estaba devastado demográfica[3], política y económicamente. El Estado, en aquel momento, era propietario de 30.429.375 hectáreas, donde el uso del suelo estaba dividido en: 16.031.250 hectáreas de bosques, 13.500.000 de campos, 1.575 de yerbales y apenas 489.375 hectáreas eran tierras privadas. Para arcar con las deudas de la guerra, el gobierno optó por la promulgación de leyes de venta de tierras

[3] En el inicio de la guerra la población paraguaya estaba estimada en 800.000 habitantes y en 1872 la población total del país era de 231.196 habitantes (PASTORE, 1972).

públicas. Muchas leyes fueron promulgadas entre 1871 y 1876, pero sin éxito efectivo (PASTORE, 1972, KLEINPENNING, 1984). En 1883 y 1885 se crearon dos leyes que instauraron de hecho la propiedad privada de la tierra y permitieron la creación de latifundios y de una clase de campesinos sin tierra: conocidas como Leyes de Venta de Tierras Públicas (PASTORE, 1972; FOGEL, 2001).

La Ley de 1883 dividió toda la región Oriental (39% del territorio paraguayo) en tres clases de área de acuerdo con la ubicación y densidad de ocupación del suelo. Mientras la ley de 1885 clasificó a todo el Paraguay en cinco categorías utilizando los mismos criterios (PASTORE, 1972). Según Kleinpenning (2014), entre 1885 y 1914 se vendieron 24.700.000 hectáreas del territorio paraguayo, especialmente a extranjeros – que eran aquellos que tenían condiciones de comprar tierras – totalizando US $ 10.600.000,00, es decir, por debajo del precio de mercado. El Estado paraguayo no tenía control alguno sobre el proceso e incluso vendía tierras con habitantes en su interior. En el inicio de la promulgación de las leyes, la clase campesina paraguaya tenía preferencia en la adquisición de las tierras, pero para ésta era imposible porque el plazo para la compra era corto y la extensión mínima a ser adquirida era de 1.825 hectáreas (KLEINPENNING, 2014).

> El resultado fue que se fomentó aún más el latifundismo y no se dio a los pequeños y medianos agricultores la oportunidad de mejorar su posición. Muchos campesinos, por consiguiente, se volvieron dependientes delos nuevos dueños en calidad de pequeños arrendatarios y trabajadores zafrales (…) El resultado fue que la gran mayoría de la población dedicada a la agricultura (no menos de 83% de la población económicamente activa en 1886) continuaba sin título de propiedad oficial y debía subsistir como arrendatarios u ocupantes en las pequeñas tierras fiscales que quedaban; como intrusos en tierras privadas; o como trabajadores estacionales (KLEINPENNING, 2014, p. 395-396).

En lo que se refiere a la concentración agraria del período, según los datos de la Biblioteca Nacional de Agricultura (BINA), del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), en 1921 había 32.746.713 hectáreas cultivables – aunque la práctica agrícola no era expresiva en el país en este momento – divididos en 36.233 propiedades, como nos muestra la Tabla 01. En 1921 ya es posible verificar la concentración de la tierra en torno a los latifundios, donde 604 propiedades con más de 10.000 hectáreas (1,64%) detienen 24.922.310, es decir, el 76,11% del territorio agrícola del país; mientras que las propiedades de 01-10 hectáreas correspondían a 17.315 (47,79%), sumando 78.765 hectáreas, lo que equivale al 0,24% del área total agrícola de 1921.

Tabla 01: Distribución de propiedades de acuerdo con el tamaño (hectáreas) – 1921

Tamaño de las	Cantidad de propiedades	% de propiedades	Superficie (hectáreas)	% en relación con la

propiedades (hectáreas)				superficie total
01 – 10	17.315	47,79	78.765	0,24
11 – 49	10.778	29,75	222.953	0,68
50 – 499	4.825	13,32	868.019	2,65
500 – 999	854	2,36	625.707	1,91
1.000 – 4.999	1.517	4,19	3.533.619	10,79
5.000 – 9.999	340	0,94	2.495.340	7,62
Más de 10.000	604	1,64	24.922.310	76,11
Total	**36.233**	**100**	**32.746.713**	**100**

Fuente: MAG/BINA (2018); Elaboración: PEREIRA (2018).

Las leyes de venta de tierras públicas no cumplieron con su objetivo de generar divisas para saldar los préstamos internacionales y al inicio de los años 1900, Paraguay nuevamente estaba en deuda y, esta vez, sin tierras (KLEINPENNING, 2014). Entre los compradores de tierra estaban, en su mayoría, empresas y personas físicas argentinas interesadas en la explotación del quebracho para la extracción del tanino. Este no fue un proceso espontáneo, sino una expansión de las empresas británicas que se habían territorializado en el noreste de Argentina (y se constituyó como empresas de capital argentino) años antes para la explotación del quebracho, "de esta forma, las empresas que extraían el quebracho en el norte argentino se posicionaron en el Chaco paraguayo, el cual se convirtió en un espacio que funcionaba según el modelo económico argentino" (VÁZQUEZ, 2005, p. 72). Argentina asumió un papel hegemónico en la cuenca del río del Plata hasta mediados de la década de 1950 (YEGROS y BREZZO, 2013).

Otra cuestión importante es que además de la generación de divisas, las leyes de ventas de tierras públicas, fue también una estrategia geopolítica para poblar y definir fronteras internacionales con Bolivia, que sólo se establecieron con la Guerra del Chaco[4] (1932-1935) (VÁZQUEZ, 2013; KLEINPENNING, 2014) y, de hecho, la presencia de empresas extranjeras en la región influenció positivamente a Paraguay durante la Guerra (CABALLERO, 2014). El final de la guerra del Chaco coincidió con el período de decadencia de la explotación del quebracho para la extracción del tanino, debido al bajo precio del tanino en el mercado internacional, al surgimiento de nuevos productos químicos para el curtido del cuero y por la escasez del quebracho, que fue altamente explotado en los años anteriores. Así, durante la década de 1950 se inició la retirada de las empresas que exploraban el quebracho para la extracción del tanino del Chaco. Algunas empresas se desplazaron al continente africano y otras, simplemente, pararon la explotación. Fue en este escenario que

[4] La Guerra del Chaco no fue sólo una disputa por el territorio del Chaco boreal entre Bolivia y Paraguay, pero también atendió los intereses de corporaciones transnacionales como la estadounidense Standart Oil y la anglo-holandesa Royal Dutch Shell, que estaban interesadas en la explotación de petróleo en la región.

la agricultura y la ganadería se consolidaron y se expandieron en la región. En este escenario, emerge un nuevo ciclo de extranjerización del territorio paraguayo.

Segundo ciclo de la extranjerización del territorio: 1950-1990

A partir de la década de 1950 se inicia en Paraguay cambios económicos, políticos y sociales profundos, dejando el país cada vez más a disposición del capital extranjero. En 1954 Alfredo Stroessner (Partido Colorado), asume la presidencia de Paraguay a través de un golpe de Estado e iniciando el período dictatorial en el país que perduró hasta 1989. Stroessner poseía una política de relaciones internacionales pendular, es decir, negocia con Argentina y ora con Brasil, lo que coincidió con el ascenso de Brasil en la región (YEGROS y BREZZO, 2013). Además de proyectos de integración e infraestructura entre los dos países como la construcción del Puente de la Amistad (1965); carretera conectando Paraguay y el litoral del Paraná (1969) y de la Usina Hidroeléctrica Binacional de Itaipú (1973); otras políticas de incentivo aproximación entre Brasil y Paraguay como la modificación del Estatuto Agrario en 1963[5], permitiendo la apropiación de tierras paraguayas por extranjeros en la franja de seguridad fronteriza – 150 km de la frontera – y en tierras destinadas a la reforma agraria (ALBUQUERQUE, 2010; MORAES y VIEIRA, 2015).

Sin embargo, la cuestión agraria sobrepasa fronteras y no podemos comprender la intensificación de la presencia brasileña en Paraguay sin considerar la realidad brasileña de aquel período (RIQUELME y KRETSCHEMER, 2016). Durante la década de 1950, Brasil pasó por un proceso de modernización conservadora de la agricultura que asolaba sobre todo a los estados de la región sur del país. Justamente en este escenario de modernización de la agricultura en Brasil que se inicia el proceso de migración de campesinos y grandes productores hacia Paraguay.

El Estado paraguayo, por su parte, estaba muy interesado en la migración de brasileños y así ejerció un papel importante a través del incentivo a la colonización de la Región Fronteriza Oriental, con el objetivo de poblarla. Las razones para la política de poblamiento fueron: motivos de orden geopolítico, que estaban encuadrados en la Doctrina de Seguridad Nacional, en la cual el Estado debería ocupar espacios vacíos, donde espacio vacío es sinónimo de territorio fuera del control estatal; la concentración de minifundios y conflictos en la región central del Paraguay y la función modernizadora que cumple el Estado (PALAU y HEIKEL, 1987: 33). Stroessner donó extensas superficies de tierras a brasileños y paraguayos (no beneficiarios de reforma agraria) simpatizantes de su gobierno, tales tierras

[5] Con el nuevo estatuto agrario se extinguió el Instituto de Reforma Agraria (IRA) y se creó el Instituto de Bienestar Rural (IBR). En el imaginario, como Stroessner había instaurado la Marcha hacia el Este en 1960, la reforma agraria en el país ya estaba efectuada, restando ahora el bienestar rural.

hoy se llaman tierras *malhabidas* y corresponden a 5.675.393 hectáreas, es decir, el 13,95% del territorio paraguayo (BARRETO, 2006; HETHERINGTON, 2012; CAMPANHA TIERRAS MALHABIDAS, 2018). Además de la donación de tierras, ocurrieron créditos a largo plazo por el Banco Nacional de Fomento (ALBUQUERQUE, 2010).

Ocurre que había un flujo convergente, porque durante la década de 1950 el gobierno de Paraguay institucionalizó un programa de colonización titulado *Marcha hacia el Este*, con el objetivo de colonización de la frontera (cuestión Geopolítica), desconcentración agraria y disminución de los conflictos entre campesinos y terratenientes en la región central del país – departamentos de Paraguarí, Cordillera, Central, Guairá y porciones de Caazapá y Misiones – la llamada región campesina arraigada (KLEINPENNING y ZOOMERS, 1988; VÁZQUEZ, 2006).

De este modo, la *Marcha hacia el Este* en Paraguay coincidió con la *Marcha hacia el Oeste* en Brasil. Esto generó un problema agraria en Paraguay que es sentido hasta la actualidad, porque los campesinos paraguayos fueron doblemente desterritorializados: en un primer momento cuando el Estado los desterritorializó de la región central hacia el Este paraguayo y posteriormente cuando brasileños fueron desterritorializados de la región Sur de Brasil y reterritorializados en Paraguay, desterritorializando una vez más a los campesinos paraguayos. La problemática de la tierra se acentuaba cada vez más porque con la venta de sus tierras en Brasil, los campesinos brasileños llegaban a Paraguay con recursos para comprar una extensión de tierra mayor de lo que ellos poseían antes y por el hecho del suelo ser semejante de Brasil, mientras que los paraguayos tuvieron dificultades en el manejo del mismo.

Los migrantes brasileños eran heterogéneos[6] (RIQUELME, 2005), habiendo una diferenciación entre estos: 1) *euro-brasileños*, en su mayoría de origen alemán, de los estados del sur de Brasil, estos eran medianos propietarios del tipo *Farmer*[7], que fueron desterritorializados de Brasil por la modernización de la agricultura y que migraron hacia Paraguay. Eran productores con mayores recursos, con facilidad de acceso a crédito y que se convirtieron en productores de soja; 2) campesinos y arrendatarios, constituidos por migrantes oriundos del nordeste de Brasil, que ya habían migrado al sur del país en busca de una mejor calidad de vida de trabajo y que ahora [década de 1970] estaban migrando hacia Paraguay – estos campesinos eran pobres y luego regresaron a Brasil en la condición de sin tierra (PALAU y HEIKEL, 1987). Muchos de los productores de la primera clase constituyeron

[6] Muchos de los migrantes brasileños en Paraguay quedaron conocidos como brasiguayos. Durante el trabajo de campo a menudo los paraguayos se referían a los brasiguayos como aquellos productores brasileños que se desarrollaron en el país. Sin embargo, en Brasil, las investigaciones generalmente se refieren a los brasiguayos como aquellos que regresaron al país y pasaron a componer la masa de trabajadores rurales sin tierra. La problemática de los brasiguayos es intensa hasta la actualidad, aunque no sea objetivo de este trabajo.

[7] Según Riquelme y Kretschmer (2016) son aquellos con propiedades entre 50 y 1.000 hectáreas.

empresas en Paraguay, principalmente en la década de 1990, en el tercer ciclo de extranjerización del territorio paraguayo, en un contexto del avance del neoliberalismo en América Latina.

La cuestión crucial de la migración de productores brasileños hacia Paraguay es la introducción del cultivo de la soja en el país en la década de 1970. Según datos del Ministerio de Agricultura y Ganadería, en 1973 el Paraguay tenía 15.500 hectáreas de soja cultivadas y ya en la década de 1980 había conflictos resultantes de la expansión de la soja en toda frontera oriental de Paraguay (VILLAGRA, 2009). De este modo, es posible afirmar que el cultivo de soja en el país y su desarrollo está directamente relacionado con la extranjerización del territorio paraguayo. Junto con la migración brasileña hacia Paraguay y con la territorialización de empresas extranjeras y transnacionales en el país, ocurrió la acentuación de la concentración de la tierra, conforme evidencia la Tabla 02.

Tabla 02: Distribución de propiedades de acuerdo con el tamaño (hectáreas) – 1981

Tamaño de las propiedades (hectáreas)	Cantidad de propiedades	% de propriedades	Superficie (hectáreas)	% en relación con la superficie total
Menor de 05	82.376	34,09	169.137	0,77
05 – 09	49.511	20,49	322.050	1,47
10 – 19	56.476	23,37	694.190	3,16
20 – 49	36.007	14,90	942.358	4,30
50 – 199	11.020	4,56	1.003.558	4,57
200 – 499	2.920	1,21	858.794	3,91
500 – 999	1.053	0,44	707.007	3,22
1.000 – 4.999	1.599	0,66	3.393.980	15,57
5.000 – 9.999	366	0,15	2.522.440	11,50
Más de 10.000	324	0,13	11.327.016	51,63
Total	**241.652**	**100**	**21.940.530**	**100**

Fuente: MAG/BINA (1981); Elaboración: PEREIRA (2018).

La concentración agraria fue proporcionada por el bajo precio de la tierra en la región oriental del Paraguay. De acuerdo con entrevistas realizadas durante el trabajo de campo, productores brasileños relataron que en 1970 el precio de una hectárea de tierra era de US$ 40, el equivalente a Gs. 540.000,00, es decir, un valor absurdamente barato para los brasileños y demás interesados en la apropiación de tierras en Paraguay y mucho dinero para campesinos paraguayos que no poseían recurso alguno (ni apoyo del Estado). Así, los datos presentados en la Tabla evidencian que la concentración agraria está directamente relacionada con la territorialización del agronegocio brasileño en Paraguay.

Durante este segundo ciclo, el campesinado paraguayo ya estaba comenzando su organización en movimientos sociales, como el caso de las Ligas Agrarias Cristianas (LAC)

en la década de 1970[8] (MORÍNGO, 2003; TALESCA, 2004). Sin embargo, estos fueron violentamente reprimidos por el Estado, pues durante la dictadura las organizaciones sociales eran consideradas un peligro para la política de seguridad nacional (MORA, 2006). Este escenario cambia con la apertura democrática en 1989, iniciando el tercer ciclo de extranjerización del territorio paraguayo, en el que no sólo el campesinado poseía más libertad en la lucha por la tierra, sino también el capital a través del avance del neoliberalismo en Paraguay.

Tercer ciclo de la extranjerización del territorio: 1990-actual

La década de 1990 fue marcada por una serie de cambios que profundizaron aún más la extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. En este período se produjo una crisis económica que asoló toda América Latina y la respuesta de la mayor parte de los Estados, incluso de Paraguay, en el momento gobernado por el presidente Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), fue la implementación de políticas neoliberales (VILLAGRA, 2012) , que amplió aún más el cultivo de soja. A finales de la década de 1990 la cuestión se agrava, pues se inicia ilegalmente en Paraguay el cultivo de soja transgénica, contrabandeada de Argentina (PALAU, 2008; VILLAGRA, 2009). El resultado es que Paraguay presenta casi veinte años de crecimiento ininterrumpido de la plantación de soja, convirtiéndose en el sexto mayor productor y tercer exportador del grano, donde la proyección para la cosecha de 2017/2018 es de 3.400.000 hectáreas cultivadas, totalizando 9.500.000 toneladas producidas.

Esta dinámica aumenta la concentración de la tierra, pues empresas y medianos y grandes productores de soja que se establecieron en la región fronteriza oriental durante la década de 1970 y 1980 pasan a expandir su actuación en el país a otros departamentos, aumentando su territorio, la producción de la soja y la concentración de tierras y de renta. La Tabla 03 evidencia la estructura agraria en los años 1991 y 2008[9].

Tabla 03: Distribución de propiedades de acuerdo con el tamaño (hectáreas) – 1991-2008

Tamaño de las propiedades (hectáreas)	1991		2008	
	Cantidad de propiedades	Superficie (hectáreas)	Cantidad de propiedades	Superficie (hectáreas)
Menor de 05	114.788	231.304	117.229	238.012
05 – 09	66.605	430.658	66.218	416.702
10 – 19	66.223	806.802	57.735	685.381
20 – 49	31.519	857.909	22.865	619.986
50 – 199	11.856	1.071.817	12.113	1.158.812
200 – 499	3.503	1.050.034	5.251	1.600.537

[8] El episodio de violencia extrema fue la Pascua Dolorosa, en 1976, que resultó en la muerte de muchos líderes campesinos.
[9] Por falta de datos actualizados, utilizamos informaciones disponibles en el último Censo Agropecuario Nacional (CAN), de 2008.

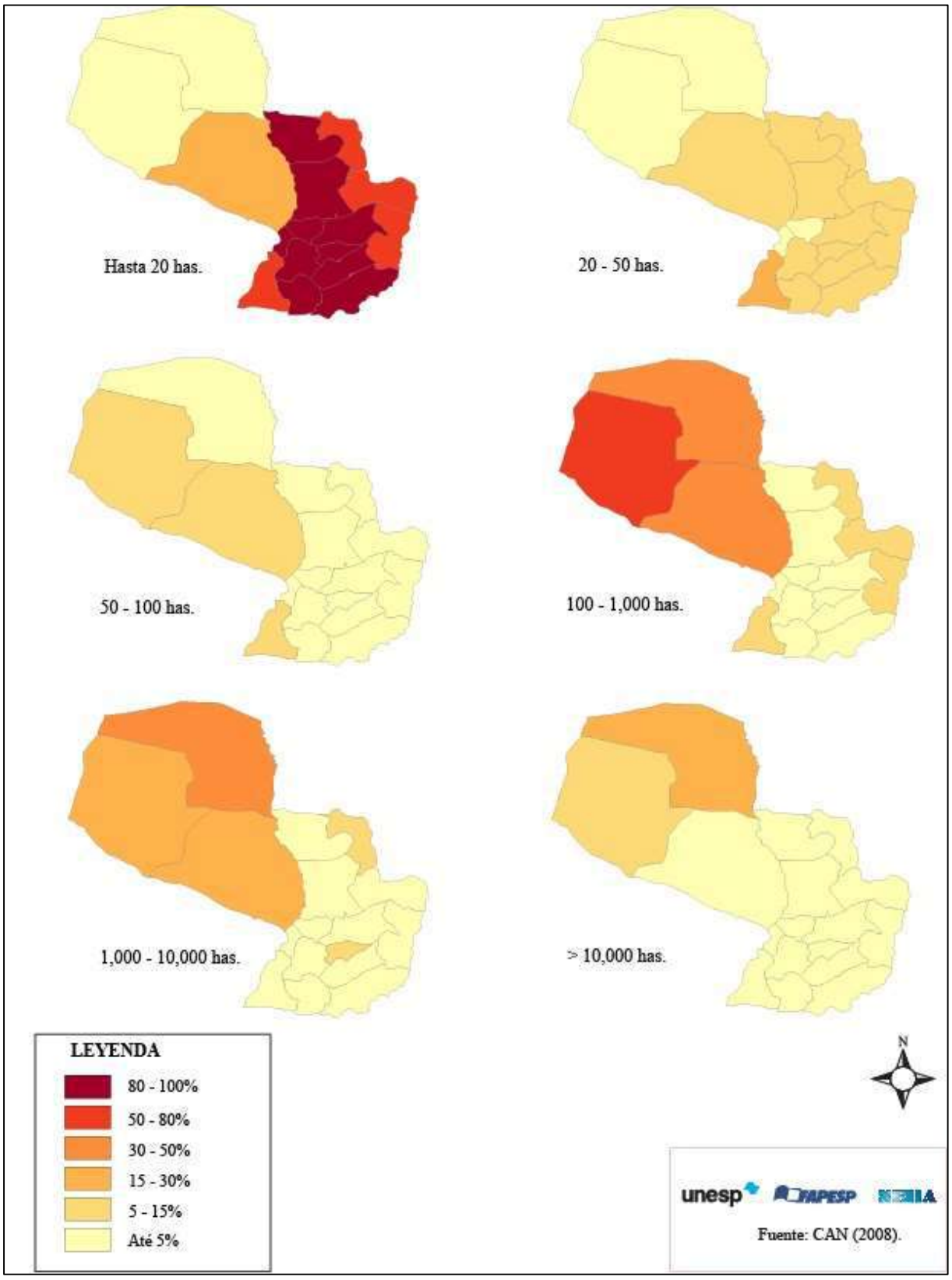
500 – 999	1.525	1.010.952	2.737	1.810.119
1.000 – 4.999	2..356	4.982.438	3.443	7.200.531
5.000 – 9.999	533	3.644.873	684	4.702.034
Más de 10.000	351	9.730.949	600	12.654.779
Total	**299.259**	**23.817.736**	**288.875**	**31.086.893**

Fuente: MAG/BINA (1991; 2008); Elaboración: PEREIRA (2018).

En 1991, Paraguay poseía 299.259 propiedades, totalizando 23.817.736 hectáreas disponibles para la agricultura, en el cual las propiedades menores a cinco hectáreas representaban el 38% de todas las propiedades de Paraguay, al mismo tiempo que su superficie representaba el 1% de toda área cultivable. Mientras que las parcelas mayores de 10.000 hectáreas respondían al 0,11% de todas las parcelas y concentraban el 41% de toda la tierra disponible para la agricultura. En lo que se refiere a la presencia de propietarios brasileños, éstos controlaban el 14% de las propiedades por encima de 1.000 hectáreas.

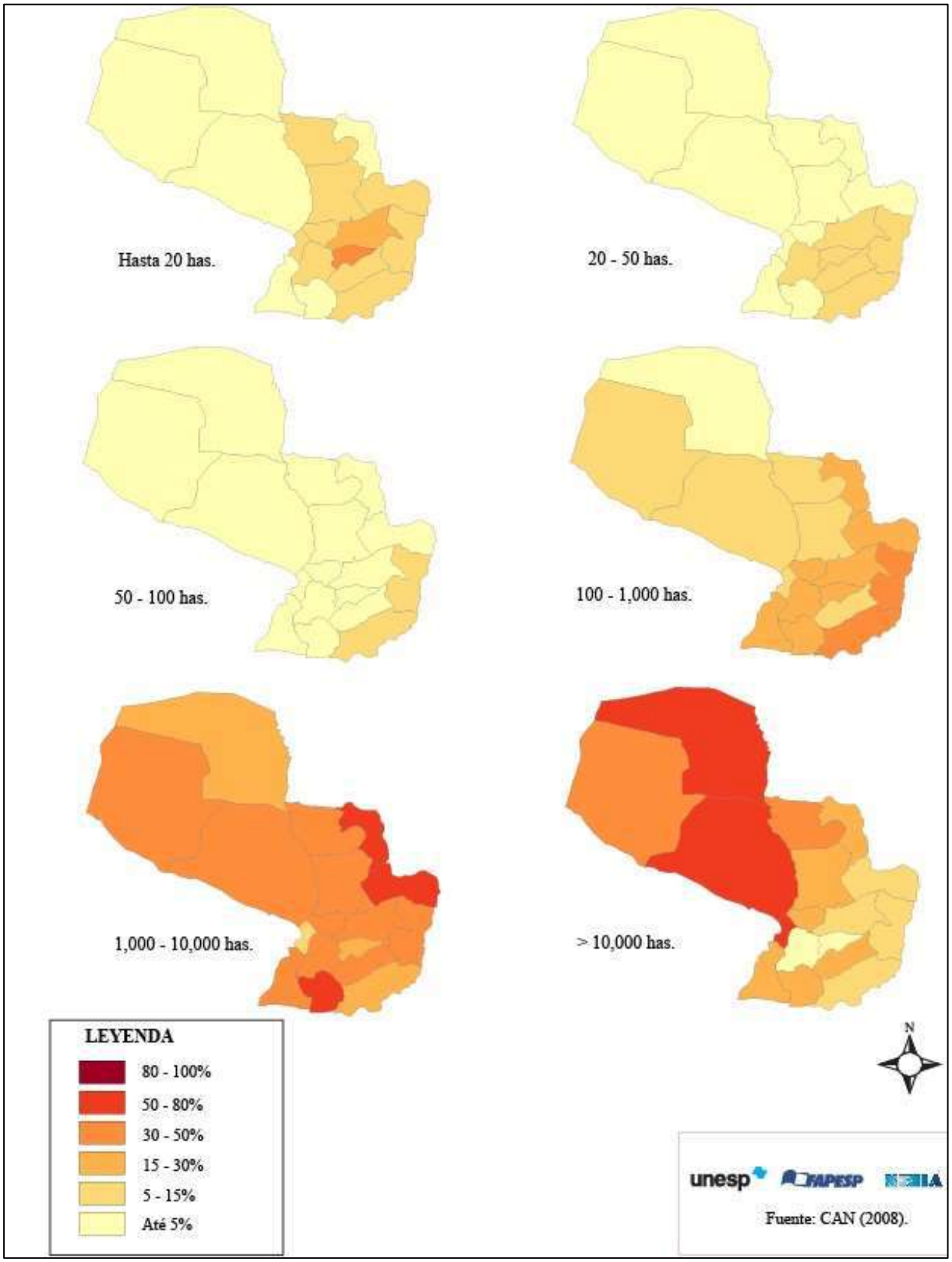
En el año 2008 había 288.875 propiedades registradas en Paraguay, sumando 31.086.893 hectáreas, lo que significa una disminución en el número de propiedades en 10.384 y un aumento de 7.269.177 hectáreas de áreas agrícolas en relación a 1991. La concentración de la tierra se acentuó, las propiedades menores de cinco hectáreas correspondían al 40,58% del total y su área representaba el 0,77%, al mismo tiempo que los establecimientos mayores que 10.000 hectáreas representaban el 0,21% las propiedades y su área 40,71% en relación al total de tierras agrícolas. Sobre la presencia de extranjeros, en 2008 solamente los brasileños controlaban el 25% de todas las propiedades por encima de 1.000 hectáreas de Paraguay, mientras que en 1991 sólo controlaban el 14%. Las Planchas 01 y 02 representan la concentración de la propiedad de la tierra y de la superficie respectivamente.

Plancha 01: Paraguay – Concentración de la propiedad de la tierra por departamento – 2008.



Fuente: Censo Agropecuario Nacional (2008); Elaboración: Autora (2018).

Plancha 02: Paraguay – Concentración de la tierra agrícola por departamento – 2008.



Fuente: Censo Agropecuario Nacional (2008); Elaboración: Autora (2018).

En el caso de los departamentos con predominio de propiedades menores a 20 hectáreas son: Central (96,7%), Cordillera (94,2%), Guairá (92,4%), Paraguay (90%),

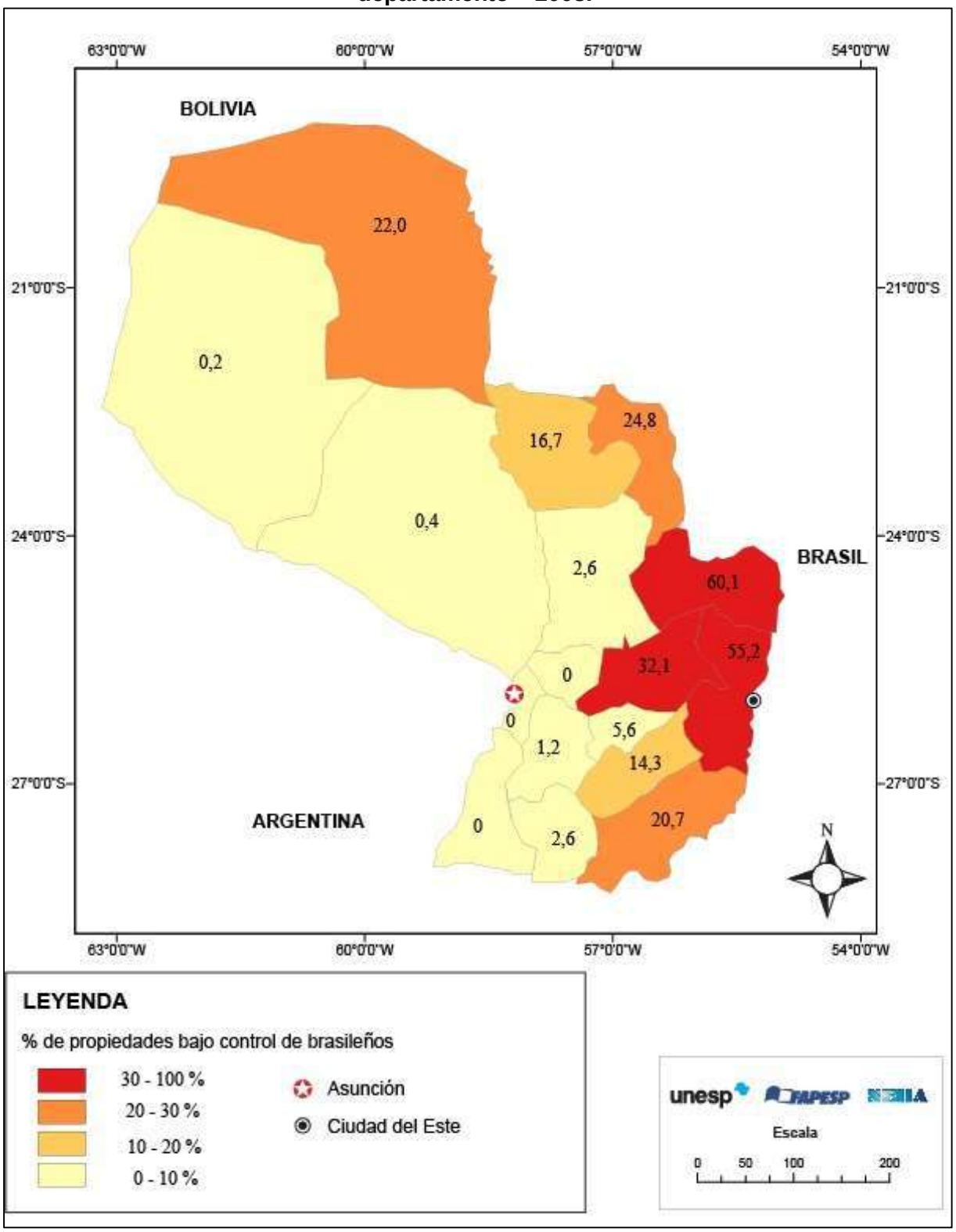
Caazapá (89,9) (%), San Pedro (89,8%), Caaguazú (89,5%), Concepción (83%), Misiones (82,6%) e Itapúa (81,5%). Los departamentos en los que hay una concentración del minifundio – región central – corresponden a los mayores productores de alimentos del país, o sea, es resultado de la agricultura familiar campesina, resaltando que el país cultiva aproximadamente sólo 300.000 hectáreas de alimentos mientras que produce 3.600.000 hectáreas de alimentos soja. Ya departamentos de la región fronteriza oriental y del Chaco Paraguayo –a Alto Paraguay, Boquerón y Presidente Hayes – concentran las mayores propiedades[10].

En cuanto a la apropiación de tierras por extranjeros (Mapa 01 y 02), podemos observar que los departamentos de Canindeyú y Alto Paraná, fronterizos con Brasil, presentan el 60,1% y el 55,2% de su territorio, respectivamente, bajo el control de brasileños, seguido del departamento de Caaguazú, en la región central, con el 32,1% de la superficie territorial en manos de brasileños. Otros departamentos fronterizos como Brasil, como Amambay e Itapúa, presentan respectivamente el 24,8% y el 20,7% de tierras bajo el control de brasileños. El departamento de Alto Paraguay también se destaca, presentando el 22% de su territorio en posesión de brasileños en 2008.

Este porcentaje es interesante, ya que representa el avance de la frontera agrícola hacia el Chaco. Los departamentos de Concepción y Caazapá también presentaron en 2008 una significativa superficie de tierras bajo el control brasileños, el 16,7% y el 14,3%, respectivamente, seguidos de Guairá, con el 5,6% y Misiones y San Pedro, ambos con 2 6%. Según el Censo Agropecuario Nacional, en 2008 no había ninguna hectárea de tierra en posesión de brasileños en el departamento de Ñeembucú, situación en la que ya sabemos que ya ha sido alterada, un ejemplo es el caso de la empresa brasileña Villa Oliva Rice SA que se territorializó en el departamento en 2015 para la producción de arroz y que ha generado una diversidad de impactos ambientales, como observamos en trabajo de campo.

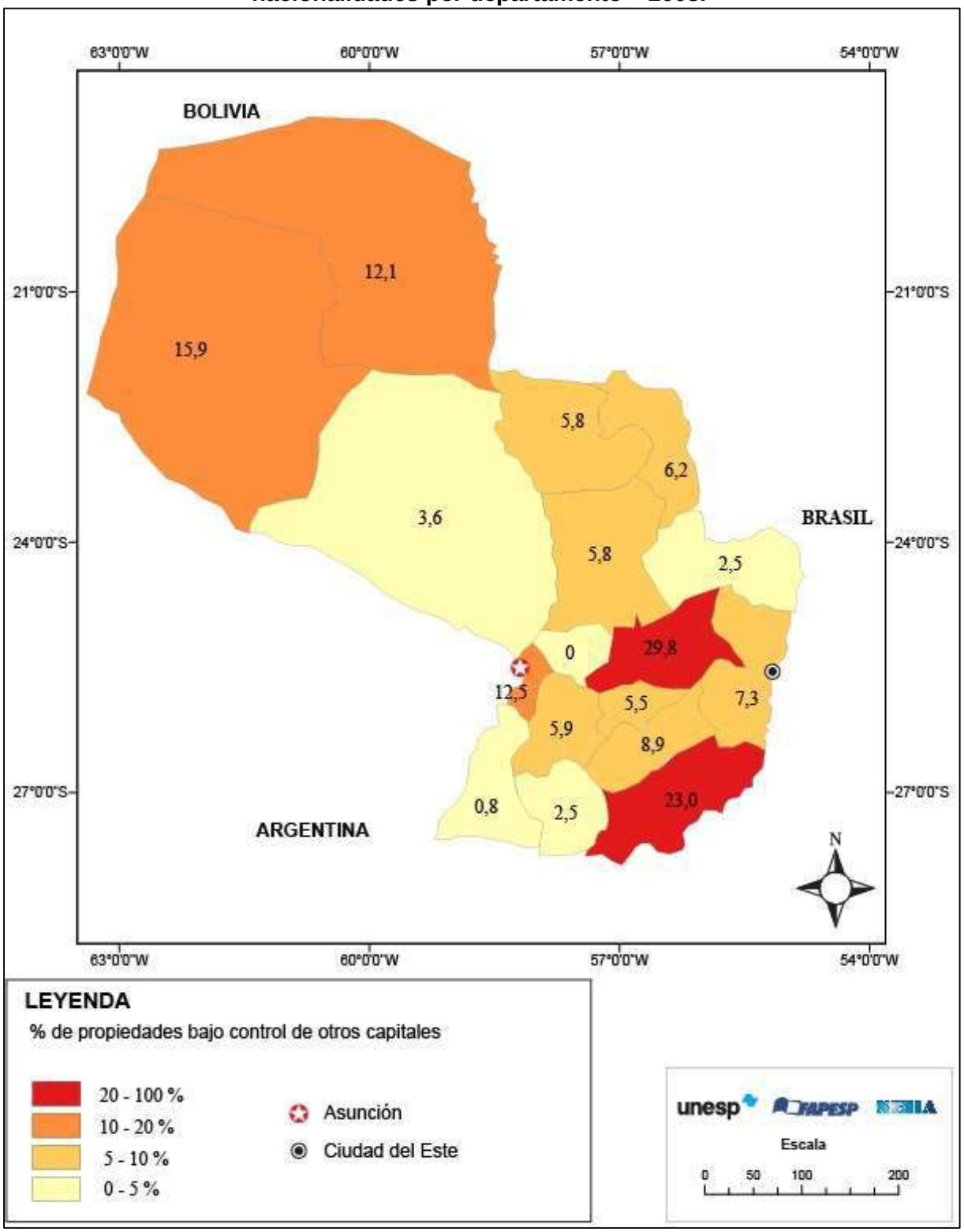
[10] En el caso del Chaco Paraguayo, históricamente, todo su proceso de apropiación fue caracterizado por la concentración de la tierra. Es necesario enfatizar que esta región corresponde al 69% de todo el territorio paraguayo y está habitada apenas por el 3% de toda población paraguaya. Después del término de la Guerra del Chaco (1932-1935), el gobierno paraguayo creó políticas de poblamiento del Chaco, pero tuvo baja adhesión porque la población paraguaya poseía, en aquel momento, un sentimiento negativo en relación a la región por ser un territorio de guerra.

Mapa 01: Paraguay – Porcentaje de propiedades bajo control de brasileños por departamento – 2008.



Fuente: Censo Agropecuario Nacional (2008); Elaboración: Autora (2018).

Mapa 02: Paraguay – Porcentaje de propiedades bajo control de extranjeros de otras nacionalidades por departamento – 2008.



Fuente: Censo Agropecuario Nacional (2008); Elaboración: Autora (2018).

En el caso de las tierras en posesión de otros capitales de origen, destacamos los departamentos de Caaguazú, con el 29,8%, que sumando con las tierras bajo control de

brasileños poseía en 2008 el 61,9% de su territorio en posesión de extranjero, o sea, más de la mitad del departamento estaba bajo el control del capital extranjero y la estimación es que este porcentaje ha aumentado. Seguidos de los departamentos de Boquerón y Alto Paraguay, con 15,9% 3 12,1% respectivamente, en estos departamentos ubicados en la frontera agrícola los capitales argentinos y uruguayos presentan grandes propiedades de tierra.

En la investigación de doctorado aún en desarrollo encontramos el total de 55 empresas del agronegocio extranjero territorializadas en Paraguay (no considerando corporaciones transnacionales, como ADM, Bunge y Cargill, pues estas empresas actúan en Paraguay pero no poseen propiedad expresiva, pero controlan el 90% del comercio de la soja en el país). Del total de 55 empresas, 22 son de origen brasileño, actuando principalmente en la producción de soja. En el caso de empresas nacionales con presencia de capital extranjero hay 23 empresas, de las cuales 18 son constituidas a través de la asociación entre empresas paraguayas y brasileñas.

Sobre estos datos, destacamos tres puntos. Primero que hay grandes productores que no constituyeron empresas en Paraguay, especialmente en lo que se corresponde con el capital brasileño, pero que del mismo modo desarrolla una función esencial en la cadena productiva de la soja, incluso están frecuentemente involucrados en conflictos, ya que estos productores individuales expanden sus territorios a través de la apropiación ilegal de tierras de reforma agraria, despojando campesinos. En segundo lugar, hay un significativo número de colonias menonitas en el país, que corresponde a un grupo religioso cerrado oriundo de Rusia, Alemania y Canadá, territorializadas especialmente en el Chaco y, en menor proporción, en los departamentos de Itapúa, San Pedro y Caaguazú, resultado de una política de migración y colonización impulsada por el Estado paraguayo desde la década de 1920 (VÁZQUEZ, 2013). Por último, es evidente que en realidad el número de empresas extranjeras dedicadas al agronegocio es mucho mayor, así como la superficie controlada por extranjeros, sin embargo no hay datos, especialmente en el ámbito gubernamental sobre las mismas, no hay un control del Estado sobre el proceso, en el que Barbanti Jr. (2017) argumenta que hay un descontrol intencional. Estas empresas identificadas durante la investigación equivalen a aquellas que ejercen mayor control del territorio y que están involucradas en conflictos.

El Estado tiene un papel elemental en este proceso. De acuerdo con Wolford, Borras Jr, Hall, Scoones y White (2013), el Estado es un agente clave y contradictorio en el acaparamiento de la tierra, es decir, facilita inversiones al mismo tiempo que crea barreras. Sin embargo, el Estado paraguayo actúa totalmente para la consolidación de la extranjerización del territorio, ya que sus políticas públicas y acciones son para atender la demanda del capital externo y criminalizar a la población campesina. El Estado paraguayo legitima las acciones, muchas veces ilegales, de empresas extranjeras poniendo en jaque la soberanía económica, política, alimentaria y territorial del país.

Consideraciones finales

Los procesos de acaparamiento de tierras, aquí abordados como *control del territorio*, y extranjerización no son homogéneos, ya que su materialización en el territorio es diferente en cada país, en cada localidad, pues es moldeada por procesos globales y locales en interacción, lo que hace el control del territorio y la extranjerización fenómenos únicos en cada nación. Paraguay es un caso particular en lo que se refiere al control y extranjerización del territorio, pues hace mucho tiempo experimenta procesos abordados como exclusivos del siglo XXI por la academia internacional[11]. La extranjerización del territorio en Paraguay se remonta a 1870 y desde entonces ha avanzado a través de mecanismos y estrategias cada vez más sofisticadas, que permiten el control – directo e indirecto – del territorio por el capital extranjero. Con el final de la Gran Guerra la principal área de interés fue el Chaco paraguayo, en el cual empresas argentinas e inglesas ejercieron hegemonía en el control del territorio. En la década de 1950 hay una reorientación de las inversiones en tierras hacia la región Oriental, resultado en parte de los procesos en los que pasaban Brasil. En el siglo XXI, hay la consolidación del agronegocio extranjero en la región Oriental y expansión de la frontera agrícola nuevamente hacia el Chaco, insertando en esta dinámica nuevos agentes, como las inmobiliarias uruguayas, haciendo más compleja la cuestión agraria paraguaya.

Según la GRAIN (2016), la extranjerización de la tierra en escala global comenzó a avanzar en 2008 y en 2012 disminuyó el ritmo, aunque continúa en expansión. Pero en Paraguay el ápice fue después del año 2012, esto porque de entre 2008 y 2012 Paraguay era gobernado por Fernando Lugo (Partido Frente Guasú), caracterizado por ser post-neoliberal (SADER, 2009), es decir, apoya a la reforma agraria y los movimientos sociales, pero al mismo tiempo atiende las demandas de la clase empresarial y latifundista, o sea, no rompe con las estructuras del capitalismo neoliberal. Pero a partir del momento en que Lugo comenzó a intervenir en cuestiones que son los pilares del modelo acumulación paraguaya, como su postura de realizar mediciones judiciales en propiedades de Tranquilo Favero, productor brasileño de soja en Ñacunday (Alto Paraná) con mucha influencia política, fue depuesto a través de un golpe parlamentario. Esto evidencia el poder del agronegocio en Paraguay.

Con la deposición de Lugo en junio de 2012, Federico Franco (Partido Liberal) asume la presidencia del país y en 2013 el Partido Colorado regresa al poder con la elección de Horacio Cartes. A partir de este momento la extranjerización del territorio paraguayo se acentúa, donde el Estado promovió y continúa promoviendo toda una estructura que permite este avance, como por ejemplo una política masiva de atracción de inversiones externas, en la que Cartes utiliza la siguiente *propaganda*: *El Paraguay debe ser como una mujer bonita,*

[11] El mayor ejemplo es la compra de 10.000 hectáreas, aún en 1985, por el Gobierno de Cabo Verde en el distrito de Nueva Esperanza (Canindeyú) con el objetivo de cultivo de maíz para la garantía de la seguridad alimentaria de Cabo Verde.

fácil y barata" (Entrevista realizada con Perla Álvarez[12], en diciembre de 2015). Además, hay promulgación de leyes que criminalizan movimientos de lucha por el territorio, como el Decreto n. 103 de 24 de agosto de 2013 que autoriza la acción de las fuerzas armadas en los departamentos de Amambay, Concepción y San Pedro, caracterizando la lucha por la tierra como actividad terrorista, entre otras decenas de acciones gubernamentales.

En este escenario la tendencia es la consolidación de un modelo agroextrativista, es decir, agricultura orientada al monocultivo, generalmente con alto grado de tecnificación, pero con poco o ningún procesamiento y con destino a la exportación (GUDYNAS, 2010), un modelo para atender a los " intereses del mercado internacional. Así, la proyección es el aumento de la concentración de tierra y de renta, despojo de campesinos e indígenas, crecimiento sin planificación de centros urbanos, acentuación de la pobreza, criminalización de los movimientos sociales, disminución de la producción de alimentos – con consecuente aumento de la inseguridad alimentaria y, pérdida de la soberanía alimentaria – y aumento de los impactos ambientales. Todos estos impactos ya componen la realidad paraguaya y con el gobierno de Mario Abdo Benítez, también del Partido Colorado, que se iniciará en 15 de agosto de 2018, la tendencia es el mantenimiento de un modelo que concentra la tierra en posesión de aquellos que, a menudo, se apropia del territorio de forma ilegal y que criminalizan a aquellos que luchan de forma digna por el acceso a un pedazo de tierra para su reproducción. Es decir, como ya destacó Mondragón (2007): es todo para el capital transnacional.

Referencias

ADNAN, Shapan. Land grabs and primitive accumulation in deltaic Bangladesh: interactions between neoliberal globalization, state interventions, power relations and peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 01, p. 87-128, 2013.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras***:* os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim***:* as origens e fundamentos do século XXI. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

BARBANTI JR, Olympio. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. **Estudos Internacionais***,* v. 5, n.2, p. 132-154, 2017.

BARRETO, Mirta. **Tierras Malhabidas***.* Asunción: CSER, 2006.

BOFILL, Isabel Esparza l***. La soja en Paraguay****:* concentración, extranjerización de la tierra y las consecuencias en el campesinado. Madrid, 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em

[12] Perla Álvarez es una de las dirigentes de la Coordinadora de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI), movimiento social paraguayo que actúa sobre todo en la lucha por la soberanía alimentaria. Perla autorizó la divulgación de su nombre.

Estudios Contemporáneos de América Latina). Facultat de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid (Espanha), 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions "From Below". **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.723-1.747, 2013.

BRENT, Zoe. Territorial restructuring and resistance in Argentina. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 671-694, 2015.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Estrangeirização da terra e disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). **Revista NERA**, ano 21, n.36, p. 133-158, 2017.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. El árbol de quebracho y la Guerra del Chaco. ***Revista Paraguaya de Sociología***, ano 51, n. 146, p. 191-204, 2014.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas***.* Disponible en: http://capeco.org.py/. Acesso em: 25 mai. 2018.

CUNHA, Joaci de S. Governo Temer: Relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social** (CEAS), n. 241, p. 301-326, 2017.

DANIEL, Shepard. Situating private equity capital in the land grabbing debate. **The Journal of Peasant Studies***,* v. 39, n. 3-4, p. 703-729, 2012.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly***,* v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EDELMAN, Marc. **Estudios agrarios críticos***:* tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FOGEL, Ramón. **Las luchas campesinas**: tierra y condiciones de producción. Asunción: CERI, 2001.

FAIRBAIRN, Madeline. Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

_____. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change,** v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

GALEANO, Luis (Org.). **Procesos agrarios y democracia en Paraguay y América Latina**. Asunción: CPES, 1990.

_____. La nueva ruralidad: transformaciones y desafíos del Paraguay rural contemporáneo. BRUN, Diego Abente; BORDA, Dionisio (Org.). **El reto del futuro.** Asumiendo el legado del bicentenario. Asunción: Ministerio de Hacienda, p. 155-190, 2011.

GARDNER, Benjamin. Tourism and the politics of the global land grab in Tanzania: markets, appropriation and recognition. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 377-402, 2012.

GILBERT, Jérémie. **Land grabbing, investment and indigenous peoples' rights to land and natural resources**: cases studies and legal analysis. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2017.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

GRAIN. **El acaparamiento global de tierras en el 2016** – sigue creciendo y sigue siendo malo. Barcelona: GRAIN, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Territorios**, v. 5, p. 37-54, 2010.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HETHERINGTON, Kregg. Tierra malhabida y el engaño de la institucionalidad. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS***),* n. 5, p. 31-54, 2012.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914).** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLMES, George. What is land grabbing? Exploring green grabs, conservation and private protected areas in Southern Chile*.* **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.

INCE, Onur Ulas. Primitive accumulation, new enclosures, and global land grabs: a theoretical intervention. *Rural Sociology*, v. 79, n. 1, p. 104-131, 2013.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe** – a research brief. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

KINUTHIA, Wanyee. *'***Accumulation by dispossession' by the global extractivism industry: the** case of Canada. Thesis (master degree in Globalization and International Development), School of International Development and Global Studies, Faculty of Social Science, University of Ottawa, 2013.

KLEINPENNING, Jan. Rural development policy in Paraguay since 1960. **Tijdschrift voor Econ. en Soc. Geografie**, v. 75, n. 3, p. 164-176, 1984.

KLEINPENNING, Jan; ZOOMERS, E. B. Internal colonization as a policy instrument for changing a country's rural system: the example of Paraguay. **Tijdschrift voor Econ. en Soc. Geografie**, v. 79, n. 4, p. 257-265, 1988.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963):** una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

LANDÍVAR, Natalia; LLAMBÍ, Luis. Tierras, territorios y procesos territoriales: Planteamientos teóricos y análisis de los procesos de acaparamiento de tierras y territorios en Ecuador con posterioridad al 2008. **Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 76-115, 2016.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 1981**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1981.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 1991**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1991.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2008.

MAG. **Síntesis estadísticas** – producción agropecuaria año agrícola 2016/2017. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2018.

McKAY, Ben. Control grabbing and value-chain agriculture: BRICS, MICS and Bolivia's soy complex. **Globalizations,** v.14, n. 5, p. 01-18, 2017.

MONDRAGÓN. Hectór. **La estrategia del imperio**. Todo para el capital transnacional. Bogotá: Ántropos, 2007.

MORA, Carlos. Participación y organizaciones campesinas en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. (Org.). **Construcción de la democracia en el campo latinoamericano***.* Buenos Aires: CLACSO, p. 343-365, 2006.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. **Revista Estudos Históricos***,* v. 28, n, 56, p. 363-384, 2015.

MOREDA, Tsegaye. Listening to their silence? The political reaction of affected communities to large-scale land acquisitions: insights from Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 517-539, 2015.

MORÍNGO, José Nicolás. De la protesta social al movimiento campesino. ***Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS),*** n. 2, p. 24-31, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

NALEPA, Rachel. A question of scale: the construction of marginal lands and the limitation of global land classifications. **International Conference on Global Land Grabbing***,* University of Sussex, Brighton, 2011.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola***.* Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. El Agronegocio de la soja en Paraguay - Antecedentes e impactos sociales y económicos. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *C***ampesinato e agronegócio na América Latina***:* a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay***.* Asunción: Intercontinental Editora, 2015 (1972).

PEDLOWSKI, Marcos A. When the state becomes the land grabber: evidence and dispossession in the name of 'development' in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v. 12, n. 3, p. 91-111, 2013.

PLOEG, Jan Bouwer van der; FRANCO, Jennifer; BORRAS JR., Saturnino. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las cusas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave sojero**, merma de la soberanía y pobreza. Asunción: CERI, p. 113-147, 2005.

RIQUELME, Quintín. **Los sin tierra en Paraguay.** Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay.** Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008. Asunción: CDE, 2016.

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980):** Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay. Asunción: CEPAG, 2004.

TIERRAS MALHABIDAS. **Tierras Malhabidas***:* las estamos pagando. Disponível em: http://www.tierrasmalhabidas.com.py/. Acesso em: 23 mai. 2018.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y población***:* nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asunción: ADEPO, 2006.

_____. **Geografía humana del Chaco Paraguayo**. Transformaciones territoriales y desarrollo regional. Asunción: ADEPO, 2013.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del Agronegocio en Paraguay.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

_____. **Proceso histórico de la economía paraguaya.** Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012.

_____. **La metamorfosis del Paraguay**. Del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

VISSER, Oane. Finance and the global land rush: understanding the growing role of investment funds in land deals and large-scale farming. **Canadian Food Studies**, v. 2, n. 2, p. 278-286, 2015.

ZOOMERS, Annelies. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. **The Journal of Peasant Studies,** v.37, n. 02, p. 429-447, 2010.

WILY, Liz Alden. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n.03-04, p. 751-775, 2012.

WOLFORD, Wendy; BORRAS JR., Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. Governing global land deals: the role of State in the rush for land. **Development and Change***,* v. 44, n. 2, p. 189-210, 2013.

YEGROS, Ricardo; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai***.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Sobre o autor

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (2015); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista

(UNESP), campus de Presidente Prudente; Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **OrcID –** https://orcid.org/0000-0002-2352-1760

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, set.-dez. 2018.

Recebido para publicação em 20 de julho de 2018.
Aceito para a publicação em 20 de agosto de 2018.

O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé - PB

Rômulo Luiz Silva Panta
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: romulolspanta@yahoo.com.br

Ivan Targino Moreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: ivantargino@yahoo.com.br

Resumo

Na atualidade, os Assentamentos Rurais, constituem-se como experiências de luta e resistência contra o medo e contra a forma de tratar a terra como mercadoria. Entretanto, quando se investiga o processo contraditório que envolve suas reais condições de infraestrutura, de manutenção, de desenvolvimento e de reprodução, percebe-se a essência do problema da subordinação produtiva e territorial ao capital. A pesquisa objetivou analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária na cidade de Sapé, interior do estado Paraíba, a partir do PRONAF, levando em consideração a ação territorial do capital financeiro. No tocante à metodologia, a proposta será orientará pelo materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade que leve em consideração a interação entre os sujeitos e os objetos da análise. O recorte escalar compreendeu três assentamentos rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB: Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista. Nestes foi analisada a amostra de 30% do público assentado que corresponde a 68 (sessenta e oito) famílias, do total de 226 (duzentos e vinte e seis) assentadas nos três assentamentos supracitados. Nesta pesquisa verificamos que a autonomia produtiva é sensivelmente comprometida face ao direcionamento e à formatação na aplicação do crédito. Assim, apesar das limitações e das contradições verificadas, não podemos negar o sinal concreto que representam os Assentamentos onde é possível pensar a organização social e econômica para além dos ditames da organização capitalista.

Palavras Chaves: Território; assentamento; capital; financeiro

The process of monopolization of the territory by finance capital in rural agrarian reform settlements in Sapé - PB

Abstract

At present, Rural Settlements constitute as experiences of struggle and resistance against fear and against the way of treating the land as a commodity. However, when one investigates the contradictory process that involves its real conditions of infrastructure, maintenance, development and reproduction, one can perceive the essence of the problem of productive and territorial subordination to capital. The objective of this research was to analyze the process of monopolization of the territory by the peasantry in the Rural Settlements of Agrarian Reform in the city of Sapé, in the state of Paraíba, starting from PRONAF, taking into account the territorial action of financial capital. Regarding methodology, the proposal will be guided by historical and dialectical materialism as a method of interpretation of reality that takes into account the interaction between the subjects and the objects of analysis. The scalar clipping

comprised three rural settlements of the Agrarian Reform in Sapé-PB: Santa Helena, Rainha dos Anjos and Boa Vista. In these, the sample of 30% of the settled public that corresponds to 68 (sixty-eight) families, of the total of 226 (two hundred and twenty and six) settled in the three settlements mentioned above, was analyzed. In this research we verified that productive autonomy is significantly compromised in relation to the targeting and formatting in the application of credit. Thus, despite limitations and contradictions, we can not deny the concrete sign that represents the Settlements where it is possible to think social and economic organization beyond the dictates of capitalist organization.

Keywords: Territory; settlement; capital; finance.

El proceso de monopolización del territorio por el capital financiero en los asentamientos de reforma agraria rurales en Sapé - PB

Resumen

En la actualidad, los Asentamientos Rurales, se constituyen como experiencias de lucha y resistencia contra el miedo y contra la forma de tratar la tierra como mercancía. Sin embargo, cuando se investiga el proceso contradictorio que implica sus reales condiciones de infraestructura, de mantenimiento, de desarrollo y de reproducción, se percibe la esencia del problema de la subordinación productiva y territorial al capital. La investigación objetivó analizar el proceso de monopolización del territorio por el capital en la agricultura campesina en los Asentamientos Rurales de la Reforma Agraria en la ciudad de Sapé, interior del estado Paraíba, a partir del PRONAF, teniendo en cuenta la acción territorial del capital financiero. En cuanto a la metodología, la propuesta será orientará por el materialismo histórico y dialéctico como método de interpretación de la realidad que tenga en cuenta la interacción entre los sujetos y los objetos del análisis. El recorte escalar comprendió tres asentamientos rurales de la Reforma Agraria en Sapé-PB: Santa Helena, Rainha dos Anjos y Boa Vista. En estos se analizó la muestra del 30% del público asentado que corresponde a 68 (sesenta y ocho) familias, del total de 226 (doscientos veintiséis) asentadas en los tres asentamientos citados. En esta investigación verificamos que la autonomía productiva es sensiblemente comprometida frente al direccionamiento y al formato en la aplicación del crédito. Así, a pesar de las limitaciones y de las contradicciones verificadas, no podemos negar la señal concreta que representan los asentamientos donde es posible pensar la organización social y económica más allá de los dictados de la organización capitalista.

Palabras clave: Territorio; asentamiento; capital; financiero

Introdução

Na contemporaneidade, os Assentamentos Rurais que se constituem como experiências de luta e de resistência e, ainda, têm posicionamento contra a subordinação ao capital, a qual trata a terra como mercadoria. Estas experiências são espaços geradores de identidade, de conteúdo estrutural e de material, bem como imaterial e simbólico, que produzem alimentos, esperanças e vidas.

Ao investigamos internamente suas estruturas, econômica e social, podemos perceber o processo contraditório que envolve as reais condições de manutenção, desenvolvimento e reprodução do campesinato assentado frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no campo é capitaneado pela subordinação do território e da força de trabalho, às mais diversas feições do capital, sejam comercial, industrial e financeiro e que extraem a renda da terra e assim limitam os Assentamentos enquanto unidades de manutenção e reprodução social do campesinato.

A partir dessa compreensão, detivemo-nos a analisar as contradições supracitadas no decurso de uma pesquisa de campo devidamente planejada, acerca do objetivo principal de analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa, a partir da ação territorial do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em Assentamentos Rurais da Reforma Agrária localizados no interior da cidade de Sapé, Paraíba. Tal objetivo foi planejado visando a importância que tem o PRONAF na agenda pública, uma vez que, como um programa que se direciona a garantir a geração de emprego e renda e a permanência do homem do campo na terra, ele tem sua reprodução material como sujeito social.

A pesquisa aqui mencionada foi realizada durante os anos de 2014 e 2015, para construção da Dissertação do Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Paraíba, sob a linha de pesquisa Território, Trabalho e Ambiente.

Os objetos de pesquisa compreendem três Assentamentos, todos localizados em Sapé, e são: Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista. Foi selecionada a amostra de 30% (trinta por cento) do público assentado que corresponde a 68 (sessenta e oito famílias), do total de 226 (duzentos e vinte e seis) famílias assentadas: 49 (quarenta e nove) famílias Assentamento Rainha dos Anjos, 171 (cento e setenta e uma) famílias no Assentamento Boa Vista e 97 (noventa e sete) famílias no Assentamento Santa Helena.

Sobre a perspectiva metodológica optamos pelo método materialista histórico-dialético, tendo em vista a capacidade de interpretação da realidade que ele nos propicia, o que representa a lente de percepção e investigação adotada pelo pesquisador para ler e compreender seu objeto em análise. Nossa escolha por esse método fundamenta-se a partir dos princípios da Geografia de posição crítica, os quais o materialismo corresponde a concepções filosóficas capazes de compreender a realidade e suas contradições.

Como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa de campo, que se constitui como fruto da relação dialética entre o sujeito e o objeto. Assim, o campo é pensado como ação de explicação das transformações ocorridas nos espaços e nos territórios que ultrapassam os limites da descrição, da classificação e da enumeração dos fenômenos.

Nesse sentido, o trabalho trouxe algumas considerações sobre o processo de monopolização do território agrícola a partir do capital buscando compreender as transformações territoriais a partir da ação do PRONAF na agricultura camponesa de base familiar realizada nos Assentamentos investigados.

O artigo está dividido em 03 (três) partes: a) parte introdutória que se refere à apresentação do problema e da perspectiva metodológica, bem como os elementos conceituais e teóricos que embasam a pesquisa e a interpretação que resultou no artigo; b) a segunda parte compreende aos processos de reconstituição histórica e aos processos de produção do espaço e da formação territorial dos Assentamentos objeto da pesquisa, em continuidade, nos detivemos a compreender o processo contido na materialidade pesquisa e analisarmos sobre o aspecto científico amparados na dialética e tentativa de decifrar a realidade; c) referente às notas de consideração sobre a problemática analisada.

Referencial teórico

Na ciência geográfica, o estudo da agricultura leva necessariamente ao processo de transformação do campo em benefício ao desenvolvimento do capitalismo. Processo melhor compreendido a partir das transformações no espaço e no território, uma vez que se constituem como categorias de análises geográficas capazes de ler e de compreender os problemas inerentes às transformações derivadas do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, revisitamos os conceitos de espaço e território, haja vista a necessidade de consolidar o referencial teórico necessário para compreensão do objeto dessa pesquisa, que se refere ao processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé, PB.

No tocante à “categoria espaço”, estabelecemos as definições elaboradas por Ruy Moreia (2014) e Lefebvre (1991). Os dois autores compreendem a categoria espaço como uma estrutura produzida a partir das relações de produção, ou seja, ressaltam espaço como um produto do trabalho, constituindo assim, um elemento basilar para o estudo da Geografia.

Em Ruy Moreira (2014, p. 7), o espaço é compreendido a partir das “relações de troca metabólicas que o homem e a natureza estabelecem entre si no curso da história”. É um campo de saber que “está assim numa relação orgânica constante com o processo de trabalho, enquanto essência dessa relação de troca”.

Lefebvre (1991, p.102) reconhece o espaço como uma “instância social, resultado da materialização da existência humana que dimensiona a realidade”. A partir de Lefebvre, podemos apreender o espaço geográfico como um espaço social, posto que é “produto do trabalho e da divisão do trabalho, a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional” (LEFEBVRE, 2008).

Sobre a concepção de “território”, amparamo-nos em Raffestin (1993), Quani (1979), e Oliveira (1999). Os dois primeiros autores trabalham a categoria em análise a partir do processo contraditório, das relações de poder, do uso e da dominação de uma porção

apropriada do espaço geográfico. Nessa perspectiva, a categoria território possui funções políticas, econômicas e culturais; e carregam em si identidade e experiência.

Em Oliveira (1999), o território é compreendido como um processo dialético da totalidade no que se refere às transformações das relações de produção social. Ele defende que:

> O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Atrelamos tal acepção a reconhecer o território como produto dos conflitos estabelecidos pelas relações sociais contraditórias de controle mantidas na sociedade. Conflitos estes que se estabelecem em um substrato da terra e sobre uma porção da natureza e que produz assim outras relações sociais, a partir do trabalho, subordinadas aos interesses da fração dominante da sociedade, e chanceladas pelo Estado.

Assim, com base nas perspectivas mencionadas, o território se apresenta como um elemento chave para apreensão da totalidade dos estudos em geografia agrária, dado seu princípio elementar de que todas as relações humanas (construção- desconstrução seja nas instâncias políticas, ideológicas, sociais ou econômicas) que ocorrem sobre uma base territorial. Essas relações estão imbuídas de concepções e significados que carregam a multidimensionalidade do poder[1], que é a característica inerente da categoria território.

Como bem coloca Paulino (2007) a Geografia agrária brasileira necessita fundamentar-se no aspecto teórico-conceitual, que inclua a terra entre as análises das contradições do modo de produção capitalista. A autora comenta que no Brasil, é a partir de Ariovaldo Umbelino de Oliveira que essa compreensão se inicia, visto que, ele parte da própria estrutura capitalista para compreender os hiatos existentes no desenvolvimento do capitalismo.

Retomando a fundamentação posta por Oliveira (2000), há a facilidade de entendimento de que o autor buscou em Marx os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo de produção capitalista, o que significa incluir o território entre as estruturas basilares do capitalismo, tendo em vista que “a relação direta com o trabalhador, com vistas

[1] O poder é inerente às relações sociais, que se substantivam a partir desse elemento. O poder está presente nas relações humanas e das instituições, nas empresas, enfim nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e à dominação. É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade. (SAQUET, 2007).

à extração da mais-valia, ou trabalho não pago", que é apenas uma das fisionomias do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da produção não tipicamente capitalista, como a camponesa. No processo produtivo, afirmamos que, para Oliveira (2000) "não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas".

Nessa perspectiva, Oliveira (ibdem) traz dois conceitos que julgamos essenciais para o entendimento das transformações ocorridas no campo brasileiro: a territorialização do capital e o monopólio do território pelo capital. O primeiro refere-se à ação territorial do capital na agricultura e o segundo, ao processo do monopólio do território pelo capital monopolista. "O capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa", sujeitando a renda da terra[2] e renda trabalho ao capital. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Oliveira (2000) para fundamentar esta teoria baseia-se na acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, entendendo que no processo produtivo, "os capitais estão envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar camponês" (CORREIA, 2011, p. 98).

Assim, ocasionamos trazer a teoria estabelecida por Luxemburgo, a qual a autora expõe como se realiza o processo da reprodução do capital na economia capitalista, que para completar seu ciclo e obter a mais-valia, necessita se correlacionar com as economias não capitalistas. Por esse entendimento, "a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais que por si não produzem pelo modo capitalista" (LUXEMBURGO, 1985, p. 241).

Como consequência do movimento contraditório do modo de produção capitalista, apresentamos como ocorre sua reprodução. Ele não aniquila as formas e sociedades econômicas não capitalistas, ao contrário ele permite a recriação dessas economias. Sobre isso, Luxemburgo (1985) expõe:

> (...) a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem estes modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob este prisma, ela consiste na multiplicação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital(...). O processo de acumulação tende

[2] Este conceito se dá partir de Ricardo que define renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado. A renda da terra é o excedente do preço sobre o que é necessário para pagar os salários do trabalho e os lucros do capital empregados no cultivo da terra.

> sempre a substituir onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançando o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica -, a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Com base nas compreensões dos autores sobreditos e observando a materialidade, podemos conceber que o processo de monopolização do território pelo capital nos Assentamentos pesquisados acerca das relações estabelecidas entre os camponeses e o capital em suas feições comercial, industrial e financeiro, subordinam a base territorial, aos interesses da reprodução capitalista, sem aniquilar o campesinato.

Logo, e não contraditoriamente, faz-se necessário colocar que, o território em evidência, referindo-se especificamente aos Assentamentos, é um território capitalista, isto é, onde permanecem as relações de dominação, subordinação e espoliação.

Nesse sentido, os Assentamentos em discussão se constituem como uma fração do território capitalista, apropriado e controlado pelos camponeses, porém, permanecem subordinados e dominados à lógica capitalista. Podemos citar como exemplo as relações de produção presenciadas durante pesquisa de campo.

Nas áreas pesquisadas, o processo de monopolização do território pelo capital decorre inicialmente a partir da subordinação da produção ao capital comercial através da figura do atravessador, e do lastro do capital industrial a partir da penetração do cultivo das monoculturas da cana de açúcar, e em menor proporção do abacaxi realizadas nas parcelas dos Assentamentos, a partir dos arrendamentos dos lotes.

Sabendo que o capital não se territorializa, contudo, apropria-se primeiramente da renda da terra gerada, e posteriormente da renda trabalho, o qual o trabalho não pago da unidade familiar é sorvido e subordinado às necessidades e aos interesses do capital. Assim, nesse contexto, o capital reproduz-se de forma ampliada.

Por esse prisma, procuramos compreender a problemática da ação monopolista do capital financeiro no território a partir da instituição e implementação dos financiamentos do PRONAF-A, que se apropriam da fragilidade estrutural dos Assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, subordinando-os aos interesses e à lógica de dominação capitalista.

Nessa trama, a implementação do PRONAF subordina a produção dos assentados aos interesses de mercado. Isso acontece a partir do direcionamento dos financiamentos atrelados às cadeias produtivas, por representarem maior segurança de retorno ao capital financeiro. Esses inserem a produção ao circuito de acumulação do capital monopolista agrícola, a partir das exigências de cumprimentos de aquisição dos insumos das grandes empresas de capital mundializado e precarizam a pequena produção para subsistência que é voltada para alimentação da população em geral.

Assim, o capital financeiro, além de estabelecer um controle da produção dos assentamentos e se reproduzir a partir dela, exerce também um controle sobre o território, sobre o trabalho e sobre as rendas. O capital conquista a extração mais intensa e com mais valia, ampliando sua acumulação. Esse processo é gerido pelos agentes de Estado, que são os bancos oficiais, repassadores do crédito.

Nesse prisma, trazemos o referencial da monopolização do territorial pelo capital, por entendermos que este tronco teórico explica em boa parte a problemática analisada, que compreende o processo de monopolização e subordinação do território da agricultura camponesa ao capital financeiro, a partir da ação territorial do PRONAF, nos Assentamentos rurais da Reforma em Sapé, Paraíba, por entendermos que esse referencial e ou outros anteriormente supracitados, trazem uma musculatura teórica que possibilita a leitura da realidade e da problemática em evidência.

O processo de produção e organização do espaço e do território agrário paraibano e formação dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB)

Como forma de organizarmos nosso pensamento quanto ao processo de produção e organização do espaço e do território agrário paraibano, estabelecemos os referencias propostos por Moreira e Targino (1997), contido no livro intitulado Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba (1997) de autoria dos professores, tendo em vista o grande suporte teórico e de levantamento de dados contidos na obra, bem como seu o pioneirismo, que foi a base de nossa análise.

Os autores organizam a produção do espaço agrário paraibano em seis importantes momentos: a) a criação dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); b) a efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX, cabe colocar que estas experiências não lograram êxito, só havendo um em toda Paraíba); c) o surgimento da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século); d) a expansão e crise do Proálcool (1975 a 1999); e) a criação e instalação dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária (a partir do final da década de 1999 e início da década de 2000),

que se compreende como o período de rebatimento da classe trabalhadora à subordinação da agricultura ao capital.

O território do município de Sapé, historicamente, esteve no bojo das ações de dominação do capital, pautado nas transformações de base técnica da produção, na espoliação do trabalho humano e no monopólio da terra. Sua exploração iniciou-se no período colonial, período caracterizado pela territoralização do capital com base na implantação do sistema açucareiro para a produção de açúcar destinado ao mercado externo.

Com base na acepção acima, não podemos deixar de trazer a discussão sobre a importância que teve no processo de luta pela terra as Ligas Camponesas, sendo aqui abordadas como As Ligas de Sapé, dada a sua grande relevância no processo de organização do espaço e da formação territorial do município. “A Liga de Sapé foi fundada em 1958, por João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé” (LEMOS, 1996, p. 31). As Ligas de Sapé foram as primeiras fundadas em todo o Estado da Paraíba.

A Liga de Sapé foi a que tive a maior expressividade no Estado da Paraíba. Elas representam um movimento socioespacial, primeiramente mediado pelo conflito capital: trabalho, com ressonância na luta por terra. “Contava com cerca de mais de 7.000 associados”, tendo como objetivo inicial; lutar contra o pagamento da renda-trabalho, subtraída através aumento do preço do foro e da quantidade abusiva dos dias de cambão pagos aos latifundiários (Ibdem, 1996, p.32).

Esse movimento se espacializou no território a partir de ações diretas, que aos poucos foram se tornando cada vez mais frequentes e envolvendo um maior o número de trabalhadores, que se organizavam em mutirões “para arrancar cercas, plantar onde os patrões tinham destruído lavouras, reparar casas, exigir indenização e o fim do cambão” (PEREIRA, 2005, p.70-71).

Entretanto, com o Golpe Militar[3] instaurado no Brasil em 31 de março de 1964, houve cassação de direitos políticos, violação dos direitos fundamentais e coibiu violentamente todas as ações dos movimentos sociais existentes, já que os movimentos se colocavam como ameaças a grande exploração capitalista, o que colocaria em risco interesses da burguesia nacional e internacional. Dessa maneira, as alianças estabelecidas entre o governo de ideais progressistas e o capital internacional, foram os fatores condicionantes para a efetivação do golpe político de direita que tomou o poder e decretou o fim de todos os movimentos, inclusiva as Ligas Camponesas.

[3] As causas do golpe militar foram as mais diversas, entre elas podemos colocar: “*as ações e manifestações sociais que estavam confrontando a estrutura da grande propriedade rural, no contexto nacional e internacional indicava de certa forma, uma possível expansão do socialismo na América Latina*” (LEMOS, 1996, p.193).

Os movimentos sociais só tiveram espaço na conjuntura estadual e nacional após o fim do processo de ditadura militar, ocorrido a partir do processo de redemocratização do Brasil ocorrido na segunda metade da década de 1980, quando o embrião do processo de luta das Ligas resurgiu, agora nas feições ampliadas do MST (Movimentos dos trabalhadores Sem Terras) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que materializaram e estenderam o processo luta contra o latifúndio, e sua estrutura alicerçada na concentração de terras e na exploração da natureza e do trabalho.

Nesse contexto, segundo Moreia e Targino (1997), a estrutura fundiária do poder do latifúndio Zona da Mata Paraibana, apresentava uma estrutura agrária baseada no latifúndio monopolista da cana-de-açúcar, que esteve sempre atrelado ao poder político local, ou mesmo o representava, por exemplo, a Usina Santa Helena, que era detentora de mais de 22.000 (vinte e dois mil) hectares de terras, localizados entre os municípios de Sapé e Espírito Santo, pertencia a Renato Ribeiro Coutinho, que também representava o poder político da Várzea do Rio Paraíba (deputado estadual em 1946 e deputado federal em 1966) (MAIA, 1985).

Contudo, a crise do setor agrícola ocorrida na década de 1990, levou a intensificação do processo de expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras decorrente do fechamento da Usina Santa Helena e do desemprego estrutural estabelecido no setor canavieiro paraibano motivaram as ações diretas dos movimentos sociais no campo, que aliados ao processo de redemocratização do país conseguiram avançar na luta por terra e por melhores condições de vida.

O processo de fechamento da Usina Santa Helena foi um reflexo da crise estabelecida no setor sucroalcooleiro na década de 1990, que foi acompanhada pelo fim do PROALCOOL, que resultou em um expressivo corte nos créditos e nos subsídios destinados a esse setor. Com o fechamento da usina, os camponeses ficaram sem trabalho e sem moradia. Desta maneira, uniram-se às outras vozes, a exemplo da ação da CPT , e STRS (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé) em um processo de engajamento pela conquista da terra que ora estava improdutiva (MOREIRA, TARGINO, 1997).

Esses movimentos socioterritorias confrontaram-se com as estruturas de dominação do capital, que tinha na propriedade terra o instrumento de consolidação do poder. Nesse sentido, como forma de dirimir as tensões existentes no campo, o Estado a partir do atual modelo de Reforma Agrária, implantou os Assentamentos Rurais.

A implantação dos Assentamentos foi o elemento encontrado pelo Estado para atenuar os conflitos e de algum modo, modificar, mesmo que de forma modesta, a estrutura agrária na Paraíba. Contudo, devemos ter em mente que o modelo atual de Reforma Agrária é uma proposta do Estado para dar respostas aos conflitos “sem alterar a estrutura do poder

e concentração de terra e de renda. É uma política pontual e localizada, que não enfrenta a estrutura da desigualdade social existente no campo" (SILVA et al., 2013, p. 6).

Em Sapé, a intervenção do Estado na tentativa de atender os movimentos e atenuar a luta por terra a partir do fechamento da Usina Santa Helena resultou na criação dos três Assentamentos, que são objetos de pesquisa desse trabalho. Referimo-nos aos Assentamentos: Santa Helena, Rainha dos Anjos e João Pedro Teixeira, conhecido como Boa Vista.

Contudo, apesar de todas as contradições, não podemos deixar de colocar que os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sapé, representam a quebra da estrutura fundaria hegemônica estabelecida pelo latifúndio da cana de açúcar, dada a ampliação da fronteira agrícola de culturas para alimentação, mesmo de forma subordinada.

Percebemos que os Assentamentos se constituíram como território das possibilidades, onde a população através do confronto conquistou além do acesso a terra, diminuição da pobreza, melhores condições de habitação, de alimentação e espaços de vida. Entretanto, esse novo desenho fundiário não foi capaz de quebrar e reestruturar o monopólio da cana de açúcar, nem o uso do sob o controle capitalista, que ocorre a partir do processo de arrendamento, que por nós, é compreendido como o processo de monopolização do território pelo capital.

Convém, aqui, compreender melhor o dinamismo que subordina os camponeses assentados aos interesses e capitalistas, que se introjeta nessas frações do território a partir da sua lógica organizacional dos programas e políticas públicas, que garantem implicitamente a manutenção do modo de produção monopolista do capital, em suas diversas feições, sejam comercial, industrial ou financeira.

PRONAF como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro

O PRONAF é um programa oriundo das políticas de desenvolvimento no campo brasileiro, que objetiva "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda" (PRONAF, 1996, p.01). Sua regulamentação se deu a partir do decreto nº 1946/96 de 28 de junho de 1996, durante o primeiro mandato do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que redimensionou as políticas voltadas para espaço agrário brasileiro.

É importante ressaltar que nesse período, o Estado brasileiro buscou soluções para as desigualdades existentes no campo brasileiro "via redistribuição de ativos em detrimento de políticas agrárias e agrícolas, que pudessem alterar as estruturas produtivas, contudo,

mantendo a propriedade privada, e sem transformar a realidade social" (LUSTOSA, 2012, p. 255).

Até então, as discussões no âmbito do governo se estabeleciam em torno das seguintes decisões: dever-se-ia investir mais em infraestrutura e apoiar mais o grande proprietário da terra ou o maior número de pequenos produtores rurais. "Esse debate teve a ver diretamente com a política econômica adotada pelo governo federal, isto é, se vai priorizar o mercado externo, através dos incentivos para os produtos exportáveis ou se vai incentivar o mercado doméstico", a partir de políticas que valorizassem a produção de produtos de subsistência (COUTO, 2006, p. 34).

Na tentativa de dirimir essas questões, o Estado cria o PRONAF, que surge como um programa de crédito por especialização. Falamos especialização tendo em vista a formatação desse programa, que se estrutura por linhas de crédito diferenciadas pelo grau de exploração, inserção ao mercado e especialização do produtor rural.

As linhas de crédito vão do segmento A ao E, possuindo enquadramento pré-estabelecidos, pelas instituições sindicais e pelos escritórios de assistência técnica credenciados. Vale frisar, que o PRONAF–A, que é a linha de crédito correspondente ao grupo ao qual esta pesquisa se direciona, é composto por produtores rurais sem terra ou Assentados pela Reforma Agrária. É um grupo economicamente frágil do ponto de vista do capital financeiro, por terem produção quase inteiramente destinada ao consumo familiar e não oferecerem garantias reais aos financiamentos contraídos.

Ainda na compreensão do programa como política de crédito por especialização, não poderíamos deixar de mencionar que as ações do programa se dirigem a um determinado sujeito específico, o agricultor familiar. Sobre tal sujeito, existe uma enorme discussão nos meios acadêmico, político e institucional; quanto ao seu papel, função e representatividade no contexto atual das políticas e programas destinados ao desenvolvimento do rural no Brasil.

O Estado lança mão desse conceito de agricultor familiar e dos "fundamentos teóricos próprios do pensamento conservador como a categoria "família" eleita como um parâmetro social, para consolidar um novo padrão de sociabilidade", onde a pequena agricultura teria que se enquadrar a estrutura mercantilizada de produção e do uso da terra para fins de prover a acumulação capitalista. (LUSTOSA, 2012, p. 255)

Contudo, apesar de toda intencionalidade política existente no conceito da categoria agricultor familiar, que em muitas das vezes é concebida de forma dissociada do conceito de camponês, entendemos que essas diferenças só se dão essencialmente no campo acadêmico e no referencial teórico trazido pelos programas e políticas de Estado, pois na prática a agricultura camponesa é eminentemente familiar.

Optamos pelo conceito de agricultura camponesa de base familiar, partindo do entendimento de que todo camponês organiza sua produção para sua unidade familiar, ou

seja, é o agricultor que ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção é executor das atividades produtivas em sua unidade familiar.

Para tanto, os debates sobre a tentativa de afirmação da categoria agricultor familiar e seu enquadramento político e jurídico, desvia o foco das atenções aos reais objetivos a serem alcançados, segundo jogo de forças estabelecidas pelo Banco Mundial (BM) para este setor da agricultura, que tem como propósito transformar o rural brasileiro sob a perspectiva da economia de mercado mundial, onde tais transformações tão somente atendem aos interesses hegemônicos que correspondem à classe minoritária do capitalismo.

Em Tolentino (2013), o autor comenta sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro sob a perceptiva do desenvolvimento do capitalismo, entendendo a criação do PRONAF a partir do conjunto de políticas aliadas aos interesses hegemônicos do capital:

> (...) o PRONAF se constitui em uma resposta do governo (...) aos movimentos sociais. No entanto, a nosso ver essa resposta foi dada de duas maneiras. Por um lado, é dada à CONTAG e ao DNTR-CUT quando, de fato, o governo negocia e elabora a nova linha especial de crédito, embora seguindo os preceitos do Banco Mundial (BM). Por outro lado, a resposta (ou seria a reação?) também é dada a outros movimentos com ações mais radicais, hoje ligados à Via Campesina, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para estes últimos, a resposta é até certo ponto contrária às suas reinvidicações. Isso ocorre porque o PRONAF, apesar de trazer para o centro de suas preocupações a agora "badalada" "agricultura familiar", é uma política que não trata de questões essenciais, como a profunda desigualdade no campo brasileiro. Fazendo isso, o PRONAF não se propõe a contribuir para o enfrentamento dessa contradição, essencial para a superação da problemática agrária. A questão agrária passa a ser entendida como simplesmente um problema de desenvolvimento (TOLENTINO, 2013, p. 26).

Embora o PRONAF tenha sido instituído em correspondências aos pedidos dos movimentos sociais, dada a carência e o desprezo que existiam no setor da pequena produção agrícola desse país em detrimento ao setor agrícola patronal, o programa se desenvolve no interior do conjunto de políticas de Estado para o "novo rural" brasileiro.

Vale a pena ressaltar que, como estamos inseridos em um Estado capitalista, todas as contradições inerentes a este modo de produção estão consequentemente presentes nas ações políticas e institucionais que originaram o programa. Nesse sentido, a gestão e execução dele, se dão atreladas às instituições do capital financeiro internacional, capitaneadas pelas ações do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) e chanceladas pelo Estado brasileiro, que por sua vez necessita superar antigas estruturas do rural em favorecimento da "nova agricultura".

A questão agrária brasileira era compreendida como um obstáculo a ser superado pelas ações do Estado a partir do conjunto de programas e políticas, cuja “intenção” reproduz o modo de produção no qual ele é concebido. Inseridos nesse contexto, importantes intelectuais como Ricardo Abramovay, Maria Nazareth Vanderlei e Eli da Veiga, intensificaram seus esforços no sentido de atribuir como solução para a agricultura de pequena produção, a sua inserção ao mercado, ou seja, integração ao capital para assim continuar produzindo e existindo.

Na atualidade, não podemos compreender e ler um rural brasileiro, bem como as políticas e programas existentes na esfera agrária sem efetuarmos a análise inerente ao processo de articulação que existe entre capital- estado- sociedade. Contudo, a discussão sobre a questão agrária atual considera novos elementos que contribuem para a estruturação do debate, de forma que destacamos o neoliberalismo e a globalização, como as estruturas desenvolvimentistas que direcionam as ações do Estado voltadas à agricultura brasileira.

Gómez (2006, p. 192-193) afirma a necessidade de “realizar uma re-leitura do desenvolvimento do capitalismo. Re-leitura esta, iniciada pelo modelo de desenvolvimento imposto pela política neoliberal”, que no seu discurso de desenvolvimento traz implicitamente os mecanismos de dominação, de poder do capital sobre o espaço, o terrirório e a sociedade.

Assim, necessariamente explicamos o fato de estarmos trazendo tal abordagem por compreender que foi neste contexto teórico que o PRONAF se institui como programa de grande respaldo na agenda política do governo federal, tendo sua origem a partir das políticas de desenvolvimento dependente de cunho neoliberal.

Nesse contexto do neoliberalismo, contraditoriamente, o Estado não deixa de participar dos jogos de interesses, nem se torna parcial, pelo contrário, ele pactua uma robusta aliança com o mercado, e executa seus direcionamentos e intencionalidades a partir dessa perspectiva, se caracterizado assim um Estado Máximo, pois nesse interfere não só nas políticas, mas também nas relações estabelecidas entre o mercado e o produtor, aumentando o grau de dependência.

Na atualidade, o neoliberalismo é caracterizado pela formação de mercados desiguais, concentração econômica e predominância de grandes empresas transnacionais. Por isso, em relação ao desenvolvimento rural, as políticas neoliberais estimuladas pelo Banco Mundial para Reforma Agrária “têm sido elaboradas no sentido de solucionar a questão da terra através da propriedade privada, da reforma agrária de Estado e para o mercado” sendo o principal vetor condutor dessas políticas, a concessão do crédito (GIRARD, 2008, p. 110).

Assim, podemos perceber que há um jogo de interesses que configura a afirmação que o Estado tem um papel decisivo e um poder simbólico para direcionar os caminhos do desenvolvimento político e econômico da sociedade na contemporaneidade. Percepção

definida por Bourdieu (2011): o “Estado tem um poder quase criador”. Afinal, é ele quem define o que é oficial ou não. E, no caso do Brasil, é dele que partem as políticas de crédito e a gestão as quais configuram os espaços urbano e rural. Deste modo, o PRONAF se institucionaliza sob um modelo de desenvolvimento político e econômico de Estado, reproduzindo no espaço rural brasileiro o impositivo do modelo de desenvolvimento capitalista como Tolentino (2013) comenta:

> O modelo de desenvolvimento, tal como proposto sob o capitalismo, pressupõe uma estrutura originada nos países dominantes que pode ser compreendida como veiculadora de representações que pressupõem uma dominação. Foram esses modelos, que para continuar a reproduzir o capital, tiveram de “ir ao mundo”, como uma norma que, ao mesmo tempo em que é impositiva, só se faz a partir do convencimento. Modelos de desenvolvimento são, na nossa compreensão, não apenas a forma como o capitalismo opera estruturalmente nos níveis econômicos e político, mais portam também representações que o justificam. Enfim, os modelos de desenvolvimento hegemônicos guardam as formas ideológicas pelas quais o capital tenta nos convencer que é o melhor caminho (TOLENTINO, 2013, p. 57).

Contudo, na tentativa de compreender o modelo de desenvolvimento que fundamentou as políticas governamentais que deram origem aos programas de reestruturação rural (como o PRONAF), face às novas exigências de mercado, observa-se que “no último quarto do século XX, passamos de uma ordem internacional do Estado-providência e da emergência do neoliberalismo para uma reestruturação em nível global”, que foi compreendida a partir do novo desenho da economia mundial e dos setores produtivos, que tiveram que se adequar aos interesses da reprodução capitalista. (BENKO, 2001).

Efetuamos o registro das transformações que ocorreram no modelo de desenvolvimento dos países centrais, modelo este exportado para os países periféricos, que resultou na mudança de direcionamento político e no modelo de desenvolvimento que estruturam as políticas no rural brasileiro.

A partir daí, é possível identificar que as políticas já não respondiam às crises estabelecidas entre capital e Estado, pois o capital se inseria, por meio de suas estratégias, na tentativa de reduzir o papel do Estado frente aos novos períodos de maior participação do mercado de forma flexível. É nesse momento que “o mercado volta a querer coordenar tudo, segundo os neoliberais, ao Estado resta utilizar o monopólio da violência para que tudo ocorra num ambiente ideal para o mercado” (TOLENTINO, 2013, p. 69).

Assim, nesse novo arranjo, estabelecido entre o Estado e o mercado, “as instituições que passam a nos governar se tornam cada vez mais supranacionais. O Estado nesse

contexto, não seria mais rígido, pois se assim fosse acabaria atrapalhando a aceleração do tempo de giro do capital" (ibdem, p. 72).

Um novo período produz e é produzido por um aprofundamento da globalização, e é caracterizado por novas conformações espaciais que pressupõem também novas conformações econômicas, políticas e culturais. Uma nova redefinição compreendida como as respostas encontradas pelo capitalismo para continuar a dar conta do processo de acumulação. De modo que, esse período pode ser denominado como desenvolvimento de acumulação flexível.

Segundo Harvey (2005), a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital corresponde a um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo. O modelo de desenvolvimento flexível trouxe em sua essência uma redefinição das escalas espaciais de operação do capital.

Foi nessa perspectiva que o PRONAF se desenhou e se estabeleceu como um programa de crédito para o setor da economia que necessitava, à luz do capitalismo, de uma redefinição e inserção da pequena produção camponesa à lógica produtivista, como um viés garantidor do processo de acumulação ampliada do capital.

Nessa lógica, o eixo político-econômico se direciona a escalas espaciais globais que garantem, no seu conjunto de estratégias, a reprodução do modelo de acumulação do capital em detrimento da subordinação dos processos produtivos e de circulação de parcelas da classe trabalhadora, sendo aqui abordados especificamente, os camponeses Assentados.

As transformações nos assentamentos rurais de Sapé a partir da ação territorial do PRONAF

Diante dos comentários precedentes, agora nos deteremos a compreender as estratégias de conformação do PRONAF como instrumento de crédito, e sua ação territorial nos assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB). Para isso traremos os dados obtidos em pesquisa de campo realizada nos Assentamentos, bem como os dados colhidos na instituição bancária, que no município em análise refere-se ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, agente de crédito que gerencia os recursos do PRONAF-A no município de Sapé, Paraíba.

Em análise dos dados colhidos na pesquisa de campo nos assentamentos, percebemos que as ações territoriais dos créditos do PRONAF, campeiam territórios contraditórios. À medida que os recursos do programa se apresentam como uma das poucas alternativas de acesso a recursos e investimentos nos lotes, gerando a reprodução do campesinato, também, conduzem os territórios dos assentamentos a um circuito reprodutivo subordinado ao capital financeiro.

Esse circuito do capital financeiro, estabelecido a partir das operações de crédito do PRONAF, não somente subordinam o território, mas consequentemente, também subordinam a força de trabalho existentes nos assentamentos, se apropriando da renda da terra e da renda trabalho e, por conseguinte reconfigurando o território, antes apropriado pelo campesinato, aos interesses capitalistas.

Chesnais (2003) situa o processo comentado como referente à mundialização financeira[4], ou seja, à dominância do capital financeiro nas sociedades capitalistas e não necessariamente capitalistas, que tem como função evidente garantir a acumulação do capital, em condições tão regulares e seguras quando possíveis nesse processo de apropriação das rendas.

A inserção das atividades agrícolas dos Assentamentos nessa lógica monopolista do capital financeiro resulta em transformações conjunturais e estruturais. São transformações advindas com a implementação do PRONAF resulta na mutação do agricultor em produtor e do programa em produto. Assim, as instituições estatais e financeiras passam a exercer um controle formal sobre a produção e estabelecem a evolução da organização produtiva mediante inserção dos agricultores nas estruturas de mercado.

Foram transformações resultantes de um processo de sujeição que se efetua quando estão interligadas às metodologias instrumentalizadas pela orientação técnica, que pode ser do próprio agente financeiro ou terceirizado, caracterizando-se, assim, como um mecanismo de controle. As metodologias propõem, entre outros objetivos, estabelecer o tipo de cultura a ser financiada, a forma como os recursos serão liberados, o manejo e os tratos culturais e o volume de recursos a serem investidos, onde e em que parte do território deve ser alocado os recursos, etc.

Esse processo pode ser percebido na pesquisa campo. Quando indagamos os Assentados sobre a aquisição dos financiamentos: quem tomou a decisão de qual atividade/cultura iria ser financiada? Obtivemos resultados expostos no quadro 1:

Quadro 1: Indagação sobre quem tomou a decisão do que iria financiar

Resposta	Percentual (%)
Você individualmente	15%
Decisão coletiva tomada em reunião	25%
Decisão do técnico	35%
Decisão do banco	25%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de campo realizada nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB)- 2014.

[4] Cabe aqui deixarmos claro que nos amparamos desse termo sob a perspectiva do fenômeno e não como um processo.

A referida pesquisa revelou o lastro de controle e subordinação das atividades financiadas, consequentemente das atividades produtivas e do território, que se dão modeladas pelo aparelho institucional das agências técnicas de extensão rural e pelo agente financiador do crédito, o banco. Verificamos que é o agente de crédito quem define o que plantar, onde plantar, quando plantar e como plantar, suprimindo a tão divulgada autonomia produtiva defendida nas agendas públicas governamentais e institucionais aos interesses de mercado, que resultarão na acumulação capitalista.

Dessa maneira, a formatação do crédito provoca fissuras na produção da unidade familiar que ampliam o processo de subordinação às estruturas do capital. Isso podemos verificar na fala do Assentado João Barbosa de Melo do Assentamento de Santa Helena:

> A gente num tinha experiência, num sabia como era. Chegou o dinheiro, e disseram que se agente quisesse que o dinheiro viesse tinha que tirar para gado (...) Porque disseram que só tinha e só podia ser assim. Pra isso mesmo.(...) Mas deu tudo errado. O dinheiro veio pra os fornecedor. Colocaram umas vaca a mil e duzentos, mil e quinhento, e elas num valia nem trezentos. Agente nem escolheu (...). As vacas vieram dos fornecedor direto pra gente. Umas vacas doente, fraquinha. Uma até morreu, a outra tava doente aí mandei matar pra não perder tudo (...), Os recursos ficaram tudo nas mão dos fornecedores. A gente só ficou com a dívida.

Percebemos que as atividades e culturas financiadas e orientadas pela empresa prestadora de assistência técnica e pelo banco, são atividades atreladas às prospecções de negócios e conjugadas às possíveis cadeias produtivas ligadas aos setores industrial e comercial.

As atividades financiadas, a exemplo da bovinocultura e avicultura, foram incentivadas observando eminentemente sua capacidade de retorno em rendimentos, contudo, ou seja, a prospecção de negócios, sem observância aos interesses dos agricultores, e sem verificar as necessidades e operacionalidades por parte deles na atividade financiada.

E, justamente por se tratarem de atividades de um maior retorno, elas tinham proporcionalmente maiores riscos às quais que não poderiam ser assumidos pelo agricultor, dado seu nível de descapitalização, gerando consequentemente um processo de endividamento. Percebemos tal processo no depoimento do Assentado Assis Barbosa do Assentamento Rainha dos Anjos:

> (...) Eu num queria tirar para investir em galinha não. Eu nem sabia trabalhar daquele jeito, criava galinha, pouca, solta mesmo. Fiz tudo do jeito que eles mandaram o galpão, o galinheiro. Comprei as ração, dei os remédio, mas num teve jeito.(...) Tá aí os elefante branco. Mas ruim mesmo era criar os pinto, adoecia, morria (...) E a ração era muito cara comecei a compra o saco por vinte e oito reais, quando deixei já tava em cinquenta reais (...). Disseram que era por que tinha cotação no dólar. Aí meu amigo, fazer o quê se eu num

> tinha dinheiro para manter o negócio (...). E ainda tem que trabalhar pra pagar isso aí.

Na fala do agricultor, é possível inferir que o controle exercido pelo agente técnico, bem como pelo agente financeiro no processo produtivo, e consequentemente territorial, a partir da dependência técnica e financeira, e assim, subordinando não só a renda trabalho, mas também, a renda da terra ao processo de monopolização do capital.

É aparente inferirmos nas falas que, na execução desse tipo de empreendimento, vários elementos que deveriam ser observados como: a capacidade produtiva, as condições de trabalho, as competências e experiências, as relações com o mercado; são inteiramente desconsideradas desde a elaboração da proposta, passando pelo processo de liberação dos recursos (desembolso), até o processo de execução final do projeto.

Nesse ínterim, compreendemos que não é necessário haver a territorialização do capital para que seus tentáculos possam subordinar e controlar o processo produtivo e o território. Contudo, esse tipo de modelagem de financiamento que se propõem em transformar os territórios a partir de uma lógica produtivista sem, entretanto, promover a correspondência entre o produtor e os meios de produção torna-o inviável. E, similarmente, ratificamos a questão de que os mecanismos das operações de crédito servem de controle e se constituem como um processo de subordinação e imposição das regras capitalistas no território, o que em muitos dos casos contraria a lógica produtiva do agricultor e termina por dar inviabilidade a atividade financiado. Vejamos os depoimentos colhidos nas entrevistas durante a pesquisa:

> Às vezes eu via que o projeto ai dá errado. Eu conheço essa terra, eu sei onde da certo cada coisa aqui, eu sei como aproveitar a terra, sei onde é o lugar onde dá batata, onde é o lugar da roça (...) Mas o técnico vem e diz é assim e pronto (...) se agente não seguir ai bloqueia tudo (Fala do Assentado João Balbino- Assentamento Santa Helena I).

> Olhe, eu mudei o lugar de plantar o capim, de um terreno para o outro, pra ficar mais fácil pra mim dá de comer aos bicho, que coloquei eles naquele terreno que já tinha cerca, e plantei um capim no outro (...) só isso. Aí quando fui no banco o gerente disse que eu tinha desviado o dinheiro do gado, e que num podia nem neguciar, tinha que pagar. Como eu desviei? Eu botei o dinheiro tudo ali, mais trabalho e tudo. (Fala do Assentado José Belo- Assentamento Boa Vista).

Assim, conforme já verificamos em pesquisa, a organização da produção realizada nas unidades agrícolas obedecem a uma estrutura econômica interna própria, baseadas a partir de suas necessidades de manutenção da unidade de produção e consumo, em consonância a teria de Chayanov (1981), referente ao equilíbrio trabalho versos consumo, já que sua maioria, 66% (sessenta e seis por cento) do público pesquisado, produz

primeiramente para o consumo interno, diferentemente dos objetivos propostos pelo crédito financiado pelo PRONAF, que seria a produção voltada para o mercado.

Nesse sentido, trazemos para a discussão a racionalidade do agricultor entre o pagamento da dívida e o endividamento. Na pesquisa verificamos que o sequencial produtivo de mercado (produção – circulação – acumulação), quando ocorre, vem posterior às necessidades de vida e reprodução da família, visto que no processo de produção, os camponeses primeiramente traçam táticas de reprodução visando à reprodução da família e não de uma empresa de sua propriedade individual, como foi percebido na pesquisa, quando indagamos sobre o destino da produção passada. Ver quadro 2.

Quadro 2: Indagação sobre destino da produção

Resposta	Percentual (%)
Toda para o consumo familiar	21%
Parte para o consumo familiar e parta para a venda	66%
Toda para a venda	13%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de campo realizada em 2014.

O quadro contradiz a visão mercadológica proposta pelo PRONAF a qual objetiva a prospecção de negócios e inserção ao mercado. Somente 13% (treze por cento) de toda a produção realizada pelo público pesquisado destinam-se inteiramente para a comercialização[5]. Em contrapartida ao percentual majoritário de 66% (sessenta e seis por cento) que produz primeiramente para o atendimento das necessidades e consumo familiar. Lógica esta diferente da assentada pelo PRONAF, que concebe os camponeses enquanto indivíduos–empresários e não enquanto famílias camponesas, que são igualmente unidades de produção e unidades de consumo.

No que se referem aos processos de desembolsos, os mesmos não acontecem de maneiras diferentes para cada finalidade estabelecida nas operações de crédito. Eles seguem os mesmos tramites referente ao cumprimento formal das exigências da aplicação do crédito, sejam eles, agrícola, comercial ou industrial. É o laudo técnico o instrumento credenciador das liberações de recursos, que por sua vez analisa exclusivamente o cumprimento das exigências técnicas para dar continuidade às liberações.

As liberações dos recursos não observam, por exemplo, o calendário agrícola, os condicionantes naturais, o calendário da sazonalidade da força de trabalho, elementos esses que se fossem observados, poderiam dar mais eficiência a aplicação dos recursos, a implantação do projeto, e consequentemente, o retorno/pagamento do financiamento. Contudo, verificamos que as liberações dos recursos de implantação das lavouras e os de

[5] Esse percentual refere-se a quatro agricultores, que possuem terras arrendas e produzem cana de açúcar para as usinas.

implantação das inversões de investimento, revelam-se de modo articulado entre o capital financeiro, o capital industrial e o comercial.

Para que as liberações sigam integralmente o produtor precisa cumprir todas as orientações técnicas. Dentre tais orientações, lembramos-nos da compra de sementes, geralmente híbridas, tendo em vista sua capacidade de resistência a pragas e as aplicações dos agrotóxicos, dos pesticidas e dos fungicidas que estão constantes nas inversões ora financiadas, caracterizando assim, o processo de subordinação, como podemos ver no depoimento da Assentada Marizete Arthur de Carvalho (Assentamento Santa Helena):

> Eu tinha guardado as maniva do último roçado que eu tinha botado. Tava com o quarto todo cheio. Aí eu pensava que podia usar. Eu num já tinha! Eu podia até adiantar meu roçado. (...) Veio o técnico do banco e disse pode parar. "Você vai ter que comprar semente nova, que vem no projeto. Tem que apresenta o recibo pra gente liberar" (...) Eu falei que dizer que eu vô perder tudo isso aqui? Num teve jeito visse. Se eu num aceitasse, o dinheiro num saia (...) tive que botar as maniva tudo pros bicho comer, pra não perder de vez. Foi do mesmo jeito quando eu tirei pra inhame, e para milho e feijão (...)

Nessa acepção, o agente de crédito, mediante suas ações impositivas e de articulação aos grandes oligopólios do setor agrícola, controla não só o processo produtivo, bem como, o uso do território, subordinando assim toda a produção, e as relações desenvolvidas no território aos interesses do capital. Aqui, as distorções e contradições surgidas na operacionalização dessa modalidade de crédito, acabam levando aos altos índices de endividamento (constatamos que 93% dos assentados pesquisa estão endividados a partir das operações financeiras de custeio e investimento).

Diante da condição a qual estão submetidos os camponeses Assentados estudados, uma parcela significativa de 43,33% nos relatou o desinteresse em pagar os créditos contraídos, visto as distorções ocorridas no processo de formalização e de liberação dos recursos do PRONAF, visto que dentre os camponeses estudados, quase tudo se faz a partir da lógica das necessidades, da previdência, e não a partir de uma profissionalização do campesinato, como o PRONAF busca incentivar, e de providências por parte do setor público, ou seja, o endividamento seria um resultado e não uma consequência.

Assim, ao efetuar as devidas sondagens nos discursos acima, verificamos o capitalismo, a partir das ações dos programas e políticas, entre eles, principalmente os direcionados ao crédito dirigido, a exemplo o PRONAF que é organizado e redefinido dentre o processo de trabalho, do uso do solo das sociedades não necessariamente capitalistas.

Para tanto, o capital consegue "coagir o trabalhador a ceder duplamente, sujeitando sua produção ao capital monopolista, que controla não só os meios de produção, mas o próprio trabalho, na tentativa de transformar tudo em renda capitalizada" (MARTINS, 1979, p.

15). E, no caso específico da ação do PRONAF, o capital tem atuado contraditoriamente, em criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa de base familiar, contudo, sujeitando o trabalho e a renda da terra ao capital.

Assim, as ações compreendidas pelos camponeses como alternativas e estratégias para viabilizar sua produção, ou dirimir seus possíveis prejuízos, contraditoriamente, são concebidas pelo agente de crédito como desvios, ou atitudes irregulares diante das concepções do controle capitalista nesse setor da produção agrícola. O que torna o financiamento antecipadamente vencido, aumentando o saldo devedor e a subordinação da produção ao capital.

A propósito, a prática do PRONAF estabelece-se como uma tática do Estado capitalista brasileiro em amortizar as tensões existentes no campo entre os agricultores com pouca, ou sem nenhuma terra, a grande exploração capitalista e o agronegócio, através do incentivo do crédito. Essa jogada política, na verdade, libera o agronegócio de algumas responsabilidades sociais, como a produção de alimentos, o deixando livremente para a exploração da terra e do trabalho, e coloca sob a responsabilidade dos pequenos produtores a produção de base alimentar.

Por ser um programa resultante da ação de um Estado capitalista, e, ainda, frisar que a maioria das ações e direcionamentos finais podem verter-se à promoção do capital e não dos pequenos agricultores, público-alvo de base familiar, não nos causa estranheza de compreensão. Reconhecemos que o programa promove a reprodução camponesa, porém, de forma subordinada aos pactos estabelecidos e mantidos entre o Estado e os diversos ramos do capital, visto que, toda estrutura organizacional do programa na verdade, está vertida para a acumulação e reprodução capitalista.

Considerações finais

Este estudo, baseado na pesquisa de campo e nas reflexões acerca do processo de monopolização do território pelo capital financeiro, permite-nos algumas considerações. Nessa pesquisa, objetivamos a compreensão da ação territorial do PRONAF e as contradições existentes no processo de formatação e aplicação dos recursos, que trazem tanto resultados positivos, quanto implicações, no que tange aos processos de subordinação e endividamento dos camponeses assentados.

Cabe ressaltarmos que não foi nossa intenção fomentarmos um discurso opositivo sobre o PRONAF, visto que o programa é uma das poucas políticas de crédito direcionadas aos camponeses assentados. Entretanto, devemos ter a responsabilidade de colocarmos nesse estudo algumas contradições existentes no seu processo de formatação e execução, pois devemos isso aos camponeses assentados.

A pesquisa nos revelou que o processo de monopolização territorial nos assentamentos também ocorre concomitantemente ao capital financeiro, a partir da implementação do PRONAF. Assim, as ações estabelecidas a partir desse programa, são atreladas aos diversos ramos do capital, que se apropriam da fragilidade estrutural dos assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, subordinando aos interesses e à lógica de dominação capitalista via concessão de crédito.

Desse modo, o PRONAF a partir dos seus condicionantes técnicos projeta os camponeses em um plano econômico, no qual a recriação se dá mediada pelo atendimento de suas propostas de capitalização, mercantilização e dependência, que muitas vezes são contrárias às reais necessidades e habilidades dos assentados, visto que a terra em pequena proporção em muitas das vezes, serve primeiramente, para a manutenção da unidade de consumo.

Conforme verificado na pesquisa, essa contradição de racionalidades e perspectivas de produção representam 40% (quarenta por cento) dos casos de insucesso no empreendimento financiado, o que consequentemente induz a um elevado nível de endividamento das famílias assentadas na proporção de 93% (noventa e três por cento).

O PRONAF é compreendido como uma das estratégias de reprodução e acumulação do capital que e se estrutura a partir da elaboração da proposta, da liberação e do reembolso do crédito, que controla o território, a produção e o trabalho em atendimento aos interesses de acumulação do capital na perspectiva de mercado. Essa perspectiva guarda distância com a racionalidade camponesa, onde a produção e o trabalho são pautados pela necessidade de consumo e reprodução material do grupo familiar.

Diante do exposto e tomando como base os resultados da pesquisa foi possível aferir que a dialética existente no processo de produção, incentivada pelo PRONAF, bem como os usos que fazem os camponeses desses recursos, tanto suscitam o incremento no processo de reprodução material e do autoconsumo, como também, garantem o processo de reprodução do capital, uma vez que, mesmo subordinadas, constituem-se como estratégias de reprodução material e se assinalam como possibilidades de permanência e sobrevivência do homem do campo.

E é nessa lógica, desigual e contraditória, que o campesinato, apesar de subordinado ao capitalismo, consegue se reproduzir em sua própria diferença, a partir do conjunto de estratégias, que vão desde resistir, avançar, recuar e se redesenhar como tecido social que se reconstrói a partir da sua própria essência, a essência do ser camponês.

Referências

ABRAMOVAY, R. VEIGA, Eli da. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Instituto de**

Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão nº 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília. Abril, 1999.

BENKO, H. A recomposição dos espaços. **INTERAÇÕES** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, Nº 2, p. 7-12. Campo Grande, 2001.

CHAYNOV, Alexamder V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, José Graziano da Silva. A questão agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981

CHESNAIS F. et al. **Uma nova fase do capitalismo**? Artigo: A 'nova economia': uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. São Paulo: Xamã, 2003.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re) criação camponesa no semiárido paraibano**. João Pessoa, 2011. (Dissertação de Mestrado)- Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa.

COUTO, Alberto Ilha. **Endividamento dos agricultores assentados pela reforma agrária no Estado da Paraíba no período 1990 a 2004**. João Pessoa: [s.n], 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

GIRARD, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**- Presidente Prudente: [s.n], 2008. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

_____. **Espaço e Política**; tradução: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste, o Vietinã que não houve. Ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina/PR: editora da UEL, 1996.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MAIA, Sabiniano. **Sapé sua História suas memórias 1883-1985**. João Pessoa: UNIGRAF, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª Edicação- Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração**: discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP (mimeo), 1999.

_____. **Agricultura brasileira transformações recentes**. Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PAULINO. Eliana Tomiasi. **Geografia Agrária e Questão Agrária**. In:. FERNANDES, Bernardo M; MARQUES, Marta Inez M; SUZUKI, Júlio César (Org). Geografia Agrária teoria e poder. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas. Um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Editora Idéia, 2005

PRONAF. **Decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996** (cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF e dá outras providências). Brasília: 1996.

QUANI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed.Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **O (Des) envolvimento do PRONAF**: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo.

Sobre os autores

Rômulo Luiz Silva Panta – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Atualmente é professor efetivo da rede pública da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Paraíba; **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-5600-640X

Ivan Targino Moreira – Graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1974); Graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1974); Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1978); Doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1982); Pós-doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (2004); Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba; **OrcID –** https://orcid.org/0000-0002-2948-2926

Como citar este artigo

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 90-115, set.-dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Rômulo Luiz Silva Panta** ficou

especialmente responsável pela revisão bibliográfica do desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor, **Ivan Targino Moreira**, pela aquisição de dados, revisão, diagramação dos dados e interpretação das análises.

Recebido para publicação em 02 de setembro de 2017.
Devolvido para a revisão em 27 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 30 de março de 2018.

Juventudes camponesas: protagonizando esperanças, emancipando sujeitos[1]

Alexandre Eduardo de Araujo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bananeiras, Paraíba, Brasil.
e-mail: alexandreeduardodearaujo@hotmail.com

Luana Fernandes Melo
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: luanaagroecologia@hotmail.com

Luana Patrícia Costa Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: luana_gca@hotmail.com

Resumo

O objetivo do trabalho foi elucidar questões inerentes ao protagonismo e percepções dos jovens camponeses nos processos de desenvolvimento rural. Trata-se de um estudo a partir da observação participante junto às atividades da 1ª turma do curso Residência Agrária Jovem, acontecido como parte do Projeto intitulado "Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano'' do PRONERA/UFPB/CNPq. O processo de aprendizagem do projeto foi realizado pela metodologia de alternância em tempos escola e tempo comunidade. Notou-se que o curso fez com que os estudantes enxergassem a força, potencial e coragem que tinham e que estava resguardada. O curso não só contribuiu para o crescimento pessoal dos discentes, mas também para que adquirissem mais conhecimento sobre reforma agrária, agroecologia, agricultura orgânica, elaboração de trabalhos, projetos e outras questões teóricas e práticas. O Residência Agrária Jovem fez com que as juventudes se autoconhecessem, melhorando sua visão política, otimizando a inserção das dimensões ecológica e técnico-econômica no processo produtivo local, e fazendo com que a dimensão social se entrelace em suas vidas para que possam ter melhor qualidade de vida e contribuir para a soberania alimentar.

Palavras-chave: Agroecologia; soberania alimentar; agricultura.

Peasant youth: leading hopes, emancipating subjects

Abstract

The objective of this work was to elucidate issues inherent to the protagonism and perceptions of young peasants in rural development processes. It is a study developed through the participant observation of the activities of the 1st group of the course Youth Agrarian Residence, which took place as part of the Project entitled "Rural Youth: Strengthening Productive Inclusion in the Zona da Mata and Brejo Paraibano" of PRONERA / UFPB / CNPq. The learning process of the project was carried out using the alternating methodology. It was noted that the course made the students see the strength, potential and courage they had and that was previously safeguarded. The course contributed not only to more intimate issues, but also to learners' knowledge concerning agrarian reform, agroecology, organic agriculture, elaboration of works, projects and other theoretical and practical issues. The Young Agrarian Residence made the youths self-conscious, improving

[1]Trabalho desenvolvido com financiamento por meio da chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPQ Nº 19/2014, do Projeto "Juventude rural: fortalecimento da inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano".

their political vision, optimizing the insertion of the ecological and technical-economic dimensions in the local productive process, and making the social dimension intertwine in their lives so that they can have a better quality of life and contribute to food sovereignty.

Keywords: Agroecology; food sovereignty; agriculture.

Juventudes campesinas: protagonizando esperanzas, emancipando sujetos

Resumen

El objetivo del trabajo fue elucidar cuestiones inherentes al protagonismo y percepciones de los jóvenes campesinos en los procesos de desarrollo rural. Se trata de un estudio a partir de la observación participante junto a las actividades de la 1ª clase de la Residencia Agraria Joven, acontecida como parte del proyecto titulado '' Juventud Rural: fortaleciendo la inclusión productiva en la Zona de la Mata y Brejo Paraibano '' del PRONERA / UFPB / CNPq. El proceso de aprendizaje del proyecto fue realizado por la metodología en alternancia. Se notó que el curso hizo que los estudiantes veían la fuerza, potencial y coraje que tenían y que antes estaba resguardada. El curso contribuyó no sólo con cuestiones más íntimas, pero también en relación a los discentes tener un mayor conocimiento sobre reforma agraria, agroecología, agricultura orgánica, elaboración de trabajos, proyectos y otras cuestiones teóricas y prácticas. La residencia agraria joven hizo que las juventudes se permitieran auto-conocer, mejorando la visión política de los mismos, optimizando la inserción de la dimensión ecológica y técnico-económica en el proceso productivo local, y haciendo que la dimensión social se entrelaza en sus vidas para que puedan tener mejor calidad de vida y contribuyan con la soberanía alimentaria.

Palabras-claves: Agroecología; soberanía alimentaria; agricultura.

Introdução

O estudo deste tema tem como intuito fazer uma síntese de observações sobre como os jovens agricultores(as) e filhos(as) de agricultores(as) familiares assentados(as) da reforma agrária e/ou moradores(as) de comunidades rurais, dos territórios paraibanos da Zona da Mata, Borborema e Piemonte, podem enxergar o campo e colaborar para a sua consolidação e encadeamento enquanto espaço emancipatório, já que está havendo um aumento do esvaziamento da população campesina, e como as contribuições do curso de extensão, por meio das dimensões política, técnico-econômica, ecológica e social se entrelaçam em sua vida.

Os fatores que podem fazer parte desse esvaziamento podem incluir a falta de incentivo do governo para maiores investimentos em políticas públicas, carência de extensão rural de qualidade e que realmente chegue aos agricultores, violência no campo, pressão do capitalismo, desvalorização da identidade campesina, avanço da territorialização do agronegócio, interferências dos fatores climáticos, entre outros.

Com isso, o foco central deste trabalho é também dar visibilidade às juventudes camponesas, ao meio onde vivem, aos pensamentos, ideias, trabalhos e ações por eles realizados. Diante de muitas realidades, os jovens podem ser considerados como um fator

chave para o desenvolvimento sustentável do campo e novas conquistas locais e mundiais, já que muitos são autênticos, esperançosos, têm atitude, lutam e fazem produção e comercialização agrícola local com preservação do meio ambiente, ou seja, pleiteiam por uma sociedade melhor e mais justa. É o que se pode depreender das seguintes palavras de Castro (2009):

> No final do século XX e nesse início do século XXI temos presenciado um grande impulso no debate sobre juventude. Permeada por definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como "jovens". Um grande desafio é desubstancializar essas categorias e procurar compreendê-las em seus múltiplos significados.

É relevante lembrar que os desafios que as juventudes do campo enfrentam nascem nas trincheiras das lutas inerentes à questão agrária, em que o acesso à terra, moradia, educação contextualizada, segurança alimentar, laser, meios de produção são requisitos mínimos ao exercício pleno de seus direitos. Um primeiro desafio das juventudes é a preparação para assumir o protagonismo das diferentes bandeiras que constituem o leque de enfrentamentos dos movimentos sociais do campo. Desta forma, trabalhar os fatores inerentes à reprodução social, fortalecendo a identidade campesina, a partir da inserção das juventudes em suas comunidades e na sociedade em geral, faz-se urgente. A esse respeito, convém apresentara a seguinte consideração:

> Hoje, no Brasil, vivemos uma efervescência política, nossos jovens se deparam com desafios ainda maiores, em que não basta ter somente um ambiente equilibrado, as condições de viver, mas também é preciso transformar as relações sociais, políticas, sobretudo na luta por direitos e justiça (SALDANHA; CALIXTO; BERTE, 2015, p. 5).

Com isso, procuram-se elucidar neste trabalho questões inerentes ao protagonismo e percepções dos jovens camponeses quanto ao meio rural a partir da formação desenvolvida no âmbito do curso Residência Agrária Jovem, em seu caráter multidimensional, considerando, nos aspectos de formação, as dimensões política, técnico-econômica, ecológica e social.

Analisando aspectos que envolvem as juventudes

Em 2010, no Brasil, 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam no campo, enquanto 84,35% na zona urbana (160.879.708 pessoas). Entre os municípios, 67 tinham 100% de sua população vivendo no meio urbano e 775 com mais de 90%. Por outro lado, apenas nove tinham mais de 90% de sua população vivendo no campo (IBGE, 2010a). Além

de as pessoas chegarem nas cidades despreparadas para a vida urbana, as cidades não estão preparadas para os contingentes populacionais que nelas podem habitar. Por outro lado, o esvaziamento no campo é uma situação preocupante, que se interliga com vários outros aspectos, como produção, acesso e distribuição de alimentos, monopólio da riqueza, concentração do poder, degradação ambiental e aumento da vulnerabilidade da agricultura familiar.

A agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos no mundo, o que significa dizer que é vital para a solução do problema da fome, que atinge mais de 800 milhões de pessoas e é guardiã de cerca de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo, sendo fundamental para a melhoria da sustentabilidade, dos recursos naturais e do acesso à alimentação, sendo nove em cada dez das 570 milhões de propriedades agrícolas no mundo geridas por famílias, fazendo com que a agricultura familiar seja a forma mais predominante de agricultura e, consequentemente, um potencial e crucial agente de mudança para se ter soberania alimentar e alcançar segurança alimentar sustentável (FAO, 2014).

No Brasil, o censo demográfico mostrou a continuidade do processo de diminuição do volume da população do campo, em que se emigraram 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, contingente que majoritariamente se deslocou para as áreas urbanas, o que denota a preocupação com a soberania e segurança alimentar que o Brasil pode enfrentar, já que a população do campo contribui enormemente para a produção de alimentos, sem falar no crescimento de mortes de jovens associado à violência (IBGE, 2010b). Segundo divulgação feita pelo IBGE (2004):

> Entre 1980 e 2003, a incidência desse tipo de morte entre jovens do sexo feminino sofreu pequena variação: indo de 18 para 22 óbitos a cada 100 mil jovens. Com o sexo masculino o quadro foi outro. No mesmo período, houve aumento de 121 para 184 óbitos a cada 100 mil. Portanto, em 2003, morriam cerca de dez vezes mais jovens do sexo masculino que do feminino.

Historicamente, as juventudes do campo não são focos prioritários para as políticas públicas de juventudes, o que pode contribuir para a emigração. Ao se pensar no esvaziamento no campo, o contexto pode remeter a interferências diretas na biodiversidade, que, segundo Torquato e Berte (2015, p. 64): “O Brasil é responsável por 20% da biodiversidade do planeta. Associada a essa biodiversidade está o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais”. Porém, conforme os referidos autores advertem:

> A desvalorização dessas tradições e da biodiversidade pode expor mais os jovens à violência, as comunidades podem não contar com os jovens para garantir sua sucessão geracional e a transmissão desses saberes, a

> promessa da floresta em pé pode ficar comprometida se não usarmos a biodiversidade e seu valor, o conhecimento tradicional pode se perder, ao longo dos anos, se os jovens não o conhecerem (TORQUATO; BERTE, 2015, p. 65).

Uma verdadeira política de desenvolvimento do campo deve associar a atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação com a oferta de um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do campo, para eles, não uma fatalidade, mas um desejo ou mais uma opção de vida, uma vez que seria interessante, no caso daqueles que pretendem se estabelecer como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente adequada a cada realidade (ABRAMOVAY, 2005).

Para as juventudes campesinas serem protagonistas e emancipadas, elas precisam de um conjunto de fatores, onde modo que é fundamental que reivindiquem e reinventem outras formas de estarem no mundo, mais solidárias, justas, sustentável e com anseios, e vivenciem uma relação de respeito e equilíbrio entre humanidade e natureza, para daí colaborarem com a garantia da soberania alimentar. Que segundo Vinha (2015):

> É na década de 1990 que a soberania alimentar surge enquanto conceito. Foi lançada pela Via Campesina em seu Segundo Encontro Internacional, evento concomitante à Cúpula Mundial sobre a Alimentação, momento no qual a soberania alimentar traduziu-se como enfrentamento e contestação às políticas agrícolas neoliberais impostas pela Organização Mundial do Comércio e pelo Banco Mundial (BM).

Vinha (2015) diz que os movimentos sociais defendem que a soberania alimentar salienta a autonomia dos povos e comunidades e vai muito além da garantia de acesso a qualquer tipo de alimento, sendo uma política em que as famílias camponesas, indígenas e quilombolas recuperam o poder da produção e consumo local de alimentos saudáveis e que não utilizam agrotóxicos, ou seja, de origem transgênica, vendo a garantia da produção e qualidade de alimentos em estreita relação com os sujeitos envolvidos, processo no qual os agricultores visam, querem e têm renda, diferente de outras lógicas que não relacionam agricultura com os meios social, cultural e ambiental. Ainda sobre a soberania alimentar, a Via Campesina Internacional (2014) faz a seguinte consideração:

> Soberania Alimentar é o direito dos povos do mundo para decidir suas próprias políticas alimentares e agrícolas, dando preferência aos sistemas de produção e de distribuição local, nas mãos dos camponeses e agricultores familiares, que atendem a necessidades da população.

De acordo com a Via Campesina Internacional (2015), camponeses e pequenos produtores são responsáveis por mais de 70% dos alimentos consumidos globalmente; com apenas 30% da terra, isso mostra como a agricultura familiar está inter-relacionada com a

soberania alimentar. Explicita que a agroecologia, baseada na soberania alimentar, é uma chamada para mudar o sistema e alimentar o mundo e já que ela não se resume apenas a sustentabilidade, deve-se defendê-la como uma concepção de vida e de mundo, como a linguagem da natureza, e protegê-la dos ataques por parte de empresas, que podem provocar agressões ao meio ambiente, desestabilizar os mercados locais e impulsionar camponeses e agricultores familiares para fora de sua terra e longe de seus territórios, podendo contribuir assim para o esvaziamento do campo.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo a partir da observação participante junto às atividades da 1ª turma do Residência Agrária Jovem , acontecido como parte do projeto intitulado ‘’Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano’’ do PRONERA/UFPB/CNPq, o qual foi desenvolvido nos Territórios da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul e Piemonte da Paraíba, nos anos de 2015 e 2016, com o público formado por 34 jovens filhos e filhas de agricultores familiares assentados da reforma agrária e/ou moradores de comunidades rurais, com idade entre 15 e 29 anos, com ensino médio completo e que já participavam de ações extensionistas, educativas ou organizativas junto à sociedade civil organizada, movimentos sociais ou órgãos do estado.

O processo de aprendizagem do projeto foi realizado pela metodologia em alternância, que se distribuiu em dois momentos educativos complementares e integrados: tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola foi dividido em três módulos de 54 horas cada um, na qual aconteceram aulas teóricas e práticas, totalizado 162 horas. E o tempo comunidade da mesma maneira, foi dividido em 3 módulos, totalizando 160 horas. Os tempos teóricos e práticos somaram em 322 horas.

O intuito do tempo escola foi o de conduzir a aprendizagem a partir de assuntos sobre a vitalização da questão agrária e de produção sustentável com base agroecológica, resgate histórico das lutas vivenciadas pelas pessoas do campo, zoneamento agrícola, agroecologia *versus* agronegócio. Dentre as atividades presenciais desse tempo, foram realizadas visitas de intercâmbios às comunidades e assentamentos com experiências consolidadas de produção, organização, agroindustrialização, cooperativismo e integração com políticas públicas conquistadas pela Agricultura Familiar, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa de aquisição de Alimentos – PAA.

O tempo comunidade foi acompanhado pela equipe de Coordenação Político Pedagógica – CPP do projeto, onde em que os estudantes desenvolveram em sintonia com as dinâmicas locais as atividades definidas no tempo escola, aprimoraram o que já existia em seus devidos locais ou retomaram o que estava parado. Sendo assim, aperfeiçoando e

melhorando as atividades, usaram seus conhecimentos para otimizar seus espaços produtivos mediante relação homem-natureza, interação família-filho, produção orgânica, agroecológica, não utilização de produtos químicos nos cultivos, transição agroecológica, entre outros, e mobilizaram outras pessoas da comunidade acerca da a relevância da agricultura e como ela deve ser estabelecida em prol da emancipação dos sujeitos do campo. Nesse tempo, alguns educandos que moravam em comunidades próximas, optaram por fazer as atividades práticas em grupo.

Os educandos do curso passaram por uma formação contextualizada com suas realidades, a partir da qual se buscou potencializar as vocações existentes, tanto no aspecto teórico quanto prático. Para o ingresso dos educandos no curso, foi efetuada uma seleção, que se constituiu de entrevista oral e redação sobre a necessidade de pessoas que promovessem o desenvolvimento agrário sustentável, solidário e a agroecologia.

A partir das redações feitas por todos os educandos do curso (34) sobre suas principais perspectivas, pensamentos e anseios em relação à agricultura, com eles se inserindo nos aspectos agrários, foi realizado, neste estudo, um levantamento dessas informações que serviram como base para identificar quais as percepções concernentes à agricultura.

Os textos elaborados em redações pelos estudantes trouxeram muitos sentidos de várias realidades, interpeladas de acordo com a vivência e a história de cada pessoa e de acordo com a forma de ler e sentir esses locais por cada um. Tentou-se trazer uma visão geral, mas com partes específicas, diante de uma releitura do que eles passaram na escrita, na partir da qual foi traçado alguns pontos citados e discutidos com mais ênfase pela maioria dos educandos, tentando expressar os pontos na própria linguagem deles, para ser mais fiel ao que foi colocado, uma vez que, os educandos puderam pensar dentro de uma mesma lógica sobre o mesmo item.

Além das percepções identificadas por meio das redações, também foi elaborado um levantamento com todos os educandos do curso, destacando problemáticas que para muitos permeiam os espaços do campo. E, por último, foi feito um recorte do projeto, selecionando 6 educandos, apresentando a contribuição do curso no contexto de vida deles e como o curo colaborou politicamente, técnico-economicamente e socialmente.

Referente ao recorte do projeto, foi realizada uma entrevista aberta, semiestruturada, com os seis educandos, para a qual foi preparado um roteiro com as dimensões dos processos formativos, considerando os aspectos sociais, técnico-econômicos, ecológicos e políticos.

Resultados

De acordo com as percepções de todos os educandos concernentes à agricultura, 24 destacaram o ponto do “fortalecimento da juventude”, como pode ser observado no Gráfico 1, abordando que, para fortalecer, deve haver uma melhoria e/ou criação de políticas públicas, projetos e investimentos no campo. Justificam essa necessidade pela falta de oportunidades para os jovens permanecerem no campo, sem projetos voltados para a realidade deles. Desta forma, ficam impossibilitados de colaborarem e dialogarem com suas realidades, de suas famílias e de suas próprias vidas, assim, alguns ficam desesperançosos e desestimulados de permanecer nesses ambientes.

Gráfico 1: Algumas percepções nos textos dos educandos

Fonte: Elaboração dos autores.

Outro item citado em muitos momentos foi com relação à “qualidade de vida”; 11 chamaram a atenção para a “qualidade de vida” ligada à saúde e à alimentação saudável, mostrando sua importância enquanto jovem para a comunidade e a colaboração que eles podem vir a dar nesses lugares. Já 8 citaram a importância dos recursos naturais e de sua preservação, cuidado, manejo e práticas adequadas.

Quando os educandos colocavam o valor das tradições de cada comunidade, eles citavam as práticas utilizadas e ensinamentos passados de geração em geração. Nesta parte, foi colocada a importância do resgate de algumas práticas alternativas e, em outros momentos, da reavaliação de outras questões, como a utilização de queimadas e o uso de agrotóxicos.

Os educandos explanaram acerca da modernidade e do avanço e uso das tecnologias como fator de grande influência para essa geração, podendo afetar de forma significativa, tanto positivamente como negativamente, a vida de cada um. Alguns se referiram à necessidade do uso dessas tecnologias para as juventudes, buscando maneiras

para que esse mundo tão atrativo possa colaborar mais para o desenvolvimento das atividades no campo, entretanto, contemporaneamente, vem ocorrendo o aumento da degradação ambiental e da utilização dos recursos naturais.

Muitos dos educandos selecionados já estavam em interação com algumas dinâmicas formativas em localidades diversas; outros já possuíam como formação em curso técnico profissionalizante. Diante disso, eles salientaram o uso de práticas alternativas como sendo de sumária importância para as juventudes e suas famílias nos processos produtivos no campo e as necessidades de essas práticas serem alcançadas e socializadas entre os vários sujeitos.

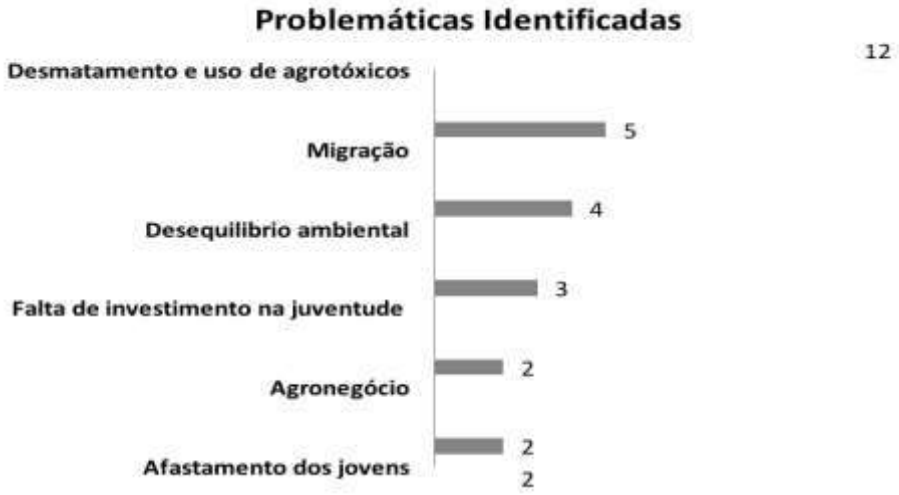
Outra questão o assunto que chamou a atenção é quando alguns deles referem que essas juventudes devem estar ocupando os espaços, participando de discussões para formação de uma consciência política, para dialogar com o campo, contribuindo junto à família, comunidade acampamento e assentamento.

Outros pontos também foram destaques nas percepções dos educandos, como a convivência com o meio, sendo possível entender suas limitações e respeitá-las, a preocupação com as futuras gerações e o lugar que irão deixar para elas.

Eles frisaram ainda a necessidade de diálogo com as juventudes da cidade, os jovens urbanos precisam entender a importância do campo para sobrevivência humana, para a soberania alimentar, sustentabilidade e etc. Ainda, destacaram a valorização das mulheres dentro desse campo, do meio rural, das áreas produtivas, valorização do trabalho e da mulher enquanto sujeito de direito. E, por fim, ressaltaram a economia como fator relevante dentro desses processos produtivos, entretanto, que esta deve conectar-se com os outros tantos fatores, a exemplo dos: sociais, culturais e ambientais.

Além das percepções identificadas, vontades, desejos, anseios, sonhos, os educandos também destacaram problemáticas que por muito permeiam os espaços do campo, cada um em sua realidade, pontuando o que lhe afligia. Dentre estas, foram retratadas problemáticas tais como a preocupação com o desmatamento e o uso de agrotóxicos, como pode ser observado no Gráfico 2. Muitos se inquietam com essa difícil realidade no campo e fazem uma discussão enfocando a importância do trabalho de conscientização dos que ocupam esses âmbitos, pois eles identificam este quesito como imprescindível, pois pode afetar a saúde da mulher, do homem e do meio ambiente.

Gráfico 2: Principais problemáticas identificadas pelos educandos



Fonte: Elaboração dos autores.

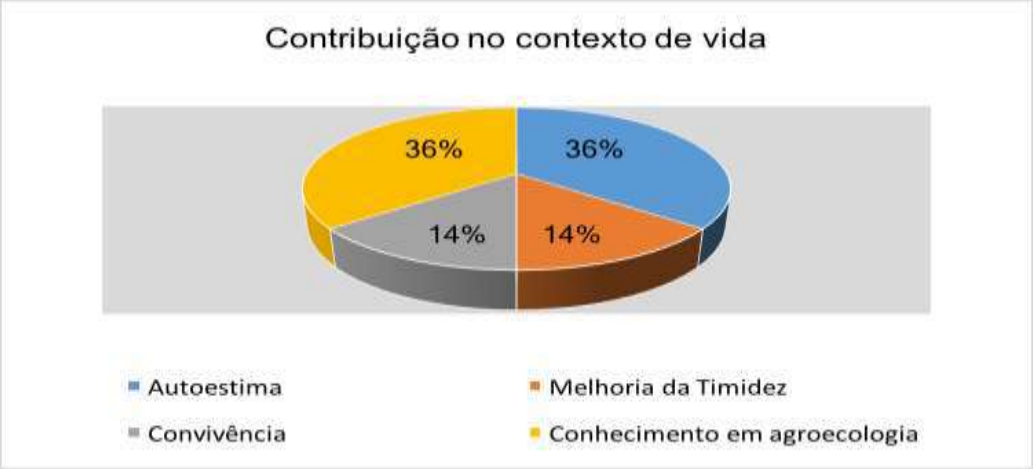
Outra problemática apontada foi a saída das juventudes camponesas para outros lugares, seja pelas configurações citadas acima ou por outros fatores como o não incentivo do governo frente a aspectos de áreas degradadas e matriz antiecológica de produção herdadas pelas comunidades e assentamentos, dificultando o trabalho dos agricultores. Daí, diante da falta de várias possibilidades aos jovens, eles tendem a buscar oportunidades de trabalho e geração de renda fora do campo, nos grandes centros. Assim, fica ainda mais notória a necessidade de processos e de investimentos voltados para as juventudes camponesas, como já foi enfatizado anteriormente.

Alguns dos educandos destacaram os altos investimentos no agronegócio, comparados com investimentos feitos na agricultura camponesa, e se preocupam com o futuro diante disso;, temem que o campo se esvazie pela falta de políticas, pela não valorização desse trabalho que alimenta o povo, temem, mas acreditam que esta realidade pode e já está se redesenhando, buscando novas formas e que, a partir da luta e da formação, será possível ocupar, trabalhar, cuidar da terra e dos povos que nela se encontram, para isso conquistarem a soberania alimentar.

Com isso, é preciso garantir que as juventudes tenham suas demandas atendidas e respeitadas, que os jovens se sintam parte de um processo de decisão e tenham ali depositadas as suas esperanças de um modo mais justo, igualitário e feliz, e que possam colaborar com a sustentabilidade e o desenvolvimento de um país que afirma e reconhece suas juventudes como principais sujeitos desse crescimento (SALDANHA; CALIXTO; BERTE, 2015).

Além de algumas questões destacadas em relação às percepções identificadas e problemáticas vistas pelos educandos, observa-se no Gráfico 3 como o curso contribuiu no contexto de vida das juventudes.

Gráfico 3. Contribuição no contexto de vida



Fonte: Elaboração dos autores.

Notou-se que o curso ajudou na mudança de atitude e de percepção no que se refere a vários fatores e, com isso, fez com que os estudantes enxergassem a força, potencial e coragem que tinham e que antes estavam resguardadas. Atualmente, sabem que podem lutar, batalhar e daí mudar, seja a mudança de uma área, da realidade, do uso de resíduos químicos nas produções, entre outros. Eles agora estão inspirados, autoconfiantes e com senso libertador, viram que o campo não pode mais ser deturpado, nem pelo povo da própria comunidade, achando que o campo e agricultura não têm valores, nem por outras pessoas, de modo que, após o curso, passaram a perceber que a agricultura familiar tem uma grande importância e que os eles próprios podem ajudar mais na sua comunidade.

Outro aspecto relevante observado foi a perda da timidez, pois, como tinham que conviver em conjunto no curso, no tempo escola, e os acontecimentos do dia-a-dia iam sendo compartilhados, a relação com as pessoas, com o passar do tempo, ia melhorando, facilitando e influenciando positivamente o desenvolvimento de cada um.

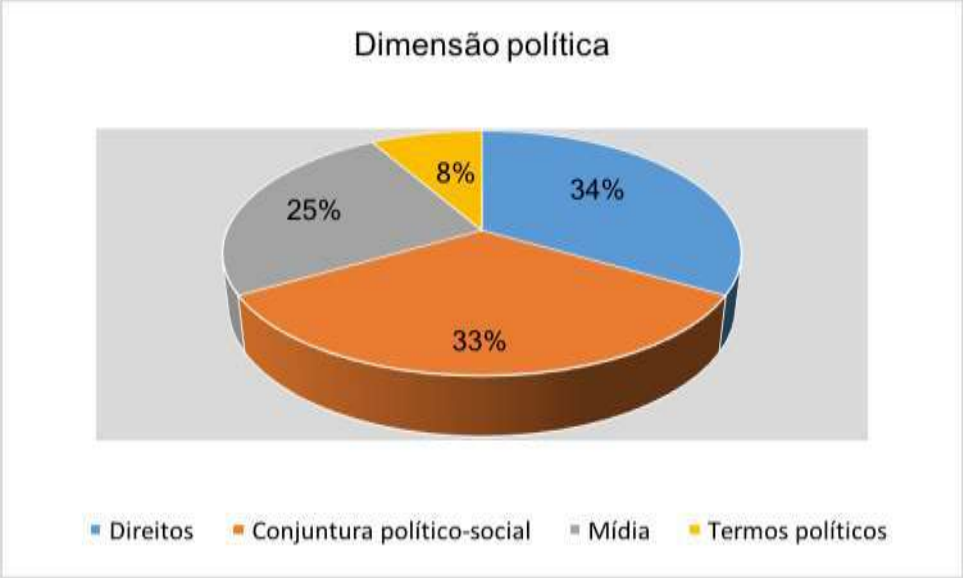
O assunto sobre convivência também foi relatado, da relação muito próxima que tiveram uns com os outros; daí foram se tornando uma família, considerando uns aos outros como amigos e irmãos. Alguns jovens sentem que na Universidade os acontecimentos se dão de forma diferente, que este ambiente não é igual ao espaço que o curso proporcionou. No curso, conseguiam se expressar melhor, se sentiam bastante à vontade e como a realidade dos colegas era basicamente a mesma, isso contribuiu bastante. Também citaram que a convivência com a Coordenação Político Pedagógica (CPP) era muito boa e harmoniosa, o que facilitava todo o processo.

O curso ajudou não só com questões mais íntimas, de caráter pessoal, mas também em relação aos discentes terem adquirido mais conhecimento sobre reforma

agrária, agroecologia, agricultura orgânica, elaboração de trabalhos, projetos e outras questões teóricas e práticas, sendo assim, refletindo assim do mesmo modo nas atitudes e ações diárias, ou seja, na vida.

Da mesma maneira, buscou-se analisar a dimensão política. No Gráfico 4, observa-se como resultou o aprimoramento político dos educandos:

Gráfico 4: Dimensão política



Fonte: Elaboração dos autores.

Dentre os educandos que participaram da pesquisa, alguns discorreram a otimização do conhecimento proporcionado pelo curso; agora sabem sobre seus direitos, a exemplo dos que são relacionados a políticas públicas direcionadas ao camponês, inclusão social, agricultura, saúde, educação, moradia e outros, ou seja, não querem mais ser espoliados pelas classes dominantes e, com isso, estão buscando se empoderar mais, participar mais dos movimentos sociais, associações e buscando uma vida com mais qualidade, através de mais projetos para associação, e de outras lutas, nas quais possam exprimir que a maioria da sociedade não pode ficar em situação carente e difícil enquanto os políticos vivem outra realidade.

Uns educandos passaram a ter uma melhor visibilidade da conjuntura político-social da situação do Brasil atualmente, a entender mais sobre a sociedade capitalista e agronegócio e como eles veem os agricultores familiares e assentamentos, visualizaram a influência que o capitalismo pode vir a causar no mau uso do solo e uso de agrotóxicos e, como consequência, prejudicar a população.

A mídia foi outro fato comentado pelas juventudes, que explicitaram que o que é passado para a população deve ser analisado com cautela, uma vez que costuma mostrar o que é mais conveniente, ou seja, na televisão se vê uma coisa; já a realidade costuma ser

outra. Por fim, em relação a esta dimensão, foi visto ainda que houve um melhor aperfeiçoamento no curso no que diz respeito aos termos políticos.

Outro assunto exposto foi em relação à dimensão técnico-econômica, especialmente no que concerne a aspectos relacionados às formas de produzir com práticas agrícolas sustentáveis e de gerar renda a partir da aplicação de técnicas agroecológicas, conforme demonstrado no Gráfico 5:

Gráfico 5. Dimensão técnico-econômica

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir da instrução obtida, aconteceram trocas de conhecimentos; os estudantes levaram os ensinamentos, principalmente das práticas, não apenas para sua família, mas para vizinhos, amigos, colegas de escola, ensinando plantio, manejo e ministrando cursos de capacitação.

Foi possível enxergar a importância da horta, da soberania alimentar, da produção do próprio alimento, do consumo e venda de produtos sem veneno, sendo assim, os estudantes passaram a querer em continuar realizando as práticas agroecológicas com as hortas em seus assentamentos e comunidades e, se ainda não as realizavam, passaram a querer realizá-las, para terem em vista adquirir sua soberania alimentar.

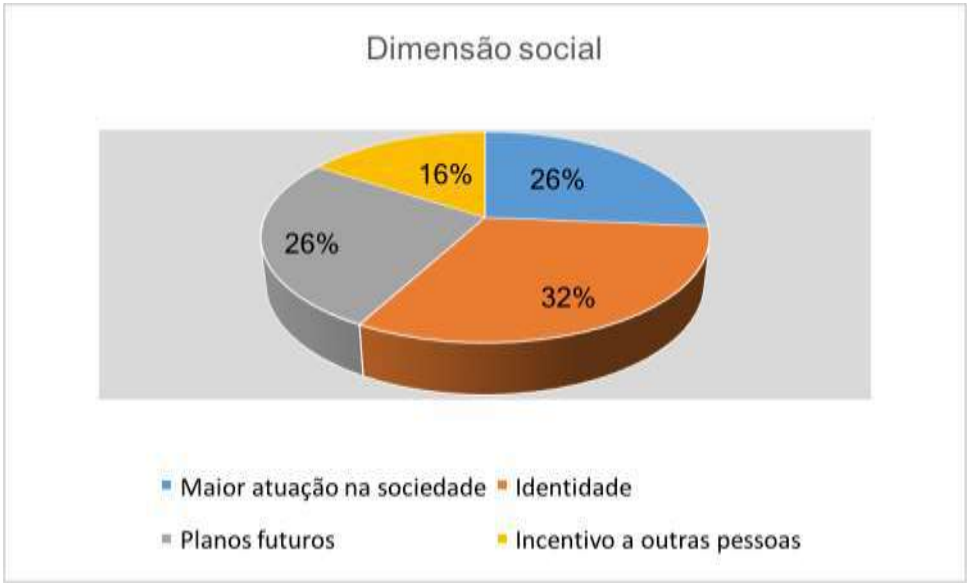
Houve um melhor aperfeiçoamento de algumas práticas nos espaços que os educandos residiam, como do uso das plantas medicinais, cultivos de pastagens para os animais, melhor aproveitamento do terreno, cuidado com a terra, e inicialização de outras práticas, a exemplo do uso de biofertilizantes, compostagem, retirada de agrotóxicos, não realização de queimadas, entre outras.

Sobre o aumento da renda, os educandos relataram que, apesar do grande aprimoramento que tiveram no curso, a elevação da renda foi pouca, mas o suficiente para

continuarem as atividades, outros pronunciaram que ainda não tiveram, mas que as ações estabelecidas no curso foram de extrema relevância, pois gostaram de todo o percurso do curso e ficaram estimulados em se aprofundarem nos estudos. Daí fizeram a seleção e foram aprovados em processos seletivos na área agrária, em cursos técnicos de agropecuária e agroindústria.

Quando se tratou da dimensão social, a interferência do processo de aprendizagem na vida social dos educandos propiciou mais lucidez no reconhecimento de suas identidades e na necessidade de atuação propositiva junto à sociedade, conforme demonstrado no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6: Dimensão social



Fonte: Elaboração dos autores.

Os educandos do curso admitem que estão mais atuantes na sociedade, participando mais da associação, reuniões do sindicato, núcleos de extensão, igreja, marchas, fóruns de reforma agrária, congressos em outros estados, eventos voltados para a agricultura familiar, agroecologia, juventudes e territorialidades, entre outros. Concernente a uma maior atuação, alguns discentes, do mesmo modo, estão fazendo parte da secretaria de direção da escola da comunidade, presidência da associação, representação da juventude em conselhos locais e estaduais. Outro aspecto relevante foi o despertar do interesse para continuarem seus estudos em ambiente universitário, seja em cursos superiores ou em cursos profissionalizantes.

Acerca da identidade, as juventudes redescobriram quem elas são o que gostam de fazer, o que realmente querem da vida, qual o seu papel na sociedade, despertaram seus talentos e habilidades, ainda que hoje em dia se expressam e debatem melhor, com maior segurança referente a diversos temas, como agroecologia, movimentos sociais, meio

ambiente, recursos hídricos, agrotóxicos, reforma agrária, sem receio do que esteja ao redor. Reconhecem-se nos movimentos a partir dos quais já vêm tomando seus espaços e, além de tudo, agora conseguem ouvir e lidar melhor com diferentes sujeitos na sociedade.

Ainda no tocante à identidade, existiu uma ligação com a ideia de mais valorização e reconhecimento da proeminência da família e a tudo que tinha aos seus redores e vice-versa, pois a família e amigos também ficaram felizes com a mudança desses jovens. Uma jovem relatou que até tentou sobreviver fora do campo, mas a experiência não deu muito certo. Os educandos falaram também em liberdade; atualmente, veem o mundo com outros olhares, com mais vontade de desfrutar a vida e sentem orgulho das suas origens e do que realizam, enxergando o campo com outra visão e dando mais contribuição para a comunidade.

Os planos futuros dessas juventudes são muitos, eles ficaram tão incitados que até se inscreveram e já estão fazendo cursos técnicos, de inglês, e pensam em continuar na inserção dos eventos científicos e em fazer cursos de graduação e mestrado.

O incentivo dos jovens a outras pessoas também existiu. Depois da vivência do curso, alguns educandos estão incentivando outros jovens camponeses a participarem de cursos, aprimorarem os estudos, buscando aspectos conhecimentos não só para si, mas para todos e afirmam que um dia as pessoas vão pensar e repensar sobre a importância da agricultura.

O processo de formação proporcionou bons resultados, pois os educandos puderam se enxergar melhor no meio agrícola, sabendo a importância de cada um deles na continuidade da agricultura, especialmente nas que abordam sistemas de produção agroecológicos, de modo que o processo possibilitou que os jovens enxergassem seu papel no campo, percebendo sua relevância também na garantia da soberania alimentar.

A metodologia de alternância e a resolução de problemas reais enfrentados pelos educandos foram essenciais, pois colaboraram para a desalienação, a conscientização, o empoderamento, a instrumentalização e a politização dos jovens nas questões que envolvem a agricultura em seus aspectos gerais, ficando claro aos jovens a infinitude que é a agroecologia, já que influencia enormemente os sistemas de produção que favorecem o meio ambiente e é contra o uso de agrotóxicos, já que provocam grandes riscos à população e ao solo, pois podem ser usados tanto na produção quanto no armazenamento de alimentos.

Percebeu-se que a metodologia de alternância também foi promotora de desenvolvimento das competências cidadã e social, pois fez as juventudes do campo reconhecerem seus valores, saberem que têm muito a coadjuvar no mundo, que são capazes de promover uma melhoria no campo e no desenvolvimento local.

As juventudes puderam entender que são cruciais nos processos agrícolas familiares e que, por meio da soma de construir forças, e juntas podem conquistar a soberania alimentar, em de modo que a cultura, o estilo de vida, o zelo e amor pelas sementes da paixão e pela terra não podem ser tiradas do agricultor, pois a agricultura familiar é vida e cor, podendo gerar harmonia, equilíbrio, paz e saúde.

Considerações finais

O curso Residência Agrária Jovem fez com que as juventudes se autoconhecessem, com novos pensamentos acerca do contexto agrário, melhorando sua visão política, otimizando a inserção da dimensão ecológica e técnico-econômica no processo produtivo local, trazendo a agroecologia como uma bandeira e fazendo com que a dimensão social se entrelaçasse em suas vidas para terem melhor qualidade de vida e para que assim pudessem contribuir para sua própria soberania alimentar.

Com isso, para que as juventudes camponesas possam coadjuvar em suas realidades, elas precisam ter seus direitos assistidos e garantidos, daí poderão desenvolver o potencial para tomarem decisões, fazer escolhas de vida, obter conquistas e realizar as mudanças de que o mundo precisa. Sendo assim, é preciso que a intencionalidade se faça presente nos meios político, social, ecológico e técnico-econômico, refletindo em ações concretas na realidade específica dos jovens do campo, propiciando-lhes espaços formativos para que catalisem suas capacidades em promover o protagonismo nos processos de desenvolvimento sustentável e assegurar soberania alimentar e emancipação política no campo.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”. **Raízes da Terra:** parcerias para a construção de capital social no campo. Brasília – DF, Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ano 1, n. 1, abr. 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud,** Manizales, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2009. Disponível em:http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2009000100008&script=sci_arttext <>. Acesso em: 27 jun. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. ***Innovation in Family Farming.*** Roma: United Nations, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cresce o número de mortes violentas de jovens.** Brasília: IBGE Teen, 2004. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen.html>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. **Censo 2010:** população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Brasília: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=1&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. **Censo 2010.** Brasília: IBGE Teen, 2010b. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/censo/censo-2010.html>. Acesso em: 16 out. 2017.

SALDANHA, A; CALIXTO, D; BERTE, M. A juventude busca pela sustentabilidade: da agenda 21 ao pós-2015. **Juventude e Meio Ambiente**: Revista do Ministério do Meio Ambiente, Brasília, n. 2, p. 5-7, 2015.

TORQUATO, D; BERTE, M. Juventude e Biodiversidade: sociobiodiversidade, patrimônio nacional. **Juventude e Meio Ambiente**: Revista do Ministério do Meio Ambiente, Brasília, n. 2, p. 64-65, 2015.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **16 de outubro, Dia Mundial de Ação para a Soberania Alimentar e contra as empresas transnacionais.** A VIA CAMPESINA, 2014. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/stop-transnational-corporations-mainmenu-76/1677-october-16th-world-day-of-action-for-food-sovereignty-and-against-transnational-corporations>. Acesso em: 12 out. 2017.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **"Nós não temos outra saída do que ganhar soberania alimentar'', Via Campesina na COP21".** A VIA CAMPESINA, 2015. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/-climate-change-and-agrofuels-mainmenu-75/1927-we-have-no-other-way-out-than-winning-food-sovereignty-via-campesina-at-cop-21>. Acesso em: 12 out. 2017.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Revista NERA, Presidente Prudente, SP, Ano 18, n. 26, Ed. Esp., p. 183-203, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3576/2913>. Acesso em: 15 set. 2017.

Sobre os autores

Alexandre Eduardo de Araujo – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (1999); Mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) (2002); Doutorado pela Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) (2006); Atualmente é professor associado do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, do Departamento de Agricultura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Bananeiras, Paraíba; **OrcID** – http://orcid.org/0000-0002-1422-9864

Luana Fernandes Melo – Graduação Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2016); Graduação em Nutrição pela Faculdade Maurício de Nassau (2017); Mestrado em Ciências Agrárias com ênfase em Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2018); Doutorado em andamento em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-0917-0706

Luana Patrícia Costa Silva – Graduação em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2010 Mestrado em Ciências Agrárias com ênfase em Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2014); Doutorado em andamento em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2016); **OrcID** – http://orcid.org/0000-0002-7949-0975

Como citar este artigo

ARAUJO, Alexandre Eduardo; MELO, Luana Fernandes; SILVA, Luana Patrícia Costa. Juventudes camponesas: protagonizando esperanças, emancipando sujeitos. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 116-133, set.-dez. 2018.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Luana Fernandes Melo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Luana Patrícia Costa Silva**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e o terceiro **Alexandre Eduardo de Araújo**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo

Recebido para publicação em 06 de julho de 2017.
Devolvido para a revisão em 18 de abril de 2018.
Aceito para a publicação em 12 de maio de 2018.

As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha – Minas Gerais

Mariana Martins
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: marianaj_martins@hotmail.com

Fernanda Onuma
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Varginha, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br

Resumo

A partir do processo de formação oferecido pela ITCP/UNIFAL-MG à Associação Sabor & Saúde, situada em Varginha, Minas Gerais, busca-se por meio deste trabalho, analisar se já houve evolução na gestão e produção das relações associativistas, por meio da prática de princípios da economia solidária. Busca-se, também, analisar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) beneficiou a agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local. A análise das contribuições se dá a partir da construção teórica sobre economia solidária, desenvolvimento local, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, agricultura familiar e o PAA. Foi realizada uma pesquisa qualitativa. Os dados coletados foram analisados pela técnica de Análise do Discurso, na vertente francesa. Ao final, os agricultores percebem que a atuação da ITCP/UNIFAL-MG contribui para ações coletivas de produção e gestão da Associação, bem como, o PAA promove o reconhecimento do trabalho dos agricultores familiares. Desse modo, tem-se que os agricultores percebem que o PAA junto à economia solidária contribui para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultura familiar; desenvolvimento local; economia solidária; programa de aquisição de alimentos.

The contributions of solidarity economy through ITCP/UNIFAL-MG and the role of the Food Acquisition Program (PAA) to local development: the case of Associtation Flavor & Health, Varginha – Minas Gerais

Abstract

Based on the training process offered by ITCP/UNIFAL-MG to the *Association Flavor & Health Sabor & Saúde* (Association Flavor & Health), located in Varginha, Minas Gerais, this article aims to analyze if there had been an evolution in the management and production of associativist relations through the principles of solidarity economy. Furthermore, it seeks to analyze how the Food Acquisition Program (PAA) has benefited family farming, promoting local development. The analysis of the contributions is based on theoretical construction regarding solidarity economy, local development, Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP), family farming and the PAA. From those concepts, a qualitative research, whose data were analyzed according to the French approach of discourse analysis, was done as means to interpret the understanding of the members of the association on solidarity economy and local development. At the end, the research indicates that the farmers have recognized the contribution that the training process has brought, mostly, to the association management, as well as the importance they grant to the PAA for local development, along with their role as family farmers.

Keywords: Family farming; local development; solidary economy; food acquisition program.

Las contribuciones de la economía solidaria a través de la ITCP/UNIFAL-MG y el papel del *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) para el desarrollo local: El caso de la *Associação Sabor & Saúde*, Varginha – Minas Gerais

Resumen

A partir del proceso de formación ofrecido por la ITCP / UNIFAL-MG a la *Associação Sabor & Saúde* [Asociación Sabor & Salud], en Varginha, Minas Gerais, se busca por medio de este trabajo analizar si ya había habido una evolución en la gestión y producción de las relaciones asociativistas por medio de la práctica de principios de la Economía Solidaria. También busca analizar cómo el *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) [Programa de Adquisición de Alimentos] benefició a la Agricultura Familiar, promoviendo el Desarrollo Local. El análisis de las contribuciones se da a partir de la construcción teórica sobre Economía Solidaria, Desarrollo Local, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), Agricultura Familiar y el PAA. A partir de eso se realizó una investigación cualitativa, cuyos datos recolectados fueron analizados por la técnica del Análisis del Discurso de la vertiente francesa, para interpretación de los datos con relación al entendimiento de los miembros de la asociación sobre Economía Solidaria y Desarrollo Local. Al final, concluimos que es perceptible por los agricultores la contribución que el proceso de formación viene trayendo, principalmente, a la gestión de la asociación y, también, la importancia que ellos confieren al PAA para el Desarrollo Local, así como la actuación de los mismos como agricultores familiares.

Palabras-clave: Agricultura familiar; desarrollo local; economía solidaria; programa de adquisición de alimentos.

Introdução

Quando se trata da questão do meio ambiente e de seu uso para a produção de alimentos na agricultura familiar (AF), cada vez mais se tem buscado uma relação de equilíbrio por meio da sustentabilidade, valorização do saber local e desenvolvimento sustentável. Uma possibilidade de relacionar o modo de produção de alimentos à gestão é pela via da prática da economia solidária (ES)

Uma das práticas de atuação da economia solidária é por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que atuam na geração de trabalho, renda e formação de empreendimentos econômicos solidários, vivenciando os princípios de tal economia, dentre eles, o desenvolvimento local. Neste sentido, apresentamos este estudo sobre o processo de formação em economia solidária, dado à Associação Sabor & Saúde, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Campus Avançado de Varginha, Minas Gerais (ITCP/UNIFAL-MG). Assim, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto à agricultura familiar em seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento local; e, de

modo conjunto, busca-se compreender como a economia solidária tem se tornado prática no cotidiano da Associação.

Este estudo se torna relevante uma vez que busca enfatizar a importância da economia solidária na geração de trabalho e renda, bem como auxilia a construção de uma economia sólida que valoriza a produção de determinada região e, consequentemente, no desenvolvimento local.

Para a construção da pesquisa, o presente trabalho foi dividido em dez partes, contanto esta introdução. Primeiramente, apresenta-se a economia solidária como modo de produção, organização e gestão com base em valores solidários, cooperativistas e coletivos, tanto para as relações de trabalho, como modos de vida em prol da geração de trabalho e renda. Em seguida, tem-se as práticas dos princípios da ES por um de seus atores, as ITCPs, as quais atuam no cenário das universidades, promovendo ações extensionistas para a formação de empreendimentos econômicos solidários. Com relação as ITCPs, traz-se a incubadora que realiza o trabalho com a associação objeto de estudo, a ITCP/UNIFAL-MG. Baseado nos princípios da ES, fala-se do desenvolvimento local, que atua na promoção das cadeias curtas de produção e valoriza os produtores de determinada região. Ligada ao desenvolvimento local, a agricultura familiar surge como contexto de tal desenvolvimento e atividade econômica e produtiva, fortalecida por meio da política pública do PAA. Brevemente, apresenta-se o PAA do município de Varginha-MG, expondo a aproximação de tal política pública com o desenvolvimento local e geração de venda ao ser implementada.

Em seguida, apresenta-se a metodologia e as análises, relacionando o processo de formação em economia solidária ao desenvolvimento local, à gestão, organização e comercialização dos produtos agrícolas, evidenciando esta relação no plano de desenvolvimento local da agricultura familiar. Por fim, nas considerações finais, traz-se as ações da ES, por meio da ITCP/UNIFAL-MG, que contribuem para a promoção desta economia, juntamente a Associação Sabor & Saúde, ao valorizar seu trabalho associativo no desenvolvimento local, mediante a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos**.**

Economia solidária

A economia solidária tem sua origem ligada ao movimento cooperativista do século XIX. Durante a Revolução Industrial na Inglaterra, essa nova forma de organização trabalhista era vista como saída para as condições precárias de trabalho dos operários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A experiência bem sucedida dos operários das fábricas inglesas se deu com criação da cooperativa de tecelões, conhecida como Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Essa relação da origem da economia solidária com o movimento cooperativista do século XIX construiu seus valores e princípios, caracterizando tal economia como uma alternativa para os marginalizados do mercado. E mais, viam nesta, uma forma de promoção socioeconômica e geração de trabalho e renda. O modo de produção e gestão cooperativista contribuiu para os moldes da gestão e dos princípios que permeiam a economia solidária, como a cooperação, autogestão e a democracia. Surge assim, uma nova forma de gestão, a autogestão (SABOURIN, 2014). A autogestão é uma prática gestionária com origens em experiências políticas dos governos da Iugoslávia e Espanha. A partir de experiências coletivas de trabalho, a proposta da autogestão subverte as formas de organização do trabalho e dos processos decisórios, extinguindo as tradicionais hierarquias. Mas sim, gestão e organização coletivas e, de mesmo modo, a propriedade dos meios de produção (SINGER, 2011).

Mais do que uma proposta de geração de trabalho e renda, a economia solidária atua com valores contrários aos do sistema capitalista, trazendo para a sociedade modos de vida mais solidários e de cooperação. Em contraposição a lógica exploratória, competitiva e consumista do capitalismo, a economia solidária propõe a prática de um modo de vida, consumo e de relações de trabalho, baseados na solidariedade, cooperação, sustentabilidade, consumo consciente, autogestão, coletividade, desenvolvimento local, valorização da diversidade e valorização do ser humano (FRANÇA FILHO; LAVIILE, 2004)

A organização do trabalho e do modo de produção para a geração de trabalho e renda, principalmente vista como emancipação e inclusão, chegaram junto à economia solidária ao Brasil nos anos 1970. Mas somente na década de 1990 que a economia solidária ganhou forças no Brasil. Nessa época, o país apresentava uma economia desestruturada, altas taxas de desemprego e desigualdade social significativa mediante a má distribuição de renda. Além de uma saída para aqueles que estavam desempregados ou no mercado de trabalho informal. Inseridos nesta nova proposta de economia, passam a trabalhar em um novo modo de produção, baseado em valores mais solidários (SABOURIN, 2014).

Na esteira do movimento da economia solidária no Brasil, suas práticas e ações foram mobilizadas devida à atuação das entidades de apoio e fomento, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e também pelos seus atores, como as Cáritas do Brasil, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Projetos Alternativos Comunitários (PACs), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as Universidades na atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (FRANÇA FILHO, 2013).

Dentre os atores da economia solidária, vê-se o desenvolvimento das atividades das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, bem como suas propostas de trabalho.

Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs)

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares se constituem como atores da economia solidária promovendo suas práticas e ações. Assim, as ITCPs trabalham com uma proposta de auxiliar na geração de trabalho e renda por meio do assessoramento à formação de empreendimentos econômicos solidários, como associações e cooperativas. Além disso, atuam na formação constante, interna e externa, por meio da economia solidária, de processos educativos de formação e na militância política, ao participarem ativamente de diferentes fóruns. Segundo o Estatuto de Rede de ITCPs, Art. 2º apud Guerra (2008):

> As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Economia Solidária. As incubadoras buscam articular multidisciplinarmente áreas de conhecimento de universidades brasileiras com grupos populares no intuito de gerar trabalho e renda (ESTATUTO DA REDE DE ITCPS, ART 2 apud GUERRA, 2008, p. 14).

A análise do caso específico da atuação das ITCPs para o assessoramento de formação de associações e cooperativas e, consequentemente, para a geração de trabalho e renda, mostra o importante papel das incubadoras para a promoção socioeconômica da sociedade, sua contribuição no desenvolvimento local, no resgate da identidade dos indivíduos envolvidos no processo e em sua emancipação. Tais fatores remetem à volta de condiçõesde trabalho e vida dignos, que concretizam o papel importante das ITCPs enquanto atores em constante atividade nas práticas da economia solidária (GUERRA; PEREIRA, 2010).

Além disso, as incubadoras atuam em um processo constante de formação educacional dialógica ao construírem seu trabalho com os empreendimentos econômicos solidários; o mesmo processo acontece na formação interna das ITCPs, como prática de um ator da economia solidária. Com isso, ocorre a construção de uma consciência política, o questionamento crítico das injustiças sociais, trazendo para o ambiente de formação dos empreendimentos a discussão dos novos valores trazidos pela economia solidária (CALBINO; PAULA, 2010). Esse processo se dá por meio da construção de um processo educativo constante, em que a troca e a formação do conhecimento transformam a realidade dos indivíduos na sociedade (GUERRA, 2008).

A atuação das ITCPs dentro das Universidades se faz por meio da proposta educacional do tripé universitário, composto por ensino, pesquisa e extensão. As atividades das ITCPs são caracterizadas como ações extensionistas. Esse tripé é ressaltado na

Constituição Federal como indissociável para o caráter de aprendizado dentro das Universidades, caracterizado como princípio orientador da produção acadêmica devido a sua tridimensionalidade, pautada na ética, autonomia e competência dos ali envolvidos (GUERRA; PEREIRA, 2010) A prática desenvolvida pelas incubadoras demonstra seu papel como atuante na perspectiva dos valores e princípios da economia solidária, como é o caso da ITCP/UNIFAL-MG.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais- *Campus* avançado de Varginha (ITCP/UNIFAL-MG)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais- *Campus* Avançado de Varginha foi instituída no ano de 2010 com o objetivo de promover ações e práticas acerca da temática da economia solidária. Composta por uma equipe interdisciplinar, é formada por discentes e docentes da UNIFAL-MG *Campus* Varginha. Suas atividades externas são para a geração de trabalho e renda por meio da formação de empreendimentos econômicos solidários, como associações e cooperativas. O que remete ao conceito dado por Singer (2011, p. 123) às incubadoras:

> As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. Desde 1999, as ITCPs constituem uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidades acompanha e assiste às cooperativas, numa atividade que, em muitos aspectos, se assemelha aos das ITCPs. (SINGER, 2011, p. 123).

O assessoramento destes empreendimentos acontece por meio de uma metodologia própria de incubação. Esta se define em três fases a serem seguidas: Pré-Incubação, Incubação e Mantenedora. A fase de Pré-Incubação é a qual os formadores da ITCP/UNIFAL-MG fazem diagnósticos de grupos que possivelmente serão incubados. A segunda fase denominada Incubação, é a prática do processo de formação dado pela incubadora aos empreendimentos econômicos solidários. Nesta fase, a incubadora desenvolve diversos cursos de formação junto com os grupos a fim de trabalharem sua capacitação e seu processo educativo, a partir de assuntos que partem de suas demandas. Na última fase, a Mantenedora, os grupos se encontram estruturados, formalizados, com a prática da gestão consolidada,

com as relações de trabalho coletivas e de cooperação. Desta fase em diante os grupos passam a vivenciar ativamente o cotidiano da economia solidária. ,

Atualmente, estão em atividade os processos de formação dos seguintes grupos: Associação Sabor & Saúde, Varginha-MG, com produtores da agricultura familiar e integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal; grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI), Poço Fundo-MG, constituído por agricultoras familiares, produtoras de café e rosas orgânicas, e artesanatos com subprodutos do café. Outros três processos de formação estão sendo iniciados com os grupos: Associação das Mulheres Empreendedoras do Café da Mantiqueira (AMECAFÉ), Cambuquira-MG, com produtoras de café; Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (COCAMINAS), Poço Fundo-MG, com produtores e produtoras de café; e, a Associação de Associações de Artesanato de Varginha, Varginha-MG, com artesãos e artesãs do respectivo município. Além desta atuação de assessoramento externa, a ITCP/UNIFAL-MG trabalha constantemente na sua formação interna através do grupo de estudos “Economia Solidária em Debate”. Também junto à comunidade acadêmica, é realizado o Clube de Trocas ITCP/UNIFAL-MG, com o objetivo de repensar criticamente a lógica de consumo vigente no sistema capitalista, além de ser espaço para formação e atividades culturais

Por meio da atuação da ITCP/UNIFAL-MG junto à formação dos grupos que estão no processo metodológico de incubação, temos a prática de um dos princípios da economia solidária, o desenvolvimento local.

Desenvolvimento local

O desenvolvimento local é tido como um dos princípios que norteiam as práticas da economia solidária. É o conceito referente ao desenvolvimento de determinada região, partindo da iniciativa dos indivíduos que ali vivem, em prol da geração de renda e do desenvolvimento do local, por meio de ações coletivas, solidárias e de preocupação com o indivíduo e o meio ambiente, agindo também na lógica do desenvolvimento sustentável (ÁVILA, 2000, p. 60).

Deste modo, no Brasil, a contextualização do desenvolvimento local se dá a partir nos anos 1970, no cenário socioeconômico no momento em que as políticas neoliberais passam a ser diretrizes para as ações governamentais. Em contrapartida, houve um movimento em prol do desenvolvimento local, do desenvolvimento econômico e da geração de trabalho e renda para aqueles marginalizados nas políticas neoliberais (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

A partir do momento que o desenvolvimento local é visto como reconstrução social de um espaço geográfico em prol da base da sociedade, ele contribui para o trabalho e a

sustentabilidade, como instrumento que possibilita práticas de cooperação. Essas práticas resultam em melhores condições econômicas e sociais, promovendo assim, melhores condições de vida aos indivíduos (ÁVILA, 2000).

A mobilização acerca do desenvolvimento local pode ser vista sendo aplicada no meio rural por diversas experiências na América Latina, como no México, Colômbia e Brasil, tendo entre si pontos em comuns que tracem diretrizes principais para planos e políticas públicas que almejem o desenvolvimento local. De acordo com Carvalho (2017, p. 35):

> O fortalecimento das instituições, o governo local e descentralizado, gestão participativa envolvendo todos os atores, acesso ao conhecimento e novas tecnologias, a formalização dos processos garantindo o ingresso nos setores mais desfavorecidos as políticas público-privadas, a atuação conjugada das três esferas do poder público e do setor privado (CARVALHO, 2017, p. 35).

Assim, fica evidente que as ações para o desenvolvimento local chegaram ao âmbito das políticas públicas com foco no meio rural e na agricultura familiar. Mas, tal conquista se deu por meio da mobilização da sociedade civil, principalmente da militância da agricultura familiar, para o desenvolvimento local, segurança alimentar e nutricional. Deste modo, o desejo da população de determinada região em se fortalecer e se desenvolver pela prática de uma atividade produtiva, melhora a qualidade de vida dos indivíduos. Isso provoca ainda a diminuição da desigualdade social do país, promovendo a inclusão do desenvolvimento local como um movimento de interesse por parte da população (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

Um exemplo são as novas discussões sobre o desenvolvimento local no âmbito da agricultura familiar, que visam a institucionalização de políticas públicas para distribuição e produção de alimentos. Essas políticas fazem com que surjam novas oportunidades de mercado específicos para a produção agrícola diversificada (PANDOLFO, 2008). Neste sentido é importante ressaltar que a atuação do Estado seja voltada para a autonomia e descentralização das políticas públicas, construindo-as junto à sociedade civil. Isto fundamenta o projeto nacional de desenvolvimento, contribuindo para a distribuição de renda mais igualitária e para a prosperidade das regiões do país (CARVALHO, 2017).

As políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento local, criam espaços de inclusão social, de produção do conhecimento e de desenvolvimento sustentável. Com isso, a atuação governamental, via políticas públicas voltadas para a agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), atua como forma de contribuição para o desenvolvimento local. Nas palavras de Pandolfo (2008, p. 14) “tem comprovado seu papel dinamizador das economias locais”.

Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

A origem da prática da agricultura familiar no Brasil está atrelada ao processo histórico de concentração de terras nas mãos de poucos, o que resultou na desigualdade social e na má distribuição de renda. E mais, prejudicou os pequenos agricultores, aqueles envolvidos na produção de pequena escala para o desenvolvimento rural e para sua subsistência. Todos esses fatores resultaram em um processo progressivo de diminuição territorial das terras voltadas para a produção agrícola familiar, acentuando o êxodo rural (SILVA, 2011).

O conceito de agricultura familiar deriva de planos interligados que caracterizam a relação do Governo com as áreas rurais do Brasil os estudos na área, as consequências socioeconômicas da política de agricultura familiar e a representatividade dos indivíduos envolvidos nesta atividade (ABRAMOWAY, 2006). Baseado na visão de Abramoway (2006), Silva (2011, p. 4) faz uma leitura dos planos em que se encontra na atualidade a problematização da agricultura familiar no Brasil:

> A valorização da agricultura familiar foi pautada em três planos distintos. O primeiro diz respeito ao *plano intelectual,* devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e captar toda heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar sua relevância econômica. O segundo plano, é o das *políticas públicas,* principalmente após o lançamento do Pronaf e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Essa e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios a milhares de famílias. No *plano social,* por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da agricultura familiar (SILVA, 2011, p. 4, grifo do autor).

As ações voltadas para a agricultura familiar no Brasil se entrelaçam com o desenvolvimento local, em que as práticas deste tipo de agricultura estão intimamente ligadas ao processo de desenvolvimento econômico, por meio da geração de renda, criação de emprego, transferência de capitais e ampliação do excedente de alimentos e de matérias-primas (MAFRA; MAFRA, 2013). Esses fatores relacionados aos três planos apontados por Abramovay (2006) são praticados no âmbito da economia local e nacional, mostrando assim, que a agricultura familiar tem produção significativa no Brasil (MAFRA; MAFRA, 2013). Ademais, estão garantidas as práticas da agricultura familiar por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) à época, atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, sob jurisdição do Ministério da Casa Civil, e pelo Decreto-lei nº 11.326 de julho de 20006, caracterizando o agricultor familiar por:

> [...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que

> 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

A promoção institucional da agricultura familiar no Brasil tem como marco os anos 1990, quando o Governo Federal iniciou o processo de adoção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e mais recentemente, em 2003, a partir do Programa Fome Zero. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), incluído no Programa Fome Zero, teve origem nas políticas públicas do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (CARVALHO, 2017). Tem como objetivo a aquisição e distribuição de alimentos para os indivíduos em situação de insegurança alimentar ou nutricional, concomitante ao desenvolvimento das práticas de fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2010A política das relações comerciais do programa está voltada para o abastecimento de instituições de responsabilidade dos governos, tais como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e escolas. A aquisição dos alimentos é feita pelas prefeituras por meio da modalidade “compra direta com doação simultânea” na qual um grupo formal de agricultores familiares estabelece o abastecimento de entidades consumidoras (SANTOS et al., 2012). E mais, os objetivos que regem a política do PAA, segundo Vieira, Faria e Rosa (2010, p. 10) são:

> Dentre estas políticas está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) componente do Programa Fome Zero e que tem como objetivos: i) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; ii) contribuir para formação de estoques estratégicos; iii) promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Deste modo, o PAA tem como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria nos indicadores de segurança alimentar e nutricionais no Brasil (VIEIRA; FARIA; ROSA, 2010, p. 1).

Partindo dos objetivos e da prática do PAA, tem-se que esta política pública de relações produtivas e comerciais da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento das áreas rurais e da população envolvida na atividade, uma vez que viabiliza canais de comercialização dos agricultores, incentivando tal agricultura e melhorando a vida dos indivíduos envolvidos no programa (MAFRA; MAFRA, 2013). Alinhada à produção os agricultores familiares atuam para promoção do desenvolvimento sustentável, de modo a levar em consideração o respeito ao meio ambiente e às gerações futuras. Para dar sentido a proposta do artigo, apresenta-se brevemente o PAA no município de Varginha-MG, no intuito de dar relevância a tal política pública como promoção do desenvolvimento local.

O Programa de Aquisição de Alimentos no contexto do município de Varginha, Minas Gerais

Primeiramente, faz-se relevante a promoção da agricultura familiar dentro do Estado de Minas Gerais, sendo o segundo estado brasileiro com estabelecimentos voltados para a prática de tal agricultura, representando cerca de 79% da produção agrícola do Brasil. O Sul de Minas, onde se situa o município do presente estudo, é a segunda maior macrorregião do estado com produção agrícola familiar, estando atrás somente do Norte de Minas (IBGE, 2006).

Neste sentido, buscando o estabelecimento da relação entre o desenvolvimento local e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o PAA foi implementado no município de Varginha no ano de 2009 por meio do Convênio nº 705.992/2009 estabelecido entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), à época, e a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD), com foco na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar (RIBEIRO, 2014).

O PAA em questão, abrange a microrregião de Varginha, composta pelos municípios: Elói Mendes, Carmo de Minas, Monsenhor Paulo, Três Corações, Três Pontas, Paraguaçu e Varginha. No entanto, a operacionalização da política pública se concentra apenas em Varginha. Vale ressaltar que, para este estudo, focalizou-se o PAA com um grupo de agricultores específicos, da Associação Sabor & Saúde, por ser um grupo que participa do processo de formação em economia solidária, ofertado pela ITCP/UNIFAL-MG.

A proposta da institucionalização do PAA, para além da questão da segurança alimentar e nutricional, incentiva a produção rural, pois:

> [...] pequenos agricultores têm dificuldade me produzir e comercializar sua produção, criando-se um círculo vicioso, onde sem perspectivas claras de comercializam, terminam por não investir na produção, até porque não têm condições financeiras para esse investimento (BRASIL, 2009).

A intensão em se institucionalizar tal política pública no município visa o incentivo e, consequentemente, o aumento da produção agrícola, diminuindo o êxodo rural. Pois, uma vez que há garantia de comercialização e venda pelo PAA, há mais recursos para serem investidos na produção de alimentos e no aumento da renda familiar (RIBEIRO, 2014). Assim, são objetivos da implementação do PAA na microrregião de Varginha, de acordo com o Convênio nº 70.5992/2009:

> 1) a garantia à alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar e nutricional; 2) fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda; e 3) a

> promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para o consumo no entorno da região produtora (CONVÊNIO nº 70.5992/2009).

Diante da promoção da agricultura familiar por meio do PAA, em 2014[1], ano em que houve uma paralisação na execução de tal política pública, tem-se alguns dados relevantes sobre os beneficiários agricultores familiares do programa. Em 2014, cerca de 71 agricultores estavam inscritos no PAA da microrregião de Varginha (PAA DATA, 2014), sendo que destes, 10 eram da Associação Sabor & Saúde. Das entidades beneficiárias da doação de alimentos por meio do PAA, 37 são do município de Varginha, dentre estas, escolas, projetos de amparo a crianças e adolescentes, projeto de amparo aos idosos, associação comunitária de morados, casas lares, projetos religiosos, associações beneficentes e de assistência social, unidades de saúde, projetos religiosos, creches e pré-escolas e projetos de amparo a pessoas com deficiência (PAA DATA, 2014).

A respeito do PAA do município de Varginha-MG, é importante ressaltar também o contexto da época. Em 2014 ocorre uma modificação no repasse do pagamento aos agricultores familiares, que antes feito para a gestão da política pública. A partir dessa modificação, os recursos chegam diretamente aos agricultores, via conta benefício no Banco do Brasil. Ao gestor, cabe apenas programar a recepção anual dos alimentos, recebê-los e emitir as notas ficais[2].

No ano de 2015, posterior ao ano da pesquisa, o PAA teve um corte de 30% no repasse de recursos aos municípios em todo território nacional, devido à problemas no orçamento do Governo Federal. Atualmente, o PAA encontra-se inativo no município, desde o final de 2017, devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal. O que há na cidade é a promoção para a criação do Banco de Alimentos, a fim de continuar recebendo alimentos para doação, evitando perdas e desperdícios[3].

Com relação aos impactos econômicos referentes a geração de renda e volume da produção, evidenciando a diversidade de produção da agricultura familiar[4], busca-se traçar um recorte de 2013 a 2015, para comparar tais variações com o ano de 2014 (data da pesquisa) na relação entre o PAA e o desenvolvimento local[5]. No ano de 2013, foram entregues cerca de 198.380,00 Kg de alimentos, totalizando o valor do recurso em R$

---

[1] Em conversa por telefone com o gestor da política pública do PAA no município de Varginha-MG, o mesmo informara que a paralisação do programa em 2014 se deu pela não liberação do recurso que já havia sido publicado no Diário Oficial da União. O mesmo ficara paralisado por cerca de 4 meses (julho a novembro) em 2014 até a liberação do recurso.

[2] Informações obtidas em conversa com o gestor do PAA do município de Varginha-MG.

[3] Informações obtidas em conversa com o gestor do PAA do município de Varginha-MG.

[4] Dentre os produtos tem alface, abóbora, ovo caipira, rúcula, feijão, couve, chicória, melancia, tomate, mandioquinha, entre outros.

[5] Os números referentes ao PAA do município de Varginha-MG foram disponibilizados pelo gestor da política pública.

349.694,08. Em 2014, no primeiro semestre o PAA funcionou normalmente, gerando no período 410.546 Kg de alimentos, equivalente a R$ 451.287,92.

Após o período de não execução do projeto, ou seja, de julho a novembro, foram entregues em dezembro de 2014, cerca de 23.647 Kg de alimentos, totalizando R$ 40.108,66. Mesmo com a paralisação do programa em 2014, o aumento foi de 40,52% em seus recursos financeiros, enquanto os alimentos arrecadados aumentaram 118,87%. Em 2015, os dados correspondem ao período de janeiro a julho, sendo que foram entregues ao programa 492.884 Kg, com R$ 760.874,57 arrecadados. Ainda que os dados de 2015 sejam parciais, tanto com relação à produção de alimentos, quanto com relação ao repasse aos produtores houve aumentos. A produção de alimentos, teve um aumento de 20% e o repasse financeiro aos produtores, aumentou em 68,60%.

A partir dos dados referentes ao PAA do município de Varginha-MG, bem como da proposta de sua implantação por meio do convênio, busca-se a promoção do desenvolvimento local e da geração de trabalho e renda, junto a segurança alimentar e nutricional. Posteriormente, as entrevistas serão analisadas juntos aos dados apresentados no presente tópico.

Metodologia

A metodologia a ser realizada possui caráter qualitativo para uma pesquisa empírica, referente a uma análise de dados recolhidos para se atender ao objetivo da pesquisa. A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistadas três pessoas, buscando analisar o entendimento das mesmas quanto à relação estabelecida entre a agricultura familiar, o desenvolvimento local, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o processo de formação em economia solidária, iniciado e entre a ITCP/UNIFAL-MG e a Associação Sabor & Saúde. Assim, os entrevistados escolhidos foram três dos fundadores da associação, sendo um deles a presidente e os outros dois, membros ativos na associação bem como em suas atividades e também que possuem alta frequência e participação no processo de formação oferecido pela ITCP/UNIFAL-MG.

O roteiro utilizado foi traçado por uma linhagem crescente de perguntas com base no referencial teórico para relacioná-lo ao objetivo da pesquisa. Deste modo, buscou-se saber o que as pessoas que estão participando do processo de formação já entendem sobre economia solidária e também se é perceptível do ponto de vista dos associados alguma contribuição da ES para a organização dos mesmos. Relacionado também ao processo de formação, foi perguntado se a ES vem sendo mais presente na vida dos agricultores. Sobre desenvolvimento local, perguntou-se o que os associados sabem sobre à sua prática, e

também, o que eles entendem sobre agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O roteiro das entrevistas encontra-se anexado neste mesmo documento.

Referente à agricultura familiar, perguntou-se como os agricultores se sentem como denominados agricultores familiares, uma forma de "*status"* e quais as vantagens e desafios a serem enfrentados por eles. Buscando interligar o PAA ao desenvolvimento local, foi perguntado se existe uma relação entre ambos e qual a contribuição que o programa trouxe para a vida dos agricultores e da associação. Também baseado no programa, foi perguntada da relação que a associação tem por meio do mesmo com a Prefeitura Municipal de Varginha. E por último, se os agricultores têm a percepção de alguma contribuição do processo de formação em economia Solidária para o desenvolvimento local e como ocorre esta relação no caso da Associação Sabor & Saúde.

Neste trabalho, a Análise do Discurso (AD) foi utilizada como metodologia, embora saibamos que a AD constitui, mais do que uma metodologia, um campo de estudos teóricos sobre a linguagem. Mais especificamente, este trabalho busca contribuições da chamada Análise do Discurso francesa, originada por Michel Pêcheux (BRANDÃO, 2004). A linha dos estudos em Análise do Discurso relaciona o discurso a ser interpretado a partir da articulação entre o social e o histórico, onde a linguagem não é somente objeto de estudo, mas também uma forma material da ideologia. Deste modo, tem-se que a Análise do Discurso parte da contribuição da relação estabelecida entre ideologia, história e linguagem (BRANDÃO, 2004).

Estabelecendo a linhagem de interpretação da Análise do Discurso da vertente francesa, e se valendo das suas contribuições para a interpretação de dados qualitativos da pesquisa empírica é que se dará a análise das entrevistas coletadas, baseando-se no contexto inserido na linguagem dos entrevistados e interligando-o com o objetivo da pesquisa.

Análise de resultados

Iniciando a interpretação da análise do material coletado por meio das entrevistas, temos que os três fundadores da Associação Sabor & Saúde possuem o entendimento da economia solidária, por meio da sua prática de gestão participativa de acordo com o que é exposto por Sabourin (2014), e também, como um novo modo de produção, e relação de trabalho, baseados na cooperação e na união solidária entre os associados, como foi apresentado nos conceitos baseados em França Filho e Laville (2004) e Gaiger (2008). Esta percepção do modo de produção, relações de trabalho e gestão para a organização, podem ser percebidos quando os entrevistados 1 e 2 afirmam que:

> *Entrevistado 1: "É uma economia onde a gente pensa em tudo da produção, desde quando foi produzido até o final, até o produto chegar na mesa do*

> *consumidor. Sendo uma economia onde a gente valoriza quem produz, até quem vai comprar".*
>
> *Entrevistado 2:"[...]seria uma união de pessoas montando uma economia, mas que todos participassem iguais, que não tivesse tanta diferença entre uns e outros, já que tá sendo ali uma união, uma associação...que tivesse mais compreensão entre os parceiros".*

Ambos os relatos dos entrevistados mostram a noção de produção presente na economia solidária, uma vez que a entendem como parte de uma produção mais solidária e de cooperação. A percepção sobre "uma união de pessoas montando uma economia, mas que todos participassem iguais [...]" remete à uma contribuição da formação com relação a gestão autogestionária, tendo uma tomada de consciência do entrevistado sobre há não hierarquização do trabalho e da gestão. Mostrando assim, a importância de todos envolvidos na gestão e no processo produtivo da organização para se viver e praticar a economia solidária (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2008; SINGER, 2011; SABOURIN, 2014).

Na mesma linha do entendimento dos entrevistados quanto a contribuição do processo de formação em economia solidária oferecido pela ITCP/UNIFAL-MG à Associação como positiva para a sua gestão, temos também relatos referentes aos interesses dos associados sobre questões de decisões referentes à gestão da associação, buscando a igualdade e democracia entre os membros, como podemos relacionar a,Gaiger (2008), Martins, Vaz e Caldas (2010), Sabourin (2014) e Singer (2011) quando o entrevistado 1 diz que:

> *Entrevistado 1: "[...] teve sim um pouco mais de união nos termos de entrega, falta um.... 'ou' eu tenho aqui, então teve um pouco mais de união nessa parte. Unificou mais o pessoal, porque às vezes faltava, aí tinha que correr atrás, tentar compra na praça que fica mais caro, aí com esse detalhe teve mais união dos produtores, se está faltando um produto pra um, o outro ajuda a repor...nisso, melhorou muito".*

A percepção acerca da união acontece pelo fato de estar havendo tomada de consciência sobre a importância do trabalho coletivo e de cooperação entre os agricultores, colocando em prática a economia solidária e a autogestão. Mostrando assim, que a prática do trabalho conjunto, beneficia toda a cadeia produtiva e, principalmente, a Associação Sabor & Saúde em um todo.

Na linhagem conceitual de França Filho e Laville (2004) e Sabourin (2014), os agricultores têm a percepção mais solidária e democrática na gestão e na produção, observando que a economia solidária já está sendo presente na vida cotidiana dos agricultores, bem como da Associação Sabor & Saúde, quando o entrevistado 3 diz que:

> *Entrevistado 3: "Eu acho que próprio produtor entender e ter entusiasmo de escutar da boca de outras pessoas, de uma faculdade, que eles têm a mesma autoridade dos diretores. Antes, a gente não tinha isso, eles achavam que tinha que ir na associação por ir. Então só de melhorar a mentalidade deles, já está ajudando, que acredito que vãos chegar ao objetivo maior que é de implantar a economia solidária e ter uma boa gestão da associação que hoje ainda tá um pouco falha.".*

Com relação à conceituação do desenvolvimento local apresentada por Ávila (2000) e Martins, Vaz e Caldas (2010) referente a fortalecer a atividade econômica de uma região, a solidariedade entre os indivíduos nela presentes, o desenvolvimento sustentável e a atuação de políticas governamentais que objetivam geração de renda para uma localidade, os agricultores compreendem a noção de desenvolvimento local, quando o entrevistado 2 a interpreta como:

> *Entrevistado 2: "Então, a Sabor & Saúde por ser uma associação da agricultura familiar, e hoje a gente já está participando desses programas do governo que está incentivando, como a gente está aqui, produz aqui e a gente vender na cidade, isso vai fazer acontecer o desenvolvimento nosso na zona rural, da gente ter o dinheiro do que vamos vender, tanto dos alunos que vão receber nossas mercadorias, nossas verduras que são mais frescas do que se a prefeitura comprasse do Ceasa e outros. Então o desenvolvimento local seria bom para os produtores que estão gerando uma renda, como para as escolas que consomem e estão tendo uma boa alimentação, alimentos saudáveis.".*
>
> *Entrevistado 3: "O desenvolvimento local é um desenvolvimento da sociedade né, com boas ações de governo, tanto federal, estadual, municipal.... Ter interesse em fazer as coisas também, senão não vai haver desenvolvimento na sociedade.".*

Sobre o que os entrevistados entendem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a agricultura familiar, eles se firmam nos dizeres de Abramoway (2006); Pandolfo (2008); Santos (2011); Silva (2011); Vieira, Santo e Rosa (2010); Silva e Silva (2001) e Mafra e Mafra (2013) ao relacionarem o desenvolvimento de políticas públicas da agricultura familiar e o contexto histórico da concentração de terra no Brasil, ao contestarem que:

> *Entrevistado 1: "O PAA é a aquisição que já envolve a agricultura familiar, já é um benefício pra agricultura familiar, para não haver deslocamento da área rural que está grande, o êxodo rural... o produtor vai se produzir, fazer a entrega para aquisição de alimentos, distribuindo paras pessoas carentes, ajudando tanto o produtor na sua produção e as pessoas carentes que não podem comprar. As instituições de caridade que são doados esses alimentos e tal. Isso ajuda ambas as partes".*
>
> *Entrevistado 3: "[...] o PAA é uma lei federal que hoje pela verba da PNAE para prefeituras e escolas estaduais, dessa verba são obrigatórias 30% da compra da agricultura familiar. Então, por ser uma lei, hoje a gente tem essa obrigação dos 30% que vem desse dinheiro. Porém, esse dinheiro pode ser comprado mais, se a gente tiver mais produtos para oferecer, que hoje em dia é muito importante ter cada vez mais, porque as prefeituras e escolas podem comprar a mais dos 30% da gente. Então, é uma lei de incentivo a*

> *agricultura familiar para propriamente incentivar o local, manter as pessoas no campo, trabalhando e tendo uma renda no campo.".*

A caracterização dos agricultores e das atividades que eles exercem é de tamanha gratificação para os mesmos, baseando-se na Lei da Agricultura Familiar (2006) da CF/88, quando afirmam que:

> *Entrevistado 1: "Eu me sinto privilegiada, porque eu penso assim, a gente trabalha no campo para pessoas longe da gente, então eu penso que o nosso trabalho da agricultura em si, é um trabalho muito importante, porque toda cidade depende de alimento. Então eu penso que se não for a agricultura para ter o alimento, se não forem os pequenos produtores, até mesmo os grandes, não teria alimento. Então, eu me sinto privilegiada por ser da agricultura familiar, morar na roça, de trabalhar na roça, eu me sinto muito satisfeita".*
>
> *Entrevistado 2: "Olha, eu sinto que o agricultor familiar você sente um tipo de independência, porque você não tem que trabalhar para uma certa pessoa, não é funcionário, é agricultor que você toca aquilo que é teu, você faz o seu serviço. Às vezes, tem alguma dificuldade, mas você não é empregado de um sítio ou fazenda. Então sinto que a agricultura familiar só tende a melhorar a vida do agricultor, principalmente o pessoal, a vida na roça. Porque ele não vai ser funcionário de uma fazenda, ele vai trabalhar naquilo que é dele".*
>
> *Entrevistado 3: "Agricultura familiar para mim é o trabalho meu e dos meus filhos juntos, envolvendo toda minha família né, então por exemplo, eu acho que eu pratico agricultura familiar, porque eu toco meu pedacinho de terra junto com meus filhos, então eu acho que é isso e vejo os vizinhos que fazem o mesmo variando a produção".*

Tais afirmações dos entrevistados sobre a importância do sentido para eles de serem agricultores familiares, remete a um contexto socioeconômico de empoderamento e reconhecimento da sua atividade, mediantes ações governamentais que valorizam a agricultura familiar, de acordo com Abramoway (2006) Carvalho (2017); Silva e Silva (2011); Silva (2011); Santos (2012). Pois, no contexto histórico da agricultura do país, a agricultura familiar há muito tempo vem perdendo espaço para os grandes produtores e para a industrialização agrícola e tecnológica no campo, como podemos basear em Abramoway (2006).

Com relação às contribuições de PAA para o desenvolvimento local, os dizeres dos entrevistados estão baseados nos conceitos de Silva (2011) e Pandolfo (2008), onde os autores dizem que as políticas públicas para a agricultura familiar são de extrema importância para o resgate da agricultura familiar e como prática da geração de renda, e também, que o desenvolvimento local se pauta em ações deste tipo, que promove um desenvolvimento socioeconômico em uma região, respectivamente. Os entrevistados se baseiam em tais conceitos quando dizem sobre a relação do PAA com o desenvolvimento local:

> *Entrevistado 3: "Enxergo, porque se você tem um ponto de venda garantido pelo governo, vai melhorar o desenvolvimento local, porque o mais difícil de toda uma cadeia produtiva é comercializar. É vender o produto, desde que você venda, você vai tentar ter um custo maior, uma venda maior. Eu acho que ele vai ajudar o desenvolvimento local, porque se a comunidade está vendendo, está produzindo, tem que melhorar, de alguma forma vai melhorar.".*

Quando o entrevistado 3 afirma que o PAA é "um ponto de venda garantido [...] vai melhorar o desenvolvimento local [...] ele vai ajudar, o desenvolvimento local, porque se a comunidade tá vendendo, tá produzindo, tem que melhorar [...]", a questão do ponto de venda, da venda, ou seja, da comercialização e da produção, mostra que tal política pública possibilita novos canais de comercialização, gerando renda e aumentando a produção, promovendo assim, o desenvolvimento local, de acordo com Brasil (2009), Ribeiro (2014), Pandolfo (2008) e o Convênio nº 705,992/2009. A questão do desenvolvimento local atrelada ao PAA na fala do entrevistado, especificamente, no caso do município de Varginha-MG é compatível com os objetivos do Convênio nº 705.992/2009 por promover por meio do PAA a possibilidade também do escoamento da produção local. Esta prática do programa, também condiz com a economia solidária, pois a mesma também condiz com a promoção das cadeias curtas de produção. E como contribuição para a Associação, quando afirmam que:

> *Entrevistado 2: "Ele deu mais esperança para os produtores. Porque a gente além, de enfrentar várias barreiras climáticas que a gente já está passando, então é uma renda a mais, que todo mundo que hoje vende no PAA, é gente que já trabalhava com hortifrútis, que já tinha o seu mercado local, seja no sacolão, supermercado em si, na feira. Aí vem o PAA e traz uma renda a mais para o produtor, é onde dá aquela sobrinha pra investir tanto em melhoria da qualidade de vida, ou o próprio maquinário para uma produção melhor, então é uma renda a mais que vai incentivar os produtores."*

Também na fala acima, podemos perceber que, as maiores contribuições do PAA condizem com a estrutura da política pública como um todo, especificamente com relação ao município de Varginha-MG, pois, pelo Convênio nº 705.992/2009 os objetivos do mesmo com a implantação do programa tanto na cidade quanto na microrregião de Varginha, fazem referência a geração de trabalho e renda o que condiz com "uma renda a mais", onde, a mesma, possibilita aumento da produção por meio de investimento, como no maquinário, na qualidade de vida e na diversidade de alimentos, como o próprio entrevistado 2 diz.

Além das referências legais, podemos também perceber pelos documentos disponibilizados pela gestão do PAA do município de Varginha-MG que há aumento do fluxo da renda e da quantidade e diversidade de alimentos entregues ao programa. Vide exemplo dos dados do agricultor/entrevistado 3, produtor de alface, almeirão e banana entre outros, em 2013 entregara ao PAA cerca de 1.998 Kg de alimentos, correspondendo a R$3.351,58, ou seja, 1,007% do total de alimentos produzidos e entregues ao PAA. Em 2014, ano em que

o programa fora paralisado por um período, tal agricultor/entrevistado entregou ao programa 2.182 Kg de alimentos, correspondendo a R$1.582,77. Tais valores de 2014, equivalem a quantidade de produtos e ao valor gerado de renda, respectivamente a 9,21% e -52,77%. Apesar de ter havido aumento da quantidade de produtos entregues, a diversidade diminuiu e também a renda gerada, o que pode ter relação com o período em que o programa não foi executado. Já em 2015, ano posterior ao ano da pesquisa, apenas com os dados do primeiro semestre, foram entregues 6.630 Kg pelo agricultor/entrevistado 3, correspondendo a R$6.555,93. Do ano todo de 2014, comparado ao primeiro semestre de 2015, houvera um aumento de 203,85% nos alimentos produzidos que foram entregues ao PAA e, aumento de 314,20% da renda gerada ao produtor.

Tais valores expressivos dos aumentos tanto da produção quanto da renda de 2015 com relação a 2014, mostram que, o período de ausência da execução do programa interfere na atividade agrícola de produção de alimentos, bem como na renda dos agricultores. E que, a partir da retomada regular do programa no primeiro semestre de 2015, que o PAA ator da promoção da agricultura familiar e, consequentemente, do desenvolvimento local, por viabilizar arrecadação de alimentos dos agricultores locais, faz com que haja maior produção e diversidade de produtos e, a partir da aquisição do mesmos, que haja maior geração de renda aos agricultores familiares, estando compatível com Brasil (2009), Ribeiro (2014) e o Convênio nº 70.599/2009.A noção de governo presente nas entrevistas tem como entendimento dos agricultores uma segurança para a continuidade da sua produção, ou seja, o governo está como mediador das políticas públicas, agindo como interventor da economia, como nos mostra Calbino e Paes de Paula (2010). Neste mesmo sentido, a segurança com relação ao governo também se faz referente a proximidade estabelecida entre Governo Federal e Governo Municipal ao estabelecer por meio do Convênio nº 70.5992/2009 objetivos e diretrizes para a execução do PAA no município de Varginha. Também, o repasse direto dos valores das vendas aos produtores por meio da Conta Benefício do Banco do Brasil, assegurara a confiança quanto ao pagamento. No entanto, vale ressaltar que, no ano de 2014 e atualmente, há descontentamento com a atuação do Governo Federal, devido aos períodos de ausência de execução do programa, o que implica em diminuição da renda dos agricultores familiares. Tal descontentamento mostra que, ainda que o PAA seja uma política pública para a promoção do desenvolvimento local, geração de renda e incentivo à produção da agricultura familiar, questões burocráticas e de contingenciamento de gastos, prejudicam os produtores e a região. Podemos perceber que a falta dos recursos do PAA são um dos desafios enfrentados pela agricultura familiar no município, como nos disse o entrevistado 3:

> *Um dos principais desafios da agricultura familiar, é que tem um lado que ajuda, mas tem outro que não...No caso do PAA, está praticamente parado*

> *desde junho e não pego mais...então é um desafio muito grande par o produtor, que fiao na expectativa, porque plantou, perdeu mercadoria, então é um desafio grande.*

Na fala do entrevistado 3, percebemos que a segurança dada pelo PAA faz com que os agricultores tenham em tal política garantia de comercialização fixa e constante e de geração de renda. Em outro sentido, podemos perceber que, a questão da perda de mercadoria, pode estar ligada não somente a falta de local para escoamento da produção, como também, possui respaldo na questão da segurança alimentar e nutricional das pessoas que recebem os alimentos pelo PAA do município de Varginha-MG, bem como, traz à tona, outro princípio da economia solidária envolvido nas questões de produção, do desenvolvimento sustentável (ÁVILA, 2000; GAIGER, 2008; SILVA; SILVA, 2011).

> *Entrevistada 1: Agora de desafios, a gente tem com relação aos grandes produtores e atravessadores, que as vezes querem comprar nossa mercadoria com baixo custo e revender a um maior custo, por ter uma logística de entrega, é um pouco de dificuldade que a gente ainda enfrenta desses atravessadores.*

Ainda com relação aos desafios, percebemos que ainda a presença de atravessadores e a falta de incentivo a compra dos produtos locais e pontos de comercialização fixos na cidade, como as feiras, são pertinentes aos agricultores, como nos mostra a falar acima da entrevistada 1. Isto remete à duas vias de compreensão: uma, em que, o PAA garante uma via de comercialização dos produtos, gerando renda e, consequentemente, contribuindo com o desenvolvimento local e com a promoção da agricultura familiar no município. E outra, em que, ao perceberem os agricultores a necessidade de espaços que não dependam de atravessadores, mostra que os mesmos têm a noção de que a agricultura familiar por meio de cadeias curtas de produção e comercialização promove de maneira mais benéfica tal agricultura, como é o caso da economia solidária.

E por fim, sobre as contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local, relacionados às atividades da Associação Sabor & Saúde, os agricultores mencionam a prática da participação por meio de maior interesse para a gestão, como é abordado por França Filho e Laville (2004), Guerra e Pereira (2010), Sabourin (2014) e Singer (2011;) a questão do desenvolvimento local, como um desenvolvimento da região, da sociedade e da sua economia e também para a geração de renda, como é conceituado por Ávila (2000). Os agricultores afirmam que:

> *Entrevistado 1: "Enxergo sim, é um aprendizado que você só vai trazer o que é bom para o desenvolvimento local. Um exemplo, toda economia, o nome já fala, economia, vai proporcionar um maior lucro, maior renda, então ela vai trazer benefícios para o desenvolvimento social, sem dúvidas, se você, vai*

> *tirar o produtor daquela situação de aperto, de pouco recurso, ele, se ele tiver a ES a produzir mais, a ter mais conhecimento, ele...automático, ele vai melhorar o meio dele, o desenvolvimento local.".*
>
> *Entrevistado 3: "[...]além de contribuir par o pessoal continua a viver no campo, porque ele vai ser valorizado, vai ser valorizado o produto de cada um, cada uma vai querer trabalhar, incentiva a pessoa a trabalhar no campo. Ela vai ter a valorização do seu trabalho, porque antes a gente tinha muito na zona rural exploração de trabalho, e a não valorização de trabalho. Então, se hoje na associação a gente trabalha para vender aquilo que a gente tem, se eu não trabalhar para ter, eu não vou ter para vender. Pela economia solidária, aquele trabalho meu, o produto meu vai ser valorizado, todo mundo que está na associação, essa valorização do campo, ajuda a gente a ficar no campo e valorizar nossa agricultura.".*

O sentido atribuído pelos agricultores ao desenvolvimento local o remete como um princípio da economia solidária, pois as riquezas produzidas em uma determinada região, permanecerão na mesma. Contribuindo assim, para a geração de trabalho e renda do local e pela valorização da produção e do trabalho do mesmo, como vimos em Singer (2011), Martins, Vaz e Caldas (2010) e Sabourin (2014). Havendo uma cooperação e solidariedade dos agricultores em promoverem esse desenvolvimento e aumentarem seu mercado e o reconhecimento de seus produtos e da associação.

A valorização da produção, acarreta na valorização do agricultor pelo próprio trabalho, fazendo com que ele se incentive a trabalhar mais e a produzir mais alimentos por meio do PAA, como podemos perceber na fala do entrevistado 3. Isto porque, o PAA possibilita a promoção do comércio local e, consequentemente do desenvolvimento local. Também, ao valorizar o trabalho do agricultor familiar, contribui para que haja permanência do homem e da mulher no campo, diminuindo o êxodo rural (RIBEIRO, 2009; Convênio nº 70.599/2009).

A interpretação das entrevistas seguindo a linhagem da Análise do Discurso Francesa nos leva a uma melhor compreensão da relação sujeito-autor mostrando que existe entre os agricultores um entendimento sobre a economia solidária, desenvolvimento local, o Programa de Aquisição de Alimentos e a agricultura familiar. Pois, pela linhagem da contextualização histórica, relacionada à linguagem, os agricultores têm a noção da aplicabilidade dos conceitos no cotidiano do trabalho, da gestão da Associação e das suas relações comerciais. Pela análise feita, pode-se dizer que eles estão ativamente vivendo as práticas abordadas no conteudismo do discurso pelo seu sentido e não pela troca de informações.

Considerações finais

Sabendo-se que a economia solidária teve sua origem no movimento cooperativista do século XIX e da forma como esta economia se organiza na sua gestão, relações de trabalho, produção e como modo de vida, são nítidas as contribuições que a ES já vem trazendo ao ambiente da Associação Sabor & Saúde, principalmente no que diz respeito a uma maior participação e interesse por meio de seus membros. Principalmente no que tange a buscar participação mais ativa na associação e nos processos de tomada de decisões, visando a cooperação, solidariedade e a autogestão. Vale ressaltar que tal percepção sobre a economia solidária ainda é mínima, mas relevante, pois o processo de formação oferecido à Associação pela ITCP/UNIFAL-MG estava em seu começo à época da pesquisa e ainda serão abordados vários cursos que possam vir a contribuir para um entendimento mais consolidado.

É importante compreender que mesmo a economia solidária contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento local, os agricultores têm a noção sobre como o Programa de Aquisição de Alimentos e a agricultura familiar contribuem para tal desenvolvimento, e que ambos dependem da atuação de políticas públicas que valorizem essas atividades e que, consequentemente, trarão benefícios para o desenvolvimento local, como podemos ver especificamente no caso do PAA do município de Varginha-MG em que o Convênio nº705.992/2009 que implementa o programa, tem como um de deus objetivos a promoção do desenvolvimento local Isto porque, a agricultura familiar ainda se encontra defasada nas relações de mercado diante do agronegócio, dos atravessadores e dos limitados espaços de comercialização. Promover para além de políticas públicas como o PAA canais curtos de comercialização, não somente agregariam no desenvolvimento local, como também, promoveriam a agricultura familiar, incentivando-a e gerando renda aos agricultores familiares.

Desta forma, podemos perceber que existe uma dependência da agricultura familiar das políticas públicas, para que ela possa contribuir para o desenvolvimento local. Mas, que das políticas existentes atualmente, há uma contribuição de maneira positiva para que aconteça a geração de renda e a valorização desta agricultura que antes vinha perdendo sua identidade no mercado agrícola do país. Nesta mesma linha, temos também a ES tendo suas atividades no Brasil, dependentes de políticas públicas, mas no caso da Associação Sabor & Saúde, temos uma junção benéfica, uma vez que a ES vem complementar a organização para que haja maior valorização da sua atividade e produção, e consequentemente, do desenvolvimento local.

Referências

ABRAMOWAY, R. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**: Estudo da dimensão territorial do PAA. Brasília: CGEE, 2006.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso.** 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Legislação citada anexada pela Coordenação de Assuntos Legislativos.** Brasília, DF, 2006. Disponível em:< http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>. Acessado em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA Data. **PAA municipal termo de adesão 2014.** Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/adesaom/pg_principal.php?url=lista_agr_uf&p_ibge=&uf=MG>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portal dos convênios

SICONV. **Convênio 705992/2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDeConvenioSelecionarConvenio.do?idConvenio=8634&destino=>. Acesso: 26 jun. 2018.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula Paes De. Os Reflexos da Incubação Isolada e dos Processos de Formação para Práticas Autogestionárias e a Sustentabilidade Economia: Um Estudo dos Empreendimentos Incubados pela ITCP/UNEB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2010. p. 1-17.

CARVALHO, L. M. De. **O desenvolvimento local a partir da operacionalização do PAA e do PNAE:** o caso do Território da Cidadania do Vale do Itapecuru - MA. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 443-461, set./nov. 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **A Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía,** São Leopoldo, v. 2, n. 3, p. 58-72, jul./dez. 2008.

GUERRA, A. C. Formulário de Registro de Projeto de Extensão. Projeto ITCP/UNIFAL-MG, Campus Varginha.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: possibilidades de gestão. Revista de **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2010.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares:** Uma análise comparativa. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados, Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MAFRA, Luiz Antônio Staub; MAFRA, Flávia Luciana Naves. Agricultura familiar e mercados: análise de políticas públicas a partir da sociologia econômica. In: CONBRESSO BRASILEIRO DE SCOIOLOGIA, 16, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013. p. 1-16.

MARTINS, R. D. A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des) articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-590, mai./jun. 2010.

PANDOLFO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 14-17, jun. 2008.

RIBEIRO, E. M. T. **Agricultura familiar, mercados e políticas públicas:** O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Varginha (2009 a 2013). 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Varginha.

SILVA, M. G. Da.; SILVA, S. P. Para além do sucesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos da economia solidária no meio rural. **Mercado de trabalho (IPEA),** p. 87-93, nov. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, p. 1-19, 2011.

SINGER, P. Introdução à **Economia Solidária.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista de Economia NE**, Fortaleza, v. 45, p. 21-35, out./dez. 2014.

SANTOS, A. R. dos; VIEIRA, N. S.; FERREIRA, P.R.; CASTRO, T. T. S. Agricultura familiar e segurança alimentar nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) dos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social***,* Salvador, v. 3, n. 1, p. 9-24, jan./jun. 2012.

SILVA, M. G. Da.; SILVA, S. P. Para além do sucesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos da economia solidária no meio rural. **Mercado de trabalho (IPEA),** p. 87-93, nov. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, p. 1-19, 2011.

SINGER, P. Introdução à **Economia Solidária.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; FARIA, Adilson Ferreira; ROSA, Palloma Ferreira. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na Agricultura Familiar (PAA): uma análise de experiências do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO

SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2010. p. 1-17.

Sobre os autores

Mariana Martins – Graduação Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) (2016); Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) (2017); Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais; **OrcID**: https://orcid.org/0000-0003-2817-8241

Fernanda Onuma – Graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2008); Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2011); Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2017); Atualmente é professora adjunta na Universidade Federal de Alfenas, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Varginha, Minas Gerais; **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-7392-2191

Como citar este artigo

MARTINS, Mariana; ONUMA, Fernanda. As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha- Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 134-158, set.-dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Mariana Martins** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, e também, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e a segunda, **Fernanda Onuma**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 30 de outubro de 2017.
Devolvido para a revisão em 15 de junho de 2018.
Aceito para a publicação em 07 de julho de 2018.

O selo combustível social e o papel das cooperativas em Goiás

Rodrigo Gonçalves de Souza
Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
e-mail: rodrigo.souza@mda.gov.br

Resumo

O presente trabalho analisou o papel do cooperativismo da agricultura familiar na ação de compra de matérias-primas oleaginosas para no âmbito do Selo de Combustível Social do Programa Nacional para Produção e Uso de Biocombustíveis – PNPB – no estado de Goiás. O processo emergiu no estado a partir de uma ação pública de trabalho de nivelamento de informações e mobilização da base do público. Constatou-se que as cooperativas fazem diferença significativa em aumentar poder de mercado, escala e valor adicionado para os agricultores. Destacou-se também que as organizações cooperativas, cuja natureza é econômica, vão além desta, se articulando com as representações sociopolíticas dos agricultores para pleitearem melhorias nas disposições dos programas, preços, pagamentos e serviços, aumentando consideravelmente o poder de barganha da agricultura familiar. Contudo, foram levantados pontos críticos de fragilidade para a sustentabilidade do Programa em relação às características socioeconômicas da agricultura familiar e a dinâmica socioespacial desta no Estado.

Palavras-chave: Políticas públicas; desenvolvimento rural; organizações socioeconômicas.

The Social Fuel Seal and the role of cooperatives in Goiás

Abstract

This study examined the role of the cooperative of family farming in the action of buying oily raw materials under the Selo de Combustível Social do Programa Nacional para Produção e Uso de Biocombustíveis – PNPB - in the state of Goiás. The process emerged in the state from a public action of share information leveling and a work of mobilization of public base. It was verified that cooperatives make a significant difference in increasing market power, scale, and value added for farmers. It was emphasized also that cooperative organizations, whose nature is economic, beyond this, articulate with the sociopolitical representations of family farmers to plead improvements in the provisions of the program, pricing, payments and services, increasing considerably the bargaining power of family farming. However, critical points of weakness have been raised for the sustainability of program in relation to the socioeconomic characteristics of family agriculture and socio-spatial dynamics of this in the state.

Keywords: Publics policies; rural development; socioeconomics organizations.

El Sello Combustible Social y el papel de las cooperativas en Goiás

Resumen

El presente trabajo analizó el papel del cooperativismo de la agricultura familiar en la acción de compra de materias primas oleaginosas para el marco del Sello de Combustible Social del Programa Nacional para Producción y Uso de Biocombustibles - PNPB - en el estado de Goiás. El proceso emergió en el estado a partir de una acción pública de trabajo de nivelación de informaciones y movilización de la base del público. Se constató que las cooperativas hacen una diferencia significativa en aumentar el poder de mercado, la escala y el valor

añadido para los agricultores. Se destacó también que las organizaciones cooperativas, cuya naturaleza es económica, van más allá de ésta, se articulando con las representaciones sociopolíticas de los agricultores para pleitear mejoras en las disposiciones de los programas, precios, los pagos y servicios, aumentando considerablemente el poder de negociación de la agricultura familiar. Sin embargo, se plantearon puntos críticos de fragilidad para la sostenibilidad del Programa en relación a las características socioeconómicas de la agricultura familiar y la dinámica socioespacial de ésta en el Estado.

Palabras-clave: Políticas públicas; desarrollo rural; organizaciones socioeconómicas.

Introdução

O presente trabalho busca analisar o alcance da comercialização da agricultura familiar no estado de Goiás, via cooperativas no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) pelos marcos do Selo Combustível Social, que procura apoiar a participação da agricultura familiar na sua cadeia de produção de agrocombustíveis. A pesquisa produz uma problematização dos desafios para a arquitetura institucional da forma de organização cooperativa e ponderando criticamente os potenciais e limites para a ação governamental em questão alcançar o segmento que denomina oficialmente como “agricultura familiar” (LEI 11.326/06).

Agricultores de perfil familiar isolados encontram, na sua diversidade de condições e potencialidades, dificuldades para com demandas de regularidade, padronização e escala de oferta, sendo que os empreendimentos necessitam formar estoques, segmentar produtos, escalonar de acordo com o ponto de equilíbrio e taxa interna de retorno constante em análises de viabilidade econômica (REDIN, 2013; SANTANA, 2010). A organização coletiva, especialmente sob a forma de cooperativas, tem se constituído em importante estratégia para atender estes aspectos mencionados. O cooperativismo vem à tona como importante para a integração, dinamização e fortalecimento econômico da agricultura familiar, com peculiaridades em relação a outras formas tradicionais de organização do segmento, como associações e grupos de produção (PRADO, 2015; VALENTINOV, 2007).

Procedimento metodológico

Procedeu-se um balanço, recorrendo a uma apreciação dos instrumentos normativos do Selo Combustível Social, sistematizando e examinando dados oficiais com o recorte de até o ano de 2014, atentando para o que foi comercializado via cooperativas e o que foi comercializado diretamente pelos agricultores com as empresas compradoras. Com isto, pretendeu-se traçar um panorama da importância das organizações cooperativas na execução da política pública referida, a fim de averiguar se a organização em cooperativa apresenta um diferencial significativo na comercialização por parte dos agricultores.

Foram levantados os históricos dos processos para criação da ação do Selo Combustível Social e o processo que desencadeou a execução da política pública no estado de Goiás. Para um exame mais aproximado, pautou-se em dados primários por meio de entrevista semiestruturada com um consultor do Projeto de Cooperação Técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - para o PNPB em Goiás. Assim, evidenciaram-se as dificuldades iniciais, os expedientes empregados para contorná-las, o processo de mobilização dos atores sociais envolvidos e a impressão do articulador do programa sobre sua execução.

A seguir foram apresentados os dados obtidos por meio de consultas nos espaços virtuais de publicização, bem como nas prestações de contas, dentre os quais se destacam; a solicitação formal aos órgãos gestores; Portal da Transparência e da Lei de Acesso à Informação. Produziu-se uma sistematização de dados, características e valores de aplicações acessados ao longo dos anos, de acordo com dados disponibilizados pelas instâncias oficiais, em relação ao total de municípios, bem como ao total de cooperativas, para proporcionar um quadro em que se avalie se a participação no cooperativismo de agricultura familiar tem relevância considerável. Os dados foram tabulados e agrupados de modo a se proporcionar a análise de evoluções anuais, incrementos de participação ao longo do período, relações de valores por participantes e municípios.

Analisaram-se dados do MDA sobre o PNPB no estado de Goiás, acerca do número de famílias que comercializaram quantidades (em mil toneladas), valores (em milhões de reais) e número de cooperativas, a partir do ano de 2008 até 2014, explorando a algumas relações entre a evolução destas variáveis ao longo dos anos. Explorou-se a relação entre a evolução do valor comercializado ao longo dos anos com a evolução da quantidade comercializada de 2008 a 2013, através da análise de Correlação de Pearson (realizada em planilha XML do programa Excel) e também a evolução da relação entre número de famílias e quantidade comercializada.

Também se explorou planilha do Sistema de Controle e Gestão do Biodiesel - BIODIESEL – SABIDO, com lista dos agricultores participantes do PNPB no estado de Goiás no ano de 2013. No SABIDO consta-se dados de contratos individuais firmados diretamente entre pessoas físicas e empresas do ramo do Biodiesel, como também os contratos individuais realizados pelos titulares das Declarações de Aptidão ao PRONAF[1] - DAPs - através de cooperativas da agricultura familiar; municípios onde as DAPs estão sediadas, soma de quantidades de matéria-prima comercializadas e soma de valores em reais.

Procurou-se trabalhar com o termo “alcance” como direcionamento para a

[1]Documento regido pelos termos da Lei 11.326/06 que caracteriza o público beneficiário de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tais como as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

exploração, dadas a possibilidades semânticas que oferece, contemplando a “abrangência”, a “consecução” e a “relevância”.

Resultados e discussão

Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e aquisição de matérias-primas da agricultura familiar – Selo Combustível Social

A inserção do público “agricultura familiar” no programa Biodiesel se deu na concessão do Selo Combustível Social - Instruções Normativas nº 01 e 02 de 2005 - para as empresas que lhes adquirem matéria-prima ou integram a Agricultura Familiar em sua cadeia produtiva. O Selo beneficia a empresa produtora de biodiesel com preferência na participação dos leilões de compra de biodiesel para o mercado interno brasileiro, melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras, redução da alíquota de PIS/Pasep e COFINS conforme Lei 11.605/05. Na região Centro-Oeste, o percentual mínimo de aquisição da Agricultura Familiar entre o total da matéria-prima, para que a empresa se enquadre no Selo, é de 10%.

O público o qual é objeto do Selo Combustível Social é caracterizado como “agricultor familiar” pela Lei 11.326/06. Este dispositivo considera “agricultor familiar” e “empreendedor familiar rural” os atores sociais que se enquadrem nestes quesitos básicos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Estes parâmetros são especificamente úteis na hora de delimitar o público em relação aos atores de maior poder econômico do agronegócio. Um exemplo é que, na última polêmica a respeito das modificações do Código Florestal, a Frente Parlamentar da Agropecuária conseguiu emplacar medidas de drástico abrandamento de regulamentações ambientais para unidades produtivas com menos de quatro módulos fiscais, porém, se recusando a incluir os demais critérios na Lei 11.326/06 que caracterizam o “agricultor familiar” assim denominado. Tal medida permitiria virtualmente o desmembramento cartorial de

grandes propriedades para usufruírem da medida, sendo que, nos demais critérios, não se enquadrariam.

Não obstante, a realidade campesina brasileira é sobremaneira mais multiforme e complexa do que se permite abrigar pela consideração e critérios do artigo da Lei. Considerando públicos diversos como pescadores e aquicultores tradicionais, silvícolas, agroextrativistas, etc., talvez até mesmo o conceito de campesinato, imbuído de mais perspectivas antropológicas e sociopolíticas do que o de “agricultor familiar”, seja pouco para caracterizar tamanho polimorfismo de modos de vida e culturas do campo (MAZZETTO, 2007). O desenvolvimento do enquadramento legal da categoria “agricultor familiar” se deu no bojo da discussão sobre linhas de crédito subsidiadas específicas para segmentos do campo e não aplicáveis a outros (por exemplo, de maiores dotações econômicas).

Tacitamente, o próprio instrumento legal acaba por reconhecer isto, ao ampliar o enquadramento de “beneficiários” de políticas públicas com recorte de público dado pela Lei. No parágrafo 20, se diz:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

Todavia, especificamente na ação do Selo Social do PNPB, por natureza se trata de um enquadramento mais restritivo para os participantes em relação à própria abrangência da caracterização de “agricultor familiar” segundo a Lei. Pois, direciona-se às unidades produtivas com configuração espacial (munidas dos respectivos instrumentos jurídicos de

caráter fundiário) propícia ao cultivo de oleaginosas em exigências de escala e regularidade mínima para o fornecimento dos produtos para matéria-prima do agrocombustível. Decorre que, naturalmente, um escopo limitadíssimo das populações do campo se insere neste sistema, sendo possível considerar como delineamento básico os que atendem aos critérios do caput do artigo 20 da Lei (DINIZ; FAVARETO, 2012; FAVARETO et al., 2012).

Atualmente os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo estão sob parâmetros regulamentados pela Portaria nº60 de setembro de 2012, do então Ministério do Desenvolvimento Agrário. No preâmbulo da Instrução Normativa 01, de 19 de fevereiro de 2009, do Selo de Combustível Social, versa-se:" (…) considerando a necessidade de apoio à organização da base produtiva de oleaginosas na agricultura familiar (…)".

A seguir estão destacados alguns pontos importantes das normas do Selo de Combustível Social para elucidar a relação produtivo-comercial e econômico-institucional dos sistemas agrícolas com as instituições empresariais do ramo agrocombustível:

> Art. 4º O custo anual, em reais, de aquisição de matérias-primas da agricultura familiar, fica definido como o somatório dos seguintes itens de custo:
> I - valor de aquisição da matéria-prima;
> II - valor das despesas com análise de solos de propriedades familiares;
> III - valores referentes à doação dos insumos de produção e serviços aos agricultores familiares, desde que não oriundos de recursos públicos
> […]
> § 1º Os custos citados neste artigo, que sejam repassados aos agricultores familiares na forma de adiantamento a ser deduzido no momento da venda ou que estejam contemplados nas operações de crédito efetivadas pelo produtor ao amparo do Pronaf ou demais formas de financiamento da produção, não poderão ser incluídos no somatório de custos de aquisições da agricultura familiar.
>
> Art. 10. § 2º As negociações contratuais terão participação e assinatura de pelo menos uma entidade representativa dos agricultores familiares, respeitando a sua área de atuação e abrangência geográfica [...]
> § 3º Os contratos celebrados entre as partes deverão conter minimamente:
> d) critério de formação de preço, referencial de preço ou valor de compra da matéria-prima;
> e) os critérios de reajustes do preço contratado e de preço mínimo; [...]
> g) cláusula de responsabilidade do produtor de biodiesel pela prestação de assistência técnica ao agricultor familiar;
>
> Art. 13. § 1º Nas ações de capacitação técnica deverão ser utilizadas abordagens metodológicas participativas e técnicas vivenciais, que incentivem e facilitem a participação coletiva dos agricultores familiares nos processos de planejamento e execução de atividades, estimulando a organização associativa e cooperativa.
>
> Art. 14. A assistência técnica para a produção de matérias-primas, de responsabilidade do produtor de biodiesel, deverá ser aplicada nas seguintes fases:
>
> I - tomada de decisão e planejamento sobre o plantio; [...]

> § 2º O serviço técnico ofertado pelo produtor de biodiesel deverá buscar a integração aos serviços desenvolvidos pelas organizações prestadoras de assistência técnica e extensão rural na região e/ou comunidade.
>
> § 3º A assistência técnica para a produção de biodiesel deverá contemplar e incentivar a participação de toda a família, valorizando o trabalho e o papel das mulheres agricultoras e dos jovens no processo de planejamento, produção e comercialização da matéria prima.

Estes parâmetros articulam, em tese, preocupações em conciliar as demandas dos elos e processos de racionalidade empresarial e do circuito comercial da cadeia agrocombustível, com os termos agrários que balizam a categorização da agricultura familiar pela lei e exigências de incremento produtivo em quantidade e escala e preço final. Contudo, eles participam dos riscos de um sistema eminentemente intensivo e exigente de insumos externos e partilham dos riscos da oscilação de preços e participação em prejuízos.

SILVA E SILVA et al (2017) apontam que a partir de 2012 passou-se a computar um elemento de desconto, “fator frustração”, no cálculo do percentual mínimo de aquisição para obter o Selo. Desconta-se o valor estimado de uma produção perdida pelos fornecedores, aplicando-se um multiplicador. As despesas das empresas com prestação de assistência e análise de solo, pesquisas e disponibilização de insumos são inclusos nos custos de aquisição de matéria-prima dos agricultores, facilitando o “cumprimento” do percentual mínimo de obtenção do Selo por parte das empresas; por outro lado, incentiva à diminuição da quantidade que seria comprada das unidades familiares.

O processo de implementação das aquisições da agricultura familiar no âmbito do PNPB em Goiás

A seguir, apresenta-se a relação de cooperativas que comercializaram com o PNPB ao longo dos anos de 2013 a 2014:

Quadro 1: Cooperativas que comercializaram com PNPB em Goiás

ANO: 2008	**Município**
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO RIO DOCE	Jataí
ANO: 2009	
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES RURAIS DE AMARALINA	Amaralina
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO RIO DOCE	Jataí
ANO: 2010	
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO RIO DOCE	Jataí

COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PONTALINA	Pontalina
ANO: 2011	
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PONTALINA	Pontalina
COOP MISTA DOS AGR. F. DO ASSENTAMENTO NOVA AURORA	Santa Isabel
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO RIO DOCE	Jataí
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LUIZ ALVES DO ARAGUAIA	São Miguel do Araguaia
ANO: 2012	
COOP. AGROP. REG. PROD. RURAIS AGR. FAMILIARES DE CERES	Ceres
COOP. MISTA DOS AGRIC. FAMILIARES DE LUIZ ALVES DO ARAGUAIA E REGIÃO	São Miguel do Araguaia
COOP. MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO NOVA AURORA	Santa Isabel
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE ITABERAÍ	Itaberaí
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO RIO DOCE	Jataí
COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDAIA E PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DE RIO VERDE	Rio Verde
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA INTEGRADA DOS PRODUTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO TIJUNQUEIRO	Morrinhos
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO BIJUI	Campinaçu
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PONTALINA	Pontalina
ANO: 2013	
COOP. MISTA DOS AGRIC. FAMILIARES DO ASSENTAMENTO NOVA AURORA	Santa Isabel
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE ITABERAÍ	Itaberaí
COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DO RIO DOCE	Jataí
COOPERATIVA MISTA DA AGRIC. FAM. ECONOMIA SOLIDARIA E PROD. AGROEC. DE RIO VERDE	Rio Verde

COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PONTALINA	Pontalina
COOPERATIVA AGROP. INTEGRADA DOS PRODUT. FAMILIARES DO ASSENT. TIJUNQUEIRO	Morrinhos
COOP. AGROP. REG. PROD. RURAIS AGR. FAMILIARES DE CERES	Ceres
COOP. MISTA DOS AGRIC. FAMILIARES DE LUIZ ALVES DO ARAGUAIA E REGIÃO	São Miguel do Araguaia
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE AMARALINA	Amaralina
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES VALE DO BIJUI	Campinaçu

FONTE: MDA, 2015.

Obs. do MDA:

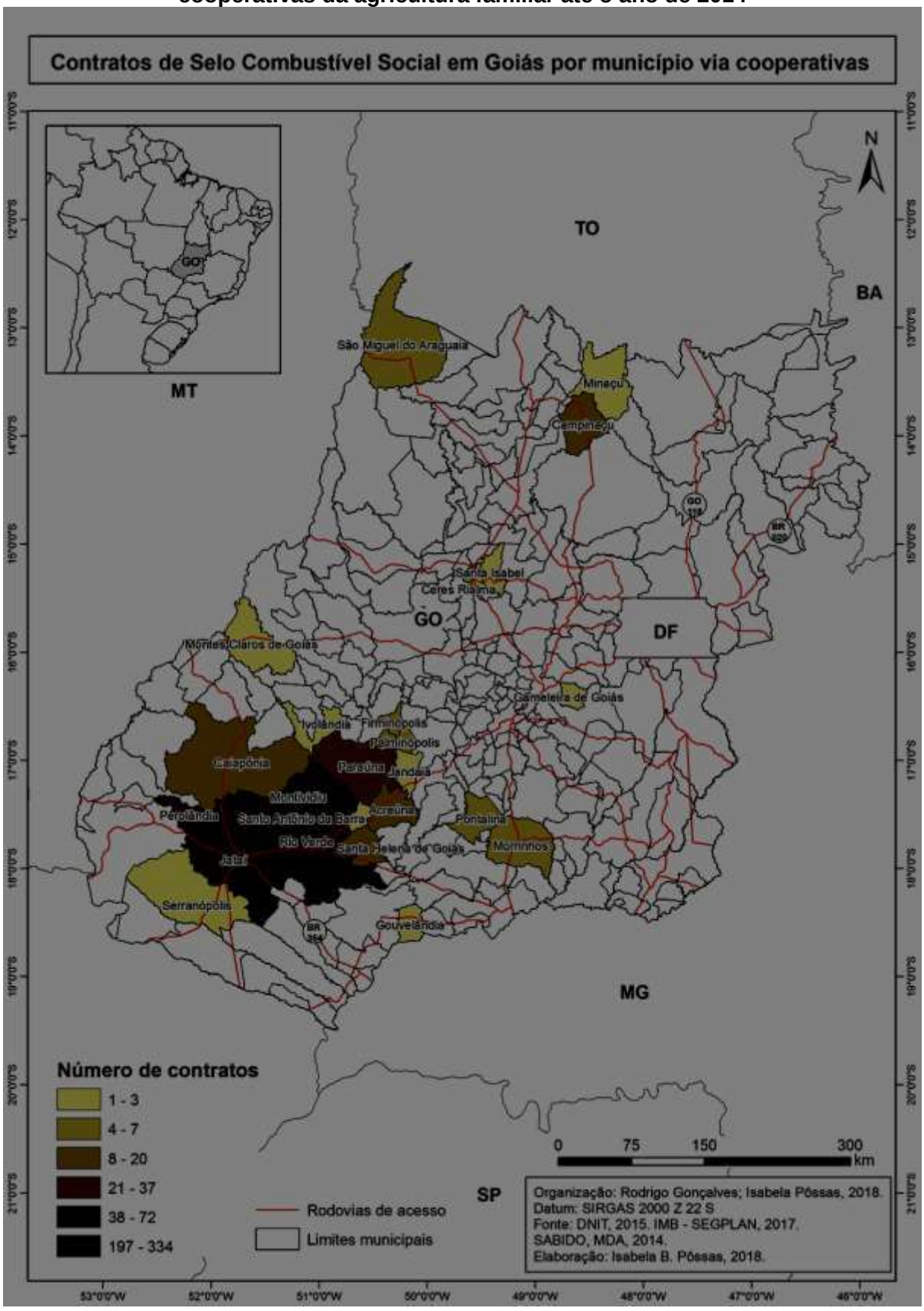
1. Não se tem os dados regionalizados de 2007, pois as avaliações de manutenção da concessão de uso do Selo Combustível Social, realizadas nos moldes atuais, começaram apenas em 2008 (safra 2007/2008). Foram iniciadas apenas em 2007/2008, por conta de ser o primeiro ano de mistura obrigatória e leilões diferenciados (80% Selo/ 20% todos) a partir da resolução do CNPE nº 05/2007.

2. Os moldes de avaliação, que começaram a partir de 2008, envolvem Informação Eletrônica e Visita de Campo e, apoiados por novos normativos, vão sendo aprimorados. Em 2012 e 2013, por exemplo, a partir da publicação da Instrução Normativa nº 01/2011 do MDA (habilitação de cooperativas), é possível especificar variáveis por município.

3. Logo, somente a partir do ano de 2012, ano em que a I.N. 01/2011 passou a fazer parte dos instrumentos legais do Selo Combustível Social, o Sistema de Informações do Selo passou a funcionar no atual formato, captando as informações dos produtores de biodiesel e todas as cooperativas agropecuárias dos agricultores familiares participantes.

Na Figura 01, adiante, pode-se divisar a espacialização dos contratos do Selo Combustível Social em Goiás executados com a intermediação de cooperativas habilitadas com Declaração de Aptidão ao Pronaf para Pessoas Jurídicas até o ano de 2014. Até este ano, pela então vigente Portaria 21/2014 MDA, a DAP Jurídica implicava que no mínimo 60% dos sócios do quadro da entidade deveriam possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf habilitadas. A figura sinaliza hierarquia de extratos de números de contratos para se ter uma noção melhor de onde concentram-se as contratualizações via cooperativas mais sistematicamente.

Figura 1: Espacialização de contratos do Selo Combustível Social em Goiás via cooperativas da agricultura familiar até o ano de 2014



Muito mais distribuído no estado está a relação dos municípios com contratos diretos individualizados entre agricultores e empresas no âmbito do Selo, em 2014, sendo eles: Abadiânia, Alto Paraíso de Goiás, Anápolis, Anicuns, Bela Vista de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Campinorte, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Caturaí, Cezarina, Chapadão do Céu, Cidade de Goiás, Cristianópolis, Edealina, Edeia, Estrela do Norte, Formosa, Goiatuba, Inaciolândia, Indiara, Ipameri, Itaberaí, Itauçu, Itumbiara, Joviânia, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mara Rosa, Mairipotaba, Marzagão, Maurilândia, Niquelândia, Ouro Verde de Goiás, Orizona, Quirinópolis, Palmeiras de Goiás, Panamá, Piracanjuba, Pirenópolis, Pires do Rio, Porangatu, Santa Rita do Novo Destino, Santo Antônio da Barra, São João d'Aliança, São João da Paraúna, São Luís do Norte, Silvânia, Três Ranchos, Trindade, Turvelândia, Uruaçu, Vianópolis, Vicentinópolis, Vila Propício.

Percebe-se nesta listagem que contempla-se municípios de praticamente todas as regiões de Goiás, do Nordeste ao Sul, incluindo a região metropolitana de Goiânia e do Distrito Federal, parte significativa deles com número inferior a dez contratos (SABIDO/MDA, 2014). Verifica-se por aí que a concentração espacial é, sobretudo, de áreas com organização econômica cooperativa dos agricultores correlacionada com maior número de contratos nos respectivos municípios. E que é na região sudoeste que se concentrava, em 2014, municípios com um contingente mais expressivo de contratos totais.

O processo de implementação da aquisição via PNPB pela ótica de um agente oficial responsável

Em Goiás o PNPB está em operação desde o ano de 2008. De acordo com entrevista realizada pelo presente autor com o Consultor do Projeto de Cooperação Técnica do MDA para Goiás, desde 2006, quando começou o programa em nível nacional, havia um diretor responsável no MDA articulando a implementação no estado.

Em 2008 se iniciou o “Projeto Polos” de organização da base produtiva. Visava reconhecer quais entidades apoiavam a agricultura familiar no estado e buscar então a criação de grupo de trabalho para inseri-la de forma que fosse economicamente viável no PNPB. Atores socioinstitucionais que tinham conexão com a cadeia do biodiesel eram chamados para contribuir. O Projeto identificou que o ótimo seria começar criando núcleos de produção de agricultores e identificando dificuldades. Goiás atualmente possui 05 unidades com Selo Combustível Social - as unidades da Caramuru em São Simão e Ipameri; Granol em Anápolis; Minerva em Palmeiras de Goiás e Binatural em Formosa (SIM-MDA).

Neste tempo um programa de consultoria, pesquisa e assessoria atuava em convênio com o MDA para operar o programa Polos. Segundo o consultor,

> Através desta parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, contribuiu-se, em todas as regiões do país, para a organização sustentável da base produtiva de oleaginosas pela agricultura familiar para o fornecimento de matéria prima às empresas detentoras do Selo Combustível Social nos termos do Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel, de modo a incluir este segmento socioeconômico na cadeia produtiva de biodiesel (LIMA, entrevista concedida ao autor em abr/2015).

O Projeto Polos constituiu grupos de trabalho estadual e regionais; agregou no processo o Banco do Brasil, agentes de assistência técnica, órgãos institucionais estaduais e federais; as ações identificavam e agremiavam as cooperativas, diagnosticavam os principais problemas para os agricultores comercializarem matéria-prima, questões relacionadas ao crédito, gargalos para produção de oleaginosas. Atores institucionais que tinham conexão com a cadeia do biodiesel eram chamados para contribuir.

Dentre os cenários mais críticos, apareciam: dívidas advindas do planejamento e condução de projetos de crédito, por exemplo, circunstâncias em que agricultores contratavam financiamento para adquirir matrizes bovinas, mas não havia pastagem adequada e os animais feneciam; projetos para produzir pimenta sem canais de escoamento, etc. No primeiro momento, as dívidas de crédito inviabilizavam a inserção no biodiesel. A solução foi acordar com as empresas para estas fiarem contratações de financiamentos.

Nas regiões onde havia aptidão edafoclimática para oleaginosas, principalmente soja (secundariamente girassol, canola, etc.), os agricultores manifestaram interesse; eram identificados e a informação era levada para grupos de trabalho regionais. O crédito para custear a implementação era uma grande dificuldade. A maioria dos agricultores não estavam inseridos em cooperativas ou mesmo grupos produtivos.

O PNPB despontou em Goiás na região sudoeste, onde já havia produtores com etapas iniciais relativamente consolidadas para a cadeia de oleaginosas. Algumas cooperativas que se constituíram unicamente para o Programa tiveram frustrações, devido a perdas de safra e conseguinte prejuízo econômico; por meio Central Estadual de Cooperativas da Agricultura Familiar (CECAF), formada por produtores do segmento que já tinham experiência em organizações sindicais e cooperativas, evitou-se que aquelas organizações “fechassem as portas”, procurando alternativas nos demais programas governamentais de compra institucional. Segundo afirmação do entrevistado, “sem a CECAF, com certeza estas cooperativas não existiriam mais”.

A dinâmica do sistema produtivo no âmbito do programa funciona de acordo com o ano-safra: produtores plantam no período outubro-novembro e colhem até abril. Alguns mais consolidados conseguem guardar parte da produção para vender quando preço está em alta. **A bonificação é a mesma para o agricultor via cooperativa ou não;** o maior diferencial se faz, segundo o entrevistado, quando cooperativas propiciam quadros técnicos que prestam

assistência no projeto contratado via Pronaf e os agricultores não precisam ir constantemente aos escritórios na sede urbana.

O Consultor do Projeto de Cooperação Técnica do MDA para o PNPB em Goiás afirmou em sua entrevista que, na constituição do Selo Social e seu processo de aquisição de matérias-primas da agricultura familiar no estado, “o crédito para custear a implementação era uma grande dificuldade”. A cooperativa COPARPA, sediada em Jataí, possuía então cento e quarenta cooperados e todos nos arredores da sede, principalmente advindos do Assentamento Rio Paraíso, no município de Jataí.

Identificou-se então a necessidade dos produtores se organizarem em um ente para buscarem ampliar o leque de oportunidades no mercado e o poder de barganha para negociar projetos de crédito e comercialização; foi quando houve o impulso para o contingente de agricultores começarem a se filiar em cooperativas, como a referida COPARPA, segundo o entrevistado “uma referência para a região”.

> Antes do crescimento da organização dos agricultores via as cooperativas consolidadas, o recurso do Pronaf só era liberado na época da semeadura, não havia como adiantar para compra dos insumos. Os agricultores então adquiriam por conta própria os insumos, custeando-lhes via revenda e quando o recurso do projeto de crédito era liberado pagavam juros para quitar a revenda; ou de outra forma alguns efetuavam o plantio da oleaginosa mais tardiamente, após os outros já terem plantado e sofriam mais com problemas relativos a pragas e doenças na plantação (LIMA, entrevista concedida ao autor em abr./2015).

A instituição de crédito Banco do Brasil desenvolveu sua estratégia negocial, denominada “Desenvolvimento Regional Sustentável” (no presente caso, o “DRS Biodiesel”) para agricultura familiar da região do Sudoeste Goiano, viabilizando através da cooperativa em parceria com as indústrias da cadeia do biodiesel. O Banco do Brasil, com a implantação desta estratégia, começou a antecipar liberação dos recursos do programa de crédito. **Com isso os agricultores familiares passaram a conseguir recurso financeiro disponível anteriormente à etapa da semeadura**. **Pelo fato da cadeia produtiva ter compradores e preços garantidos na ponta via PNPB, a instituição financeira teria se considerada como mais segura para adotar a medida.**

Na região do Norte Goiano se constituíram cooperativas unicamente visando soja para o biodiesel, porém, **não havia ainda uma bagagem de experiência dos agricultores e também institucionalidades adequadas para a atividade**. Houve assim problemas que incorreram em litígios dos agricultores e suas organizações sindicais contra as empresas – que cobraram dívidas de entregas dos agricultores que não conseguiram cumprir - por questões de pagamentos que ficaram em iminência de judicialização. Ocorreram problemas técnicos na produção e a produtividade foi menor do que a esperada; as empresas constaram

depois que assistência técnica falhou no planejamento e sentiram necessidades de ajustarem-na.

Em Goiás a Federação Sindical tinha que dar sua anuência em contratos no âmbito do Programa. O entrevistado narrou um fenômeno ocorrido no estado: conjuntamente com as cooperativas, a entidade representativa entendeu que os benefícios das industrias com o governo, obtidas com o Selo Combustível Social, davam margem para se melhorar o bônus para agricultores. Com isso, procederam a barganhas e conseguiram que, no estado de Goiás, o bônus pago fosse o mais alto do país - o valor supera o preço de mercado.

Todavia, conquanto as empresas locupletavam-se com a reserva de mercado do PNPB, advinda da obrigatoriedade legal de incremento de produtos das respectivas matérias-primas ao diesel – mercado que não haveria sem a política estatal – elas nunca se conformaram com a "intervenção" no mecanismo de preços pela "sujeição" em terem que negociar com assentados e entidades representativas (BIODIESELBR, 2010).

Este corporativismo clientelista ganhou maior altissonância nas considerações do Estado no governo vigente após maio de 2016. Sua corporação comemorou o atendimento de suas reivindicações no novo conjunto de regras promulgado por este governo (BIODIESELBR, 2017). A Portaria 512/2017, ao mesmo tempo que favorece às empresas conseguirem os benefícios públicos do Selo de Combustível Social dentro das regras de cômputo de custos de aquisição, escusam o papel das entidades representativas, tornando os agricultores mais reféns das flutuações do mercado. Ou seja, amplia-se as garantias capitalistas para as empresas, com maior poder econômico no sistema em que os agricultores estão integrados, como na barganha do custo de insumos e assistência técnica, empurrando mais riscos capitalistas para estes últimos.

Tal conjuntura leva a problemática do estabelecimento, através da política pública, de relações de subordinação (DE OLIVEIRA, 2010); (LOCATEL e AZEVEDO, 2008) para com forças do capital, representado pelas empresas, com oscilações na relação receitas/despesas e necessidades de internalizar custos ecológicos e laborais de forma a aumentar o risco para as unidades produtivas familiares. Tal postulado poderia ser contrabalançado diante da consideração quanto a se a alternativa para os agricultores seria efetivamente uma condição de autonomia, com melhores perspectivas de viabilidade econômica para as unidades produtivas familiares, ou antes, a dificuldade de obtenção de rendimentos com a atividade no agroecossistema, gerando outras formas de subordinação para buscar auferir receitas.

Em um estudo com agricultores integrados no Selo Combustível Social em Rio Verde, Resende, Caliari e Wander (2017) constataram: aumento das receitas externas à propriedade e da pluriatividade das famílias em relação às circunstâncias que viviam antes do programa, bem como, através de entrevistas, percepção por parte dos agricultores de melhoria em sua qualidade de vida (incluindo fatores como elevação da autoestima).

Levanta-se uma necessidade de pesquisas específicas mais aprofundadas para elucidar esta problemática para poder haver uma conclusão mais consistente. Levando em consideração os fatores de ordem econômica, como se a percepção do aumento de receitas tem pesado a contabilidade das despesas e considerações com instabilidade do mercado, diferencial de produtividade com outros produtores de soja no território; como tal quadro se delineia hoje com a menor participação das federações para mediar a bonificação; fatores como o convívio social comunitário e o trabalho familiar na propriedade; viabilidade da sojicultura e das unidades produtivas em caso de perdas de recursos ou mesmo o término do programa do Selo, etc.

Souza (2017) apontou uma tendência de, nas incorporações de relações de mercado no âmbito dos complexos agroindustriais, estabelecerem-se pressões na dinâmica socioespacial e sociotemporal que desencadeiam um transcurso das unidades produtivas familiares a adquirirem feições mais empresariais, o que acarreta em afunilamento no número de unidades incluídas. Como resultado, ante as “dificuldades sociais, econômicas e infraestruturais para se constituir aquilo que o sistema passou a demandar, uma agricultura empresarial em propriedades de escala familiar, os complexos agroindustriais buscaram novas estruturas” (SOUZA, 2017, p.44).

Balanço do alcance do Selo Social Combustível via cooperativas em Goiás

Nesta seção foram analisados os dados do MDA sobre a compra de matérias-primas da agricultura familiar no PNPB no estado de Goiás, acerca do número de famílias que comercializaram - quantidades (em mil toneladas), valores (em milhões de reais) e número de cooperativas -, a partir do ano de 2008.

Apesar de apresentar os dados parciais de 2014, os das compras vias cooperativas ainda estavam em consolidação quando da confecção do presente trabalho, portanto, a análise a seguir se concentrará até o ano de 2013. Explorar-se-á a seguir algumas relações entre a evolução de determinadas variáveis ao longo dos anos.

Analisando a relação entre a evolução do valor comercializado ao longo dos anos para com a evolução da quantidade comercializada, constata-se através da análise de Correlação de Pearson, que existe uma muito forte (CALLEGARI-JACQUES, 2003) e positiva correlação entre a evolução do valor comercializado e a quantidade comercializada de 2008 a 2013, com aumento do peso do valor em relação à quantidade entre os anos de 2010 a 2013. Será apresentada uma tabela que ilustra esses dados.

Tabela 01: Dados do Selo Social PNPB em Goiás

	Valor (milhões R$)	Quantidade (mil tons)	Quantidade/Valor
2008	73,940	71,260	0,96375
2009	133,110	175,190	1,31613
2010	148,450	247,960	1,67033
2011	181,490	243,810	1,34338
2012	251,920	309,440	1,22833
2013	290,830	315,730	1,09562
2014*	299,956	293,710	0,97918

	Variável 1	Variável 2
Média	197,10	227,23
Variância	6380,16	8466,03
Correlação de Pearson	0,93	

FONTE: SIC-SAF/MDA. *Parcial de 16/03/15. Quando da realização da pesquisa, as cooperativas estavam com atraso para lançar as originais e relação de CPFs no SABIDO

Constata-se uma muito forte correlação positiva entre a evolução do número de famílias que contratam com a evolução do valor em reais.

Tabela 02: Dados do Selo Social PNPB em Goiás

	Cooperativas	Famílias	Valor (MM R$)	Famílias/Valor
2008	1	945	73,940	12,78
2009	2	1094	133,110	8,22
2010	2	1672	148,450	11,26
2011	4	1819	181,490	10,02
2012	9	2066	251,920	8,20
2013	10	2249	290,830	7,33
2014*	9	1589	299,956	5,30

	Variável 1	Variável 2
Média	1640,83	179,96
Variância	273311,77	6380,16
Correlação de Pearson	0,94	

FONTE: SIC-SAF/MDA. *Parcial de 16/03/15. Quando da realização da pesquisa, as cooperativas estavam com atraso para lançar as originais e relação de CPFs no SABIDO.

Também foi analisada a evolução da relação entre número de famílias e quantidade comercializada, que apresentou uma correlação muito forte, a mais forte das correlações dentre as três.

Tabela 03: Dados do Selo Social PNPB em Goiás

	Cooperativas	Famílias	Qte (mil tons)	Famílias/Qte (mil tons)
2008	1	945	71,260	13,26
2009	2	1094	175,190	6,24
2010	2	1672	247,960	6,74
2011	4	1819	243,810	7,46
2012	9	2066	309,440	6,68
2013	10	2249	315,730	7,12
2014*	9	1589	293,710	5,41

	Variável 1	Variável 2
Média	1640,83	227,23
Variância	273311,77	8466,03
Correlação de Pearson	0,95	

FONTE: SIC-SAF/MDA. *Parcial de 16/03/15. Quando da realização da pesquisa, as cooperativas estavam com atraso para lançar as originais e relação de CPFs no SABIDO

Procedeu-se a exploração de uma planilha do Sistema de Controle e Gestão do Biodiesel - BIODIESEL – SABIDO, com lista de agricultores participantes do PNPB no estado de Goiás no ano de 2013. Para o ano de 2014, o sistema já tem o registro de pessoas físicas, mas as cooperativas ainda têm até o final de maio para preencherem.

Consta-se então na planilha alguns dados de contratos individuais firmados diretamente entre pessoas físicas e empresas do ramo do Biodiesel e os contratos individuais realizados pelos titulares das DAPs através de cooperativas da agricultura familiar. Municípios da DAP, soma de quantidades de matéria-prima comercializada e soma de valores em reais. Toda a matéria-prima constante exceto a soja.

Tabela 04: Dados do Selo Social PNPB em Goiás – Cooperativas e operações individuais em 2013

Forma de contrato do titular da DAP		Valores da Soma de Quantidade (kg)	Soma de Valor (R$)
Via Cooperativa	Média	137.935,08	126.754,77
Diretamente com empresas	Média	116.885,00	106.606,02

FONTE: SIC-SAF/MDA

A média de quantidade e valores comercializados por agricultores familiares com contratos através de cooperativas foi superior em 18% e 18,9%, respectivamente, à média de contratos diretamente realizados com as empresas, para desvios padrões e desvios médios equivalentes. Comercializaram 2.106 titulares de DAPs, em 95 municípios; 813 via cooperativas, representando 38,61% do total; e 1.293 diretamente com as empresas, representando 61,39% do total.

A quantidade e o valor total comercializado diretamente com empresas em 2013 fora de 290.127.812,06Kg e R$266.598.449,13 respectivamente; através de cooperativas, 290.009.451,06 Kg e R$266.486.584,52. **Ou seja, mesmo com um montante que representa apenas 62,88% da quantidade de contratos que comercializaram diretamente com as empresas, a comercialização dos agricultores via cooperativas atingiu 99,96% da quantidade de matéria prima e do valor dos montantes comercializados individualmente com as empresas. As cooperativas propiciaram escala e valor adicionado à comercialização dos titulares de DAPs.**

Fatores de fragilidades no alcance do programa

Um fator limitante nas constatações fora de que 41,69% do total de contratos em 2013 se firmaram em DAPs localizadas na microrregião do sudoeste de Goiás caracterizada por cultivos de soja em grande escala. 30,67% dos contratos totais foram apenas em dois municípios, Rio Verde e Jataí. Com a totalidade de contratos operando com a soja, a política tem uma capilaridade fortemente limitada a regiões com características edafoclimáticas e econômico-institucionais propícias para este sistema de cultivo, bem como agricultores com interesse e condições para tal. Importante assinalar que há o risco de se estabelecer no sistema agrícola uma monocultura total de baixa taxa interna de retorno por unidade.

ABRAMOVAY (2007, p. 19) apostava que apesar “das fortes expectativas de que a produção de biodiesel se sustentaria na monocultura de soja, o Programa estimula a introdução de novos produtos na pauta produtiva da agricultura familiar”. Ainda relativo à sua aposta contra a tendência para a monocultura, enfatizava que as “áreas cultivadas com produtos voltados à bioenergia são suficientemente pequenas para não ameaçar a diversidade característica da agricultura familiar”. “(...) Além disso, as empresas têm incentivos para investir em áreas degradadas e de baixa utilização agrícola atual”. Os resultados mostraram que estas expectativas foram frustradas.

Borges (2014) analisou dados de um diagnóstico feito em Goiás no âmbito de dois Contratos do Programa Ater Mais Gestão do MDA, separando e comparando os dados especificamente referentes às cooperativas que comercializam no âmbito do PNPB no estado. Em dados de montantes monetários movimentados no período de 2010 a 2012 em milhões de reais, se constatou que os valores movimentados pelas cooperativas (somam-se doze – contrato GOCH-06) que trabalham com o PNPB foram três vezes maiores (as outras se somam vinte - contrato GOCH-07), dentre o total de cooperativas examinadas. Contudo, analisando a relação de “Receitas menos Despesas”, se constata que desde o montante total até os montantes em cada ano, o saldo foi mais desfavorável para as cooperativas do PNPB, tendo, tanto no montante total, quanto em três dos anos (exceto o de 2010), registrado saldo negativo entre receita e despesa. O saldo total relativo das cooperativas do PNPB foi 8,45 vezes menor.

Tabela 05: Valores Financeiros Movimentados pelas Cooperativas entre 2010 e 2012 (R$ 1,0 Milhão)

Rubrica	GO - CH06	GO - CH07 (PNPB)
Receitas Total	69,3	199,5
Receitas 2012	29,5	93,3

Receitas 2011	23,6	58,8
Receitas 2010	16,2	47,3
Despesas Total	60,0	200,6
Despesas 2012	25,4	93,8
Despesas 2011	20,4	60,0
Despesas 2010	14,2	46,9
R - D Total	9,3	-1,1
R - D 2012	4,1	-0,5
R - D 2011	3,2	-1,2
R - D 2010	2,0	0,4

Fonte: BORGES, 2015.

A despeito destas preocupações, constata-se que é um programa que aplica uma quantidade expressiva de recursos, tornando-se uma opção a mais de fonte de receitas e comercialização para muitas famílias; e se constatou que as cooperativas da agricultura familiar têm feito uma significativa e positiva diferença para os resultados.

OBS. Após terem sido realizadas estas estimativas, em 17 de junho de 2015 o Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibilizou alguns dados do balanço para o ano de 2014, que ainda não haviam sido finalizados quando da análise supracitada. Contudo, ainda não estavam prontos e computados os relativos a valores, estando incompleto então para poderem ser trabalhados modificando as tabelas examinadas. Mas algumas observações trazem informações significativas a serem ponderadas nas conclusões que se apresentaram.

Tabela 06. Informações sobre a Agricultura Familiar participante do PNPB no estado de Goiás em 2012 e 2014*

Informação	2012 *	2014**
1. DAPs Físicas - Nº de Famílias	2066	1970
2. DAPs Jurídicas - Nº de Cooperativas	9	9
3. Municípios	93	96
4. DAPs Físicas - Aquisições diretas - Empresas	1245	1028
5. DAPs Físicas - Aquisições indiretas - Via Cooperativas	862	968

Fonte: MDA / SAF. ** 41 Agricultores familiares penderam para ambas, Cooperativas e Empresas, no ano de 2012. *** 26 Agricultores familiares venderam para ambas, Cooperativas e Empresas, no ano de 2014.

Chama-se a atenção de que neste intervalo de tempo não aumentou o quantitativo de cooperativas a comercializarem; mas de 2012 a 2014 diminuiu em 4,65% o número de famílias – DAPs físicas -, permaneceu o quantitativo de municípios, mas enquanto as DAPs

que operaram diretamente com empresas foram 223 a menos - 17,91% -, já a proporção o número das que comercializaram via cooperativas aumentou em 106 – 12,3%.

Tabela 07: Proporção de participantes do PNPB em Goiás dos municípios de Jataí e Rio Verde

Ano 2014	Jataí	Rio Verde
1. DAPs Físicas - Nº de Famílias	243	492
2. % de representação desses municípios em relação ao estado de Goiás	12,3	25

Fonte: MDA / SAF

Se em 2013, 30,67% dos contratos totais abrangeram apenas os municípios de Rio Verde e Jataí, esta concentração aumentou em 2014, chegando ao total de 37,31%. Tal constatação acentua ainda mais as preocupações levantadas anteriormente.

Ponderações Críticas

O PNPB despontou no estado a partir de uma ação pública de trabalho de nivelamento de informações e mobilização da base do público. Como havia interesses por parte das empresas dados os incentivos do Selo Combustível Social, elas buscaram acordos para fiarem riscos iniciais dos produtores. O impulso para a organização cooperativa se deu a partir da visão da necessidade de aumentar o poder de barganha no mercado e as capacidades e relações de governança2 foram determinantes quanto às organizações que foram adiante no processo e as que não atraíram ou perderam público. Foi necessário superar frustrações nos primeiros anos que geraram perdas de confiança quanto ao programa, devido a problemas em garantir a produção. Outra institucionalidade, abrangendo a CECAF, foi vital para reverter este quadro.

Também a magnitude de capital movimentado no programa abriu portas no relacionamento dos agricultores com a instituição financeira. Destacava-se o papel de uma entidade de caráter sociopolítico, a Federação Sindical, que faz pontes entre empresas e agricultores, apoia a negociação das cooperativas e consegue barganhar condições mais vantajosas no mercado através do *know how* de negociações com seu acúmulo de experiência. Contudo, com os instrumentos legais vigentes em 2017, esta relação foi subtraída.

[2]De acordo com o tratamento conceitual de VENTURA (coord.) et al (2009, p.32), “governança corporativa trata do governo estratégico da empresa, da articulação e distribuição de poder entre as partes com direitos de propriedade e os responsáveis pela gestão. Não se limita a questões de verificações de procedimentos contábeis, a auditorias ou remuneração dos gestores, mas aborda o efetivo exercício da propriedade”.

Ao longo da história recente do debate sobre o rural brasileiro, emergiam pensamentos que propugnavam formas de possibilitar para o campesinato, considerado sob diversas denominações morfológicas por estes pensamentos - pequenos produtores, pequenos proprietários rurais, trabalhadores rurais, agricultores familiares, etc. (NEVES, 2007) - integrar-se ao mercado moderno mais amplo e acessar o portfólio de tecnologias e racionalidade administrativa. Muitos proponentes visualizaram uma possível integração sinérgica com empreendimentos do agronegócio e indústria para se promover um processo de “desenvolvimento rural” (ABRAMOVAY, 1998; SCHNEIDER, 2010) com um pouco mais de oportunidades para um público um pouco maior do que o tradicional beneficiado pela indução historicamente predominante do “desenvolvimento nacional”.

Há pouco tempo uma das formas paradigmáticas para a proposta se configurou no incentivo à integração destes agricultores com industrias do setor de oleaginosas em programas para agrocombustíveis (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007). Pairam as questões: este modelo sustenta-se para viabilizar a reprodução social do campesinato no espaço? Proporciona mais autonomia ou heteronomia e, por conseguinte, vulnerabilidade às oscilações inerentes da economia contemporânea? É passível de uma generalização includente ou promove novas formas de segregação socioespacial no campo? É compatível com seguridades sociais conspícuas para o campo, como a segurança e soberania alimentar, convivência sinérgica com o meio ambiente e resiliência dos bens que este proporciona (solo saudável, água limpa e suficiente, ar respirável descontaminado, etc.)? Promove e fortalece ou enfraquece os laços de solidariedade nos lugares e a riqueza do patrimônio biocultural?

Levanta-se a suspeita se, com a inserção no agronegócio da soja nas unidades familiares possa estar se estabelecendo um transcurso de transformação no perfil do segmento, com pressões no sentido de, mais do que configurar uma agricultura familiar de expressão mais empresarial, uma agricultura empresarial familiar em propriedades de pequena escala, aumentando a vulnerabilidade das famílias no médio/longo prazo.

Alguns trabalhos sugerem fortemente a insustentabilidade econômica do sistema produtivo de sojicultura em pequena escala de produção familiar (BATAIELO, 2006; FENNER, 2006; NUNES, 2000), sobretudo devido a fatores de deseconomias de escala (ZANON et al., 2010), acentuado pelo baixo grau de monitoramento de custos econômicos, que além dos gastos contábeis incluem a depreciação, custo de oportunidade da terra, do capital, trabalho. Segundo pesquisa de Wesz Júnior & Bueno (2018), entre os “principais fatores de maior influência para produção de soja nos pequenos estratos de área” estão a “facilidade de comercialização da produção e a existência de crédito rural para o custeio da produção”.

Considerações inconcludentes – agenda de pesquisa

Abrem-se assim agendas de pesquisa relacionadas a algumas problemáticas atinentes às questões tais como: agricultores familiares que aderiram ao sistema produtivo-comercial da sojicultura passam a participar dos riscos de um sistema eminentemente intensivo e exigente de insumos externos. Sendo assim, nas relações com as empresas compradoras da matéria prima, eles partilham dos riscos da oscilação de preços e participação em prejuízos?

Pode-se identificar e descrever se a política pública impulsionou, orientou e produziu os contornos para a nova disposição socioespacial, econômica e institucional com a implantação da sojicultura nas unidades produtivas familiares? Considerando renda menos despesa da sojicultura nas propriedades familiares, há viabilidade econômica nas escalas de produção? Como a gestão da unidade produtiva familiar e as relações de trabalho mudaram? Percebe-se se relações familiares e as comunitárias foram afetadas? Quais as principais alterações na dinâmica socioespacial da agricultura familiar nas áreas onde houve conversão pra sojicultura?

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma agrária, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R., & MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais**. Project Proposal to Regoverning Markets Component, v. 2, 2007.

BATAIELO, G. L.; DOMINGUES, J. R. F.; LIMA, M. G.; ROSA, P. M. Análise do custo de produção de soja e sua viabilidade: um estudo de caso. In: **Anais da XVIII Semana do contador de Maringá.** Maringá: Editora Universitária, 2006. Disponível em <http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_07.pdf>. Acesso em <05/10/2015>.

BIODIESELBR. **O famoso bônus pago para a agricultura familiar no Selo Combustível Social**. Disponível em <https://www.biodieselbr.com/revista/020/o-famoso-bonus-1.htm>. Acesso em 11 dez. 2017.

BIODIESELBR. **Selo Combustível Social ganha novo conjunto de regras.** Disponível em <https://www.biodieselbr.com/noticias/agricultura/selo/selo-social-ganha-novo-conjunto-regras-060917.htm>. Acesso em 11 dez. 2017.

BORGES, M.C. Consultoria Contrato Nº 2014/051. **PRODUTO 3: Documento Técnico sobre Análise dos Dados Levantados nos Pré-Diagnósticos das Cooperativas Assistidas no Âmbito da ATER Mais Gestão na Região Centro-Oeste**. SAF-MDA/PNUD. Brasília, 2014. 41p.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

CGMA/SAF/MDA. **Solicitação de informação respondida através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)** em 19/05/2015.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo Território**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, 2010.

DINIZ, J. F.; FAVARETO, A. **Os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado de matéria-prima para o biodiesel no Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 20, n. 1, p. 139-187, abr. 2012.

FAVARETO, A.; KAWAMURA, Y.; DINIZ, J. F. **Controvérsias científicas e sociais na produção de biocombustíveis** – uma avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Contemporâneos, n. 9, p. 1-28, nov. 2011/abr. 2012. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n9/dossie/controversiasbiocombustiveis.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2018.

FENNER, R. **Determinação da escala mínima de lavoura de soja transgênica e convencional para a viabilidade econômica de seu cultivo em São Luiz Gonzaga – RS**. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2006. Trabalho de Monografia.

LIMA, N.C. *Supervisão Técnica - Projeto Polos de Produção de Biodiesel – Brasil.* [abr. 2015]. Entrevistador: Rodrigo Gonçalves de Souza. Rio Verde, 2015. 1 arquivo .mp3 (35 min.)

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. **Desenvolvimento rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro**. *Scripta Nova*, v. 12, n. 270, ago. 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-73.htm>. Acesso em: 06 fev. 2018.

MAZZETTO, C. E. S. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa:** revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Revista do Departamento de Geografia e do programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG , v. 3, p. 46-63, 2007.

MDA - Secretaria de Agricultura Familiar. Coordenação Selo Social PNPB. Mensagem recebida por <rodrigo.souza@mda.gov.br> em 16 de abril de 2015.

MDA - Secretaria de Agricultura Familiar. **Diagnóstico realizado no âmbito das ações de Contrato CH-06/2012 Ater Mais Gestão.** Correspondência eletrônica para <rodrigonsou@gmail.com>, enviada dia 21/04/2015.

MDA - Secretaria de Agricultura Familiar. Solicitação de informação respondida através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 06/04/2015.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, vl.1, 2007, pp. 211-270.

NUNES, R. **Agricultura familiar:** custos de transação, forma organizacional e eficiência. São Paulo, 2000. 238 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/36198131_Agricultura_familiar_custos_de_transacao_forma_organizacional_e_eficiencia>. Acesso em <05/10/2015>.

PRADO, Jefferson Nery. **Estudo sobre o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).** Uma análise sobre os municípios produtores de soja e as cooperativas de agricultura familiar. Juiz de Fora, 2015, 103 fls. p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em < http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2015/05/Tese-Jefferson-Nery-do-Prado.pdf> Acesso em <17/10/2016>.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODÍESEL: **Instrução Normativa 01 - Selo de Combustível Social.** Disponível em

<http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/selo_combustivel_social.html>. Acesso em <09/05/2015>.

REDIN, E. Muito Além da Produção e Comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, Vol. VI. n. 12, p.111-151 | jul/dez 2013.

RESENDE, RM de MR; CALIARI, Márcio; WANDER, Alcido Elenor. Perfil dos produtores e avaliação do PNPB em Rio Verde. **Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 26, n. 4, p. 22-34, out./dez. 2017.**

SANTANA, O.V. A Agricultura Familiar e a Produção de Biodiesel: Potencialidades e Limitações. **Congresso Brasileiro de Mamona & Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticos**, 1, 2010, João Pessoa. Inclusão Social e Energia: Anais... Campina grande: Embrapa Algodão, 2010. p. 311-315.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de economia política, 30.3 (2010): 511-531.

SILVA E SILVA, F. D. D, GRASEL, D., & MERTENS, F. **Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Biodiesel. Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 1, 2017, pp. 65-80.

SOUZA, R. G. **A resiliência agrária: Perfis da agricultura familiar sob interações e impactos de empreendimentos capitalistas**. Revista de Economia da UEG. Vol. 14, N.º 1, jan/jun. 2017.

VALENTINOV, V. Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economics perspective. **Journal of Institutional Economics**. v.3, n.1, p.55-69, 2007.

VENTURA, E. C. FONTES FILHO, J.R. SOARES, M.M. (coordenadores). **Governança cooperativa:** diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília, Banco Central do Brasil. 2009, 256p.

WESZ JUNIOR, V. J.; BUENO, V. N. A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2008, Rio Branco/AC. Anais...., 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/361.pdf>. Acesso em <05/01/2016>.

ZANON, R. S., SAES, M. S. M., CORRAR, L. J., MACEDO, M. A. Produção de soja no Brasil: principais determinantes do tamanho das propriedades. **48º Congresso SOBER**. Campo Grande: jul. 2010. Disponível em: <http://w.sober.org.br/palestra/15/38.pdf>. Acesso em <05/01/2016>.

Sobre os autores

Rodrigo Gonçalves de Souza – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestrado em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); **OrcID –** https://orcid.org/0000-0002-7689-3648

Como citar este artigo

SOUZA, Rodrigo Gonçalves de. O selo combustível social e o papel das cooperativas em Goiás. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 159-183, set.-dez. 2018.

Recebido para publicação em 24 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 06 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 05 de abril de 2018.

Territorialidades e uma “práxis libertadora” na dinâmica mercantil globalizada: o caso do artesanato em Caçapava do Sul/RS

Henrique Rudolfo Hettwer
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: henriquehettwer@gmail.com

Daiane Loreto de Vargas
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: loretodevargas@gmail.com

Resumo

Os saberes tradicionais são expressões da cultura e do território e utilizam elementos, presentes na paisagem do Pampa Gaúcho, como lã e couro. O artesanato consiste em um legado histórico-cultural da população local de Caçapava do Sul, contribuindo para a formação de territorialidades e para o desenvolvimento territorial da região. Resgata o saber-fazer em suas origens, expressando a tradição gaúcha, valorizada através do tradicionalismo gaúcho contemporâneo. A atividade agrega diversos benefícios à comunidade, como a sentimentalidade, a valorização cultural e a geração de emprego e renda. Contudo, o processo de globalização e expansão do capital, que se concentra e segrega, ameaçam o modo de vida tradicional, impondo novas dinâmicas à comunidade, tais como a ilusão do mercado e a busca do lucro a qualquer modo, desafiando esse patrimônio sentimental, tradicional e cultural. Assim, o trabalho tem por objetivo entender a dinâmica dos saberes tradicionais no território do Pampa, com base em Caçapava do Sul. Foi metodologicamente desenvolvido a partir de visita de campo e de pesquisa bibliográfica. Como resultado, percebeu-se diferentes funções do artesanato e do uso das tradições na promoção do desenvolvimento territorial em Caçapava do Sul/RS.

Palavras-chave: Identidade; saber tradicional; artesanato; desenvolvimento.

Territoriality and a "liberating praxis" in the dynamic global market: the case of the craft in Caçapava do Sul/RS

Abstract

The traditional knowledges are expressions of culture and territory and use elements present in the landscape of the Pampa Gaucho like wool and leather. The craft consists in historical legacy and cultural heritage of the local population of Caçapava do Sul, contributing to the formation of territoriality and to the territorial development in the region. It rescues the know-how in its origins expressing the gaucho tradition, valued by the Gaucho traditions today. The activity adds several benefits to the community as the sentimentality, cultural appreciation and the generation of employment and income. However, the process of globalization and the expansion of capital, which focuses and secretes, threatens the traditional way of life imposing new dynamics to the community, such as the illusion of the market and the pursuit of profit at any way, challenging this sentimental heritage, traditional and cultural. Thus, the study aims to understand the dynamics of traditional knowledge in the territory of the Pampa, based on Caçapava do Sul, which was methodologically developed from field visit and bibliographical research. As a result, it is possible to include different functions of the craft and the use of traditions in the promotion of territorial development in Caçapava do Sul/RS.

Keywords: Identity, traditional knowledge, handicrafts, development.

Territorialidad y una "praxis liberadora" en el dinámico mercado global: el caso de la artesanía en Caçapava do Sul/RS

Resumen

Los conocimientos tradicionales son expresiones de la cultura y el territorio y el uso de los elementos presentes en el paisaje de la Pampa Gaúcho como lana y cuero. La artesanía consiste en un legado histórico y cultural de la población local de Caçapava do Sul, contribuyendo a la formación de la territorialidad y el desarrollo territorial en la región. Rescata el conocimiento en sus orígenes expresando la tradición gauchesca, valorada por el tradicionalismo gaucho hoy. La actividad agrega varios beneficios a la comunidad como el sentimentalismo, apreciación cultural y la generación de empleo e ingresos. Sin embargo, el proceso de globalización y la ampliación de capital, que se centra y segrega, amenaza la forma de vida tradicional imponiendo nuevas dinámicas a la comunidad, tales como la ilusión del mercado y la búsqueda de ganancias en cualquier forma, desafiando a este patrimonio sentimental, tradicionales y culturales. Por tanto, el estudio pretende comprender la dinámica de los conocimientos tradicionales en el territorio de la Pampa, basado en Caçapava do Sul, que fue metodológicamente desarrollado a partir de visitas de campo e investigación bibliográfica. Como resultado, es posible incluir funciones diferentes de la artesanía y el uso de las tradiciones en la promoción del desarrollo territorial en Caçapava do Sul/RS.

Palabras clave: Identidad; los conocimientos tradicionales; artesanía; desarrollo.

Introdução

Este estudo teve por objetivo discutir a significância dos saberes tradicionais no contexto contemporâneo como legado de construção da identidade social e cultural da sociedade, especialmente o artesanato de lã e couro da região de Caçapava do Sul, RS, atribuindo a esta atividade a capacidade de empoderamento das comunidades tradicionais e de geração de emprego e renda. Através de estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na disciplina intitulada “Tópicos Especiais Saberes Artesanais do Pampa: Identidade Territorial e Mercado Simbólico”, que culminou em trabalho de campo na cidade de Caçapava do Sul e na localidade de Vila Progresso, foi possível discutir a valorização realizada por comunidades tradicionais ao saber-fazer do artesanato, em um contexto de globalização neoliberal de agravamento das aculturações estrangeiras e de imposição de modelos econômicos exógenos, integrados ao processo agro-exportador, que ignora a cultura regional e as condições sociais e econômicas das populações.

Metodologia

A partir de estudos e debates de conceitos de referenciais bibliográficos acerca da identidade, território, saberes artesanais, mercado simbólico, artesanato, houve a análise

destes na construção da identidade territorial do Pampa Gaúcho. Foi considerado o contexto histórico e geográfico da identidade e do território, como se deu a construção dos saberes tradicionais das comunidades, ressignificando a tradição e o uso cotidiano dos produtos artesanais. Nesse território, desterritorializado e reterritorioalizado inseriu-se a questão de gênero e a diferenciação do saberes nas comunidades; o saber-fazer das mulheres rurais, no processo de reprodução do capital em que se dá a formação e a evolução do mercado simbólico dos produtos gaúchos; a produção artesanal para o uso cotidiano e para o contexto rural; a produção artesanal para o consumidor urbano. Foram consideradas as transformações da identidade dos artesões em função do mercado simbólico dos produtos tradicionais, investigados em trabalho de campo de mestrandos e doutorandos em Geografia. Destes, foram destacados, nesse trabalho, alguns fundamentos de análise bibliográfica e trabalho de campo com entrevistas exploratórias com agentes públicos, tais como Emater, Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas), e artesãos urbanos e artesãos tradicionais da Vila Progresso.

O território e as territorialidades de Caçapava do Sul

O município localiza-se na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, conhecida como a Campanha Gaúcha, região do domínio morfoclimático de pradarias mistas, donde o município recebe a alcunha de “Portal do Pampa”. A metade sul do território gaúcho, em geral, possui altitudes mais baixas que outras regiões do estado, como o nordeste, mas, de grande complexidade geológica, geomorfológica e fitogeográfica.

Ao sul do planalto que se ergue desde o norte, dos Aparados da Serra a Vacaria, sucede-se a depressão central do Rio Grande do Sul, onde se desenvolveu a larga e fértil planície aluvial do baixo Jacuí. Enquanto essa faixa rebaixada é dominada por uma topografia de coxilhas, constituindo-se num dos setores mais típicos da Campanha Gaúcha, os rios dotados de largas planícies aluviais têm traçados opostos. O baixo Jacuí caminha para o velho estuário do Guaíba e para a Lagoa dos Patos. Por sua vez, o Ibicuí segue para oeste, chegando ao médio Uruguai, na fronteira com a Argentina. Ao sul do vale do Ibicuí, em pleno sudoeste gaúcho, estende-se o bloco mais rebaixado dos planaltos arenítico-basálticos da região. O vale do rio Santa Maria, afluente do rio Ibicuí, permanece embutido nas baixas coxilhas onduladas que flanqueiam a Serra do Caverá, escarpa de cuestas baixa, que limita o platô basáltico e, em grande parte, arenítico, da Campanha do Sudoeste (AB´SABER, 2003).

O município de Caçapava do Sul possui extensas jazidas de minérios de cobre, cal e caulim. Em sua configuração topográfica observam-se campos e serras imponentes, com terras escuras e solo silicioso, havendo a criação de gado e a agricultura, que constituem a

base da economia, juntamente com a indústria e mineração de calcário, responsável pela produção de mais de 85% do minério do Estado do Rio Grande do Sul. A gastronomia é rica, à base de carnes bovina e ovina, com influência portuguesa, espanhola, africana e indígena (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL, 2017).

A localização da cidade é um dos fatores importantes para o desenvolvimento, possuindo as seguintes ligações: pela BR 392, ligando a Região das Missões, importante produtor de grãos, ao porto de Rio Grande; pela BR 290, fazendo a ligação norte/sul, de Uruguaiana a Porto Alegre; pela BR 153, fazendo a ligação leste/oeste, ligando a BR 290 à cidade de Bagé. Caçapava do Sul é privilegiada com uma entrada via Uruguai e outra via Argentina, o que torna a cidade importante rota nos caminhos do Mercosul.

> A localidade, historicamente, tem uma forte relação com a criação de gado e ovelha, questões favorecidas pelas características geográficas e agroecológicas; com o tempo surgiram trabalhos artesanais na região com o couro do gado e com a lã ovina. O couro era utilizado para confecção de acessórios domésticos (móveis) e para montaria (corda, arreios, dentre outros) e a lã retirada da ovelha utilizada para confeccionar roupas e acessórios domésticos, através do trabalho manual das mulheres com a utilização dos teares, da roca e do fuso (VARGAS, 2016, p. 26).

O uso do território provocou inúmeras territorialidades e desterritorializações ao longo do tempo, desde a ocupação indígena, passando por incursões e influências espanholas e jesuíticas, posteriormente, uruguaias e argentinas, para então ser reclamada e fortificada pela Coroa portuguesa nos séculos XVIII e XIX.

> Ao longo das perspectivas distendidas do domínio das coxilhas, dotadas de pradarias mistas, existem pequenos retiros de estâncias envolvidas por cercas vivas e arvoredo baixo, além de minúsculos bosques de eucalipto que servem como defesa contra o frio e o forte vento minuano. Diante da pergunta sobre qual seria a função desses minúsculos bosques, um peão da Campanha respondeu rapidamente: “Vizinho, n´um sabe: aquelas árvores servem para defender o gado do frio, do vento ou do muito sol e calor do verão”. Fiquei pensando que muita gente no mundo tem menos proteção do que o gado da terra gaúcha (AB´SABER, 2003, p. 108).

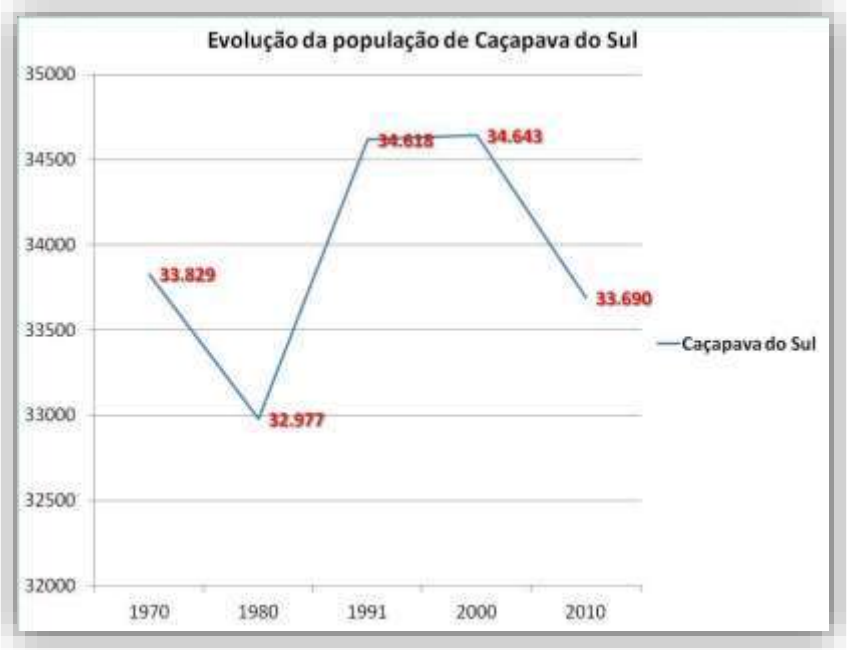
A gênese da formação cultural, social e econômica do Rio Grande do Sul confunde-se com a região da campanha. Alguns de seus aspectos são analisados a seguir.

A dinâmica social e econômica de Caçapava do Sul

Caçapava do Sul experimenta um processo social e econômico bastante comum a municípios de sua região, como Cachoeira do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, dentre outros. Com a Revolução Verde, efetivada tardiamente no Brasil, mas, pioneiramente, no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1970-1980-1990, de intensa mecanização da

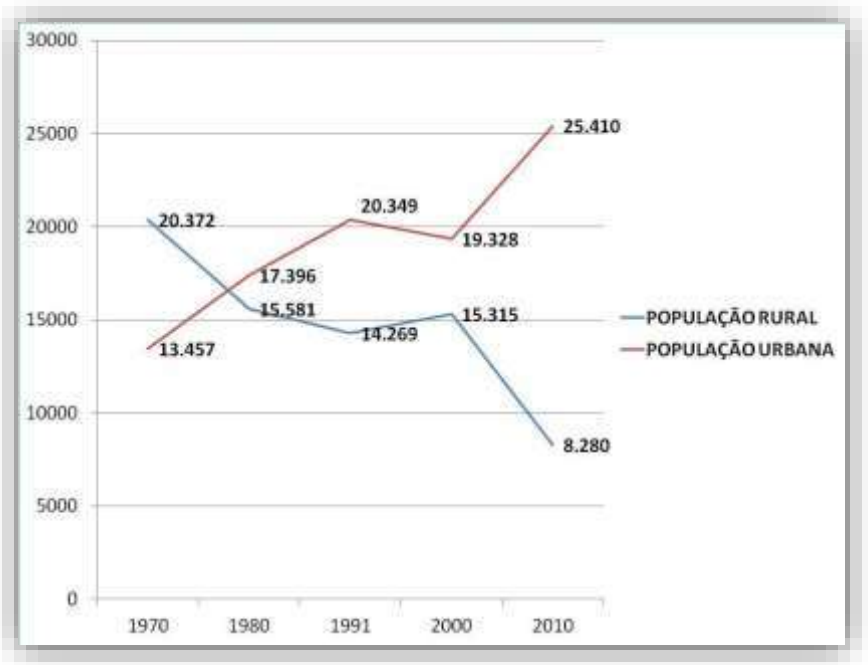
agricultura e introdução de novas culturas, especialmente a soja e a silvicultura, o território rural e suas territorialidades transformaram-se, com a evasão em larga escala das famílias, repelidas por um processo mecânico e ainda mais concentrador de terras, acentuando o capitalismo monopolista rural do agronegócio. Com isso, o Brasil, que apresentava até a década de 1940 cerca de 60% de sua população na zona rural, assistiu a uma migração massiva para as cidades, especialmente as industriais, inclusive interestaduais. Tal fato foi denominado por Haesbaert (1998), no Rio Grande do Sul, como a “diáspora gaúcha”. Assim, diversos municípios gaúchos que mantiveram suas matrizes produtivas originais baseadas no setor primário tiveram um declínio populacional ou sua inércia, ao passo que outras regiões atraíram migrantes nos territórios urbanos com empregos derivados da industrialização. Caçapava do Sul insere-se nesse contexto, tal como é possível observar nos censos do IBGE de 1970 a 2010 (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Gráfico da evolução da população de Caçapava do Sul 1970-2010.



Fonte: IBGE (2017)

Figura 2: Evolução da população urbana e rural de Caçapava do Sul 1970-2010



Fonte IBGE (2017)

Percebe-se que houve um declínio populacional nas primeiras décadas, suavizado posteriormente, mas, reincidente a seguir. Ao comparar com outros municípios do Estado e do Brasil, é possível notar um evidente declínio nos dados de crescimento populacional. Quando analisado o território rural é possível compreender com maior exatidão o processo destacado, pois, em 1970, a população rural de Caçapava do Sul representava mais de 60% do total ao passo que, em 2010, representa pouco mais de 24%:

A dinâmica territorial e sua desterritorialização provocou novas territorialidades em Caçapava do Sul. Estas multidões que migram às cidades buscam novas possibilidades de emprego e renda, além de formação educacional e profissional, que muitas cidades não disponibilizam a todos seus habitantes por inúmeras razões, o que as leva a migrar para outras regiões. Esse processo é ilustrado na canção “Herdeiro da pampa pobre” dos compositores gaúchos Vaine Darde e Gaúcho Da Fronteira, que problematizaram essa contradição.

> Mas que pampa é essa que eu recebo agora
> Com a missão de cultivar raízes
> Se dessa pampa que me fala a história
> Não me deixaram nem sequer matizes?
>
> Passam às mãos da minha geração
> Heranças feitas de fortunas rotas
> Campos desertos que não geram pão
> Onde a ganância anda de rédeas soltas (Vaine Darde; Gaúcho da Fronteira)

Esse fenômeno pode ser percebido em Caçapava do Sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) em 2015 o salário médio mensal do município era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 164 de 497 (salário médio mensal) e 230 de 497(pessoas ocupadas), respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 934 de 5.570 e 1.510 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 146 de 497 dentre os municípios do estado e na posição 3.675 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. Em 2014, tinha um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R$ 19.191,46. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 366 de 497.

Em 2015, Caçapava do Sul tinha 75,6% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 345 de 497 e, quando comparada a cidades do Brasil todo, ficava em 4.186 de 5.570. Ou seja, o município é altamente dependente de fontes externas, estadual e federal, pela ausência de geração local de renda. Ao mesmo tempo, houve uma grande concentração fundiária baseada no agronegócio mecânico que repeliu o homem do campo.

No agronegócio prevalecem os interesses exógenos aos nacionais. Todo o processo produtivo – desde as sementes, fertilizantes, pesticidas, estocagem e mercado – está vinculado aos ditames do capital estrangeiro, com apoio do Estado neoliberal para escoar a produção, diminuindo despesas e maximizando lucros. A corrida por terras agrícolas levou investidores estrangeiros a adquirir pelo menos 83 milhões de hectares em países em desenvolvimento entre 2000 e 2010, segundo o Deutsche Bank, sendo o Brasil o preferido na espoliação (ASSIS MOREIRA, 2012).

> Essa apropriação massiva de terras pelo capital foi acompanhada de sua exploração para fins de produção (commodities) para agroexportação, de tal maneira que apenas quatro grupos de produtos agropecuários e florestais responderam, em 2010, por 75% das exportações brasileiras de produtos de origem rural: soja e derivados, 22 %; carne e couros, 25%; madeira, celulose e papel, 17%; açúcar e álcool, 11%. É evidente a oligopolização da oferta e comercialização de produtos agropecuários por apenas 10 grandes empresas transnacionais (Bunge Alimentos, Cargill, Souza Cruz, Sadia [antes da fusão com a Perdigão], Brasil Foods [Fusão Sadia com Perdigão], Unilever, Copersucar, JBS, Nestlê e ADM). Esse grupo de empresas transnacionais alcançou 59,9 % do Valor Bruto da Produção – VBP agropecuária do país na safra 2009/2010.7 Essa concentração econômica sugere que tanto a ocupação da terra como os produtos a serem plantados estão sendo determinados pelos interesses oligopolistas dessas empresas (CARVALHO, 2013, p.37).

As facilidades produtivas de um Estado a serviço destas corporações e alguns latifundiários têm provocado processos diferenciados de exploração, mas, com as mesmas intencionalidades finais. Na região da campanha gaúcha há a expansão acelerada da silvicultura (eucaliptos e pinus) e da soja. O setor da silvicultura atua na lógica da territorialização do monopólio. Quer dizer, atua no sentido de produzir em terra própria senão a totalidade, pelos menos a maior parte da matéria-prima que necessita. Diferente é o que ocorre nos demais setores do campo, como por exemplo, o setor de grãos, onde os grandes monopólios, tais como ADM, Cargill, Bunge, LDC, não produzem os grãos que monopolizam em terras próprias, por certo eles nem as tem. Ao contrário, dos setores da silvicultura e sucroenergético, no setor de grãos ocorre o processo de monopolização do território, pois nele há uma aliança de classe entre a burguesia mundial e a burguesia agrária brasileira que pode ou não ser também, proprietária de terras (OLIVEIRA, 2010).

Essa expropriação em nada interessa à população local, tão somente a oligarcas e corporações estrangeiras, pois não emprega, não gera renda, repele as famílias do campo, perde-se a biodiversidade da região e todos os elementos que dela derivam, inclusive os saberes tradicionais e a disponibilidade da matéria-prima local, como a produção artesanal em lã e couro. A pecuária tradicional ambientada historicamente cede território à soja e à silvicultura, ambas degradantes e exógenas, meramente especulativas.

> O aumento contínuo da produção de soja também não se dá em favor da redução da fome no mundo. Ocupando o lugar da agricultura familiar diversificada, a maior parte da soja produzida é destinada à conversão de proteína vegetal em animal, com o objetivo de suprir o mercado consumidor de carnes. Abastece, assim, um mercado de consumidores privilegiados, estimulando-os a adotar padrões de consumo pouco saudáveis e insustentáveis, à medida que não podem ser estendidos ao conjunto da população mundial (SCHLESINGER, 2006, p. 70).

Nesse contexto, alternativas são pensadas por diversos agentes públicos locais, estaduais e federais, obviamente aqueles não engajados no modelo anteriormente descrito, no sentido de ofertar políticas públicas que possibilitem a manutenção das famílias no campo, bem como a geração de emprego e renda nas cidades. Nesse cenário, se destaca o artesanato como uma delas.

O artesanato como práxis emancipadora

O artesanato consiste numa atividade cultural que pode contribuir significativamente na construção material de famílias e até mesmo tributária dos municípios. Segundo o Manual do Programa Gaúcho do Artesanato (2017), pode-se definir o segmento como:

> É o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos, para o cotidiano do homem, produzidos de maneira independente, usando matéria-prima em seu estado natural e/ou processados industrialmente, mas cuja destreza manual seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão (MANUAL DO PROGRAMA GAÚCHO DO ARTESANATO, 2017).

O artesão pode ser assim conceituado pelo referido manual:

> É o profissional que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças (MANUAL DO PROGRAMA GAÚCHO DO ARTESANATO, 2017).

Os objetos artesanalmente confeccionados traduzem comportamentos, expressam mensagens, transmitem informações, possuem sentidos e têm significados para o contexto do artesão que o produz (VARGAS, 2016). As características do produto confeccionado à mão estão de acordo com a criatividade, o saber do artífice e a matéria-prima utilizada, a qual, na maioria das vezes, é encontrada na região onde o mesmo vive (LIMA, 2005). O enaltecimento do artesanato oportuniza outra perspectiva diante da expansão do mercado capitalista, a sua reorganização monopolista e transnacional tende a integrar todos os países, todas as regiões de cada país num sistema homogêneo, que padroniza e uniformiza. Porém, ao mesmo tempo em que padroniza, o capitalismo tenta a busca pela inovação ou recriação, como se depreende da citação a seguir.

> O capitalismo engendra os seus próprios mecanismos para a produção social da diferença, mas também utiliza elementos alheios. As peças de artesanato podem colaborar nesta revitalização do consumo, já que introduzem na produção em série industrial e urbana — com um custo baixíssimo — desenhos originais, uma certa variedade e imperfeição, que por sua vez permitem que se possa diferenciá-las individualmente e estabelecer relações simbólicas com modos de vida mais simples, com uma natureza nostálgica ou com os índios artesãos que representam esta proximidade perdida (CANCLINI, 1973, p.65).

Nesse contexto de busca de identidade, de raízes perdidas, de nebulosa padronização imposta pelo capitalismo monopolista, o artesanato pode ensejar uma nova perspectiva social e econômica, emancipadora de comunidades inteiras, traçando novos paradigmas a elas. Pois que o artesanato é uma práxis libertadora, reintegradora do homem, recondutora de suas totais potencialidades, merece empenhos, esforços, em sua defesa, valorização e reconhecimento (VIVES, 1983).

O artesanato reúne algumas importantes virtudes: Social – possibilita ao artesão melhores condições de vida e atua contra o desemprego; Artístico – desperta as aptidões latentes do obreiro e aprimora-lhe o intelecto. Suas mãos, obedientes a impulsos mentais e inteligentes, deslocam a matéria-bruta, grosseira e passiva, e convertem-na com o calor de sua imaginação em coisa útil e, por vezes, bela; Pedagógico – trabalhos manuais são de grande valor para a criança em idade escolar, principalmente, os de carpintaria, modelagem e papel recortado; Moral – pode dar causa ao aperfeiçoamento espiritual e moral do artesão, sendo certo que o trabalho afasta a pessoa dos vícios e da delinquência; Terapêutico – abranda o temperamento hostil ou agitado de pessoas que sofrem desvios de personalidade, as quais poderão corrigir suas aberrações através da ocupação manual; Cultural – o artesão imprime traços de sua cultura nos objetos que produz, consciente ou inconscientemente; Psicológico – o artesão se sente valorizado com sua arte porque faz objetos que têm serventia e isto lhe dá a certeza íntima de ser útil à comunidade (MARTINS, 1973).

Todas essas virtudes são libertadoras. Pode-se, ainda, sublinhar a liberdade das emoções, da alegria de quem produz o artesanato, sua realização pessoal em cada obra cuidadosa e carinhosamente produzida, satisfação com sua dedicação, sua capacidade pessoal, resgatando sua ancestralidade afetuosamente, afirmando o pertencimento sentimentalmente.

O artesanato, a estética e a arte

O belo é algo buscado pela humanidade ao longo da história, desde a Antiguidade grega. O saber fazer artesanal inspira-se no belo contido numa identidade cultural. O belo é fruto de um consenso, o que não significa gosto individual e sim um acordo que exige, das pessoas, destreza, perspicácia, imaginação, criatividade, gosto refinado e apurado para reconhecer e expressar a força e a elegância do belo (BAUMGARTEN, 1993). Toda a obra de arte é um reflexo da consciência social. O belo não é uma realidade absoluta e intocável pelo humano: o belo é o resultado do trabalho humano realizado em comunidade HEGEL (1999). Assim, a estética também buscada pelo artesanato para alcançar seu público consumidor é, isto sim, uma construção social, o que agrega mais interesse em seu produto, pois está mais profundamente envolto no seio desta comunidade, contribuindo para sua identidade.

O saber tradicional e a globalização

O artesanato, como visto, busca expressar esteticamente o belo. Tal como outros segmentos artísticos é concebido socialmente. Certa especialidade possui ainda um traço

mais significante: o saber tradicional. Usar o termo tradicional para designar uma peça criada com o saber-fazer manual, adquirido através do conhecimento das gerações passadas, remete a duas interpretações distintas: a) o sentido de autenticidade e pureza; ou b) de atraso. Interpretar o fazer do artesão como atrasado e, como tal, precisa ser modificado e incorporado ao modelo industrial, acabaria com a reprodução material da tradição, ou seja, das práticas sociais e culturais herdadas pelo artesão. Mas, é justamente o fato de ter significações sociais, culturais e simbólicas que, por vezes, somente a comunidade possui, que dará o sentido de autenticidade no fazer do artesão (ALVIM, 1983).

O saber tradicional remete ao processo de valorização da cultura popular, tão vilipendiada com a globalização e a indústria cultural, especialmente estrangeira. A globalização se apresenta como um objeto fugidio e não trabalhável. Por meio de estruturas institucionais e mercados de bens materiais e símbolos difíceis de identificar, a globalização acentua a dependência econômica e cultural em relação aos centros globalizadores. O resultado desse processo é a crescente “americanização” da cultura na América Latina (CANCLINI, 2003).

De acordo com Santos (2009, p.143):

> Um esquema grosseiro, a partir de uma classificação arbitrária, mostraria, em toda parte, a presença e a influência de uma cultura de massas buscando homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular; mas também, e paralelamente, as reações desta cultura popular. Um primeiro movimento é resultado do empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades.

Os idealizadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho demonstram grande preocupação acerca desta invasão cultural.

> Quando a cultura de determinado povo é invadida por novos hábitos e novas ideias, duas coisas podem ocorrer: se o patrimônio tradicional dessa cultura é coerente e forte, a sociedade só tem a lucrar com o referido contato, pois sabe analisar, escolher e integrar em seio aqueles traços culturais novos que, dentre muitos, realmente sejam benéficos à coletividade; se, porém, a cultura invadida não é predominante e forte, a confusão social é inevitável: ideias e hábitos incoerentes sufocam o núcleo cultural, desnorteando os indivíduos, e fazendo-os titubear entre as crenças e valores mais antagônicos (LESSA, 2017).

O uso intenso da força midiática é a grande arma usada pelos países hegemonistas.

> Ao se organizarem para produzir mercadorias cada vez mais padronizadas, sob forma de telenovelas, filmes da nova geração hollywoodiana, vídeos, discos e fitas musicais, e para distribuí-los em escala planetária, explorando as novas tecnologias de telecomunicações por satélite e por cabo, essas indústrias (de mídia) tiveram, ao mesmo tempo, um papel importante em

> reforçar o nivelamento da cultura e, com isso, a homogeneização da demanda a ser atendida a nível mundial. O condicionamento subjetivo dos habitantes do planeta pela “persuasão” da mídia, bem como o papel especial desempenhado pelos EUA na dominação do imaginário individual e coletivo, leva A. Valladão (1993) a dizer que “o século XXI será americano (CHESNAIS, 1996, p. 40).

O agente fundamental de equilíbrio da voracidade das corporações estrangeiras é o Estado. Ao zelar pelo mercado interno de produtos como sapatos, matérias-primas, manufaturas, no que se refere ao imaginário nacional, à promoção da cultura, este cuidado deveria ser redobrado, pois o valor destas primeiras mercadorias se atém meramente ao valor físico destas, enquanto que a cultura e a arte perpetuam-se. O Estado brasileiro tem limitado sua ação a um modesto apoio assistencialista, colonizado e envergonhado, à produção cultural de elite ou de pequeno impacto social através de isenções fiscais, sem se preocupar em promover e garantir a livre competição nos mercados culturais de massa, onde se forma o imaginário social, essência da própria existência da nação brasileira e da possibilidade desta se organizar para enfrentar seus extraordinários desafios e realizar seu potencial (GUIMARÂES, 2008).

O saber tradicional gaúcho e o tradicionalismo gaúcho

O território é entendido como um lugar de relações sociais, conexões e redes. De vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural, como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir (SAQUET, 2007). A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 2007).

Nesse sentido, analisa-se o gentio gaúcho, habitante dos pampas, das serras, das planícies litorâneas, índio, europeu, negro, miscigenado. Para a formação dessa identidade deve-se levar em consideração o isolamento geográfico do Rio Grande do Sul, sua integração tardia ao resto do país. O gaúcho é, socialmente, um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra, visto como ser rude, o que foi contemporaneamente incorporado à identidade regional (OLIVEN, 1983).

Se, de uma parte, as elites tentaram forjar um gaúcho europeizado, branco, heroico, patriarcal, a cultura popular gaúcha baseia-se em outros paradigmas, de um herdeiro das lidas campeiras, do índio, do povo rude num ambiente rude, do negro das charqueadas, das disputas fronteiriças, agregando o imigrante, todos miscigenados.

> Afinal de contas, o que é um gaúcho? Um sujeito branquíssimo e louro chamado Schultz? Aquele senhor corpulento e corado, que atende ao nome de Carotenuto? Ou será aquele outro de apelido luso e cara indiática como o autor deste artigo? Porque o Rio Grande do Sul é talvez o mais sortido

> cadinho racial do Brasil. Neste verde “caldeirão” onde em remotas eras vagueavam várias tribos de índios, os primeiros povoadores puseram a ferver a rústica e honrada açorda açoriana, à qual se acrescentaram elementos vindos de outros pontos do Brasil. A sopa foi temperada com ervas indígenas e africanas; mais tarde lançaram-se nela um pouco de repolho germânico e condimentos como a manjerona italiana e outras especiarias vindas não só da Europa como até mesmo do Oriente próximo e remoto. Qual vai ser o aspecto e o “gosto” dessa mirabolante mistura? Isso será coisa apenas para os olhos e o paladar do futuro (VERÍSSIMO, 1964, p. 243).

Contudo, esta construção ideológica do gaúcho é bastante controversa e oculta muitos elementos elitistas, particularistas, que resistem à complexidade e historicidade de uma cultura que emana da construção popular, que exalta a miscigenação. Quanto aos que negam a existência da miscigenação, a performance mais surpreendente é a de Moyses Vellinho. Impregnado de uma visão inegavelmente racista e brandindo furiosamente seu estilo pedante e insuportável em defesa da pureza étnica dos “fronteiros”, ele é taxativo: “não houve miscigenação. E se alguma mistura ocorreu, ela não é mais do que “desprezível” (DACANAL, 1996).

De outra parte, como resistência cultural à globalização, ascende no estado no século XX o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que busca resgatar os elementos formadores da identidade gaúcha tradicional, sistematizando diversas questões culturais e artísticas. Uma das teses que fundamenta o movimento social reúne sérias críticas à aculturação imposta pelo capitalismo monopolista e suas metrópoles, especialmente os EUA:

> A globalização é o triunfo da lei da oferta e da procura. Seus dogmas são a desregulamentação, a liberdade total para o comércio e para o fluxo de capitais, a privatização das empresas estatais. Com a queda do Império Soviético desapareceu a ditadura do proletariado, mas boa parte da humanidade sujeita-se à ditadura do mercado internacional. Este ameaça o Estado e a própria estabilidade democrática. Os governos deixam de lado questões cruciais de seus povos para atender aos interesses da economia transnacional, em detrimento de sua legitimidade e do próprio Estado democrático. Se contém inúmeros progressos, a globalização se dá indubitavelmente numa onda de dificuldades para a civilização. De um lado ela apresenta novidades fascinantes, de outro cria circunstâncias selvagens, iconoclastas. [...] No plano cultural, a globalização tenta se sobrepor às raízes dos povos. Na Amazônia, no interior do Rio Grande, no Rio de Janeiro, na Rússia, na Índia ou na China e até nos países islamistas, o contato com mensagens provenientes de milhões de telas de televisão e computadores provocam os mesmos gostos, os mesmos desejos, insinuam os mesmos valores, sugerem a mesma fantasia de vida. Em toda a parte a juventude organiza suas preferências pressionada para padrões homogeneizados. Tenta-se colonizar o mundo culturalmente à moda Disney, que é extremamente singela e por isso mesmo difundida com sucesso. Ela explora a concorrência entre o difícil e o fácil, o lento e o rápido, o complexo e o simples. As sociedades com vitalidade cultural caracterizam-se pelo lado difícil, lento e complexo da vida. Os momentos de indiferença, esgotamento e indolência das culturas são marcados pelo aspecto fácil, rápido e simples de todas as coisas (LIMA, 1997).

Com o movimento social, os saberes tradicionais, além de retratarem a identidade histórica e sentimental do gaúcho com seu território, tem crescido sua organização através dos Centros de Tradições Gaúchas, espalhados pelo estado, pelo país e pelo mundo, num processo que se pode vincular com a diáspora gaúcha. Nesses espaços, os saberes tradicionais são ressignificados em um mercado simbólico e, desse processo, surgem festivais de música, de dança, feiras, num grande arcabouço cultural, numa realidade agora urbana, visto o êxodo rural de multidões nas últimas décadas. Nas cidades, buscam cultuar suas origens ou de seus ancestrais, suas tradições, ainda que com elementos difusos, distorcidos e outros ignorados, tal como a ocultação da Batalha de Porongos, que massacrou os heroicos e abolicionistas lanceiros negros. Contudo, há que assinalar que, dialeticamente, o tradicionalismo gaúcho tem como marca elementar a resistência cultural ao massacre colonizador de corações e mentes impetrado pela indústria cultural estrangeira.

> Os castelhanismos que por ventura existam no nosso linguajar justificam-se pela proximidade da Argentina e do Uruguai. Não há no mundo, que eu saiba, fronteira estanque. E se vamos continuar o capítulo dos estrangeirismos, chamarei a sua atenção para o uso de termos como hey, hi, ciao, bye-bye e outros que se insinuaram na língua corrente brasileira nestes últimos vinte anos e que na minha opinião têm muito menos “legitimidade” que os nossos castelhanismos (VERÍSSIMO, 1964, p. 243).

E o escritor gaúcho não assistiu à era dos *downloads, fast-foods, popstar...*

Trabalho de campo: o artesanato em Caçapava do Sul

No município de Caçapava do Sul há cerca de duzentos artesãos cadastrados, dentre urbanos a rurais. Há dois espaços disponibilizados para exposições e lojistas no centro da cidade, junto à agência da Fgtas e na Feira Municipal de Artesanato (Femapro), localizada no centro da cidade. Segundo veiculado no portal da Prefeitura Municipal, a feira tem 19 anos, é fixa e mantém 28 estandes com diversos produtores, com predomínio do artesanato local e a diversidade de produtos caseiros. Na Femapro ainda são oferecidos prestação de serviços (costureira e cabeleireira) (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Imagens da Loja da FGTAS no centro de Caçapava do Sul

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 4: Imagens da FEMAPRO no centro de Caçapava do Sul

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Vila Progresso: um território de múltiplas territorialidades

A Vila Progresso, localidade distante a 25 km da sede municipal, é uma pequena aglomeração urbana às margens da BR-290, em Caçapava do Sul. A comunidade conta com 68 famílias, constituídas por pequenos proprietários que possuem terrenos de aproximadamente 1,5 hectares. Algumas destas famílias possuem outras áreas em localidades próximas, onde cultivam produtos e criam animais para o consumo; existem casos, em menor número, de famílias que possuem áreas arrendadas destinadas à produção de soja, arroz ou criação de gado. Possui posto de saúde, agente comunitário de saúde, luz elétrica, água encanada com poços artesianos, coleta de lixo, escola, igrejas, salão de festas, supermercado, agropecuária, loja de material de construção (VARGAS, 2016). A economia local apoia-se fundamentalmente na mão de obra familiar, no artesanato de lã, nas lojas à beira da estrada, nas recentes pousadas, na agricultura familiar, safristas e em outros empreendimentos como a indústria de azeite de oliva e a silvicultura.

O artesanato em lã da Vila Progresso como práxis de saberes tradicionais gaúchos

A base artesanal na qual se organizou a dinâmica territorial da Vila Progresso é o artesanato em lã. A origem está intrinsecamente relacionada ao clima da região e da ocupação territorial e suas territorialidades derivadas. Historicamente o gaúcho pobre – índio, bandeirante desertor, castelhano, militar português – tinha a necessidade de agasalhar-se do clima frio da região e utilizou os recursos disponíveis para tal, como a lã de ovelha, o couro bovino, empregando técnicas rudimentares como o fuso, a roca e o tear manual.

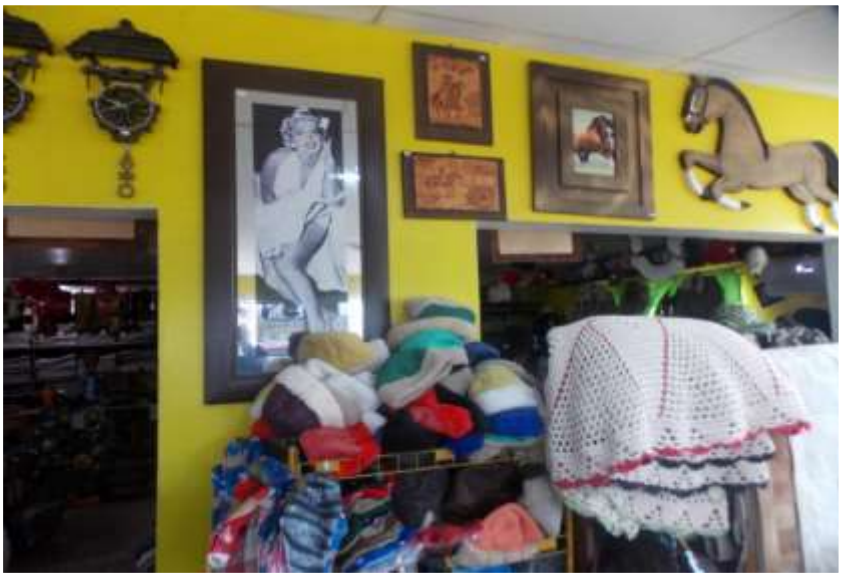
O artesanato em lã desenvolveu-se na Vila Progresso há cerca de três décadas. Atualmente são 16 famílias de artesãos na comunidade, gerando em torno de quarenta empregos diretos e indiretos, entre homens, mulheres, jovens, adultos e idosos. O trabalho artesanal tem picos de produção e comercialização na época de outono-inverno, já no período de primavera-verão a comercialização diminui, mas, a criação das peças não cessa. Vários artesãos tecem peças em lã, atendendo a pedidos de encomendas realizadas por clientes de várias cidades do estado, de outros estados e até de outros países. Tal fato demonstra o crescimento do mercado dos produtos artesanais em lã e demais produtos artesanais em couro e madeira, comercializados nas tendas abertas ao público na comunidade. Os produtos em lã são os palas, ponchos, meias, cobertores, que remontam ao resgate do fazer histórico decorrente de um modo de vida rústico (VARGAS, 2016) (Figura 5).

Figura 5: Tear de confecção de palas, cobertores, tapetes

Fonte: Acervo pessoal do autor.

O comércio de lojistas tem crescido, significativamente, nos últimos anos e agregado outros produtos não tradicionais, o que gera controvérsia entre os moradores sobre a significação da atividade da comunidade, quando se notam evidentes traços de industrialização e pulverização comercial, tal como se percebe na Figura 6.

Figura 6: Diversidade de produtos ofertados em alguns estabelecimentos



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Em outros estabelecimentos é possível notar, ainda, a manutenção do espírito de preservação da primazia do artesanato tradicional, incorporando outros produtos, mas, dentro de uma perspectiva de um mercado simbólico. O mercado é um local onde se compra, vende e/ou troca-se produtos. Os artigos comercializados tornam-se simbólicos nesses espaços quando possuem um sentido cultural, histórico ou social. Ou seja, são produtos com vínculos indissociáveis entre o objeto material e o seu significado subjetivo (VARGAS, 2016).

Figura 7: Estabelecimentos tradicionais em sua diversidade de produtos

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Observou-se, na Vila Progresso, a necessidade da comunidade de se vincular ao mercado, sua dinâmica e instrumentos como as novas tecnologias, como, máquinas de cartões de crédito para facilitação de pagamentos a prazo, câmeras de segurança, ar condicionado, numa busca em aprimorar o atendimento aos turistas que circulam na rodovia.

Notou-se, ainda, a presença de uma grande diversidade de produtos derivados da agricultura familiar como mel, premiado na Expointer 2017, soja orgânica, licores, queijos, salames (Figura 8).

Figura 8: Produtos da agricultura familiar local e regional

Fonte: acervo pessoal do autor

Na comunidade é possível destacar, ainda, outras três significativas atividades econômicas que se inserem na dinâmica global: a exploração do turismo, com a organização e construção de pousadas populares e simples para viajantes, especialmente argentinos; a produção de oliveiras, para a produção de azeite e azeitonas; a silvicultura de eucaliptos. As três derivam das possibilidades econômicas que escapam ao saber-fazer local, estão inseridas num contexto global, visando a exportação ou atraindo turistas estrangeiros. Tais possibilidades têm impactado bastante a comunidade local. As três atividades geram emprego e renda, potencializam as possibilidades dos artesãos, mas, também podem gerar impactos como a perda de atenção à atividade original do artesanato que pode perder-se nesse contexto e a degradação dos solos (silvicultura) (Figura 9). Assim, a valorização do saber-fazer tradicional dos artesãos deve ser resguardada pelo poder público e pela sociedade, frente ao processo globalizatório e suas imposições.

Figura 9: Outras atividades econômicas desenvolvidas na V. Progresso – silvicultura, turismo e indústria de azeite

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Considerações finais

O estudo desta comunidade a partir dos pressupostos estabelecidos, onde se considerou identidade, território e territorialidades, saberes tradicionais, tradicionalismo, artesanato e mercado simbólico, bem como o trabalho de campo realizado oportunamente com a presença de agentes públicos, (Prefeitura Municipal, Fgtas, Emater), associação de moradores, moradores tradicionais e novos moradores, possibilitou a compreensão mais aprofundada de uma importante atividade cultural, social e econômica: o artesanato tradicional. Este conhecimento proporcionou duas definições importantes: a necessária valorização deste saber-fazer tradicional, que contribui para a formação da identidade e pertencimento gaúchos; e, a potencialidade social e econômica libertadora deste saber-fazer tradicional, que resgata a cultura, promove a socialização, agrega renda, gera empregos, acalma e alegra a alma.

No artesanato urbano há uma importante função social da atividade: a emancipação psicossocial dos artesãos; o artesanato não é fundamentalmente de provimento econômico, mas, de lazer, um expandir das emoções e sem grandes preocupações com o mercado pois, segundo a associação municipal caçapavana, cerca de 80% dos rendimentos dos artesãos é proveniente de outras fontes, sendo esta, por enquanto, um complemento de renda. Já no espaço rural, há uma dinâmica diferenciada de uso dos saberes com a forte representação das tradições gaúchas, com o uso de estratégias que visam colocar num mesmo espaço produtos tradicionais e contemporâneos, aproveitando o mercado simbólico fortalecido pelo tradicionalismo gaúcho. Há, portanto, uma relação entre tradição, mercado, território e identidade através dos produtos culturais e simbólicos, de resgate cultural, significação e ressignificação, que os processos exógenos da globalização e da apropriação do território, por práticas econômicas estranhas, vêm desterritorializando a seu bel prazer, repelindo o ser humano e, por extensão, afetando sua estima, sua cultura e sua história. Valorizar esses saberes tradicionais é importante para a manutenção da identidade, do pertencimento, de um futuro com significados para as novas gerações.

Referências

AB´SABER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb. **Estética:** a lógica da arte e do poema. Petrópolis: Vozes, 1993.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Horácio M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: dez. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs). **RS:** cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

FGTAS. **Manual do Artesão.** Disponível em: www.fgtas.rs.gov.br/programa-gaucho-do-artesanato. Acesso em: 12 out. 2017.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

HAESBAERT. Rogério. **Territórios Alternativos**. Contexto Acadêmico, São Paulo, 2002.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Revista Território**. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_5_haesbaert.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

GUIMARÃES, Samuel P. **Vulnerabilidade ideológica e hegemonia cultural.** São Paulo: Hora do Povo, 2008.

HEGEL, G.W.F. Estética. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. Prefácio: **Fenomenologia do Espírito**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

IBGE. **Cidades:** Caçapava do Sul. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cacapava-do-sul/panorama. Acesso em: 12 out. 2017.

LESSA, Barbosa. **O sentido e o valor do tradicionalismo**. Porto Alegre: Teses do MTG. Disponível em: www.mtg.org.br. Acesso em: 12 out. 2017.

LIMA, Jarbas. **O sentido e o alcance do tradicionalismo**. Porto Alegre: Teses MTG. Disponível em: www.mtg.org.br. Acesso em: 12 out. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, v. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVEN, R.G. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 9, p. 5-14, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL. **O município**. Disponível em: www.cacapava.rs.gov.br. Acesso em: 12 out. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHLESINGER, S. **O grão que cresceu demais:** a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

VARGAS, Daiane L. **Tecendo tradição:** artesanato e mercado simbólico de uma comunidade rural do pampa gaúcho. Santa Maria: UFSM, 2016.

VERÍSSIMO, Érico. **Rio Grande do Sul:** terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

VIVES, V. de. A beleza do cotidiano. In: RIBEIRO, B. et al. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

Sobre os autores

Henrique Rudolfo Hettwer – Graduação Geografia pelo Instituto Federal de São Paulo (2010); Especialização em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2015); Especialização em Sociologia para o Ensino Médio Humanos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2015); Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-0353-4588

Daiane Loreto de Vargas – Graduação em Tecnologia em Agropecuária: sistemas de produção pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) (2009); Mestrado em Extensão Rural Humanos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2012); Doutorado em Extensão Rural Humanos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2016); Pós-doutoranda em Geografia pela Humanos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-4341-0264

Como citar este artigo

HETTWER, Henrique Rudolfo; VARGAS, Daiane Loreto de. Territorialidades e uma “práxis libertadora” na dinâmica mercantil globalizada: o caso do artesanato em Caçapava do Sul/RS. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 184-204, set.-dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Daiane Loreto de Vargas** ficou especialmente responsável pela revisão bibliográfica do desenvolvimento teórico-conceitual, organização e coordenação de trabalho de campo; o segundo autor, **Henrique Rudolfo Hettwer**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual e aquisição de dados e suas interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 21 de outubro de 2017.
Devolvido para a revisão em 17 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 18 de maio de 2018.

A relação campo-cidade no ensino de Geografia: estudo do Currículo de Geografia do estado de São Paulo

Eliana Menossi Silva Floriano
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: elianamenossi@yahoo.com.br

Sedeval Nardoque
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: nardoque@hotmail.com

Resumo

Este artigo é resultado de dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação (Mestrado) em Geografia da UFMS, campus de Três Lagoas. O objetivo principal foi a análise das dimensões campo-cidade no Currículo Oficial para a disciplina de Geografia, do estado de São Paulo. Nos estudos da questão agrária, têm-se leituras constituídas a partir de diferentes paradigmas: o Paradigma do Capitalista Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Este trabalho alinha-se à concepção teórica baseada no segundo paradigma e sua vertente campesinista**,** defendendo-se a ideia de que a questão agrária e a disputa pelo território expressam-se, também, no ambiente escolar, apontando as críticas à difusão da ideologia capitalista por meio da agricultura moderna, alinhavada, no Currículo escolar, ao Paradigma do Capitalismo Agrário. Para tanto, seguindo estas orientações teórico-metodológicas, analisou-se o material didático e o currículo de Geografia para as escolas estaduais paulista.

Palavras-chave: Currículo; relação campo-cidade; questão agrária; campesinato.

The countryside-city relationship in teaching geography: geography curriculum study of the state of São Paulo

Abstract

This article is the result of a dissertation presented at Post Graduation Program (MSC) in geography of the UFMS, campus of the city of Três Lagoas. The aim was to review the field - city dimensions in the Official Curriculum for the discipline of geography, in the state of São Paulo, Brazil. In studies of the agrarian question, readings from different paradigms have been incorporated: the paradigm of Agricultural Capitalist (PCA) and the paradigm of the Agrarian Question (PQA). This work aligns to the theoretical design based on the second paradigm and its peasantry aspects, defending the idea that the agrarian question and dispute of territory are expressed in the school environment too, pointing out the criticism of capitalist ideology through diffusion of modern agriculture, basted, in the school curriculum, to the paradigm of Agrarian Capitalism. For this purpose, following these theoretical-methodological guidelines, the didactic material and the curriculum of Geography were analysed to the São Paulo state schools.

Keywords: Curriculum; field-city relationship; agrarian issue; peasantry.

La relación campo-ciudad en la enseñanza de Geografía: estudio del Currículo de Geografía del estado de São Paulo

Resumen

Este artículo es el resultado de la disertación presentada al Programa de Posgrado (Maestría) en Geografía de la UFMS, campus de Três Lagoas. El objetivo principal fue un análisis de las dimensiones campo – ciudad en el Currículo Oficial para la asignatura de Geografía, del estado de São Paulo. En los estudios acerca de la cuestión agraria, hay muchas lecturas constituidas a partir de diferentes paradigmas: el Paradigma del Capitalista Agrario (PCA) y el Paradigma de la Cuestión Agraria (PCA). Este artículo sigue la concepción teórica basada en el segundo paradigma y su vertiente campesinada, defendiendo la idea de que la cuestión agraria y la disputa por el territorio se expresan, también, en el ambiente escolar, apuntando las críticas a la difusión de la ideología capitalista por medio de la agricultura moderna, hilvanada, al Currículo escolar, al Paradigma del Capitalismo Agrario. Para tanto, siguiendo estas orientaciones teórico-metodológicas, se ha analizado el material didáctico y el currículo de Geografía para las escuelas estaduales paulista.

Palabras clave: Currículo; relación campo-ciudad; cuestión agraria; campesinado.

Introdução

Este texto tem como objetivo a análise do Currículo paulista para as escolas estaduais, especificadamente na disciplina de Geografia, visando esclarecer como a relação campo-cidade e as disputas territoriais entre agricultura capitalista e agricultura camponesa são abordados. Para esta construção, parte-se da compreensão de questões envolvendo a dinâmica campo-cidade, bem como interpretação das mudanças no campo e ainda a questão camponesa. Essas populações tradicionais têm sido vistas de diferentes formas, sobretudo nos meios científicos, interpretando, em alguns casos, sua condição em vias de extinção, ou ainda em vias de transformação. Como afirma Oliveira (2004, p.35), a compreensão do papel e lugar do camponês na sociedade capitalista brasileira é fundamental, e o entendimento dessa questão passa pela igual compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para melhor referenciar essa discussão, neste trabalho, pautou-se nos paradigmas de interpretação da questão agrária.

Segundo Camacho (2014, p. 120), o Paradigma da Questão Agrária é formado por pesquisadores que entendem as relações sociais no campo sob o modo de produção capitalista a partir da luta de classes, do conflito, da disputa etc. Existe neste paradigma duas tendências: a proletarista e a campesinista. Enquanto a primeira tendência defende a proletarização do campesinato, como necessário para atingir o desenvolvimento pleno das forças produtivas, chegando ao socialismo, numa leitura linear do processo histórico de criação/destruição dos modos de produção; a segunda, a tendência campesinista, defende a recriação e resistência camponesa no modo de produção capitalista, a partir da tese de desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo no campo, que cria/destrói/recria

territórios camponeses e por meio da luta pela/na terra dos movimentos camponeses, leva à conquista de territórios e, consequentemente, à reterritorialização do campesinato.

O segundo, o Paradigma do Capitalismo Agrário, tem como um dos seus principais representantes, Ricardo Abramovay, com a publicação da sua tese de doutorado com o título de *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* (1992). Segundo Fernandes (2008), este autor propõe a ruptura com o paradigma marxista (lenista/kautskyano) e apresenta leitura do desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos por meio de estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou, ao contrário do que expressa a vertente proletarista do Paradigma da Questão Agrária (PQA), vislumbrando que o trabalho assalariado seria predominante. Abramovay (1992) aborda a diferença entre campesinato e agricultor familiar.

O estudo dessas vertentes e de paradigmas de pensamento serviram de embasamento teórico para o desvendamento das abordagens que se faz do campo e as configurações das relações campo-cidade nos materiais de ensino de Geografia nas escolas.

No processo de construção do conhecimento científico tem-se diferentes interpretações da realidade formando conceitos, teorias, categorias, paradigmas, métodos, ideologias etc., elementos da formação do pensamento científico. As diferentes leituras da realidade disputam a hegemonia do processo de avanço do conhecimento científico. Devido a essa disputa, construída a partir da pluralidade de concepções existentes, denomina-se esse conjunto de elementos, formadores do conhecimento científico, de territórios imateriais (FERNANDES, 2009). Nas disputas pelos territórios materiais e imateriais, a agricultura capitalista deixa suas marcas. Sendo assim,

> O território é marcado pelas relações de poder e pelas correlações de forças que estão implícitas e explícitas nas relações sociais. O conceito de território carrega no seu interior noções como o poder, a ideologia, a disputa e o conflito. Sendo que existe uma relação dialética entre os territórios materiais e territórios imateriais, tendo em vista que na medida em que os territórios imateriais influenciam nas mudanças sociais, na formação das leis, nas políticas públicas, na direção da economia etc. estes influenciam na formação de territórios materiais e na mesma medida, dialeticamente, o processo de construção/desconstrução/reconstrução de territórios materiais influenciam na construção/desconstrução/reconstrução de territórios imateriais. (CAMACHO, 2014, p.101).

Fabrini (2008, p.39-42) chama atenção para o fato de que para garantir sua sustentabilidade e eficiência econômica, o agronegócio[1] demanda do Estado uma série de intervenções e garantias. As garantias são de natureza econômica e política. Quanto às garantias econômicas, ressaltam-se os financiamentos, juros baixos, renegociações/rolagem

[1] Esclarece-se que agronegócio não é sujeito, mas, sim, são os capitalistas envolvidos nos negócios derivados das relações estabelecidas e envolvendo a agropecuária, a indústria, o varejo e os bancos.

de dívidas, redução de juros, alongamento de prazos; além ainda de reivindicar do governo investimentos em pesquisa científica e tecnológica, melhoria de infraestrutura e logística, investimentos em comunicação e marketing internacional; desburocratização e facilidades aduaneiras, contribuindo para o comércio.

Dentre as garantias políticas estão as relacionadas à manutenção da estrutura da propriedade privada, portanto, o combate por parte do Estado à ação dos movimentos sociais no campo, às ocupações de terra e aos acampamentos realizados em todo o país.

A agricultura capitalista reclama também investimentos na educação rural (diferente da educação do campo, defendida por movimentos sociais e entidades) para formação de profissionais (operários, técnicos etc.) para desempenharem as tarefas exigidas por essa.

> O estímulo ao pequeno agronegócio e incorporação aos esquemas mercadológicos rebate nos sistemas agrícolas, conhecimentos, saberes, costumes e tradições dos camponeses, deslegitimados em nome de produção moderna, eficiente e competitiva. Esta deslegitimação conta, muitas vezes, com a contribuição das redes de ensino (fundamental, médio e superior) que deprecia tais conhecimentos camponeses identificando-os como primitivos, atrasados e irracionais, contrários ao progresso e a modernidade. (FABRINI, 2008, p.56).

Por outro lado, dentre as várias lutas dos sujeitos do campo, imersos nas disputas pelo território (i)material, está a luta por políticas públicas, como o direito à educação do/no campo, parte da resistência cultural e política camponesa. Segundo Caldart (2009, p.39-41), a educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, em particular à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no campo. Trata-se, em primeiro lugar, de crítica prática: lutas sociais pelo direito à educação, no contexto da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de vida digna; nasceu da experiência de classe e de camponeses organizados em movimentos sociais. A Educação do campo coloca-se como acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido pela sociedade, ao mesmo tempo faz crítica ao conhecimento dominante, que ignora o saber produzido pelos sujeitos do campo, resistindo e construindo suas próprias referências para a solução de problemas sob outra lógica que não a o capital. Trata-se da educação *do* e não *para* os sujeitos do campo.

> A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas': movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas. (CALDART, 2009, p.40).

Desta maneira, a educação no/do campo (CALDART, 2009) permeia os objetivos dos

camponeses de não aceitarem a tentativa de dominação via expansão dos empreendimentos capitalistas pelo campo, via agricultura capitalista, e confrontando com o modelo de educação permeada pelo viés urbano, do currículo centrado na cidade como lócus de desenvolvimento, de prosperidade e de felicidade, contrastando com o campo bucólico, atrasado e residual ou moderno, mas desprovido de gente e recheado de técnica, de commodities. Posto desta maneira, a educação no/do campo tem viés diferente da relação campo-cidade sob outras perspectivas, ou seja, a cidade e o urbano não são o centro do processo, como é a tendência da Proposta Curricular para as escolas estaduais paulistas.

Sendo assim, o território é alvo de disputa tanto nos campos materiais como nos imateriais, pois agricultura capitalista e agricultura camponesa são partes constituintes desse conflito, reflexo da luta de classes: na expropriação e na expulsão dos camponeses, no espraiar dos monocultivos para exportação, via territorialização do capital, no trabalho análogo à escravidão, nos assassinatos dos líderes campesinos mas, também, pela manutenção do modo de vida, forjada na resistência, no caso dos camponeses.

Essa disputa travada, também na esfera das escolas públicas, nas redes estaduais e municipais de ensino, por meio da adoção de currículos de ensino em Geografia, reproduz discursos em conformidade com os conhecimentos hegemônicos, sobretudo, o domínio do grande capital, das grandes empresas transnacionais, sobretudo da agricultura capitalista, ignorando ou muitas vezes deslegitimando os conhecimentos ditos tradicionais ou coletivos.

Currículo de Geografia do Estado de São Paulo

A Proposta Curricular (2008) foi apresentada para as escolas da rede estadual de São Paulo, nos níveis de Ensino Fundamental (ciclo II) e Ensino Médio, com objetivo de apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos. Além disso, garantir às escolas da rede estadual de ensino uma base comum de conhecimentos e competências para que funcionassem de fato como uma rede (SÃO PAULO, 2012, p.7).

O currículo é composto de um conjunto de documentos: o Documento Básico Curricular, o Caderno do Gestor, o Caderno do Professor e o Caderno do Aluno, organizados por disciplina/série (ano). Até o ano de 2014, esses cadernos eram enviados bimestralmente, a partir deste ano, os cadernos dos professores e alunos foram organizados semestralmente. Nesses cadernos estão organizados os conteúdos, habilidades e competências em Situações de Aprendizagem.

Uma das preocupações constantes no currículo de Geografia é a superação da chamada Geografia Tradicional “fundamentada na memorização de fatos e conceitos e na condução de um conhecimento enciclopedista, meramente descritivo” (SÃO PAULO, 2012,

p.74). No documento, destacam-se as transformações no ensino de Geografia nas últimas décadas e a existência de documentos oficiais criticando o ensino de Geografia, como a Proposta Curricular (1996)[2] e os PCNs, década de 1990.

Faz referência as obras de Milton Santos para definição de corpo teórico-metodológico adequado aos novos tempos e o advento das tecnologias de comunicação e informação. O meio técnico-científico-informacional é o principal eixo estruturante do currículo em todas as séries/anos.

Essa ideia pode ser confirmada no texto que define os fundamentos para o ensino de Geografia, a prioridade é discutir os desafios impostos pelas transformações no mundo atual – meio técnico-científico-informacional.

Define como objeto de estudo da Geografia o espaço geográfico, "[...] abrangendo o conjunto de relações que se estabelece entre os objetos naturais e os construídos pela atividade humana, ou seja, os artefatos sociais" (SÃO PAULO, 2012, p.77). Com prioridade para os estudos dos conceitos[3] de território, paisagem e lugar, além do conceito de escala geográfica.

No texto direcionado às discussões acerca da metodologia de ensino-aprendizagem, novamente o discurso é para superação da Geografia Tradicional, posto o professor como mediador do processo ensino-aprendizagem e um rol de recursos que podem ser utilizados no processo.

Essa concepção de ensino da Geografia pressupõe que o professor trabalhe com informações e dados variados, permitindo ao aluno compreender o espaço geográfico como resultado da trama entre objetos técnicos e informacionais, fluxos de matéria e informação, manifestando e atuando sobre a base física. Para tanto, no processo de construção do conhecimento, **é fundamental adotar metodologias que usem – além dos recursos didáticos tradicionais, como os livros didáticos e paradidáticos – os diferentes meios de comunicação e expressão, assim como os recursos da informática e da internet, instrumentos indispensáveis para a circulação de informações** e difusão da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo. (SÃO PAULO, 2012, p. 79, grifo dos autores).

Não está explícito no corpo do texto da Proposta Curricular (2008) o método de embasamento do currículo, a exemplo daquilo que era evidente na Proposta Curricular da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), da década de 1980, apontando os pressupostos da Geografia Crítica e do materialismo histórico-dialético e mesmo dos

[2] No texto do currículo de Geografia, a Proposta Pedagógica elaborada na década de 1980, aparece erroneamente com a data de 1996. A primeira edição da Proposta Curricular para o Ensino de Geografia, 1º Grau, data de 1986, num processo democrático, a versão final, última das sete versões da Proposta, foi publicada em 1992 (KIMURA, 2009, p.26).

[3] No Currículo do Estado de São Paulo são tratados como conceitos, os PCNs tratam como categorias no ensino de Geografia.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), referenciando-se em postura mais diversa, com várias tendências teórico-metodológicas da Geografia. No caso deste novo documento curricular, evidencia-se o estudo a partir de base fenomenológica.

Outra questão diz respeito ao tratamento dispensado aos conteúdos numa abordagem tradicional, se a teoria se preocupa em negar tal abordagem, na prática, vê-se que isso não acontece.

Uma tentativa dos autores para superação da dicotomia no tratamento dos conteúdos elencados é a compreensão dos impactos ambientais relacionados a situações de aprendizagem bem como a noção de desastres naturais e controle ativo e passivo. No texto destinado à metodologia e estratégias, referentes a essas situações de aprendizagem, apresenta-se:

> Os conteúdos deste Caderno, que são ao mesmo tempo diretos e objetivos sobre as realidades da Geografia do planeta e sobre a teoria do conhecimento da natureza, têm como finalidade contribuir para a construção de novas leituras sobre as relações que os seres humanos travam com a natureza. Uma coisa era a litosfera para os seres humanos que não tinham ideia das placas tectônicas e de seus movimentos, e outra bem diferente é para quem acompanha esse movimento e entende por que algumas áreas são mais perigosas para a vida humana, visto que são suscetíveis aos desastres. Isso precisa ser bem compreendido e é assunto indispensável numa nova Geografia escolar. (SÃO PAULO, 2014, p.11).

O que há de novo nestes estudos a ponto de considerar uma nova Geografia escolar? O que dizer da abordagem tradicional do estudo das placas tectônicas, por exemplo, com apenas a identificação das placas tectônicas, suas localizações, apenas como descrições dos fenômenos? O discurso é um engodo e a prática é antiga, para não deixar dúvidas, não difere em nada da Geografia Tradicional.

Rossi (2011, p.113), em análise a proposta curricular, afirma que a mesma não rompe com a Geografia Tradicional e nem mesmo consolida uma Geografia mais crítica, não supera a questão conteudista e despreza o papel do professor típico da educação bancária. O autor critica ainda a demasiada importância dada aos conteúdos em torno da sociedade informacional ligada às novas tecnologias, semelhante à prática jornalística, cuja finalidade única da Geografia seria o acesso à informação.

Com isso, a Geografia é banalizada e superficializada, se tornando um foco de busca de informações supostamente atuais e voltadas para o senso comum. Os métodos são desprezados e os conteúdos tornam-se meros segmentos deslocados da realidade, fragmentados e voltados para um fim, e não mais como meio, na busca de entendimento e de significado dos não geógrafos. Portanto, não se forma e nem informa (ROSSI, 2011, p.113).

A valorização dos meios de comunicação e informações, como procedimentos metodológicos de aprendizagem, é constante no currículo:

> Essas questões, presentes diariamente nas inúmeras redes de comunicação, compõem o cenário no qual os jovens vivem e atuam e devem se transformar em contextos para a discussão e a compreensão do universo que os cerca. São essas as necessidades essenciais que mobilizam formas de pensar e agir de um cidadão do século XXI [...]. (SÃO PAULO, 2012, p.77).

Arbex Júnior (2001) auxilia na compreensão acerca do mundo das informações na atualidade e pode ser usado como referência de crítica ao uso dos meios de comunicação na educação. Em sua obra, o autor discute o processo criador do mundo da memória total, o que autores pós-modernos chamam de câncer da informação. Refere-se ao crescimento desordenado e o uso prático da quantidade de dados colocados à disposição dos indivíduos e por eles acumulados das mais diversas maneiras, inclusive a atuação da rede de televisão e serviços de notícias veiculados pelas redes de computadores, fornecendo notícias 24 horas por dia. A abundância de informações torna urgente para a divulgação de notícias ou informações exclusivas. A velocidade é cada vez mais importante para a atividade jornalística. Entretanto, tal comportamento cria novo paradoxo: a quantidade de informações produzidas de maneira incessante também produz a amnésia permanente. O que interessa é a novidade e esta é produzida industrialmente a cada dia, hora e minuto, assim, a enxurrada de informações convida o leitor ou telespectador a não refletir acerca do noticiado, ele logo se entrega ao novo evento (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 88-90).

Pode-se tratar a notícia como produção,

> Mas é igualmente insustentável a pretensão de que tais fatos possam ser “capturados objetivamente” e retransmitidos “fielmente” ao público, como se o jornal fosse um “espelho da realidade”. [...] Não apenas o olhar do observador é seletivo quanto ao evento presenciado, como **ao relatar um evento, o observador seleciona, hierarquiza, ordena as informações expostas, fazendo aí inferir as suas estratégias de narração.** (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 106-7, grifo dos autores).

Os fatos existem, mas não como eventos naturais, assim, eles se revelam ao observador e são por ele construídos; o que está sendo noticiado foi ao mesmo tempo interpretado, analisado, existe motivação para que o repórter estrategicamente tente demonstrar, existe um contexto e possíveis desdobramentos, enfim, a notícia passou pelo crivo de análises e o que o telespectador ou leitor recebe é a interpretação de alguém acerca de um fato, portanto, uma produção.

Outra questão analisada por Arbex Júnior (2001) é o domínio das grandes corporações nos veículos de comunicação de massa. Atualmente esses grupos não defendem mais os seus interesses apenas comprando espaços na mídia, mas, sobretudo, adquirem os veículos de informação, a mídia torna-se sinônimo de megainvestimentos. Compreende-se, dessa forma, o monopólio exercido por essas empresas em relação aos meios de comunicação, orientados por seus interesses políticos.

No Brasil, além do monopólio exercido, constata-se a desigualdade social na relação entre mídia e público. Segundo Arbex Júnior (2011), as três maiores redes de televisão (Globo, SBT e Bandeirantes) tinham um público de mais de 60 milhões, enquanto os quatrocentos jornais diários publicados no país (dos quais os três mais importantes são a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo) não conseguem vender juntos mais de 7 milhões de exemplares. Em comparação, o número de telespectadores e leitores no país, conclui-se que a principal fonte de informação dos brasileiros é a televisão.

> Assim, no Brasil como no resto do planeta, uma análise um pouco mais cuidadosa do emaranhado de publicações, programas de televisão e todo tipo de "veículo especializado" revela, de fato, um núcleo muito pequeno que produz os conteúdos que serão depois divulgados e reverberados. Os empresários e *publishers* que controlam esse pequeno núcleo, formado pelos grandes veículos de comunicação de massa, ou mesmo os jornalistas que adquirem visibilidade e uma certa autonomia dentro desses veículos são pessoas que necessariamente, se identificam com esse sistema, ou que são, no mínimo, por ele toleradas, não importa por quais razões. São essas pessoas que selecionam, editam e divulgam as notícias, criando e recriando, diariamente, as imagens do mundo, segundo um esquema que tem como matriz a grande mídia, cujas afirmações e análises são reproduzidas e reiteradas por uma imensa cadeia de veículos menores. Esse é o mecanismo por meio do qual a mídia construiu a hegemonia do "pensamento único" nos anos 90, o discurso "neoliberal" incessantemente propagado e que constitui, provavelmente, sua principal marca distintiva, no plano ideológico, da história da mídia nos anos 90. (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 265).

O trabalho com notícias e informações em sala de aula é de grande importância, entretanto, não é tarefa fácil. Como ressaltado por Arbex Júnior (2001, p.270-1), a "[...] leitura crítica da mídia contemporânea requer ao máximo exercício de interlocução [...]", num exercício de saber identificar vozes, ouvir as múltiplas vozes sociais e tentar resgatar a memória dos fatos, além de ter que lidar com os próprios preconceitos, certezas, percepções. Alia-se a esse contexto a cultura reinante da credibilidade, se passou na televisão é porque é verdade.

A proposta do currículo paulista é desenvolver atividades a partir de leitura de informações e noticiários, sugestão presente, por exemplo, no caderno do professor (SÃO PAULO, 2014, p.66) ou ainda selecionar notícias sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); discutir matérias jornalísticas (SÃO PAULO, 2014, p. 73). Mas, sem embasamento teórico para a compreensão dessas análises, a discussão das notícias ao invés de esclarecer, pode ter efeito contrário, principalmente quando o assunto é o MST, a abordagem por parte da mídia é contrária ao movimento e reprodutiva do discurso da classe dominante, cumprindo o papel de satanizar o movimento ao invés de colocá-lo como um dos mais importantes na luta pela democratização do acesso à terra no Brasil. O próprio Arbex Júnior (2001, s/p) faz referência a esse fato, dedicando seu trabalho a esse movimento: "Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a principal vítima, no Brasil

contemporâneo, das campanhas de injúria, calúnia e difamação orquestradas pelas grandes corporações da mídia".

Análises das abordagens campo-cidade no Currículo de Geografia do Estado de São Paulo

A temática em questão neste trabalho é contemplada nos cadernos do professor e do aluno, no 6º Ano e 7º Ano do Ensino Fundamental, e no 2ª ano do Ensino Médio. No 6º Ano do Ensino Fundamental, a temática campo-cidade é conteúdo previsto para o 4º bimestre, na situação de aprendizagem 5: "Os setores da economia e as cadeias produtivas"; e na situação de aprendizagem 6: "A cadeia produtiva da laranja". As atividades a serem desenvolvidas pelos alunos aparecem em etapas. Na primeira etapa: leitura de esquema, com o tema "Relações entre diferentes tipos de atividades econômicas", utiliza-se as palavras-chaves: insumos, produção agrícola, industrialização, distribuição e consumo final; na sequência, leitura de mapa: população ativa no setor primário e texto (reescrito):

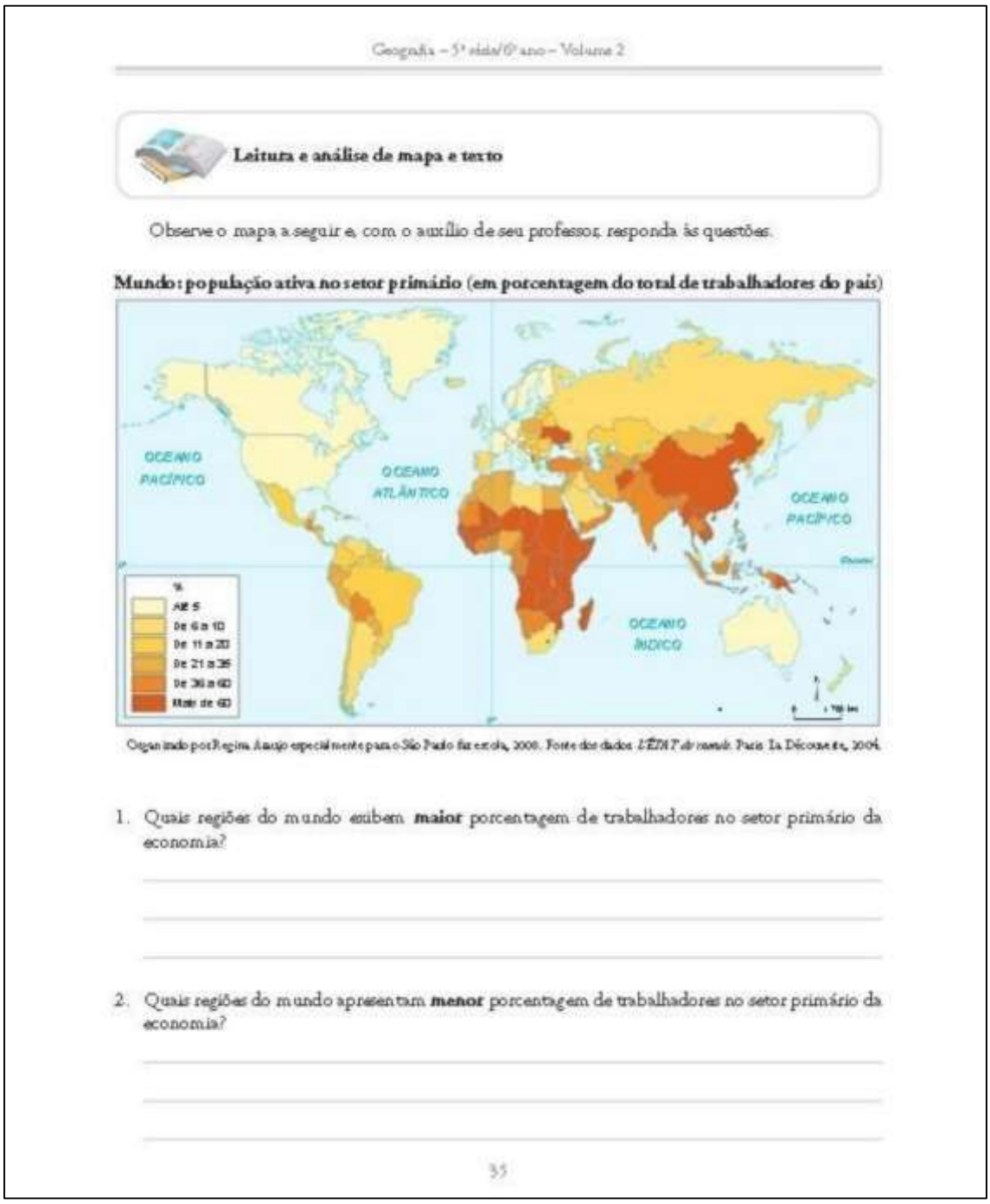
> Em alguns países, uma parcela pequena dos trabalhadores está empregada no setor primário, pois a força de trabalho humano foi largamente substituída pelas máquinas. Também na indústria, tecnologias sofisticadas e a automação reduziram a necessidade de trabalhadores. Por isso, nesses países, a maior parte da população ativa está no setor terciário. (SÃO PAULO, 2014, p.55).

A figura 1 traz uma situação de aprendizagem no caderno do aluno de 6º ano do Ensino Fundamental. Nela, procura-se demonstrar a distribuição da população economicamente ativa pelos setores da economia no espaço mundial e na sequência há sugestão de duas questões relativas às informações contidas na figura.

Com base no texto e no mapa, o aluno responderia se os países com as menores porcentagens de trabalhadores no setor primário são os maiores produtores de alimentos e matérias-primas de origem agrícola. No caderno do professor, a resposta para discussão, associa os maiores produtores de alimentos e de matérias-primas de origem agrícola aos países com predomínio de sistemas agrícolas modernos, poupadores de mão-de-obra. Numa constatação simples e superficial, não há maiores preocupações em discutir a questão, mesmo na sequência de atividades, ainda sendo introdutória, poderia ser problematizada na sequência, mas não acontece.

Nem mesmo nas instruções no caderno do professor, a questão é problematizada, não faz referência a tendência à concentração de terras, à substituição do trabalho humano pela mecanização intensa, à expropriação do homem do campo, aos conflitos por posse de terras, à expansão de monoculturas e impactos derivados desse processo, à dependência cada vez maior de insumos e agrotóxicos nas lavouras.

Figura 1: Situação de aprendizagem 5 referente ao caderno do aluno, 6º ano – volume 2



Geografia – 5ª série/6º ano – Volume 2

Leitura e análise de mapa e texto

Observe o mapa a seguir e, com o auxílio de seu professor, responda às questões.

Mundo: população ativa no setor primário (em porcentagem do total de trabalhadores do país)

Organizado por Regina Araújo especialmente para o São Paulo faz escola, 2008. Fonte dos dados: *L'État du monde*. Paris: La Découverte, 2004.

1. Quais regiões do mundo exibem **maior** porcentagem de trabalhadores no setor primário da economia?

2. Quais regiões do mundo apresentam **menor** porcentagem de trabalhadores no setor primário da economia?

35

Fonte: SÃO PAULO/SEE, 2014, p.35

Na segunda etapa, sugere-se aos alunos montem uma cadeia produtiva, cada grupo elaboraria um relatório com ilustração das etapas de produção, devendo compor ao final um mural. Dando sequência à ideia de cadeia produtiva, na situação de aprendizagem 6: “A

cadeia produtiva da laranja", em três etapas de aprendizagem, sendo a primeira, a geografia da laranja no Brasil. Inicialmente a leitura de mapas (do Brasil e do Estado de São Paulo), as regiões de maior produção de laranja (2012), observando-se a maior produtividade na região Sudeste e no Estado de São Paulo.

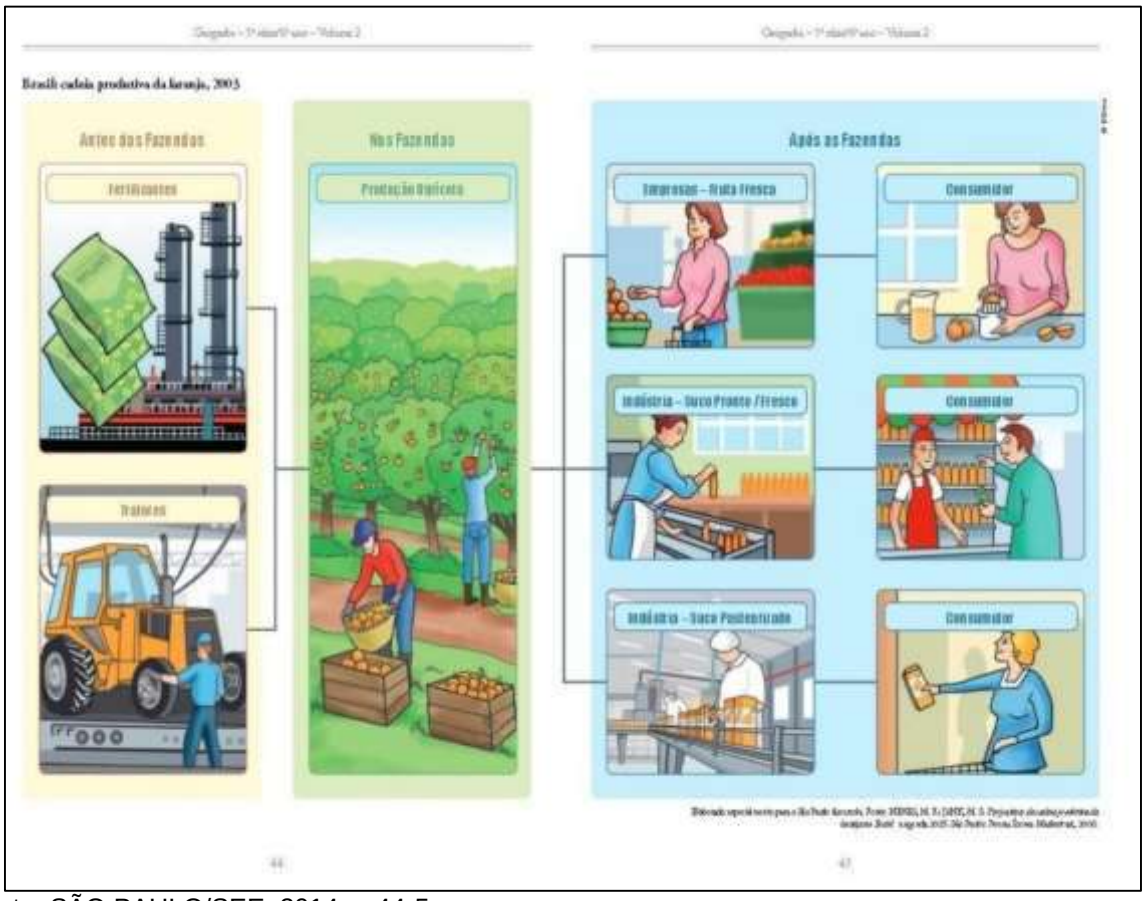
Sugere-se, também, a leitura e análise de gráficos, maiores produtores mundiais, maiores exportadores e maiores consumidores de suco de laranja (2012-2013), e para finalizar, a terceira etapa, "investigando a cadeia produtiva da laranja", leitura de diagrama (antes da fazenda, na fazenda e após a fazenda), como demonstrado na figura 2.

As atividades sugeridas oportunizam, dessa forma, o entendimento da relação campo-cidade a partir da ideia da agricultura capitalista e das cadeias produtivas; campo e a cidade estão relacionados aos setores da economia, evidenciado na afirmativa do documento:

> Trata-se de uma oportunidade de construir com os alunos o conceito de agroindústria, que envolve diversas etapas anteriores e posteriores à produção agrícola propriamente dita e que surge da integração entre a agricultura e a indústria, isto é, entre o campo e a cidade. (SÃO PAULO, 2014, p.56).

A figura 2 apresenta a situação de aprendizagem de relação campo-cidade e das etapas de produção de laranja até à indústria de suco, além do consumo final.

Figura 2: Situação de aprendizagem 6 referente ao caderno do aluno, 6º ano – volume 2



Fonte: SÃO PAULO/SEE, 2014, p.44-5.

Também são ressaltadas as técnicas modernas de produção, bem como as relações com o mercado. Por esta interpretação, existe a complementaridade e a interdependência entre os setores da economia, compreendendo-se, também, as relações entre o campo e a cidade, mas de maneira harmoniosa e, novamente, as relações de conflito não estão presentes, no campo e na cidade (relações de trabalho e de produção, a exploração dos trabalhadores no colheita de laranja, os conflitos agrários, relação entre mercado interno e mercado externo, lavoura para autoconsumo e lavoura para exportação, dependência tecnológica e financeira, uso de agrotóxicos, meio ambiente).No 7º ano, a temática integra a situação de aprendizagem 8, do caderno do aluno, volume 2, último conteúdo sugerido no 4º bimestre: “Perspectivas do espaço agrário brasileiro”.

> O último tema previsto para o ano letivo, o espaço agrário e a questão da terra no Brasil, poderá ser compreendido pelos alunos tendo em vista as transformações do território nacional [...] Afinal a organização do espaço agrário brasileiro pode ser relacionada com a industrialização do país e as mudanças ocorridas na relação entre o campo e a cidade. (SÃO PAULO, 2014, p.74).

Na etapa prévia, sugerida como sondagem inicial, a atividade a ser desenvolvida é a

leitura e a análise de mapas: pecuária de bovinos, densidade de bovinos por km² de área territorial, nos anos de 1995/1996, em comparação com mapa apresentando dados de 2006. O aluno identificaria as transformações ocorridas na distribuição geográfica e na intensidade da atividade nos períodos citados, além de citar uma causa e uma consequência dessa transformação. No caderno do professor, as respostas para a atividade apontam a expansão em direção à Região Norte, principalmente, e a intensificação da atividade na Região Centro-Oeste. O documento curricular aponta a causa desse processo relacionada aos novos investimentos e a consequência, o desmatamento. Não existe referência à questão de concentração fundiária e conflitos por terras, por exemplo. Também não existe texto de apoio para a discussão das questões abordadas na atividade, o professor deve preparar a atividade, trabalhando a teoria anteriormente, claramente próximo às concepções do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Na sequência, na etapa 1, a temática refere-se ao aumento da produtividade rural, demonstrada por meio da leitura de gráficos e tabelas. As atividades sugeridas compreendem apenas a constatação da elevação da produção e a redução da área ocupada. Novamente a importância da agricultura capitalista fica evidenciada no discurso, maior produtividade, adaptação do homem do campo às novas condições de produção, não havendo maiores preocupações na problematização das contradições, ou seja, da concentração fundiária, da expropriação e a expulsão do homem do campo para as cidades e o seu crescimento desordenado, do desemprego do trabalhador rural, ou de temáticas relacionadas ao processo de modernização da agricultura e compreensão das relações que se estabelecem entre campo-cidade.

Na etapa 2, o tema “Os conflitos no campo”, no entanto, a atividade proposta, deixa a desejar com relação à problematização. A atividade está direcionada para aula dialogada, estratégia frequente nos cadernos, tendo-se em vista a falta de textos de apoio, sendo necessário a intervenção constante do professor, contraditoriamente, por meio de aulas expositivas. Na atividade “relatos de brasileiros”, há pequenos trechos sobre a experiência de vida, para que o aluno identifique o sujeito social ao qual a fala pertence, pequeno produtor (nunca do camponês), boia-fria, empresário do campo, trabalhador rural participante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), latifundiário. Na sequência, destacam-se três destes relatos para análise:

> Relato 3: Possuo um pedaço de chão, como costumo dizer. Trata-se de 35 hectares onde cultivo mandioca, mantenho uma vaca de leite, dez cabras e alguns porcos. De fato, o que garante o sustento de minha família é a castanha-de-caju que coleto no Cerrado e vendo na cidade mais próxima. Relato 4: Fui boia-fria até o dia que participei de uma reunião organizada pelo MST. Fiz parte da ocupação de uma fazenda no Pontal do Paranapanema e morei em um acampamento na beira da estrada por três anos, até que finalmente conquistei um lote no assentamento rural que foi criado na região.

> Relato 5: Moro na cidade e só visito o meu avô nas férias. Apesar de ser o herdeiro da maior fazenda do município, meu maior interesse é completar o curso de medicina e virar sócio da maternidade local. Meus dias no casarão da fazenda são muito tristes. Eu acho que a paisagem é muito monótona. Há poucos funcionários, poucos cavalos para passear e pouco trabalho para ser observado. (SÃO PAULO, SEE, 2014, p.82).

A atividade, como escrito anteriormente, exige a identificação do sujeito social e a indicação de possíveis relações existentes entre eles. Na oralidade apenas, fica a indicação "perguntar aos alunos sobre a resistência dos sujeitos sociais ao relacionamento proposto" (SÃO PAULO, 2014, p. 83), apontado na atividade anterior. Desta maneira, a problematização ocorre somente a partir da fala do professor, não havendo registros mais significativos, nem mesmo leituras de apoio, faltando embasamento teórico às discussões. Os relatos aproximam-se mais de personagens do que de sujeitos sociais (de classes sociais), novamente o assunto é tratado com superficialidade.

Para finalizar a etapa, sugere-se a leitura e a análise de imagens: fotos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, relacionadas ao seu 5º Congresso Nacional, em Brasília, no dia 15 junho de 2007, como apresentado na figura 3. A primeira imagem destaca a faixa: "Se o campo não planta a cidade não janta". A segunda imagem: "Por uma Reforma Agrária Popular". No material curricular, faz-se o questionamento: qual a função mais importante da agricultura? Relacionar os conteúdos das duas imagens. Está encerrado o ano letivo.

Figura 3: Situação de aprendizagem 8 referente ao caderno do aluno do 7º ano – volume 2

Fonte: SÃO PAULO/SEE, 2014, p.82.

A atividade poderia contribuir no sentido de introduzir a discussão acerca da questão agrária e sua articulação com a relação campo-cidade, mostrando a organização dos movimentos sociais que lutam por melhores condições de produção e de vida no campo, se manifestando nas cidades. Ótima atividade introdutória, como última do último bimestre, no final do ano letivo!

O discurso se repete, as ideias são reforçadas na 2ª série (ano) no Ensino Médio. As Situações de Aprendizagens das relações campo-cidade não deixam dúvidas quanto à abordagem dicotômica da temática:

- Situação de Aprendizagem 5. Os circuitos da produção (I): o espaço industrial;
- Situação de Aprendizagem 6. Os circuitos da produção (II): o espaço agropecuário;
- Situação de Aprendizagem 7: Redes e hierarquias urbanas.

As Situações de Aprendizagem referem-se a circuitos de produção, no entanto, nas atividades propostas para cada situação, o espaço industrial é abordado a partir das cidades; o espaço agropecuário está relacionado ao campo e ainda à rede urbana. Na situação de aprendizagem 7, contempla somente as relações entre as cidades, não compreendendo o campo inserido nessa rede. A dicotomia é garantida pelo caráter setorial de diferenciação entre os espaços: a cidade é lugar da indústria e do comércio, o campo é o lugar da produção de alimentos e matérias primas (agricultura, pecuária e extrativismo), características próprias do Paradigma do Capitalismo Agrário inserido no currículo paulista.

Numa leitura mais demorada da Situação de Aprendizagem 6 – Os circuitos da produção (II): o espaço agropecuário, o campo é o lugar da agricultura capitalista e seus negócios, o material demonstra demasiada importância à produção moderna no campo e é omisso em relação à produção familiar camponesa, à produção para o mercado interno e ao abastecimento do mercado de alimentos. Observa-se assim, a clara tendência às ideias trabalhadas por Graziano da Silva (1993 e 1997), enaltecendo o “agronegócio” e a “urbanização do campo”.

Para Nardoque (2015), analisando livros didáticos de Geografia, esta temática em questão serve:

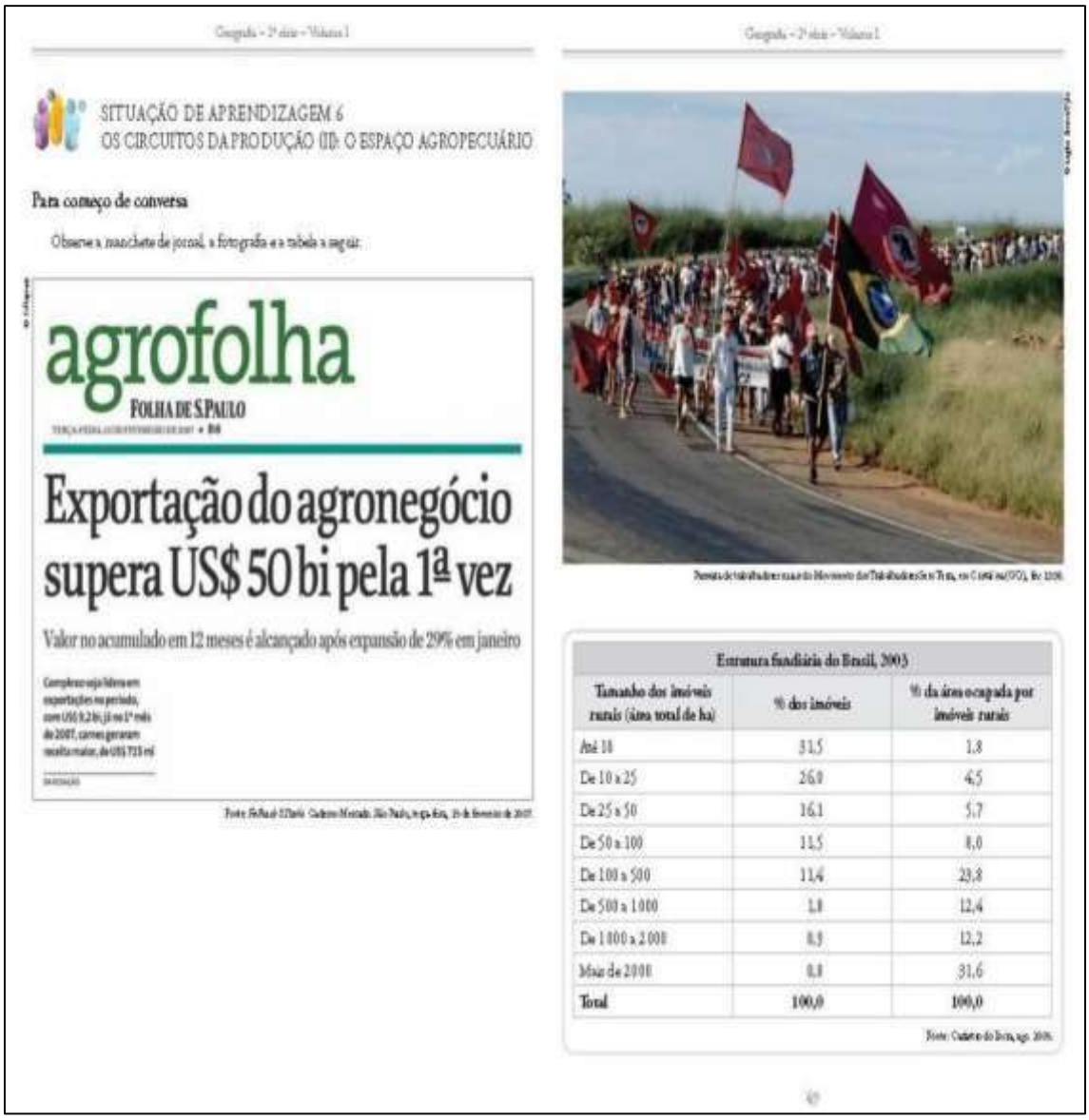
> [...] Para garantir a expansão (territorialização) do capital pelo campo, via agronegócio, e assegurar a apropriação das terras, as ideologias são difundidas para aceitação deste modelo como o mais viável para o país, considerado como gerador de desenvolvimento, empregos, avanços tecnológicos, alimentos, energia limpa e renovável, divisas. Procura-se negar a conflitualidade, ou seja, as resistências dos sujeitos no campo (camponeses, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, indígenas) frente à territorialização do agronegócio, no movimento histórico de suas recriações, inerentes ao próprio processo contraditório do avanço do capital. (NARDOQUE, 2015, p. 163).

Ainda no material curricular, no caderno do aluno há atividades contemplando a discussão da estrutura fundiária, a degradação causada pela agricultura capitalista e a geografia das ocupações de terras no Brasil. Entretanto, a abordagem é superficial e tendenciosa, uma vez que direciona os temas. Isso pode ser comprovado, por exemplo, com

as instruções para o trabalho com informações que circulam na mídia, como escrito anteriormente. Não há dúvidas quanto à ideologia difundida no material, a apologia à agricultura capitalista e a refutação dos movimentos de luta e de resistência no campo, como revelado por Nardoque (2015).

A figura 4, demonstra as duas situações para a resolução de atividades sugeridas no caderno do aluno, sobretudo para discussão da temática. Uma destaca em letras garrafais a notícia dos dados de exportação referentes ao agronegócio e a outra traz uma manifestação do MST e a tabela da estrutura fundiária brasileira.

Figura 4: Situação de aprendizagem 6 referente ao caderno do aluno, 2ª série do ensino médio - volume 1



Geografia – 2ª série – Volume 1

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 6
OS CIRCUITOS DA PRODUÇÃO (II): O ESPAÇO AGROPECUÁRIO

Para começo de conversa

Observe a manchete de jornal, a fotografia e a tabela a seguir.

agrofolha
FOLHA DE S.PAULO

Exportação do agronegócio supera US$ 50 bi pela 1ª vez

Valor no acumulado em 12 meses é alcançado após expansão de 29% em janeiro

Complexo soja bateu em exportações no período, com US$ 8,2 bi, já no 1º mês de 2007, carnes geraram receita maior, de US$ 723 mi

Fonte: Folha de S.Paulo. Caderno Mercado. São Paulo, terça-feira, 30 de fevereiro de 2007.

Geografia – 2ª série – Volume 1

Foto de trabalhadores rurais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em Goiás (GO), fev. 2006.

Estrutura fundiária do Brasil, 2003

Tamanho dos imóveis rurais (área total de ha)	% dos imóveis	% da área ocupada por imóveis rurais
Até 10	31,5	1,8
De 10 a 25	26,0	4,5
De 25 a 50	16,1	5,7
De 50 a 100	11,5	8,0
De 100 a 500	11,4	23,8
De 500 a 1 000	1,8	12,4
De 1 000 a 2 000	0,5	12,2
Mais de 2 000	0,8	31,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Caderno do Aluno, ago. 2010.

Fonte: SÃO PAULO/SEE, 2014, p.48-9.

Figura 4 - Situação de Aprendizagem 6, Caderno do Aluno, 2ª série, Ensino Médio, volume 1

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 6
OS CIRCUITOS DA PRODUÇÃO (II): O ESPAÇO AGROPECUÁRIO

Para começo de conversa

Observe a manchete de jornal, a fotografia e a tabela a seguir.

agrofolha
FOLHA DE S.PAULO

Exportação do agronegócio supera US$ 50 bi pela 1ª vez

Valor no acumulado em 12 meses é alcançado após expansão de 29% em janeiro

Complexo soja lidera em exportações no período, com US$ 9,2 bi, já no 1º mês de 2007; carnes geraram receita maior, de US$ 715 mi

Estrutura fundiária do Brasil, 2003

Tamanho dos imóveis rurais (área total de ha)	% dos imóveis	% da área ocupada por imóveis rurais
Até 10	31,5	1,8
De 10 a 25	26,0	4,5
De 25 a 50	16,1	5,7
De 50 a 100	11,5	8,8
De 100 a 500	11,4	23,8
De 500 a 1.000	1,8	12,4
De 1.000 a 2.000	0,9	12,2
Mais de 2.000	0,8	31,6
Total	**100,0**	**100,0**

Fonte: SÃO PAULO/ SEE, 2014, p. 48-9.

Após a leitura das imagens os alunos responderiam:

> 1. Qual(ais) o(s) assunto(s) principal(ais) da manchete de jornal, da fotografia e da tabela? O que você sabe sobre esse(s) assunto(s)?
> 2. Com base em seus conhecimentos, como você explica o enorme montante de exportações do agronegócio, representado na manchete de jornal, ao lado de pessoas sem terra para trabalhar, como apresentado na fotografia?
> 3. Em sua opinião, a fotografia e a tabela tratam de assuntos relacionados entre si ou não? Justifique. (SÃO PAULO/ SEE, 2014, p.50).

Nesta Situação de Aprendizagem, as atividades estão divididas em etapas, sendo a Etapa 1 – Trabalho conceitual com aula expositiva dialogada; Etapa 2 – Problematização,

nesta etapa sugerem-se três eixos de pesquisa e discussão: 1 – “O agronegócio, a insegurança alimentar e os impactos socioambientais”; 2 – “A estrutura fundiária brasileira e os conflitos e movimentos sociais no campo”; 3 – “A expansão da fronteira agrícola na Amazônia”. As instruções no caderno do professor, para realização das atividades nesta etapa de trabalho, são marcadas por frases como: “Ainda que de maneira sumária, não deixe de resgatar a historicidade da má distribuição de terras”; “Se houver tempo hábil”; “Tenha em mente, professor, que caso exista tempo hábil na organização das atividades e grupos” (SÃO PAULO, 2014, p.33-4). Nesta etapa, a pesquisa apenas deve contribuir para a problematização da questão; o trabalho do professor para preparação dessa atividade, bem como atividades complementares, é primordial, caso contrário, se somente seguir-se as instruções e o caderno de atividades, os alunos não compreenderão sequer os conceitos básicos elencados. A Etapa 3 – Apresentação dos grupos para socialização e entrega dos trabalhos escritos solicitados, finalizam as atividades.

Diante de problemas no material curricular do Estado de São Paulo, como aqui apresentados, Melloni (2013, p.83) também tece críticas (cadernos do professor e do aluno) justamente pela ausência de textos explicativos, impossibilitando a contextualização temática. Nos cadernos do professor, a indicação de outros textos ou fontes midiáticas, além de outros materiais didáticos, para complementação do conteúdo, é constante, o que, segundo a autora, dificulta o trabalho, pois nem sempre o professor tem acesso a outros materiais que contemplem o conteúdo do currículo de Geografia; e ainda para problematizar epistemologicamente o conteúdo, o professor precisa consultar constantemente outros materiais. Para a autora:

> [...] a discussão epistemológica dos conceitos estruturadores do ensino de Geografia é incipiente, não há um aprofundamento da discussão destes conceitos no material veiculado para o Ensino Médio. Assim, é um material curricular que não integra os professores às discussões realizadas no meio científico acerca destes conceitos que possibilitem o entendimento do espaço geográfico. (MELONI, 2013, p.96).

Como evidenciado nas atividades descritas, o que ocorre é a valorização do senso comum, na realidade, a partir das atividades propostas no material, pouco se avança no sentido de reflexões e análises mais profundas acerca das temáticas.

Nesse sentido, cabem considerações acerca dos pressupostos teórico-metodológicos utilizados pelo currículo oficial para o ensino-aprendizagem da Geografia, ou seja, de apontamentos necessários no sentido de instigar a discussão, pois a atividade do professor é complexa, não compreendendo tão somente os conhecimentos específicos da disciplina que se vai ensinar, exigindo também conhecimentos acerca dos elementos e determinantes do fenômeno educativo, os saberes pedagógicos-didáticos, implicando no

saber-fazer. Assim, para além dos estudos conceituais da Geografia há que se considerar a questão metodológica, como apontado por Cavalcanti (2013, p. 22).

A análise do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, aponta para a fragmentação do conhecimento, com valorização das competências e habilidades e do cotidiano do aluno, em detrimento do conhecimento científico acumulado. Nesse sentido, o estudo das relações campo-cidade no currículo paulista, apontam para o caráter dicotômico da abordagem campo e cidade, rural e urbano. Observa-se no desenvolvimento das situações de aprendizagem esses conteúdos sendo tratados de forma dissociada. O currículo reforça a noção de cidade a partir da visão setorial, como espaço de desenvolvimento da indústria e setor terciário; e o campo como espaço de atividades agropecuárias e extrativas, aproximando-se do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Para tanto, faz-se, nas considerações finais, apontamentos no sentido de contribuir, por meio de algumas reflexões, proporcionadas pelo desenvolvimento deste trabalho, sobretudo à luz da teoria e na análise de parte do material disponibilizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para alunos e professores de Geografia.

Considerações finais

Na proposta de trabalho apresentada pelo Currículo Oficial, os conflitos sociais aparecem esvaziados de sentido; são apresentados aos alunos os "personagens do campo", não como pertencentes às classes sociais, como capitalistas, latifundiários e camponeses, numa discussão conceitual de quem é quem, para posteriormente "explicar a intensificação do desenvolvimento do capitalismo no campo a partir das décadas de 1950 e 1960 e aprofundar esse tipo básico de organização da produção na agricultura" (SÃO PAULO/ SEE, 2014), com objetivo de caracterizar a modernização. Os conflitos e movimentos sociais são indicados para pesquisa, e exposição do assunto, sem maiores análises, simplesmente constata-se que existem. Há, no decorrer do discurso, a visão de harmonia entre as classes sociais (implicitamente colocadas), ou a própria inexistência dos camponeses como classe social.

Em análise das atividades descritas no decorrer do texto, o campo, no currículo paulista, está associado a ideia da "modernização conservadora", o discurso corrente no material é o da agricultura capitalista, vinculada ao Paradigma do Capitalismo Agrário. Assim, as atividades apontam para as benesses do negócio agropecuário: produtividade, lucratividade, exportação, segurança alimentar. Neste contexto, os impactos provocados são, sobretudo os impactos naturais, secas, assoreamento, desmatamento, perda da biodiversidade, não existe preocupação com as questões sociais, reforçando a visão dicotômica na Geografia: homem e natureza. O discurso está afinado ao Paradigma do

Capitalismo Agrário, em consonância com o neoliberalismo, representativo da agricultura capitalista, nega-se a criação/recriação do campesinato e sua existência/resistência enquanto classe social.

Por outro lado, a ideia de totalidade presente no discurso do currículo paulista, não é contemplada nas atividades propostas. Entende-se, com base nas análises das Situações de Aprendizagem apresentadas, não haver possibilidade de compreensão do espaço enquanto totalidade: ora estuda-se a cidade; ora estuda-se o campo; o campo lugar da agricultura capitalista, a cidade o lugar da indústria; não há preocupação em abordar o campo da agricultura camponesa, do indígena, do quilombola etc. A visão de totalidade é comprometida pela fragmentação dos estudos propostos, diferentemente daquilo que é preconizado por Porto-Gonçalves (1987), compreendendo-a não como a soma das coisas. Para o autor, é necessário a compreensão das relações sociais manifestadas no espaço por meio do processo de trabalho, apropriando-se da Natureza.

Assim, é que ao se subtrair do currículo os conflitos sociais, as relações entre os homens, está se relevando a visão de totalidade, pois não há entendimento da construção espacial sem a compreensão das relações que se estabelecem entre os Homens e entre os Homens e a Natureza. Tem-se assim a visão fragmentada do que ocorre no campo e na cidade. Pois campo e cidade são território produzido a partir de uma mesma espacialidade, contraditória e desigual de reprodução do sistema capitalista de produção, que tem na "[...] luta de classes travada pela sociedade, na produção de sua existência" (OLIVEIRA, 2004, p. 40), as contradições inerentes ao seu processo de formação.

Entretanto, as atividades organizadas no caderno do professor e do aluno, não compreendem essa dimensão, pois como descrito, as relações sociais e de poder, a compreensão das classes sociais e relações de conflito, são sucumbidas nas atividades.

Campo-cidade compreendem a unidade que traduz diferenciadamente a formação social; compõem espaços diferenciados organizados internamente, porém guardam relação de complementaridade contraditória e desigual, como preconizava a Proposta Curricular da CENP da década de 1980 (SÃO PAULO, 1988, p. 19). Compreendendo a produção espacial nessas bases, concorda-se com Kimura (2009, p. 30), faz-se necessário a discussão da Proposta da CENP (1988), no contexto atual, no sentido de rediscussão da Geografia Crítica e ainda mais do materialismo histórico como forma de análise da realidade e possibilidades para o ensino na Educação Básica. Assim, também é necessário a aproximação, do ponto de vista teórico-metodológico, com os pressupostos do Paradigma da Questão Agrária para a compreensão da relação campo-cidade no ensino de Geografia.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo:** a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001, 294 p.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: Notas para uma análise de percurso. 2009. Trab. Ed. Saúde, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.35-64 marc./jun.2009.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014, 806p. [Orientador: Bernardo Mançano Fernandes].

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender**": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, 347p

FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol.9 n.1, jun/2008. Disponível em: < http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643/1579> Acesso em: 11 mai. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2008. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf Acesso em 04 mai. 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. In: O ensino da Geografia em questão e outros temas. **Terra Livre**. 2. Julho de 1987, pp. 9-42.

KIMURA, Shoko. Território de luzes e sombras: a Proposta de Ensino de Geografia da CENP. **Terra Livre**. São Paulo/ SP. Ano 25, v.1, n.32, 2009, pp. 17-30.

MELONI, Adaliza. Currículo e ensino de geografia: análise da implementação do programa São Paulo faz escola. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). UNESP. Marília (SP), 2013, 122f.

NARDOQUE, Sedeval. O campo e a cidade no ensino de geografia e a realidade na escola rural São Joaquim, Selvíria-MS. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A práxis agroambiental no chão do assentamento. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015, 301 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta, e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

ROSSI, Murilo. A nova proposta curricular do ensino de geografia na rede estadual de São Paulo: um estudo. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo (SP), 2011, 203 f.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Currículo do Estado de São Paulo:** Ciências Humanas e suas tecnologias/Secretaria da Educação; (Coord.) Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. 152 p. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/781.pdf> Acesso em: 03 Jun. 2015.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. **Material de apoio ao Currículo do Estado de São Paulo:** caderno do professor; geografia, ensino médio, 1ª série/Secretaria da Educação. São Paulo: SE, 2014.

SÃO PAULO/SEE. **Caderno do professor**. Vol.2, 2009, p.30.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Material de apoio ao Currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor; geografia, ensino médio, 1ª série/Secretaria da Educação. São Paulo: SE, 2014

SÃO PAULO, SEE. Caderno do aluno: geografia, ensino médio – 2ª série, vol.2, São Paulo: SEE, s/ano.

SÃO PAULO, SEE. Caderno do professor: geografia, ensino médio – 2ª série, vol.2, São Paulo: SEE, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. In: **O ensino da Geografia em questão e outros temas**. **Terra Livre***.* 2. Julho de 1987, pp. 9-42.

_____. Reformas no mundo da educação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs). **Reformas no mundo da educação:** parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, MARTA Inez Medeiros. **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 207-253.

Sobre os autores

Eliana Menossi Silva Floriano – Graduação Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales (1991); Graduação em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Urubupunga (2005); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2015); **OrcID** – http://orcid.org/0000-0002-2583-6002

Sedeval Nardoque – Graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES) (1991); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) (2002); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (IGCE/UNESP) (2007); Pós-doutorado em Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Atualmente é professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul; **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-1562-6623

Como citar este artigo

FLORIANO, Eliana Menossi da Silva; NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade no ensino de Geografia: estudo do Currículo de Geografia do estado de São Paulo. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 205-229, set.-dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores: **Eliana Menossi da Silva Floriano** e **Sedeval Nardoque**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Eliana Menossi da Silva Floriano**, ficou responsável pelas tarefas de concepção, preparação e redação; o segundo autor, **Sedeval Nardoque** ficou especialmente responsável pelo embasamento teórico-conceitual; revisão crítica e demais apontamentos para finalização do artigo.

Recebido para publicação em 22 de setembro de 2017.
Devolvido para a revisão em 22 de março de 2018.
Aceito para a publicação em 21 de abril de 2018.

Resenha: Território e teoria camponesa: as experiências do programa de pós-graduação TerritoriAL

Review: Territory and peasant theory: the experiences of the graduate program TerritoriAL

Reseña: Territorio y teoría campesina: las experiencias del programa de postgrado TerritoriAL

Débora Assumpção e Lima
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: deborassumpcaolima@gmail.com

O livro "*Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*", organizado pelos professores Bernardo Mançano Fernandes e João Márcio Mendes Pereira, faz parte da coleção "Vozes do Campo", coletânea dos trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL.

Os onze capítulos que formam o livro apresentam leituras sobre diversas temáticas agrárias em diferentes escalas, desde experiências locais, como um assentamento, uma escola, ou sobre a região e a geopolítica na América Latina. "Os estudos têm como foco as disputas territoriais entre o agronegócio e os camponeses. A atuação de instituições nacionais e multilaterais, a estrutura fundiária, a questão da violência e da grilagem da terra, as formas de organização da agricultura e do capitalismo, a ação política de classes, frações de classe, bem como diferentes políticas públicas rurais" (p.VIII) cujo o objetivo central consiste em compreender alguns dos principais embates sociais, econômicos e políticos em curso no campo.

A pluralidade é um dos pontos mais importantes do livro, escrito a 34 mãos: os organizadores já citados, Carlos Alberto Feliciano, Clifford Andrew Welch, Rosana Akemi Pafunda, Eduaardo Paulon Girardi, Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, João Márico Mendes Pereira, Luis Fernando Ayerbe, Mirian Claudia Lourenção Simonetti, Bruno Lacerra de Souza, Thaylizze Goes Nunes Pereira, Pedro Ivan Chritoffolli, Raoni Fernandes Azerêdo, Rafael Litvin Villas Bôas, Ana Manuela Chã, Silvia Aparecida de Souza Fernandes e Jailton dos Santos Andrade.

Mais do que fazer um retrato das discussões teóricas da Geografia e de outras ciências que conjecturam sobre o agrário, como a Ciência Política, Economia, Educação do Campo, Direto e Agroecologia, a ciência, e o livro aqui analisado, tem o propósito de ser uma ferramenta de transformação social. O TerritoriAL, criado em 2013 no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (IPPRI-Unesp) com

apoio da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, foi construído em parceria com a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todos os alunos do programa desenvolvem trabalhos em algum movimento social agrário – além da Via Campesina e do MST, podemos citar o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), da Comissão pastoral da Terra (CPT) e do Movimento por atingidos por Barragens (MAB). Com professores de universidades do México, Estados Unidos, Espanha, Canadá, Argentina, Uruguai. Moçambique, Costa Rica, e claro, Brasil, foram formados aproximadamente 90 alunas e alunos do Brasil e outros países latino-americanos até o momento da publicação.

Ao longo dos capítulos, vemos que o camponês é um sujeito político que pratica relações sociais baseadas em diversas formas de organização do trabalho: familiar, associativa, comunitária, cooperativa e outras formas solidárias; apesar de nenhumas delas excluírem sua faceta capitalista. Neste sentido, Bernardo Mançano, no primeiro capítulo, afirma: “todo camponês é agricultor familiar, e todo agricultor familiar é camponês” (p.03), como forma de refletir sobre e conjuntamente aos sujeitos sociais do campo e suas relações, embora o conceito de trabalho não seja uma preocupação apresentada na obra.

O primeiro capítulo contextualiza o movimento de Educação do Campo e algumas das políticas públicas voltadas a educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e como influenciou na criação do TerritoriAL como uma importante conquista da relação do grupo de pesquisadores da Unesp e dos movimentos sociais, laço criado há mais de uma década. Este capítulo também apresenta alguns posicionamentos teórico-políticos que de alguma forma dialogam com os demais momentos do livro. A coexistência entre campesinato e capitalismo está em permanente conflitualidade, já que as relações entre os sujeitos no campo são desiguais. A fonte da desigualdade seria a renda capitalizada da terra, geradora de três níveis de existência do campesinato: consolidados, intermediários e periféricos. No entanto, as condições que o capitalismo “oferece” ao campesinato, mesmo que passíveis de sua reprodução, é a subordinação ou a pobreza.

Neste sentido, o âmbito espacial e cotidiano do conflito estaria ligado a disputas de modelos de desenvolvimento econômico e territorial, entendendo que o desenvolvimento proposto pelo camponês (e pelo agricultor familiar) caminha em direção oposta ao capitalista. O Estado, sujeito chave no desenvolvimento territorial, assume diversas facetas nesta contenda e ao longo dos capítulos. No segundo capítulo, “descontruindo a defesa da legalização de grilagem de terras”, o Estado é omisso, ou como administrador de conflitos pontuais. Em “Teoria e política da agenda agrária do Banco Mundial”, o Estado adota uma face semelhante, como mediador da “chamada reforma assistida pelo mercado” (p.147), não somente no contexto brasileiro, mas também latino americano, influenciado pela política de terras proposta pelo Banco Mundial para a região. Os direcionamentos para a questão agrária

do Banco Mundial não pretendem, desde os anos 1990, “enfrentar as causas dos processos de pauperização, dominação e exploração que afligem a maior parte dos camponeses e os demais segmentos do mundo do trabalho rural” (p.175); assim como as políticas norte-americanas demonstradas no capítulo “Estados Unidos e América Latina: fim de doutrina Monroe?”

O capítulo “Debate paradigmático e modelos de desenvolvimento: territórios (i)materiais no campo e nos câmpus” expõe algumas problemáticas teórico metodológicas e identifica como cada grupo de pesquisa das universidades brasileiras trabalham com questões paradigmáticas dos temas agrários e agrícolas. Em dois grandes paradigmas: capitalismo agrário e questão agrária, os grupos de pesquisa são indicados em qual fôrma teórica pertencem: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Geografia Agrária, Geografias da Modernidade: gênero, família e trabalho, Núcleo de Estudos Agrários (NEA); Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro; Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (Gedra); Agricultura e Urbanização. De forma abrangente, o paradigma da questão agrária tem como elementos de análise a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, no qual os camponeses seriam um “sujeito constantemente destruído e recriado em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não capitalistas de produção” (p.133). Já no paradigma do capitalismo agrário, seria possível uma superação do campesinato dentro do próprio sistema capitalista, em que as relações devem ocorrer paralelamente às estruturas nacionais e de mercado e controle do Estado. Mais do que ideologias geográficas, os posicionamentos teóricos adotados influenciam desde ações governamentais à luta e organização de movimentos e coletivos do campo, mapeiam as diferenças e combatem as desigualdades.

“A conflitualidade da questão agrária brasileira”, título do quarto capítulo, demonstra as dinâmicas territoriais de uma maneira binária, ou seja, o movimento capitalista do campo, do agronegócio, materializado na expansão da fronteira agrícola moderna e na produção de *commodities* frente as resistências camponesas. O campo dos conflitos tem como um dos pilares a posse da terra e suas possibilidades de uso: se o mote monocultor do agrobusiness é a propriedade privada, o campesinato já porfia pela propriedade privada, pelo uso comum, pela demarcação de terras indígenas e quilombolas. Nesse embate, foram realizadas desde 1988 até 2012, 8.8mil ocupações de terra (latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas têm sido desrespeitadas) por 116 movimentos sociais diferentes, mostrando que a necessidade pela reforma agrária é latente, apesar das pautas e reivindicações serem múltiplas.

A luta pela reforma agrária, pelo acesso a terras e a condições dignas de educação, produção de alimentos (e da vida) no campo, precede o período democrático apontado cima. Tanto no quarto capítulo quanto no capítulo “Camponeses e a história da ditadura em São Paulo”, observamos que a luta pela terra acompanha a história brasileira. Ainda com poucos estudos sobre os camponeses e a ditadura, a violência empregada pelas elites e pelo próprio Estado em alguns casos é a forma adotada para reprimir os movimentos de resistência e pela reforma agrária, organizada em associações, instituições e sindicatos de poder popular e lutas por todo o estado de São Paulo, enfoque do capítulo, que acompanhava um contexto de lutas em escala federal, como explica ao longo de seu excerto Clliford Welch e Rosana Pafunda: “os anos da ditadura foram agridoces” (p.57).

Tais conflitos e dualidades também estão presentes na construção imaterial do território, como analisa o capítulo “Agronegócio e indústria cultural: as formas do *showbusiness* da oligarquia rural brasileira”. O agronegócio busca fortalecer sua imagem como o setor mais importante da economia brasileira, buscando “assumir o discurso de protagonista da lógica de progresso da classe dominante” (p.269). Uma das estratégias é escamotear as contradições do próprio agronegócio, aproximando conceitos que seriam contraditórios ou incomparáveis, como segurança alimentar e competitividade. Além disso, outra estratégia é divulgar somente o montante produzido pelo agronegócio e não divulgar a produção da agricultura familiar, que corresponde a mais de metade da produção do campo.

A partir de pesquisas empíricas, as ideias associadas ao agronegócio são: o agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza; como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos; a crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio” (p.271). Essa ideologia, é disseminada por canais midiáticos associados às associações do setor e também por meio da apropriação e criação de festas rurais: rodeios, Exposições de pecuária, *agrishows* e festas temáticas. Para a criação (da sociedade) dos espetáculos, há acesso a Lei Rouanet, importante fundo público de cultura, ações culturais a nível local, apoios atividades de “arte culta” (orquestras sinfônicas e museus), financiamento de cultura tradicional já reconhecida como patrimônio, ações educacionais. O avanço do agronegócio sobre os recursos públicos e naturais em busca de uma imagem positiva e progressista torna evidente a necessidade de compreende-lo do ponto de vista sistêmico, parte constituinte do modelo hegemônico. O capítulo “A construção do agronegócio cooperativo: análise das relações entre Estado e cooperativas capitalistas no Paraná” apresenta como neste estado sulista as cooperativas formas apropriadas por conglomerados capitalistas ligados ao agronegócio, ao capital financeiro e industrial e induzido pelas políticas estatais.

Se conflito perdura, é porque a guerra não foi vencida, e entre a desigualdade e a violência há resistência, assentamentos e formas contra-hegemônicas. A história contada no capítulo "Territorialidades em tensão: a reprodução social no assentamento Reunidas, Promissão-SP" visa compreender o processo de reprodução social nos assentamentos de reforma agrária, a permanência e êxodo dos jovens, os problemas internos e conjunturais presentes em um assentamento. A tendência da continuidade dos filhos dos assentamentos para além da presença dos assentados originais endossa "o duplo potencial da reforma agrária: como política pública de democratização da inclusão econômica e de geração de renda para populações antes marginalizadas nos centros urbanos" (p.226).

No último capítulo, "Educação do Campo como projeto de emancipação humana", afirma-se que educação pode libertar e promover o homem (e a mulher, que está em parêntesis só porque não aparece no capítulo, como forma de afirmarmos que a universidade dos corpos já não perpassa pelo homem), mas também pode aprisionar e reduzir. Em oposição a uma educação burguesa e bancária, a educação do campo é uma alternativa para que a educação seja uma práxis libertador, e permita um desenvolvimento do meio rural, fortalecendo seus valores históricos e culturas, o aspecto comunitário, a agricultura familiar, difundir novas tecnologias, criar tecnologias sociais, valorizar a mulher e o homem no campo, reduzir o êxodo rural, tornar o jovem o sujeito da sua própria história, e incentivar a diversidade no campo – de práticas, de produção, de formas de trabalho, de relações sociais e de pensamentos, como nos apresenta o livro "*Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*".

Referências

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO; PEREIRA, J. M. M. (Org.). Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe. 4. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1.

Sobre o autor

Débora Assumpção e Lima – Graduação em Geografia Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2011); Mestrado Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-0571-1314

Como citar este artigo

LIMA, Débora Assumpção e. Resenha: Território e teoria camponesa: as experiências do programa de pós-graduação TerritoriAL. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 230-235, set.-dez. 2018.

Recebido para publicação em 22 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 26 de favereiro de 2018.

Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin

Vicente Eudes Lemos Alves
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: veudes@ige.unicamp.br

Débora Assumpção e Lima
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: deborassumpcaolima@gmail.com

Resumo

Entre os dias 13 a 16 de outubro de 2017, ocorreu a conferência "New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates", em Moscow, Rússia. A conferência, organizada anualmente pelo BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, reuniu especialistas dos cinco continentes para debater criticamente as problemáticas agrárias sob o prisma da Economia Política Agrária, Geografia, Sociologia e Agroecologia. Após a conferência e a realização de um trabalho de campo, conversamos com o professor Teodor Shanin sobre sua trajetória acadêmica, o pensamento agrário russo, desafios e possibilidades de compreender a atualidade. O professor Teodor Shanin, presidente da Escola de Ciências Sociais e Econômicas de Moscou, é um conceituado sociólogo cujo compromisso de longa data com o estudo das sociedades camponesas consolidou sua prolífica carreira acadêmica, na qual escreveu mais de 100 publicações e livros importantes, como “Peasants and Peasant Societies” e “Marx Tardio e a Via Russa – Marx e as Periferias do Capitalismo”.

Palavras-chave: Campesinato; Rússia; rural; pensamento agrário.

Rural questions and the peasantry: an interview with Teodor Shanin

Abstract

From October 13 to 16, 2017, the conference "New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates" was held in Moscow, Russia. The conference, organized annually by the BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, brought together experts from five continents to critically discuss agrarian issues from the perspective of Agrarian Political Economy, Geography, Sociology and Agroecology. After the conference and fieldwork, we talked with Professor Teodor Shanin about his academic background, Russian agrarian thinking, challenges and possibilities to understand the present. Professor Teodor Shanin, president of the Moscow School of Social and Economic Sciences, is an esteemed sociologist whose long-standing commitment to the study of peasant societies has led to a prolific academic career and has written more than 100 publications and important books, as “Peasants and Peasant Societies” and “Late Marx and the Russian Road: Marx and the Peripheries of Capitalism”.

Keywords: Peasantry; Russia; rural; agrarian thinking.

Cuestiones rurales y campesinos: una entrevista con Teodor Shanin

Resumen

Entre los días 13 a 16 de octubre de 2017, ocurrió la conferencia "New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates", en Moscú, Rusia. La conferencia, organizada anualmente por el BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, reunió a expertos de los cinco continentes para debatir críticamente las problemáticas agrarias bajo el prisma de la Economía Política Agraria, Geografía, Sociología y Agroecología. Después de la conferencia y la realización de un trabajo de campo, conversamos con el profesor Teodor Shanin sobre su trayectoria académica, el pensamiento agrario ruso, desafíos y posibilidades de comprender la actualidad. El profesor Teodor Shanin, presidente de la Escuela de Ciencias Sociales y Económicas de Moscú, es un conceptuado sociólogo cuyo compromiso de larga data con el estudio de las sociedades campesinas consolidó su prolífica carrera académica en la que escribió más de 100 publicaciones y libros importantes, como “Peasants and Peasant Societies” and “Late Marx and the Russian Road: Marx and the Peripheries of Capitalism”.

Palabras-clave: Campesinos; Rusia; rural; pensamiento agrario.

Quais são os seus pontos de vista teóricos sobre Kautsky, Chayanov e, claro, sobre o seu próprio trabalho? De que maneira podemos ler Chayanov para entender melhor o mundo atual?

Teodor Shanin:

Vamos começar com Kautsky, porque você começa com Kautsky. Kautsky era um marxista ortodoxo aos seus próprios olhos. Mas ele definitivamente não era um marxista ortodoxo aos olhos de Marx – na verdade, para ser mais direto, é seguro dizer que Marx não gostava dele. Há várias situações em que Marx fala claramente dele como pedante, entre outros adjetivos menos complementares. Ao mesmo tempo, porém, ele era um ícone marxista, no qual quero apontar que ele não era apenas marxista, mas era considerado o mais importante pensador teórico do Partido Social-Democrata da Alemanha, que na época era o maior Partido Social-Democrata no mundo.

Chayanov tinha grande *expertise* em questões relativas à constituição do campesinato russo. Depois da Grande Reforma de 1860[1], a Rússia criou autoridades locais

[1] “A pedra fundamental das grandes reformas foi a emancipação dos camponeses da Rússia. Eles se dividiam nos seguintes grupos: os servos proprietários ou senhoriais que eram propriedade de proprietários individuais e viviam em condições de escravidão; os camponeses que viviam nas propriedades pessoais e na “casa grande” da elite. Os camponeses do estado viviam em terras estatais sob os administradores do estado, onde receberam a liberdade em 1866. A "liberdade" central que os camponeses receberam foi a eliminação do poder pessoal, arbitrário e sádico de seus nobres e mestres de Estado. Membros da nobre propriedade latifundiária e agentes do czar não podiam mais comprar e vender camponeses, hipotecá-los por dinheiro, pedir seus trabalhos diários, determinar com quem e quando se casaram, transferi-los de uma propriedade para outra, separar famílias, espancá-los, reivindicar direitos sexuais sobre eles, exila-los para a Sibéria, impor alguma autoridade policial e judicial sobre eles, ou decidir quem entraria no serviço militar durante praticamente toda a sua vida adulta. Muitos camponeses ficaram desapontados por não receberem a terra livremente, e a maioria dos antigos servos recebeu menos terra do que cultivaram antes da emancipação. Apesar das frustrações e protestos dos camponeses, da falta de terra e dos fracassos em cumprir suas obrigações de pagamento de impostos e resgates, dois fatos apontam para o impacto positivo da emancipação: a população do Império Russo, que era mais de 80% camponesa, explodiu no pós- anos de emancipação demográfica para a melhoria da saúde do campesinato liberado. Além disso, camponeses começaram a comprar mais terras da nobreza nas décadas

rurais bastante eficazes. Essas autoridades locais foram eleitas pelos proprietários de terras para cada jurisdição regional, mas como o regime tzarista temia que elas pudessem representar uma forte força de oposição, o regime tratou de impedir que elas criassem uma organização unificada e centralizassem suas pesquisas. Esse relativo isolamento mostrou-se útil para diferentes autoridades locais, que acabaram criando suas próprias metodologias de pesquisa. Tais aparentes restrições deram lugar a metodologias de pesquisa diversas e ricas em possibilidades. É por isso que nos tempos de Chayanov a Rússia produziu tantas variantes metodológicas e diversas possibilidades de pesquisa. Quando Chayanov se tornou chefe do "Instituto Nacional de Estudos Rurais" [Academia Russa de Estudos agrários Timiryazev, em russo *Российский государственный аграрный университет — МСХА имени К.А. Тимирязева*], ele se beneficiou enormemente das experiências que surgiram desse ambiente.

Eu venho dos antigos territórios poloneses, atual Lituânia, onde muitos falavam russo. Quando eu fui a Birmingham para trabalhar no meu doutorado, não havia muita coisa publicada sobre o campesinato russo, em parte devido à falta de acesso a dados e fontes primários. Como estudante de doutorado, descobri que, sob a lei russa, quatro universidades do Império Russo recebiam cópias de todas as publicações na Rússia: Moscou, Petersburgo, Kiev e Helsinque. Eu descobri um conjunto completo de documentos em Helsinque, copiei isto e então trouxe para Birmingham. Ainda está lá e disponível.

É importante dizer que, para mim, as pessoas que se definem como marxistas dentro da estrutura argumentativa de Chayanov não são realmente marxistas, mas leninistas, o que é uma coisa diferente[2]. Lenin era marxista, mas ele tratou à sua maneira e dentro de uma estrutura de seu próprio entendimento. O mesmo vale para mim. O que eu escrevi não é Chayanismo, mas sim Shanismo.

De que maneira o seu trabalho é inspirado por Chayanov e quais são suas diferenças teóricas?

Teodor Shanin:

É claro que a porcentagem de camponeses na maior parte do mundo está diminuindo. Em primeiro lugar, e mais importante, não é preciso dizer que uma diminuição na porcentagem não significa que o número total de camponeses esteja em declínio. Temos mais camponeses e pessoas no campo do que há 30 anos. Em segundo lugar, Chayanov

seguintes. Em 1905, os camponeses haviam comprado mais de 25 milhões de hectares de terra". Em: Frierson, Cathy A., ed. e trans *Aleksandr Nikolaevich Engelgardt's Letters from the Country, 1872–1887.* New York and Oxford, U.K., 1993.

[2] Ver "*Critical Perspectives in Rural Development Studies*", Saturnino M. Borras Jr, 2009, p. 50-69.

nunca teve interesse real nas variações das populações camponesas. Ele estava principalmente interessado em investigar as razões de sua existência; os meios através dos quais eles vivem e se reproduzem; o funcionamento interno de sua economia e sua comparabilidade com a economia capitalista. Sua resposta a essa última questão era clara: a economia camponesa não é como a economia capitalista em sentido estrito, embora certamente apresente algumas das características da economia capitalista, especialmente nos países capitalistas. Em seu livro *"A teoria da economia camponesa*", Chayanov produziu um modelo fundamental para descrever a economia camponesa, suas operações, as relações entre diferentes partes e setores. O campesinato é, naturalmente, algo que existe.

Foi na mesma época que Plekhanov, que supostamente levara o marxismo a Rússia, declarou que "historicamente falando, o campesinato não existia". Ele disse isso enquanto 85% do povo russo era camponês! "Não existe em um sentido histórico porque desaparecerá", disse ele, "prevendo" o desaparecimento do campesinato. Ele era marxista (pessoalmente, Marx não gostava dele, é muito interessante notar como Marx obviamente conhecia as pessoas, não apenas suas ideias), mas suas projeções para o fim do campesinato eram radicais e nunca foram reconsideradas em seu trabalho. Marx não gostava da maioria dos marxistas russos, e em um de seus escritos ele afirmou: "Eu não sei sobre esses senhores, mas eu nunca fui marxista". Você realmente não pode colocar as coisas de uma maneira melhor do que Marx poderia. É claro que o que ele disse que era uma brincadeira, mas Marx tinha seu próprio sistema de sarcasmos, através do qual transmitia mensagens sérias.

E ele está certo, porque dizer "eu sou marxista" e fechar esse conceito em seu próprio armário é contraditório, uma vez que o marxismo muda com novos modos de descoberta, com o desenho e desenvolvimento de novas análises, e assim por diante. Marx era muitas coisas, mas definitivamente não era uma mente fechada[3]. De tempos em tempos, ele mudou de opinião. O mesmo pode ser dito de Lenin – o que o tornou um líder de alto renome. Se Lenin não estivesse disposto a transformar-se, ele teria acabado como Plekhanov, um velho solitário amargo, morrendo em sua cama. Já Lenin morreu como o líder de uma revolução bem-sucedida.

Escrevi um artigo chamado "Os quatro programas e meio agrários de Lênin", no qual tento entender e demonstrar inteligente habilidade de Lênin de ajustar seus pontos de vista de acordo com a realidade em constante mudança. Nesse sentido, pode-se dizer que

[3] É importante referir-se ao projeto MEGA, Marx-Engels (Marx-Engels-Gesamtausgabe, MEGA), que reúne um conjunto de livros, rascunhos, trechos, cartas e outros sinais vivos deixados por Karl Marx e Friedrich Engels. O projeto começa na década de 1950 e ainda está longe de ser concluído. Veja o artigo sobre o projeto escrito por Thomas Marxhuasen, "História crítica das Obras Completas de Marx e Engels (MEGA)." Em: História Crítica das Obras Completas de Marx e Engels (MEGA), Revista Crítica Marxista nº 39, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_31_1133.pdf. Acessado em: 15 de dezembro de 2017.

Chayanov mudou seus pontos de vista, mantendo alguns princípios enquanto desenvolvia sua teoria durante todo o tempo. Essa é uma das razões pelas quais eu critico academicamente as pessoas que se dizem marxistas, leninistas, chaianovistas. Politicamente, suponho que possa ser usado como alavanca para influenciar a esquerda.

Se nossos pensamentos permanecerem consistentemente os mesmos ao longo de 20 anos de pesquisa e estudo, então devemos ser demitidos e nunca termos permissão para voltar para a universidade.

Bernardo Mançano acabou de traduzir seu livro, "Marx Tardio e a Via Russa – Marx e as Periferias do Capitalismo" (1983), para o português. De que maneira você acha que seu livro pode contribuir para a atual conjuntura política do mundo?

Teodor Shanin:

Não saberia dizer porque não sou profeta. Mas acho que cada acadêmico têm um deus, e cada deus escolhido por cada acadêmico está sempre dizendo a verdade. O que as pessoas pensam que sabem sobre Marx é frequentemente baseado em jornalismo superficial. Muitos deles foram introduzidos ao marxismo por meio de uma mídia tão insípida, mas nunca realmente leram o próprio Marx. Isso obviamente coloca seu trabalho em uma posição difícil. No final de sua vida, Plekhanov destruído politicamente e não tinha credibilidade. Ele perdeu toda a sua influência sobre o movimento social-democrata, pagando o preço por se recusar a rever sua própria compreensão do marxismo.

Se você quer minha mensagem para aqueles que são jovens e enérgicos e que gostaria de se envolver em um trabalho político radical, eu diria que não sejam marxistas ou leninistas. Mas aprendam com Marx e Lenin. Seja você mesmo. Mas lembre-se de como é perigoso se tornar alguém como Plekhanov. Na Rússia, é comum ver fotos de [Vladimin] Putin e, às vezes, Lenin, em vários prédios governamentais e públicos. Quanto a mim, penduraria uma foto de Plekhanov para que as pessoas pudessem se lembrar do que aconteceu com um homem muito inteligente que se recusou a mudar.

Há grande curiosidade com relação às mudanças históricas do campesinato na URSS, durante a Perestroika, por exemplo, bem como nos tempos atuais. Quais você considera ser os momentos históricos mais significativos para o campesinato russo?

Teodor Shanin:

A principal mudança para a população camponesa na Rússia ocorreu muito antes da Perestroika, com “passaportização”. Isso foi estabelecido nos anos finais de Khruschev e nos primeiros anos de Brejnev. O governo concedeu as populações rurais passaportes, o que significava a possibilidade de mobilidade[4]. Significava liberdade de escolha em termos de local de residência, para não mencionar ter pela primeira vez a opção de trabalhar em uma fábrica ou edifício, bem como a possibilidade de muitos asiáticos se mudarem para a Rússia Central.

Como você vê as últimas transformações nesses padrões de fluxos migratórios camponeses? Em que áreas os fluxos migratórios são mais intensos na Rússia?

Teodor Shanin:

Quase não há lugar na Rússia para qual o cidadão não possa ir. A partir dessa perspectiva, a migração interna aumentou. Isso significa que em algumas áreas você só encontrará algumas mulheres nas aldeias, muitas vezes mulheres idosas.

No sul da Rússia, onde o clima é muito melhor, as aldeias sobreviveram apesar da migração ser relativamente estável. Ainda existem algumas aldeias rurais no sul. Mas no polo magnético oposto, por assim dizer, no norte da Rússia, neste momento, há áreas pertencentes a aldeias, mas que não são “aldeias reais”. Quero dizer, são aldeias, há casas lá, elas têm um nome e existem oficialmente nos livros, mas não há ninguém lá, exceto algumas mulheres. E isso é bastante comum agora. Na verdade, Alexey Naumov e Potapova Alexandra desenvolveram alguns trabalhos nesse sentido. As pesquisas realizadas são sobre camponeses no norte da Rússia e eles vão todo ano visitar estas áreas. Este é um fenômeno muito presente, um sinal definitivo de nossos tempos.

Estava refletindo sobre o que você estava dizendo em termos da reprodução do campesinato e como há pensadores que tentam argumentar que o campesinato deixará inevitavelmente de existir. Muitos pensadores definem os camponeses em termos da ausência de relações capitalistas de produção, mas parece que não é possível dizer atualmente que os camponeses não fazem parte do sistema capitalista. Então, como podemos compreender a crescente presença do dinheiro nas relações camponesas e suas implicações para a reprodução do campesinato?

[4] Teodor Shanin escreveu um artigo que discute a questão relacionada aos camponeses e às mudanças históricas na Rússia. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100007. Acesso em: 24 de novembro de 2017.

Teodor Shanin:

Não há dúvida de que o campesinato vive hoje em uma sociedade capitalista. Mas viver em uma sociedade capitalista não significa, por si só, que a vida de uma família camponesa seja de modo semelhante à vida de uma família em uma sociedade capitalista. E por isso é importante relembrar o que Chayanov disse. É importante, evidentemente, tipificar o trabalho feito pelos camponeses de hoje, a fim de esclarecer se é realmente a mesma forma de trabalho implícita no que é chamado de "trabalho histórico do camponês", onde o fundamental é não tentar criar definições para determinar se certos grupos de pessoas são ou não são camponeses. Chayanov estava muito certo disso. Ele não estava falando de algo que se presume ser eterno, que sempre existirá nessa conformação específica, ele estava falando sobre o campesinato existente de um determinado momento histórico.

Em alguns momentos ele disse que as mudanças iriam ocorrer, mas ele nunca disse que as mudanças deveriam ocorrer, ele só disse que poderiam vir; há uma diferença. Fundamentalmente, ele acreditava que o melhor sistema para o campesinato eram as cooperativas e que o melhor modo de organização de produção para os camponeses era a cooperativa. Isso, é claro, chegou tarde aos camponeses daquele tempo na Rússia, que estavam se organizando em cooperativas a *par e passo*. Havia tradições antigas e contundentes de campesinato cooperativo, mesmo antes da “coletivização” – cooperativas não no sentido de *kolkhozes*, mas num sentido muito mais amplo.

Desta forma, ele acreditava que o sistema cooperativo era aquele que mais beneficiava os interesses dos camponeses e era aquele de maior interesse para o desenvolvimento da Rússia. Ele escreveu que “se você tentar parar as cooperativas, a produção russa vai cair” e ele estava certo porque foi exatamente o que aconteceu como consequência da coletivização forçada. Temos isso como um fato na atualidade, porque agora não é difícil encontrar os dados corroborantes.

De fato, antes que o regime stalinista o matasse, Chayanov publicou sugestões sistemáticas sobre a reorganização do campesinato e maneiras pelas quais a produtividade poderia ser aumentada sem a agricultura coletiva. Porque ele acreditava que a melhor maneira de reorganizar o campesinato (e ele sabia que era importante reorganizar o campesinato russo naquele momento específico, com todas as exigências para a introdução de maquinários, por exemplo) era criar um poderoso movimento cooperativo e não insistir na estratégia condenada da coletivização forçada.

O movimento cooperativo era uma demanda claramente sustentada pelo próprio campesinato. Naquela época, a Rússia provavelmente estava realizando o maior movimento cooperativo camponês do mundo. Chayanov considerou que as cooperativas eram uma

alternativa que teria gerado o aumento de produtividade sem resistência dos camponeses, como ocorreu com a coletivização forçada.

Há uma última coisa que considero de extrema importância. Nas condições russas da época, os "camponeses de elite" não eram os "*kulaks*", porque os *kulaks* estavam fazendo trabalhos não-camponeses na época. Quero dizer, eles eram os "intermediários", os que conseguiam dinheiro em porcentagem, vendiam mercadorias para os comerciantes dentre outros serviços. A "elite camponesa", no sentido dado naqueles dias, referia-se ao campesinato que tinha um pouco mais que os outros – simplesmente indicava que eles tinham mais produção, mais cavalos, um pouco mais de dinheiro. E por causa disso, eles assumiram cargos de liderança em suas comunidades camponesas. Sob essas condições, o que Stalin fez foi destruir a liderança do campesinato através da coletivização forçada. Como consequência desta destruição da liderança do campesinato, o campesinato rapidamente se opôs a Stalin. A coletivização não estava apenas criando os *kolkhozes*, estava essencialmente expulsando das aldeias aqueles que eram líderes campenses e também os melhores agricultores, já que ser chamado de "elite camponesa" na maioria das vezes significava ser reconhecido por seus pares como um dos melhores agricultores.

Podemos inclusive ir mais profundamente na questão. A mobilidade social na sociedade camponesa era muito ativa, porque se realizando um bom trabalho agrícola, era possível crescer rapidamente; enquanto a negatividade deste processo também era observada. Por isso, as pessoas no topo coincidiam frequentemente com os melhores agricultores. Assim, o regime stalinista recebe o que semeou e, é claro, houve protestos massivos. As pessoas que foram presas e deportadas para outras regiões da Rússia eram, em sua maioria, líderes de aldeias e comunidades. Isso significa que seus líderes camponeses estavam sendo levados embora. Isso foi fundamentalmente o que aconteceu com a coletivização. Portanto, a coletivização não funcionou, não apenas porque esse modelo de cooperação não funciona, mas também porque fez com que as aldeias perdessem seus melhores agricultores. Eles são chamados de "*kulaks*", mas, na verdade, na compreensão camponesa eles não são *kulaks*, porque, no que diz respeito a eles, um "*kulak*" era um homem que não estava fazendo trabalho camponês. Ele estava ganhando dinheiro com outros negócios e, portanto, não podia ser considerado um agricultor normal. Os bolcheviques costumavam chamar todos os "camponeses da elite" de "*kulak*", porque em termos de propaganda política era mais fácil despertar o ódio contra um "camponês de elite" referindo-se a eles como um "*kulak*".

No Brasil temos muito pouca pesquisa sobre a "Internacional Camponesa". Na Argentina há alguns trabalhos, no México também, mas no Brasil há poucas

informações. Você poderia dizer algumas palavras sobre a importância do Internacional Camponesa e como a Internacional influenciou o movimento camponês na Rússia?

Teodor Shanin:

O movimento camponês não sabia o suficiente sobre como o campesinato funcionava. É claro que eles não entenderam o que estava acontecendo na Rússia naquele momento. Isso é absolutamente claro porque eles desenvolveram sua própria imagem do que estava acontecendo na Rússia. A ala política da esquerda apoiou o que estava acontecendo na Rússia, a ala da direita se opôs, mas não entendeu, na época, o que estava acontecendo na Rússia. Isso é algo que somente agora, com o diligente trabalho dos pesquisadores, através da pesquisa histórica, essencialmente, está começando a ser explicado. É basicamente isso: ninguém entendia o que estava acontecendo na Rússia com o campesinato naquele tempo[5].

Sobre os autores

Vicente Eudes Lemos Alves – Graduação Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) (1994); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (2000); Doutorado em Geografia Humana (2006) pela Universidade de São Paulo (USP); Atualmente é professor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo; **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-9505-185X

Débora Assumpção e Lima – Graduação em Geografia Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2011); Mestrado Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-0571-1314

Como citar este artigo

ALVES, Vicente Eudes Lemos; LIMA, Débora Assumpção e. Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin. **Revista NERA**, entrevista, v. 21, n. 44, p. 236-244, set.-dez. 2018.

Recebido para publicação em 13 de junho de 2018.
Aceito para a publicação em 15 de junho de 2018.

[5] Esta entrevista contou com participação pontual de Bruno Rezende Spadotto, doutorando do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

Rural questions and the peasantry: an interview with Teodor Shanin

Vicente Eudes Lemos Alves
State University of Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brazil.
e-mail: veudes@ige.unicamp.br

Débora Assumpção e Lima
State University of Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brazil.
e-mail: deborassumpcaolima@gmail.com

Abstract

From October 13 to 16, 2017, the conference "New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates" was held in Moscow, Russia. The conference, organized annually by the BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, brought together experts from five continents to critically discuss agrarian issues from the perspective of Agrarian Political Economy, Geography, Sociology and Agroecology. After the conference and fieldwork, we talked with Professor Teodor Shanin about his academic background, Russian agrarian thinking, challenges and possibilities to understand the present. Professor Teodor Shanin, president of the Moscow School of Social and Economic Sciences, is an esteemed sociologist whose long-standing commitment to the study of peasant societies has led to a prolific academic career and has written more than 100 publications and important books, as “Peasants and Peasant Societies” and “Late Marx and the Russian Road: Marx and the Peripheries of Capitalism”.

Keywords: Peasantry; Russia; rural; agrarian thinking.

Resumo

Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin

Entre os dias 13 a 16 de outubro de 2017, ocorreu a conferência "New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates", em Moscow, Rússia. A conferência, organizada anualmente pelo BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, reuniu especialistas dos cinco continentes para debater criticamente as problemáticas agrárias sob o prisma da Economia Política Agrária, Geografia, Sociologia e Agroecologia. Após a conferência e a realização de um trabalho de campo, conversamos com o professor Teodor Shanin sobre sua trajetória acadêmica, o pensamento agrário russo, desafios e possibilidades de compreender a atualidade. O professor Teodor Shanin, presidente da Escola de Ciências Sociais e Econômicas de Moscou, é um conceituado sociólogo cujo compromisso de longa data com o estudo das sociedades camponesas consolidou sua prolífica carreira acadêmica, na qual escreveu mais de 100 publicações e livros importantes, como “Peasants and Peasant Societies” e “Marx Tardio e a Via Russa – Marx e as Periferias do Capitalismo”.

Palavras-chave: Campesinato; Rússia; rural; pensamento agrário.

Resumen

Cuestiones rurales y campesinos: una entrevista con Teodor Shanin

Entre los días 13 a 16 de octubre de 2017, ocurrió la conferencia "New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates", en Moscú, Rusia. La conferencia, organizada anualmente por el BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, reunió

a expertos de los cinco continentes para debatir críticamente las problemáticas agrarias bajo el prisma de la Economía Política Agraria, Geografía, Sociología y Agroecología. Después de la conferencia y la realización de un trabajo de campo, conversamos con el profesor Teodor Shanin sobre su trayectoria académica, el pensamiento agrario ruso, desafíos y posibilidades de comprender la actualidad. El profesor Teodor Shanin, presidente de la Escuela de Ciencias Sociales y Económicas de Moscú, es un conceptuado sociólogo cuyo compromiso de larga data con el estudio de las sociedades campesinas consolidó su prolífica carrera académica en la que escribió más de 100 publicaciones y libros importantes, como “Peasants and Peasant Societies” and “Late Marx and the Russian Road: Marx and the Peripheries of Capitalism”.

Palabras-clave: Campesinos; Rusia; rural; pensamiento agrario.

What are your theoretical views on Kautsky, Chayanov and, of course, on your own work? In what ways can we read Chayanov to better understand the present state of the world?

Teodor Shanin:

Let us begin with Kautsky then, because you start with Kautsky. Kautsky was an orthodox Marxist in his own eyes. But he was definitely not an orthodox Marxist in the eyes of Marx – in fact, to be more blunt, it is safe to say that Marx did not like him. There are several situations in which Marx clearly spoke of him as pedantic, among other much less complimentary adjectives. At the same time, however, he was a Marxist icon, by which I mean that not only was he Marxist but he was also considered to be the most significant theoretical thinker of the Social Democratic Party of Germany, which at that time was the largest Social Democratic Party in the world.

Chayanov had major expertise in matters concerning the constitution of Russian peasantry. After the Great Reform of 1860’s[1], Russia created fairly effective rural local authorities. These local authorities were elected by land-owners for each regional jurisdiction but since the Tzarist regime feared they could represent a strong opposing force and thereby

[1] “The cornerstone of the Great Reforms was the emancipation of Russia's peasants. They fell into those groups: the proprietary or seigniorial serfs were the property of individual landowners and lived in conditions of virtual slavery; the appendage peasants lived on the personal elite’s properties. The state peasants lived on state lands under state administrators; they received freedom in 1866. The core "freedom" the peasants received was the elimination of the personal, arbitrary, and capricious power of their noble and state masters. Members of the noble landowning estate and the tsar's agents could no longer buy and sell peasants, mortgage them for cash, order their daily labors, determine whom and when they married, move them from one estate to another, break up families, beat them, claim sexual rights over them, exile them to Siberia, impose both police and judicial authority over them, or decide who would enter military service for virtually their entire adult lives. Many peasants were disappointed not to receive land freely, and most former serfs received less land than they had cultivated before the emancipation. Despite peasants' frustrations and protests, land shortages, and failures to meet their tax and redemption payment obligations, two facts point to the emancipation's positive impact: the population of the Russian Empire, which was more than 80% peasant, exploded in the post-emancipation years in demographic testimony to the improving health of the liberated peasantry and peasants began to buy more land from the nobility in the succeeding decades. By 1905 peasants had purchased over 25 million hectares of land”. In: Frierson, Cathy A., ed. and trans. *Aleksandr Nikolaevich Engelgardt's Letters from the Country, 1872–1887.* New York and Oxford, U.K., 1993.

prevented them from creating a unified organization and centralizing their research. This relative isolation proved itself useful to different local authorities who then ended up creating their own research methodologies. Such apparent constraints gave way to research methodologies that were diverse and rich in possibilities. This is why in Chayanov's days Russia produced so many different methodological variants. When Chayanov became the head of the National Institute of Rural Studies [the Moscow Timiryazev Agricultural Academy, in Russian *Российский государственный аграрный университет — МСХА имени К.А. Тимирязева*], he benefitted greatly from the experiences that arose from that environment.

I come from the old Polish territories, now Lithuania, where many spoke Russian. When I went to Birmingham to work on my PhD there was not much published on Russian peasantry, partly due to the lack of raw data. As a doctoral student I discovered that under Russian law four universities of the Russian Empire received copies of every publication in Russia: Moscow, Petersburg, Kiev and Helsinki. I discovered a full set of documents in Helsinki, copied it and then brought it over to Birmingham. It is still there and available.

It is important to say that, to my belief, people defining themselves as Marxists within Chayanov's argumentative framework are not really Marxists, but Leninists, which is a different thing[2]. Lenin was a Marxist, but he treated it in his own way and within a framework of his own understanding. The same goes for me. What I wrote is not Chayanovism but Shaninism.

In what ways is your work inspired by Chayanov and what would you say are your theoretical differences?

Teodor Shanin:

It is clear that the percentage of peasants in most parts of the world is declining. Firstly, and most importantly, it cannot go without saying that a decrease in percentage does not mean that the total number of peasants is declining. We have more peasants and people in the countryside than we had 30 years ago. Secondly, Chayanov never took any real interest in the variations of peasant populations. He was mainly interested in investigating the reasons for their ongoing existence; the means through which they live and reproduce; the innerworkings of their economy and its comparability to capitalist economy. His answer to that last question was clear: peasant economy is not like capitalist economy in a strict sense, although it does certainly present some of the characteristics of capitalist economy, especially in capitalist countries. In his book, *The theory of peasant economy,* Chayanov produced a

[2] Also see "Critical Perspectives in Rural Development Studies", Saturnino M. Borras Jr, 2009, p. 50-69.

fundamental model for describing peasant economy, its operations, the relations between different parts and sectors. Peasantry is, of course, something that exists.

This is around the same time that Plekhanov, who had purportedly brought Marxism to Russia, declared that “historically speaking, the peasantry did not exist”. He said so while 85% of the Russian people were peasants! “It does not exist in a historical sense because it will disappear”, he said, “predicting” the disappearance of the peasantry. He was a Marxist (personally Marx did not like him, it is very interesting to notice how Marx obviously knew people, not only their ideas) but his projections for the end of the peasantry were radical and were never reconsidered in his work. Marx disliked most of the Russian Marxists, and in one of his writings he affirmed: “I don’t know about these gentlemen, but I was never a Marxist”. You really cannot put things in a better way than Marx could. Of course he said it was a joke, but Marx had his own system of jokes through which he conveyed serious messages.

And he is quite right, because to say “I am a Marxist” and to close this concept in its own closet is contradictory, since Marxism changes with new modes of discovery, with the design and development of new analyses, and so forth. Marx was many things but he was definitely not closed-minded[3]. Time and time again, he changed his views. The same can be said of Lenin – which made him a first-class leader. Had Lenin not been eager to change, he would have finish like Plekhanov, a bitter old lonely man, dying in his bed. Lenin died as the leader of a successful revolution.

I wrote an article called “Lenin’s four and a half agrarian programs”, in which I attempt to understand and demonstrate Lenin’s intelligent ability to adjust his views according to the constantly changing reality. In this sense it can be said that Chayanov changed his views, keeping some principals while developing his theory throughout the entire time. That is one of the reasons why academically I criticize people who say they are Marxist, Leninist, Chayanovist. Politically I suppose it can be used as leverage to influence the left.

If our thoughts remain consistently the same over 20 years of research and study then we should be dismissed and never be allowed to go back to the university.

[3] It is important to refer to the MEGA project, Marx-Engels [Marx-Engels-Gesamtausgabe, MEGA], which brings together the set of books, drafts, excerpts, letters and other lively signs that were left by Karl Marx and Friedrich Engels. The project begins in the 1950s and is still far from its conclusion. See the article about the project written by Thomas Marxhuasen, "História crítica das Obras completas de Marx e Engels (MEGA)”. In: Critical History of the Complete Works of Marx and Engels (MEGA), Revista Critica Marxista n 39, 2014. Available at: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_31_1133.pdf. Accessed: December 15th, 2017.

Bernardo Mançano has just translated your book "Late Marx and the Russian Road" (1983) into Portuguese. In what ways do you think your book can contribute to the current political conjuncture?

Teodor Shanin:

I cannot say because I am not a prophet. But I think academics do have a god, and each and every god is always telling the truth. What people think they know about Marx is often based on fairly superficial journalism. Many of them were introduced to Marxism through such vapid media but never really read Marx himself. This obviously puts their work in a difficult position. At the end of his life Plekhanov was finished politically. He lost all his influence on the Social-Democratic movement, paying the price for refusing to review his own understanding of Marxism.

If you want my message to those who are young and energetic and would like to engage in radical political work, I would say do not be Marxists or Leninists. But learn from both Marx and Lenin. Be yourself. But remember how dangerous it is to become someone like Plekhanov. In Russia, it is common to see photos of Putin, and sometimes Lenin, in several governmental and public buildings. As for myself, I would hang a picture of Plekhanov so that people can be reminded of what happened to a very intelligent man who refused to change.

We are curious with regards to the historical changes for the peasantry in the USSR, during the Perestroika, for example, as well as in present times. What do you consider to be the most significant historical moments for the Russian peasantry?

Teodor Shanin:

Well, the main change for the peasant population in Russia occurred much before Perestroika, with "passportisation". This was established in the final years of Khruschev and the early years of Brejnev. The government conceded rural populations with passports, which meant the ability to travel[4]. It meant freedom of choice in terms of place of residence, not to mention having for the first time the option of working in a factory or a building, as well as the possibility for many ethnic Asians to relocate to Central Russia.

[4] Teodor Shanin has written an article that further discusses the issue related to peasants and historical changes in Russia. Available at: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100007>. Accessed: November 24, 2017.

How do you see the latest transformations in these patterns of peasant migrations fluxes? In what areas are the migration fluxes stronger?

Teodor Shanin:

Well, there is nearly no place in Russia to which its citizen cannot go to. From that point internal migration has increased. It means that in some areas you will only find some women left in the villages, often elderly women.

In the south of Russia, where the climate is much better, the villages have survived and despite migration are relatively stable. There are still some rural villages in the South. But on its opposite magnetic pole, so to speak, in the north of Russia, at this moment, there are areas pertaining villages, but they are not “real villages”. I mean, they are villages, there are houses there, they have a name and exist officially in the books, but there is nobody there except for a few women. And this is fairly usual now. Actually, Alexey Naumov and Potapova Alexandra have done a lot of work in this direction. Their research is on the peasants in northern Russia and they go every year to visit the areas. This is a very present phenomenon, a definite sign of our times.

I am thinking about what you were saying in terms of the reproduction of the peasantry and how there are thinkers that try to argue that the peasantry will inevitably cease to exist. Many thinkers define peasants in terms of the absence of capitalist relations of production, but it seems that it is not possible to say currently that peasants are not part of the capitalist system. So how can we comprehend the ever-growing presence of money in peasant relations and its implications for the reproduction of the peasantry?

Teodor Shanin:

There is no doubt that the peasantry today lives in a capitalist society. But living in a capitalist society does not by itself mean that the life of a peasant family is in way similar to the life of a family in a capitalist society. And that is why it is important to remember what Chayanov said. It is important, evidently, to typify the work done by today’s peasants in order to clarify if it really is the same form of work implied in what is called “historical peasant work”, but it is not important to attempt definitions to determine if certain groups of people are or are not peasants. Chayanov was very certain of it. He was not speaking of something presumed to be eternal, that will always exist in that specific conformation, he was speaking about the existing peasantry.

Sometimes he said that changes would come, but he never said that they must come, he only said that they may come, there is a difference. Fundamentally, he believed that the

best system for the peasantry is the cooperative and that the best type of production organization for peasants is the cooperative. This, of course, arrived late to the fact that the peasants of his time, in Russia, had been cooperatived degree by degree. There were longstanding and massive traditions of cooperative peasantry, even before the "collectivization" – cooperatives not in the sense of kolkhozes, but in a much broader sense.

So he believed that the cooperative system is the best system in terms of the interests of peasants and in terms of the interest of Russia. He wrote that "if you try to stop it, Russian production will go down" and he was right because that was exactly what happened as an aftermath of forced collectivization. We know this as a fact now because now it is not difficult to find the corroborating data.

In fact, before the Stalinist regime killed him, Chayanov published systematic suggestions on the reorganization of the peasantry and ways in which productivity could be increased without collective farming. Because he believed that the best way to reorganize the peasantry (and he knew that it was important to reorganize the Russian peasantry at that particular time, with all the demands for the introduction of machinery, for example) was to create a powerful cooperative movement and not insist on the doomed strategy of forced collectivization.

The cooperative movement was a demand clearly sustained by the peasantry itself. At that time, Russia was probably carrying out the largest peasant cooperative movement in the world. Chayanov considered that a cooperative alternative would have created a situation in which productivity would have gone up and would not have been met with resistance, as was the case with forced collectivization.

There is one last thing which I consider to be of extreme importance. In the Russian conditions of that time, the "elite peasants" were not the "kulaks", because kulaks were doing non-peasant work at that time. I mean, they were the "intermediaries", the ones who got money on percentage, selling things to merchants, and so on. "Elite peasant", however, in the meaning given in those days, referred to the peasantry that had a little bit more than others – it simply indicated that they had more production, more horses, a little more money. And because of that, they rose to leadership roles in their peasant communities. Under these conditions, what Stalin did was destroy the leadership of the peasantry through forced collectivization. And because he destroyed the leadership of the peasantry, the peasantry was quick to object to Stalin. Collectivization was not only creating the kolkhozes, it was essentially sending away from the villages those who were the leaders of the peasantry and also the best agriculturalists. Because to be called an "elite peasant" most of the time meant that you were also the best agriculturalist.

I will explain further. Social mobility in the peasant society is very active, because if you perform good agriculture work, you will go up very fast, if you perform bad agriculture work,

you will find yourself going down very quickly. Because of that it coincided that the people on the top were more often than not the best agriculturists too. So the Stalinist regime gets what they got and of course there were massive protests against it, because the people who were arrested and deported to other regions in Russia were mostly village leaders. It means that their leaders were being taken away. That was fundamentally what happened with collectivization. Therefore, collectivization did not work not just because this model of cooperation does not work, but also because caused the villages to lose their best agriculturists. They are named "kulaks", but in fact, in peasant understanding they are not kulaks, because as far as they were concerned, a "kulak" was a man that was not doing peasant work. He was making his money from other affairs and therefore could not be considered a normal agriculturalist. The Bolsheviks use to call every "elite peasant" a "kulak", because in terms of political propaganda it was easier to arouse anger against an "elite peasant" by referring to them as a "kulak".

In Brazil we have very little research on the "Peasant International". In Argentina there is something, in Mexico, but in Brazil not so much. Could you say a few words on the importance of the Peasant International and how it influenced the peasant movement in Russia?

Teodor Shanin:

Well, they did not know enough about how the peasantry worked. It is clear that they didn't understand what was going on in Russia at that time. This is absolutely clear because they developed their own picture of what was happening in Russia. The left wing supported what was happening in Russia, the right wing opposed it, but neither understood, at that time, what was happening in Russia. This is something that only now, with the diligent work of investigators, through historical research essentially, is beginning to be explained. That is basically it: no one understood what was going on in Russia with the peasantry at that time[5].

About the authors

Vicente Eudes Lemos Alves – Geography by the University of São Paulo (USP) (1994); Master in Human Geography by the University of São Paulo (USP) (2000); PhD in Human Geography by the University of São Paulo (USP) (2006); Professor of the Institute of Geosciences of the State University of Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brazil; **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-9505-185X

[5] This interview had a small participation of Bruno Rezende Spadotto, doctoral student of the Department of Geography of the University of São Paulo (USP).

Débora Assumpção e Lima – Geography by the State University of Campinas (UNICAMP) (2011); Master in Geography by the State University of Campinas (UNICAMP) (2014); PhD candidate in Geography by the State University of Campinas (UNICAMP); **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-0571-1314

How to cite this article

ALVES, Vicente Eudes Lemos; LIMA, Débora Assumpção e. Rural questions and the peasantry: an interview with Teodor Shanin. **Revista NERA**, interview, v. 21, n. 44, p. 245-253, sep.-dec. 2018.

Received for publication on June 13, 2018.
Accepted for publication on June 15, 2018.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha dejóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot**. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barrage amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo**

agrario en Uruguay. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124,

2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998**.**

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20- 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48- 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de**

Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná. Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de**

produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.
NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barrage amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha dejóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.